



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CAMILLA DE ALMEIDA SILVA**

**“AS UVAS DE ZÊUXIS”:  
Globalização e divisão sexual do trabalho na viticultura de exportação no Semiárido  
Brasileiro**

**RECIFE**

**2022**

CAMILLA DE ALMEIDA SILVA

**“AS UVAS DE ZÊUXIS”:**

**Globalização e divisão sexual do trabalho na viticultura de exportação no Semiárido Brasileiro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

**Área de concentração:** Processos Sociais Rurais e Novas Tendências na Agricultura

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

**RECIFE**

**2022**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586u Silva, Camilla de Almeida.  
“As uvas de Zêuxis” : Globalização e divisão sexual do trabalho na viticultura de exportação no Semiárido Brasileiro / Camilla de Almeida Silva. – 2022.  
218 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2022.  
Inclui referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Mulheres. 3. Identidade de gênero – Relações. 4. Trabalhadoras rurais – Salários. 5. Alimentos – Cadeias globais. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-101)

CAMILLA DE ALMEIDA SILVA

**“AS UVAS DE ZÊUXIS”:  
Globalização e divisão sexual do trabalho na viticultura de exportação no Semiárido  
Brasileiro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em: 27/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Participação via videoconferência*

---

Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Presidente/Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

*Participação via videoconferência*

---

Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

*Participação via videoconferência*

---

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

*Participação via videoconferência*

---

Profa. Dra. Maria Elena Gadea Montesinos (Examinador Externa)  
Universidade de Múrcia

*Participação via videoconferência*

---

Profa. Dra. Paola Mascheroni Laport (Examinadora Externa)  
Universidade da República

Às mulheres, mães, avós, trabalhadoras rurais da viticultura que, em diferentes momentos de suas vidas e da minha, compartilharam suas trajetórias e narrativas de vida;

À minha mãe, trabalhadora autônoma, dona de casa, que desde muito cedo me apresentou uma rotina de trabalho diária preenchida pelas artimanhas do trabalho doméstico não remunerado e não valorizado.

## AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado é também o resultado de um contexto, ou de contextos. A esta tese ficam atribuídos, portanto, uma série de acontecimentos, dos previsíveis aos mais imprevisíveis, além da sorte dos acasos profissionais, e também pessoais, vivenciados ao longo dos últimos anos – e que, evidentemente, não ficam aqui restritos à construção dos dados e do texto.

Foi um imenso prazer viver no Recife! Estudar na Universidade Federal de Pernambuco foi um privilégio e um período da minha vida onde experimentei muitos limites, além das muitas alegrias. Essa não foi mais uma etapa de vida ou a conclusão de um ciclo de escolhas, apenas; essa vivência era um sonho, sonhado pela pequena Camilla que nasceu e cresceu em Senhor do Bonfim, no interior da Bahia, mas que por alguma razão (a qual eu mesma desconheço) desejou muito obter o título de doutorado, e desejou junto a isso, fazê-lo no Recife. Espero que a criança que fui um dia esteja tão feliz e orgulhosa quanto estou nesse momento.

A realização desse sonho foi possível também porque se ramificou pelo caminho, se somou aos sonhos de outros e ao amor. Agradeço à Guilherme Mota, meu leal companheiro dessa frutífera trajetória, por tantos e tantos anos dedicados a mim, aos meus sonhos e aos meus objetivos; que há muito deixaram de ser só meus, e se tornaram nossos. Agradeço à generosidade da acolhida nos momentos difíceis, aos incentivos diante das indecisões e frustrações e aos beijos e abraços amorosos em cada uma das vitórias. Chegamos juntos até aqui!

Os encontros com a professora Salete Cavalcanti desde os corredores à sua sala no PPGS, passando pelo curso de Sociologia da Agricultura, ministrado no departamento de Sociologia, foram absolutamente proveitosos e enriquecedores. Atravessamos desafios, e em meio aos desequilíbrios da incerteza, ela se fez sempre presente, conduzindo muito respeitosa e afetivamente uma orientação firme e responsável, acreditando em meu projeto de pesquisa e contribuindo ainda com tantas outras significativas referências e formas de pensar a tese. Tê-la como orientadora foi um grande privilégio!

Agradeço à possibilidade de me dedicar integralmente a esta tese, o que só foi possível porque obtive a condição de fazê-lo através do programa de bolsas de pesquisa para pós-graduação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – o CNPq. Almejo o fortalecimento do financiamento de pesquisa na Pós-Graduação para aqueles e aquelas que virão depois de mim!

Ao Grupo de Pesquisa Globalização e Agricultura, ao Laboratório de Estudos Rurais (LAE Rural), ao GT 45 do CLACSO, meus mais sinceros agradecimentos pela acolhida e partilha de ideias durante os eventos realizados e reuniões de pesquisa.

Agradeço aos professores do PPGS pelo empenho e dedicação às aulas e à leitura dos trabalhos finais. Especialmente, agradeço ao prof. José Luiz Ratton, ao prof. Remo Mutzenberg e à prof.<sup>a</sup> Silke Weber. Foi uma honra tê-los como professores.

Aos professores Russel Parry Scott, Ludovic Aubin, José Luiz Ratton, Artur Perrusi e Gabriel Peters agradeço à gentileza e disponibilidade em participar das bancas de projeto de pesquisa e de qualificação. A contribuição de cada um foi importantíssima, deixando marcas tanto no texto, quanto na maneira de olhar as questões desta pesquisa.

Ao Professor Alessandro Bonanno, da Sam Houston State University, e professor visitante do Programa de Internacionalização da CAPES, agradeço pelas ricas considerações feitas à pesquisa e ao texto de qualificação.

À Karine e Mônica, meus agradecimentos pela presteza e celeridade na resolução das demandas cotidianas junto ao PPGS.

À Ana Maria Costa, com seu sorriso largo e braços abertos, agradeço à recepção calorosa, o carinho e as mesas fartas de boa comida e conversa.

À Claudia Cerda Becker, pela partilha generosa da bibliografia especializada em mulheres; pelos olhares transversos sobre o trabalho na agricultura de exportação latino-americana; pela oportunidade de praticar o espanhol; pela parceria nos estudos comparativos do assalariamento rural entre Brasil e Chile; e, também pela revisão atenta do resumo em espanhol.

Aos colegas da turma de doutorado em Sociologia de 2017, agradeço a partilha do conhecimento, dos cafés, almoços, leituras e cervejas (essa, religiosamente às quintas-feiras). Tudo isso contribuiu, absolutamente, para que os dias fossem menos difíceis e a construção desse trabalho fosse mais prazerosa e, sobretudo, possível.

Às entrevistadas, mulheres de narrativas forte e potente, agradeço o tempo dedicado à minha pesquisa; por terem me permitido ouvi-las, e mais de uma vez. Sem elas, esta tese não seria possível.

Aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariadas Rurais de Juazeiro e de Petrolina sou grata, sobretudo, pela confiança no meu trabalho, pelo livre acesso e pelos convites importantes.

Agradeço ao Observatório de Estudos em Educação, Trabalho e Cultura (ETC) e ao prof. José Fernando Souto Junior, do Colegiado de Ciências Sociais da Univasf pela disponibilidade do acervo de pesquisa e pela sala de estudos.

À Catalina Lopez pela revisão do resumo em inglês.

À minha família agradeço imensamente por acreditarem e confiarem em mim (mais do que eu mesma). O apoio e suporte emocional e financeiro fizeram com que eu pudesse chegar até aqui.

À minha mãe, que mesmo sem entender a razão das minhas escolhas profissionais não mediu esforços para que eu as realizasse. Lembro-me agora, como se estivesse diante do tempo presente, da primeira vez que o sonho que estou realizando agora foi manifestado a ela; eu tinha 11 anos de idade e todas as certezas do mundo.

[...] De Maria guardava, sobretudo, as histórias das muitas fazendas por onde havia andado. Da avó que havia sido pega no mato a dente de cachorro. Maria estava magra, parecia ter uma fome permanente. Seu corpo miúdo tinha manchas púrpuras, era possível ver à luz do dia. Mulher bonita, minha mãe, diria, mas maltratada. Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas (VIEIRA JUNIOR, 2019).

## RESUMO

Esta tese apresenta o resultado de pesquisas realizadas com mulheres trabalhadoras assalariadas rurais da viticultura na região do Vale do São Francisco (VSF) entre os anos de 2018 e 2022; tem como principal objetivo contribuir para o aprofundamento de reflexões que vêm sendo desenvolvidas ao longo das últimas décadas por pesquisadores e pesquisadoras vinculadas ao Grupo de pesquisa Globalização e Agricultura e ao Laboratório de Estudos Rurais (LAE Rural) nessa região, que é, reconhecidamente, uma das regiões de expansão da fruticultura irrigada de maior dinamismo econômico do Nordeste brasileiro, sendo considerada um dos exemplos mais expressivos da agricultura irrigada no país. Diante desse desempenho, faz-se necessário indagar sobre as características do processo de inserção desse setor nas cadeias globais de alimentos, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. E, quais as suas implicações nas condições locais de trabalho. Esse processo desencadeou uma multiplicidade de transformações nas relações de trabalho, envolvendo uma participação significativa de mulheres. Para esta tese, a pesquisa tem como objetivo principal compreender, a partir das experiências das trabalhadoras rurais assalariadas da viticultura, em que medida as condições de vida e trabalho das mulheres estão relacionadas às dinâmicas do mercado de trabalho vinculado ao setor de produção de frutas de alto valor agregado para exportação. Elegemos para o seu desenvolvimento uma metodologia de análise qualitativa, privilegiando a utilização de fonte oral obtida através de entrevistas, análise de histórias de vida com roteiros semiestruturados e do método de observação “participante”. Os principais resultados da pesquisa apontam que as mulheres estão na base de toda a cadeia de produção global vinculada à viticultura, tendo, ao longo das últimas décadas, as suas dinâmicas atribuídas à vida privada, ao âmbito doméstico e familiar, pautadas pelo setor. Portanto, a análise sobre os processos e mercado de trabalho e as desigualdades de gênero, constituem o pilar principal para compreensão da cadeia produtiva da viticultura de exportação. A feminização vinculada ao mercado de trabalho na viticultura se evidencia pela desvalorização do trabalho, precarização e informalidade.

**Palavras-chave:** relações de gênero; mulheres; assalariamento rural; cadeias globais de alimentos; Vale do São Francisco.

## ABSTRACT

This Thesis presents the results of a research conducted upon rural wage-earning women within the viticulture region of the San Francisco Valley (VSF) between the years of 2018 and 2022, with the objective of deepening the reflections developed over the last few decades by researchers linked to the Globalization and Agriculture Working Group and the Laboratory of Rural Studies (LAE Rural) in this area, which is, notably, one of the regions with the greatest economic dynamics in the Brazilian Northeast, being considered one of the most expressive examples of irrigated agriculture in the country. In view of this, we must still pay attention to the characteristic of the sectors insertion into the global food chain, between the end of the 1980's and the early 1990's, and what the implications are on the labor conditions. The expansion process of the irrigated fruit culture in the region triggered a multiplicity of transformations, among which we highlight the constitution of a new pattern on work relations, resulting from the expansion of formal wage employment, involving a significant participation of women. The main objective of this research is to understand, based on the experiences of rural wage-earning viticulture workers, the extent to which women's living and working conditions are related to the dynamics of the labor market that is associated with the high value fruit production sector towards exportation. For its development, we have selected a qualitative analysis, emphasizing the use of oral resources that were obtained through interviews, analysis of life stories with semi-structured scripts and the "participating" observational method. The main results of the research point out that women are at the base of the viticulture production chain, having, in recent decades, their dynamics attributed to private life, the domestic and family environment, guided by the sector. Therefore, the analysis of labor market processes and gender inequalities constitute the main pillar for understanding the production chain of export viticulture. The feminization linked to the job market in viticulture is evidenced by the devaluation of work, precariousness, and informality.

**Keywords:** gender relations; women; rural wages; global food chains; San Francisco Valley.

## RESUMEN

Este trabajo presenta los resultados de la investigación realizada con mujeres asalariadas rurales que trabajan en la viticultura en la región del Valle de San Francisco (VSF), entre 2018 y 2022, con el objetivo de contribuir a la profundización de las reflexiones desarrolladas en las últimas décadas por investigadores vinculados al Grupo de Trabajo de Globalización y Agricultura y al Laboratorio de Estudios Rurales (LAE Rural), en esta región de estudio. Ésta es reconocida como una de las regiones de mayor dinamismo económico del Nordeste brasileño, siendo considerada uno de los ejemplos más expresivos de agricultura irrigada en el país. Junto con esto, también debemos prestar atención a las características de la inserción del sector en las cadenas alimentarias globales, entre finales de la década de 1980 y principios de la de 1990, y cuáles han sido las implicancias para las condiciones de trabajo. El proceso de expansión de la fruticultura en la región desencadenó una multiplicidad de transformaciones, entre las que destacamos la constitución de un nuevo patrón de relaciones de trabajo, resultado de la expansión del asalariamiento permanente, con una importante participación de las mujeres. Para esta investigación, establecimos como objetivo principal comprender, a partir de las experiencias de trabajadoras rurales en viticultura, en qué medida las condiciones de vida y trabajo de las mujeres se relacionan con la dinámica del mercado laboral vinculado al sector de producción de frutas de alta calidad para exportación. Optamos por una metodología de análisis cualitativo para su desarrollo, privilegiando el uso de fuentes orales obtenidas a través de entrevistas, análisis de historias de vida con guiones semiestructurados y el método de observación “participante”. Los principales resultados de la investigación indican que las mujeres están en la base de toda la cadena productiva vinculada a la viticultura, teniendo, en las últimas décadas, su dinámica atribuida a la vida privada, al ámbito doméstico y familiar, orientada por el sector. Por tanto, el análisis de los procesos del mercado laboral y las desigualdades de género constituyen el pilar principal para comprender la cadena productiva de la viticultura de exportación. La feminización ligada al mercado de trabajo en la viticultura se evidencia en la desvalorización del trabajo, la precariedad y la informalidad.

**Palabras clave:** relaciones de género; mujeres; asalariamiento rural; cadenas alimentarias globales; Valle de San Francisco.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Localização de Juazeiro-BA e Petrolina-PE na Bacia Hidrográfica do São Francisco	21
Imagem 1 –	Oficina de arpilleras (grupos de confecção)	59
Imagem 2 –	Sala de oficina de <i>Arpilleras</i>	60
Imagem 3 –	Seminário “Frutas doces, vidas amargas”	61
Quadro 1 –	Área dos Perímetros Públicos de Irrigação	86
Figura 2 –	Área plantada nas microrregiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) 1990-2018	87
Imagem 4 –	<i>Arpillera</i> “Mulheres Guerreiras”	92
Imagem 5 –	Descrição da <i>Arpillera</i> “Mulheres Guerreiras”	92
Imagem 6 –	<i>Arpillera</i> “Mulher Guerreira”	93
Imagem 7 –	Descrição da <i>Arpillera</i> “Mulher Guerreira”	94
Imagem 8 –	<i>Arpillera</i> “Antes da Convenção”	95
Imagem 9 –	Descrição da <i>Arpillera</i> “Antes da Convenção”	95
Imagem 10 –	<i>Arpillera</i> “Luta, Empoderamento e Resistência”	96
Imagem 11 –	Descrição da <i>Arpillera</i> “Luta, Empoderamento e Resistência”	97
Imagem 12 –	<i>Arpillera</i> “Faça valer o seu direito”	97
Imagem 13 –	Descrição da <i>Arpillera</i> “Faça valer o seu direito”	98
Imagem 14 –	<i>Arpillera</i> “Trabalhadoras da cidade e do campo”	99
Imagem 15 –	Descrição da <i>Arpillera</i> “Trabalhadoras da cidade e do campo”	100
Imagem 16 –	Trabalhadora no raleio da uva	105
Gráfico 1 –	Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2016	109
Gráfico 2 –	Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2017	109
Gráfico 3 –	Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2018	109
Gráfico 4 –	Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2019	109
Imagem 17 –	Mulher que trabalha na viticultura	128
Figura 3 –	Mapa das Microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE	173
Quadro 2 –	Síntese do processo produtivo da uva de mesa	186

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Relação comparativa dos índices de exportação de manga e uva	83
Tabela 2 –	Relação comparativa dos índices de produção e exportação de manga e uva	84
Tabela 3 –	Tempo de contrato no cultivo de uva 2008-2019	111
Tabela 4 –	Crescimento populacional de Juazeiro-BA e Petrolina-PE	172

## LISTA DE SIGLAS

AGRIANUAL	Anuário da Agricultura Brasileira
AGROSTAT	Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI	Complexo Agroindustrial
CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
CHESF	Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COMEX STAT	Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CVSF	Comissão Vale do São Francisco
DST	Divisão Sexual do Trabalho
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETC	Observatório de Pesquisa em Educação, Trabalho e Cultura
FAO	Food and Agricultural Organization of the United Nations
FAOSTAT	Food and Agriculture Organization of the United Nations Statistics Division
GLOBAL GAP	Global Good Agricultural Practices
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAF	Instituto Brasileiro de Frutas
LAE Rural	Laboratório de Estudos Rurais do PPGS da UFPE
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NDST	Nova Divisão Internacional do Trabalho
PAM	Produção Agrícola Municipal
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
STTRJ	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juazeiro
STTAR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Petrolina
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
VALEXPORT	Associação dos Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco
VSF	Vale do São Francisco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1.1</b>	<b>Acerca das Uvas de Zêuxis</b> .....	19
<b>1.2</b>	<b>Apresentação do tema</b> .....	20
<b>1.3</b>	<b>Definição do problema e objetivos da pesquisa</b> .....	23
<b>1.4</b>	<b>Relevância e justificativa para uma “sociologia feminista do trabalho na agricultura”</b> .....	27
<b>1.5</b>	<b>Apresentação dos capítulos da tese</b> .....	32
<b>2</b>	<b>O DELINEAMENTO DA PESQUISA: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS</b> .....	35
<b>2.1</b>	<b>Perspectivas teóricas que orientam a pesquisa</b> .....	35
<b>2.2</b>	<b>Procedimentos para construção e análise dos dados da pesquisa</b> .....	39
<i>2.2.1</i>	<i>Apresentação do desenho metodológico da pesquisa</i> .....	40
<i>2.2.1.1</i>	<i>A noção da “experiência” na Fenomenologia de Alfred Schütz</i> .....	41
<i>2.2.1.2</i>	<i>A noção de “experiência” na perspectiva Thompsiana</i> .....	45
<i>2.2.1.3</i>	<i>A noção da “experiência” vinculada ao trabalho das mulheres</i> .....	48
<i>2.2.2</i>	<i>A construção dos dados: métodos e técnicas de pesquisa</i> .....	51
<i>2.2.3</i>	<i>O exercício de análise dos dados</i> .....	54
<b>2.3</b>	<b>Notas da pesquisa de campo</b> .....	56
<b>2.4</b>	<b>Considerações sobre o capítulo</b> .....	62
<b>3</b>	<b>DINÂMICAS DE GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E AGRICULTURA</b> .....	64
<b>3.1</b>	<b>Dos processos de globalização</b> .....	64
<b>3.2</b>	<b>Globalização da agricultura e cadeias produtivas globais</b> .....	73
<i>3.2.1</i>	<i>Novas dinâmicas de produção e trabalho agrícola</i> .....	75
<b>3.3</b>	<b>Agricultura de exportação e trabalho na América Latina</b> .....	79
<i>3.3.1</i>	<i>A inserção do polo de fruticultura irrigada Petrolina-PE/Juazeiro-BA nos circuitos globais de alimentos</i> .....	83
<b>3.4</b>	<b>Considerações sobre o capítulo</b> .....	88
<b>4</b>	<b>ÀS MARGENS DO VELHO CHICO: O TRABALHO DAS MULHERES NA VITICULTURA DE EXPORTAÇÃO</b> .....	90
<b>4.1</b>	<b>O trabalho na viticultura sob a perspectiva das mulheres</b> .....	91
<i>4.1.1</i>	<i>As mulheres: Entre a divisão sexual do trabalho e as novas demandas “produtivas”</i> .....	100

4.1.2	<i>O contexto: precarização e intensificação das jornadas de trabalho</i> .....	104
<b>4.2</b>	<b>Mercado de trabalho rural: dados e análise</b> .....	107
4.2.1	<i>A feminização do mercado de trabalho agrícola de exportação</i> .....	112
<b>4.3</b>	<b>Assalariamento rural e reordenamento dos arranjos familiares</b> .....	116
4.3.1	<i>A contratação de mulheres com responsabilidades familiares</i> .....	117
4.3.2	<i>As dinâmicas do care face às novas realidades “produtivas”</i> .....	120
4.3.3	<i>O impacto da pandemia da COVID-19 no trabalho (re)produtivo e de cuidado</i> .....	124
<b>4.4</b>	<b>Afinal, o que é ser mulher no trabalho da viticultura?</b> .....	126
<b>4.5</b>	<b>Trabalho e ação coletiva: a organização dos assalariados e assalariadas rurais e a luta por direitos</b> .....	128
4.5.1	<i>A reforma trabalhista de 2017 e seus impactos sobre os trabalhadores rurais assalariados</i> .....	130
4.5.1.1	<i>Formas de contratação mais precárias: Terceirização e Contrato por tempo determinado</i> .....	131
4.5.1.2	<i>Flexibilização da jornada de trabalho: Banco de horas, Semana Espanhola, Jornada 12 por 36 e Trabalho aos domingos e feriados</i> .....	132
4.5.1.3	<i>Remuneração e pagamento por produtividade</i> .....	133
4.5.1.4	<i>Fragilização da ação sindical: Fim da homologação de rescisões no sindicato e não reeleição de delegados sindicais</i> .....	133
4.5.1.5	<i>Mulheres: Diminuição da garantia de emprego à trabalhadora gestante e exclusão da cláusula de creche</i> .....	134
<b>4.6</b>	<b>Considerações sobre o capítulo</b> .....	134
<b>5</b>	<b>TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E O TRABALHO DAS MULHERES NA VITICULTURA DE EXPORTAÇÃO</b> .....	137
<b>5.1</b>	<b>Narrativas de vida e trabalho: dando nome às personagens</b> .....	138
5.1.1	<i>Maria José</i> .....	140
5.1.2	<i>Maria Gonzaga</i> .....	144
5.1.3	<i>Maria João</i> .....	150
5.1.4	<i>Maria Selma</i> .....	155
5.1.5	<i>Maria Melo</i> .....	162
<b>5.2</b>	<b>Considerações sobre o capítulo</b> .....	167
<b>6</b>	<b>TRAJETÓRIAS NA “ENCRUZILHADA”: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE ASSALARIADAS RURAIS DA VITICULTURA</b> .....	169
<b>6.1</b>	<b>Conexões e transversalidades biográficas</b> .....	170
6.1.1	<i>Trabalho e mobilidade</i> .....	171
6.1.2	<i>Os vínculos e pertencimentos: subjetividades e ruralidade</i> .....	176

6.1.3	<i>Dinâmicas de vida e trabalho na produção agrícola</i> .....	180
6.1.4	<i>Coextensividade entre as formas de trabalho produtivo</i> .....	183
6.2	<b>Narrativas na encruzilhada: sinonímias e antonímias</b> .....	185
6.3	<b>Considerações sobre o capítulo</b> .....	189
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	192
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	198
	<b>ANEXO A – DADOS PRODUZIDOS SOBRE EMPREGO, TRABALHO E RENDA NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO</b> .....	212
	<b>ANEXO B – CICLO DE PRODUÇÃO DA UVA</b> .....	213
	<b>ANEXO C – FOTOGRAFIAS DO TRABALHO DE CAMPO NO VALE DO SÃO FRANCISCO (FAZENDA GALDINO – COOPEXVALE)</b> .....	214
	<b>ANEXO D – ATIVIDADE DE PESQUISA REALIZADA PELA OXFAM JUNTO AOS SINDICATOS</b> .....	216

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Acerca das Uvas de Zêuxis

Na história da arte da Grécia antiga houve uma célebre passagem que se referencia na personagem do pintor Zêuxis de Heráclea, cujo primeiro nome intitula esta tese de doutorado, e que em uma estreita coincidência de percurso, despontou como um interessante exercício, ao tentar descrever a partir dessa referência, em perspectiva de imaginação, o significado da construção da qualidade do trabalho e das trajetórias de vida das mulheres na viticultura de exportação.

Reza a lenda que o acontecimento da chegada de Zêuxis à Atenas, absolutamente envaidecido das suas capacidades artísticas, desencadeou diversos pedidos de duelos que eram substancialmente desdenhados pelo pintor pois, segundo ele, sua obra era tão superior à obra dos demais artistas que não haveria a possibilidade de premiá-la, diante da impossibilidade em lhe atribuir um valor real.

Neste mesmo período, entretanto, vivia em Atenas também um outro pintor, com traços de personalidade mais modesta e brincalhona, cujo nome era Parrásio de Éfeso, autoproclamado o “príncipe dos pintores”. Teve início entre os dois, então, uma disputa pelo título de “maior pintor”.

Parrásio dizia zombarias e fazia caricaturas de Zêuxis. Zêuxis, por sua vez, espalhava rumores de que o rival comprava escravos e os torturava, no intuito de estudar suas contorções sob o chicote. Tal situação rumou rapidamente para um clímax, quando os dois concordaram em apresentar-se diante de uma comissão que decidiria quem era o melhor<sup>1</sup>.

Diante da concordância em participar do duelo, e chegado o dia, Zêuxis havia pintado cachos de uvas tão realistas e semelhantes aos cachos de uvas naturais, que ao retirar-lhe as cortinas do quadro, pássaros teriam voado em direção à pintura tendo-lhe bicado toda a tela. Episódio esse que havia sido precedido pelas tentativas anteriores em pintar os cachos de uva, fazendo com que o artista desenvolvesse técnicas para trabalhar sob iluminação natural protegendo a tela dos pássaros, que insistentemente rumavam em sua direção.

---

<sup>1</sup> Zêuxis e Parrásio: duelo de pintores na Grécia antiga. Disponível em: <http://sistema-nerd.blogspot.com/2010/07/zeuxis-e-parrasio-duelo-de-pintores-na.html>. Acesso em: Abril de 2021.

Já Parrásio, por sua vez, pintou uma cortina sobre a tela com tanta verossimilhança que o próprio Zêuxis, após o ataque das aves à suas uvas, pediu para que ele retirasse as cortinas que cobriam a sua tela, a fim de conferir o que havia embaixo delas. Tamanha surpresa, ao se dar conta da ilusão que havia provocado a pintura de seu adversário, Zêuxis admitiu sua derrota, alegando que, embora a perfeição de suas uvas tenha sido capaz de enganar os pássaros, Parrásio havia enganado o seu próprio olhar e o do júri.

Além dessa, outras histórias ainda rodeiam “as uvas de Zêuxis” de Heráclea. É atribuído ao pintor uma obra em que um menino segurava cachos de uvas tão perfeitamente pintadas sobre a tela que os pássaros também a teriam atacado. Sobre esse episódio Zêuxis havia dito que embora as uvas fossem uma perfeita representação ilusória, não poderia ser dito o mesmo sobre o menino, pois ao contrário das uvas, poderia ter assustado os pássaros que avançavam sobre a tela.

O trabalho das mulheres na viticultura resguarda essa perspectiva ilusória, da construção da imagem estética padronizada, da construção da perfeição, espelhando nas “pinceladas”, a mão precisa e, contraditoriamente, firme na leveza de conduzir um trabalho absolutamente especializado utilizando como instrumentos o olhar atento, minucioso, o corte certo, o penteio que abre espaço para a pintura do cacho perfeito, tal como “as uvas de Zêuxis”.

Esse é, por sua vez, o padrão que todas as empresas e cooperativas desejam atingir; Fruto do trabalho e da qualificação “nata” feminina para o trabalho.

## **1.2 Apresentação do tema**

As temáticas do trabalho e ruralidades possuem uma profunda relação com minha própria trajetória pessoal e familiar. Nascida no seio de uma família rural, em uma pequena cidade do interior da Bahia<sup>2</sup>, localizada a pouco mais de 120 quilômetros de distância do polo de fruticultura irrigada Petrolina-PE/Juazeiro-BA, desde muito cedo convivi com uma imagem bastante próspera do Vale do São Francisco, associada à riqueza proveniente da produção de frutos nos sistemas de irrigação (Figura 1).

---

<sup>2</sup> Senhor do Bonfim-BA.

**Figura 1 – Localização de Juazeiro-BA e Petrolina-PE na Bacia Hidrográfica do São Francisco**



Fonte: SOUZA, 2017

Nos anos 1990, a produção agrícola “moderna”, que empregava o uso de novas tecnologias, exercia uma grande influência sobre os produtores de toda aquela região, e também sobre a minha família. “As frutas de Juazeiro” faziam um enorme sucesso aos sábados na feira local (que por sinal, se destaca como a maior feira livre do interior da Bahia); sobretudo, as mangas, pois ao contrário daquelas que ali eram produzidas nas “serras frescas” da região centro norte da Bahia, as “mangas de irrigação” ou “as mangas de Juazeiro” provocavam um enfeitiçamento na população local, tal qual as “uvas de Zêuxis”.

Como se fossem pintura, as mangas que recém se estabeleciam na feira, eram grandes, com coloração uniforme, com uma camada de brilho que as tornavam limpas aos reflexos dos raios do sol. Além da beleza uniforme, a textura pouco fibrosa, e o cheiro adocicado que exalavam, não resguardavam as marcas e ranhuras da natureza, as “feridas”, a “seiva” escorrendo pelo pedúnculo. Pareciam (e muito) as frutas esculpidas artificialmente que enfeitavam a mesa da cozinha da minha avó.

Quando a feira aos sábados e a morada na casa dos avós deixou de ser a minha referência de olhar para o mundo, e comecei minhas andanças para iniciar a vida acadêmica, escolhi viver a apenas 120 quilômetros de distância das minhas raízes.

Cheguei ao Vale do São Francisco com dezenove anos de idade, ingressei no recém-inaugurado curso de graduação em Ciências Sociais, da igualmente jovem Universidade Federal do Vale do São Francisco. Na trajetória da graduação, e já sob influência da Sociologia do Trabalho através das pesquisas de Iniciação Científica com foco no sindicalismo rural e mulheres, a imagem resguardada ao longo dos anos, de Juazeiro como um “oásis” que reluz riqueza em meio ao semiárido nordestino foi dando lugar a uma narrativa que compreende o Vale do São Francisco como um local permeado por contradições, desigualdades e resistências.

Posteriormente no Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande dei continuidade às pesquisas sobre ação sindical rural e desigualdades de gênero tomando como instrumento de análise documental a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria.

Apesar de em minha formação ter feito a opção prematuramente pela Sociologia ainda na Graduação, assumi perspectivas de análise transversais à Antropologia, a partir dos estudos de etnografias operárias, sobretudo. Assim, parafraseando Richard Sennett (2015, p. 21), “examinei a vida diária à minha volta, em grande parte como faria um antropólogo...” e foi esse exercício do cotidiano que possibilitou pensar o formato de pesquisa e de narrativa para esta tese de doutorado.

A pesquisa que aqui se apresenta é, portanto, um acúmulo não apenas dos meus últimos anos de trabalho de campo, construindo dados de pesquisa e ferramentas analíticas sobre os processos de “modernização” agrícola e trabalho rural dessa região produtiva, mas também de aspectos revelados na minha própria trajetória, particular e familiar.

Embora esse percurso revele uma vivência “do campo”, e também “no campo”, instigante e apaixonante, compreendo os perigos e as armadilhas que essa mesma vivência prolongada pode revelar para o desenvolvimento de uma análise que tropece em pressupostos, sobretudo, pela relação construída com boa parte das pessoas que informam essa pesquisa. No entanto, a questão de pesquisa que constitui aqui foi se construindo dialeticamente nesse processo. As etapas precedentes de pesquisa junto aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Juazeiro e Petrolina, pelo contrário, contribuiu com uma ampliação dos espectros, e não com o afunilamento de questões.

Sendo assim, as pesquisas que até então estiveram focadas nas dinâmicas e impactos locais das reconfigurações de produção e trabalho, transmutaram-se. Diante disso, fez-se necessário lançar mão de uma perspectiva de compreensão e análise do objeto em uma escala micro-macrossociológica, atentando, sobretudo, à dimensão da produção global de alimentos.

No início dos anos 1990, o processo de expansão da fruticultura irrigada na região desencadeou uma multiplicidade de transformações, dentre as quais destacamos a constituição de um novo padrão de relações de trabalho, resultante da expansão do assalariamento formal, envolvendo uma participação significativa de mulheres. Isso acontece, sobretudo, porque se associa os estereótipos femininos ao trabalho na viticultura, ao assumir a “delicadeza” e o “cuidado”, por exemplo, como características fundamentais no processo produtivo.

Atentar a tais processos é de fundamental importância, sobretudo, quando se leva em consideração as agendas de pesquisa a partir dos anos 1990, focadas nos processos de globalização e os impactos das transformações tecnológicas (CAVALCANTI, 2015). Tais transformações afetaram diretamente as dinâmicas de produção e do trabalho no mundo rural, repercutindo na inserção diferenciada para mulheres e homens no mercado de trabalho rural.

Somado a isso, na América Latina, houve também profundas transformações na produção agrícola, produto da reestruturação produtiva que afetou todos os setores da economia e implicou no estabelecimento de novas relações de produção que resultaram em um aumento da participação das mulheres no trabalho assalariado, especialmente nas áreas rurais. Neste contexto, propõe-se que a expansão do setor agroexportador e das transnacionais dedicadas ao processamento de alimentos tenha implicado um processo de organização do trabalho baseado na divisão sexual das atividades produtivas associadas às representações predominantes de gênero, as quais têm se constituído em fatores fundamentais de segmentação ocupacional e divisão sexual do trabalho na agricultura.

A tese aqui apresentada trata de uma construção teórico-metodológica, amparada em uma perspectiva sociológica que se espraia pela “zona cinzenta” entre a Sociologia da Agricultura e a Sociologia do Trabalho.

O intuito principal desse trabalho é possibilitar a construção narrativa de vivência e pesquisa em campo sobre as dinâmicas do trabalho e vida “produtiva” e “reprodutiva” das mulheres trabalhadoras assalariadas rurais na produção de uvas finas de mesa para exportação na região que hoje é conhecida como polo de fruticultura irrigada Petrolina-PE/Juazeiro-BA, no Vale do São Francisco. O problema de pesquisa apresentado nesta tese dialoga precisamente com estas questões.

### **1.3 Definição do problema e objetivos da pesquisa**

Ao longo dos anos 1990 a perspectiva de interação entre o local e o global (CAVALCANTI, 1999) afetaram, além das dinâmicas de produção em escala global, as relações de trabalho e emprego masculinos e femininos. Naquele momento, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento proporcional do emprego e do trabalho remunerado das mulheres (HIRATA, 2001; LARA FLORES, 1995).

Conforme Hirata (2001), resultou daí a expressão “feminização do mercado de trabalho”, tendo em vista um crescimento da participação das mulheres, tanto nas atividades formais quanto informais. Tais mudanças na ocupação feminina podem ser, assim, entendidas como parte das transformações mais amplas do capitalismo, trazidas pela globalização e reestruturação produtiva.

Na América Latina (e demais países integrados às novas dinâmicas produtivas globais), a produção agrícola nos 1990 emergiu em um processo de reconversão produtiva que afetou a todos os setores da economia, configurando novas relações de produção que ampliaram a participação feminina, sobretudo, no assalariamento rural. À medida que houve um notável crescimento do setor de agricultura de exportação e as empresas multinacionais dedicadas ao processamento de alimentos se expandiram, desenvolveu-se um processo de organização do trabalho baseado em uma divisão sexual das atividades produtivas associadas às representações de gênero (LARA FLORES, 1995).

Tais representações são construídas como fatores fundamentais de segmentação ocupacional e da divisão sexual do trabalho. As representações de gênero, construídas social e culturalmente, influenciam as formas de inserção de mulheres e homens no mundo do trabalho. Tais representações são construídas como fatores fundamentais de segmentação ocupacional e da divisão sexual do trabalho (SILVA, 2016; VALDÉS, 2014; CAVALCANTI; ANDRADE; RODRIGUES, 2012; HIRATA; KERGOAT, 2007; RAMOS, 1998).

O conceito de relações de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007; SCOTT, 1990) lança luz sobre a complexidade dessa dinâmica, possibilitando a desnaturalização de uma série de fenômenos históricos e a superação da abordagem limitadora do aparato biológico para explicar as diferenças entre os gêneros. Além disso, a compreensão do gênero em perspectiva relacional possibilita uma articulação com o conjunto das relações sociais, assim como a observação de possibilidades históricas de transformação.

A expansão do agronegócio de exportação na América Latina tem sido acompanhada de uma crescente feminização da força de trabalho nesse setor produtivo. No entanto, as mulheres têm sido inseridas em condições de trabalho pouco favoráveis, ocupando frequentemente postos de trabalho associados a uma qualificação profissional rasteira, mal remunerado e com vínculos temporários. Dessa forma, a integração das mulheres ao mercado de trabalho tem se dado de maneira limitada à algumas atividades específicas, tais como “raleio”<sup>3</sup>, “seleção”<sup>4</sup> e “embalagem”<sup>5</sup> dos frutos, atividades estas que são realizadas com limitados instrumentos de trabalho, que podem ser concebidas como uma extensão das atividades domésticas, associadas ao cuidado e à delicadeza. (CAVALCANTI; SILVA, 1999).

Além disso, o trabalho das mulheres, incorporado à agricultura de exportação tem sido acompanhado também de impactos e necessidade de reorganização familiar. Para que as mulheres possam sair para trabalhar remuneradamente, o cuidado com os filhos menores e a casa precisa ser, constantemente, repassado ou às outras mulheres mais jovens, como as filhas mais velhas, sobrinhas ou conhecidas do próprio bairro em troca de alguma remuneração ou não, ou ainda às mulheres mais velhas, como as avós.

A dinâmica do cuidado se constitui como um elemento importante para compreensão de transformações em âmbito local geradas por um coletivo de transformações socioeconômicas globais. As dinâmicas de vida, das relações familiares, do afeto, para além do trabalho produtivo foram ao longo dessas décadas sendo afetadas em proporções equivalentes.

Diante disso, é importante salientar que tais transformações afetaram de modo desigual e contraditório, a vida de mulheres e homens. Ao mesmo tempo em que possibilitaram que as

---

<sup>3</sup> O raleio é uma atividade manual que tem como principal objetivo eliminar o excesso de bagas por cacho, na tentativa de deixá-lo o mais uniforme e “solto” possível. Com intuito da negociação e venda comercial, os cachos devem seguir um padrão estético que exige uniformidade, e a eliminação de sujeira, frutos feridos ou machucadas e danificados de modo geral. Essa atividade consome um grande quantitativo de força de trabalho, e destaca-se dentre as demais por empregar muito mais mulheres do que homens. Existem formas distintas de fazer o raleio, respeitando o desenvolvimento dos cachos. O raleio é feito tanto com o uso de instrumentos, no caso com auxílio de tesoura (onde emprega-se tanto os trabalhadores homens quanto as trabalhadoras mulheres), ou utilizando-se apenas as pontas dos dedos (onde a força de trabalho das mulheres é predominante).

<sup>4</sup> Na etapa de seleção de seleção, são colhidos os cachos que possuam bagas mais uniformes e sem imperfeições (manchas, feridas, rachaduras), deixando todos os outros que não se adequem às exigências dessa seleção no próprio parreiral.

<sup>5</sup> Após a etapa de seleção e classificação dos cachos, as uvas são pesadas e embaladas em caixas de papelão ou em cumbucas e sacos plásticos. A embalagem ocorre, normalmente, em lugares reservados para esse tipo de atividade. Na maioria das empresas há um galpão para embalagem ou uma *packing house* (mais comum nas grandes e médias propriedades). Nesse processo, pesa-se e embala-se os cachos de acordo com as exigências do comprador final (que podem exigir caixas, sacos ou cumbucas). Depois de embaladas, as caixas de uva recebem etiquetas com todas as suas especificações a exemplo de cor, tamanho, tipo de uva, tipo de sacola utilizada na embalagem, a data em que foi feita a colheita e o código interno da empresa.

mulheres ingressassem em novas áreas de trabalho remunerado, tivessem acesso à renda, à independência e participassem mais ativamente da vida social; criou também novos desafios, visto que os postos de trabalho gerados são, em grande maioria, informais e precários. Além disso, frequentemente desconsideram as responsabilidades domésticas e familiares como um aspecto importante da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Sendo assim, a globalização da produção agrícola sugere a conformação de um “continuum” entre o trabalho formal e o informal na produção global. A desigualdade de gênero, como um pilar importante que sustenta essa nova estrutura se estabelece porque os homens tendem a se concentrar na extremidade “formal”, ao passo que as mulheres tendem a permanecer na extremidade “informal” (BARRIENTOS; KABEER; HOSSAIN, 2004).

Entretanto, vale salientar também que o emprego nas cadeias de produção global de alimentos não se constitui como algo que é absolutamente negativo para as mulheres. Para muitas delas, esse trabalho, apesar da exploração e precariedade é melhor do que as alternativas de trabalho ainda mais precários ou de estar desempregada (apenas em casa exercendo atividades domésticas não remuneradas).

No Vale do São Francisco, a produção de uvas finas de mesa para exportação (produtos agrícolas não tradicionais dessa região), despertaram um misto de interesse e curiosidade desde a sua implantação e posterior expansão agrícola na década de 1990, sobretudo, por parte de mulheres originárias das áreas de sequeiro, da agricultura familiar, do trabalho doméstico não remunerado, que possuíam ou não a experiência do trabalho agrícola.

A viticultura despontou, então, como uma possibilidade de mudança, de vivência, de construção de uma nova narrativa, permitida a partir do trabalho produtivo, remunerado, com carteira de trabalho assinada.

Por fim, a lente investigativa da pesquisa se posiciona diante das “experiências” das trabalhadoras assalariadas rurais, buscando compreender em que medida suas narrativas de história de vida e trabalho estão relacionadas às dinâmicas do mercado de trabalho vinculado ao setor de produção de frutas em escala global (CAVALCANTI, 1997).

A pesquisa está amparada em uma perspectiva que reflete os processos de globalização a partir de “microestruturas globais”, pensando o alcance global a partir das microinterações (KNORR-CETINA, 2005). Diante disso, a questão colocada é: em que medida as narrativas e história de vida de mulheres assalariadas rurais da fruticultura de exportação no Vale do São Francisco, ou seja, no local estão vinculadas às dinâmicas globais?

Dito isto, o nosso objetivo principal da pesquisa se constitui na tentativa de compreender em que medida as condições de vida e trabalho das mulheres assalariadas da viticultura estão

relacionadas às dinâmicas do mercado de trabalho vinculado ao setor de produção de frutas de alto valor agregado para exportação na região do Vale do São Francisco.

São nossos objetivos específicos:

- i. Observar a percepção que as mulheres têm sobre os ciclos do trabalho na produção de frutas para exportação, em suas próprias trajetórias, nas relações familiares e trabalho “reprodutivo”;
- ii. Observar se, e de que forma, há uma distinção impactante na vida e no trabalho das mulheres com relação aos diferentes modelos produtivos praticados na produção frutícola com relação às dinâmicas intrínsecas à divisão sexual do trabalho;
- iii. Compreender de que modo as dinâmicas de vida e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais da viticultura estão vinculadas à produção de frutas e mercados em escala global;

#### **1.4 Relevância e justificativa para uma “sociologia feminista do trabalho na agricultura”**

A partir da revisão bibliográfica realizada para a construção do norteamento conceitual, teórico e metodológico desta tese, atentamos às pesquisas que têm sido feitas ao longo das últimas décadas com ênfase nas dinâmicas do trabalho das mulheres, sobretudo, no Brasil e na América Latina. Essa etapa de pesquisa contribuiu, concomitantemente, para a expansão do conhecimento relacionado à temática, e para a reafirmação de que tanto na sociologia rural, quanto na sociologia do trabalho brasileiras, o “trabalho das mulheres rurais” tende a uma figuração coadjuvante.

Uma revisão bibliográfica sobre os estudos de “gênero e trabalho” e “mulheres e trabalho” no Brasil (HEILBORN; SORJ, 1999; SOUZA-LOBO, 1991; HIRATA, 1991), afirmam que o “trabalho” se constitui como um dos primeiros temas que trouxeram feministas para a esfera da comunidade acadêmica, ainda no final dos anos 1960 e no início da década de 1970. Isto se deu, sobretudo, mediante à tese predominantemente feminista de que a exclusão das mulheres no mercado de trabalho estava na raiz da subordinação feminina (BUTTO ZARZAR, 2017).

Na “Sociologia do Trabalho”, desde os estudos publicados por Heleieth Saffioti e Elisabeth Souza-Lobo – dentre outras pesquisadoras – com pioneiros destaques teóricos e metodológicos, buscava-se explicar a participação das mulheres no mercado de trabalho a partir do desenvolvimento industrial e tecnológico da força de trabalho. Com isso, as pesquisas estavam sendo, fundamentalmente, desenvolvidas nos grandes centros da região Sudeste do Brasil.

Diante disso, observamos nas pesquisas e análises sobre “os mundos do trabalho” uma estreita relação entre as mulheres e a esfera “produtiva” do trabalho frequentemente associada às fábricas e indústrias urbanas. Assim, podemos destacar dois focos passíveis de problematizações em tais abordagens:

- 1) Os estudos que dão conta dos “mundos do trabalho” e das “especificidades” de gênero/mulheres na sociologia do trabalho brasileira para o mesmo período não favoreciam a compreensão da realidade das mulheres trabalhadoras rurais (tomando o como referência as transformações decorrentes da reestruturação produtiva e dos processos de modernização agrícola);
- 2) Apesar do reconhecimento da diversidade dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, persiste uma separação entre os tipos de trabalhos realizados por elas (trabalho “produtivo” *versus* trabalho “reprodutivo”) e, conseqüentemente, potencializa uma análise que tende a ocultar o conjunto do trabalho realizado pelas mulheres.

Diante disso, o enfoque que me disponho a construir na tese tem sido pouco explorado na sociologia do trabalho brasileira, pois não existem muitos estudos que se dediquem a compreender em que medida as relações intrínsecas entre os âmbitos do trabalho “produtivo” e “reprodutivo” estão relacionadas às dinâmicas do mercado de trabalho, estabelecendo relações com a expansão da globalização neoliberal e os conflitos e demais processos de subjetivação que isso tem gerado. Além disso, existem ainda, relativamente, poucas pesquisas que se dediquem a estudar as “especificidades” do mercado de trabalho que envolve centenas de mulheres sertanejas dos estados da Bahia e Pernambuco e os impactos nas suas famílias.

Portanto, esta tese de doutorado se propõe a desenvolver, com criticidade, a “zona cinzenta” onde está situada essa temática. Esse é o seu espaço: na “consustancialidade” entre estas abordagens. Longe de tomar estes limites como aspectos restritivos, compreendemos que esse espaço confere a esta pesquisa a possibilidade de contribuir com o debate, chamando atenção para as disparidades que envolvem o mercado de trabalho brasileiro e os setores produtivos.

A produção acadêmica sobre gênero/mulheres e ruralidades também reuniu um amplo arcabouço teórico-metodológico, transversalizando os principais debates nas ciências sociais a partir da década de 1970, com foco, sobretudo, nas discussões sobre campesinato e relações de gênero e integração das relações de gênero com as esferas do “trabalho” e “família”. Tais estudos ocuparam um lugar de destaque nas discussões que envolvem a diferenciação do campesinato e, especialmente, com as reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e as estratégias de reprodução social (BUTTO ZARZAR, 2017).

Já nos anos 1980, as discussões sobre a relação entre produção e reprodução começam a assumir projeção, sobretudo, devido à expansão no número de contratações femininas e à inserção desigual comparada aos homens. Especificamente relacionado ao espaço rural, Castro e Lavinias (1992) evidenciam a maior possibilidade de conciliar as “atividades econômicas” e o “trabalho caseiro”, pois no campo o “local de trabalho” e a “moradia” tendem a coincidir. Dessa forma, como o “trabalho produtivo” desempenhado pelas mulheres no campo na maioria das vezes não é passível de remuneração, ou seja, é invisibilizado no núcleo familiar, tende a ser ignorado também pelas estatísticas oficiais, o que, conforme enfatizam as autoras, provoca uma subestimação da participação feminina na produção social rural.

Além disso, destacam-se entre os estudos que abordam a relação entre mulheres e o trabalho na agricultura, a proletarianização das famílias e seu impacto na intensificação da jornada de trabalho, e as denúncias das desigualdades às quais são submetidas as mulheres em espaços rurais, como dificuldades de acesso aos direitos, à participação política e remuneração (CASTRO; LAVINAS, 1992).

Conforme Saffioti e Ferrante (1986), no Brasil havia um evidente desconhecimento sobre o trabalho das mulheres no espaço rural. Por um lado, há um número reduzido de estudos sobre a mulher rural. E, por outro, a quase totalidade das poucas pesquisas realizadas sobre o tema incide sobre universos empíricos muito restritos, dificultando considerações e análises de caráter geral.

Esta tese estabelece, portanto, um diálogo crítico com as análises da Globalização mais específicas sobre o trabalho das mulheres predominantes da sociologia rural brasileira. Esse diálogo se estabelece via uma compreensão das novas relações postas entre a agricultura e a sociedade, e os sujeitos ou atores sociais que intervêm nessa relação no contexto da globalização.

De fato, o campo da Sociologia rural vem sendo continuamente redefinido, sobretudo, diante da inclusão de novas dimensões da relação entre globalização dos sistemas agroalimentares e ruralidades. Diante disso e, sobretudo, das reconfigurações de territórios e

suas consequentes repercussões no local, surgiram novos desafios teóricos, metodológicos e empíricos (CAVALCANTI, 1998; 1999; 2015).

A principal relevância desta tese é, portanto, a possibilidade de mobilizar um referencial plural que permita casar discussões no intuito de contribuir com os arcabouços teóricos e metodológicos que vêm sendo desenvolvidos e complementá-los a partir de alguns pontos mais problemáticos ou que não respondem satisfatoriamente às questões problematizadas na pesquisa; o objetivo é contribuir com o fortalecimento desses estudos no Brasil.

Intrinsecamente às discussões desenvolvidas acerca das dinâmicas de trabalho e ruralidades, faz-se necessário desenvolver a problematização do terceiro elemento que compõe o escopo desta tese se estabelece: as questões de gênero e ruralidades, ou ainda mais especificamente, a dimensão do que é ser mulher no mercado de trabalho rural.

A questão se coloca, sobretudo, mediante duas problematizações: a) a relativa ausência de narrativas de mulheres rurais na sociologia feminista para além das lideranças dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, o que começou a ganhar força a partir dos anos 1980; b) discussões que problematizem o acesso da mulher assalariada rural ao mercado de trabalho, atentando não apenas para a emancipação decorrente do ganho econômico, mas também para os demais problemas do campo a que estão submetidas.

Somado aos pontos de discussão apresentados, a tese propõe-se a pensar o processo de “desenvolvimento” do Vale do São Francisco estabelecendo um diálogo crítico com uma série de estudos que apontam a região apenas como um local de fertilidade e riqueza em meio ao semiárido nordestino, sem atentar às contradições e desigualdades decorrentes desse processo ao longo das últimas décadas.

Além disso, um levantamento sobre boa parte das pesquisas realizadas na região que hoje compreende o polo de fruticultura irrigada Petrolina-PE/Juazeiro-BA, no Vale do São Francisco, nos permite perceber, pelo menos, quatro perspectivas mediante à pluralidade de pesquisas realizadas:

- I. As pesquisas iniciais sobre a região com o objetivo de mapear a viabilidade para a “modernização” da produção agrícola via intervenções de caráter físico-estrutural e também social. Destaque para a pesquisa liderada por Donald Pierson (1972) na década de 1950, trilogia publicada anos depois com o título de *O Homem no Vale do São Francisco*, com financiamento do público através da SUVALE;
- II. Aquelas que tiveram suas abordagens centradas nos processos de transformação e adequação do espaço rural-agrícola, e seus respectivos impactos, refletindo sobre o processo de desenvolvimento impulsionado pelo Estado ditatorial da década de

1970, como por exemplo as pesquisas realizadas por Lygia Sigaud (1991) sobre os impactos da construção de barragens sobre as dinâmicas de vida e trabalho de milhares de ribeirinhos;

- III. Entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, as pesquisas se detiveram a uma análise sobre as dinâmicas de atuação dos diversos atores sociais e políticos, e a ascensão da fruticultura irrigada vinculada ao mercado externo, dentre as quais destacamos os estudos da Oxfam por intermédio do jornalista francês Didier Bloch (1996). Dos anos 1990 ao presente outras contribuições se destacam, sobretudo, os diversos trabalhos de pesquisa dirigidos para a globalização coordenados pela professora Salete Cavalcanti (1997; 1999; 2003; 2004; 2006; 2014; 2015; entre outros);
- IV. Após os anos 1990, tiveram destaque também os estudos que estabeleceram como objetivo compreender as dinâmicas desse desenvolvimento e suas implicações sobre as relações de trabalho e as organizações políticas e sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, onde incluímos os trabalhos de Silva (2001; 2009), Octavio Damiani (2003), do pesquisador inglês Ben Selwyn (2007; 2009; 2010; 2011), Souto Jr., Silva e Lima (2012), Ângelo Leite (2013).

Além disso, transcorrendo estas distintas perspectivas de análise, existem também os estudos centrados nas discussões sobre as relações de gênero, trabalho e agricultura, dentre os quais destacamos dois eixos, especificamente: a) as pesquisas de Fischer (2000) e Branco e Vainsencher (2001; 2002) sobre as adversidades e exploração do trabalho das mulheres no contexto de transformação da produção local agrícola de alimentos; b) pesquisas associadas à divisão sexual do trabalho na produção de frutas para exportação, como por exemplo, os trabalhos de Cavalcanti, Mota e Silva (2002) Cavalcanti, Andrade e Rodrigues (2012), Cavalcanti, Ramos e Silva (1998), Ramos (1998), Oliveira (1998).

A proposta de estudo aqui apresentada, por sua vez, sugere uma ampliação deste debate, estabelecendo o foco nas questões decorrentes das problematizações entre as relações de gênero e trabalho, ressaltando as particularidades que envolvem as dinâmicas do trabalho assalariado em contextos rurais (sazonalidade, migrações, entre outros) e as influências deste sobre as mulheres trabalhadoras, chamando atenção para as particularidades que envolvem ser mulher

em um contexto, que na maioria das vezes, sequer é parte do rural<sup>6</sup>, mas carrega consigo o estigma do que representa essa categoria para o núcleo urbano da região.

Além das narrativas construídas e reproduzidas pelas mulheres, a tese procura chamar atenção para as “micro particularidades” de um processo produtivo em escala global (a partir do crescimento do setor agroexportador e, sobretudo, da chegada das grandes empresas transnacionais do setor agroalimentar), replicado em diversos “países periféricos”, como o Chile, a Argentina, o México e o Peru, na América Latina.

A relevância dessa discussão se dá ao desenvolver tais temáticas a partir das narrativas de mulheres assalariadas rurais, ativas no processo produtivo, que geram alto valor agregado à mercadoria exportada (BENDINI; BONACCORSI, 1998). Essa é uma técnica pouco usual para o desenvolvimento de discussões que objetivam discutir cadeias produtivas globais de alimentos.

## **1.5 Apresentação dos capítulos da tese**

A tese está estruturada a partir de cinco capítulos, além desta introdução. Sendo assim, nesse tópico apresentaremos as principais ideias e perspectivas traçadas em cada um dos capítulos com o intuito de orientar a leitura do trabalho final.

O primeiro capítulo, intitulado “O DELINEAMENTO DA PESQUISA: Reflexões a partir dos percursos teóricos e metodológicos” consiste em uma apresentação do desenho da pesquisa que fundamenta esta tese de doutorado, a partir das perspectivas teóricas e metodológicas mobilizadas para a compreensão e construção da análise a ser desenvolvida.

No tocante às perspectivas teóricas, serão apontados os principais conceitos utilizados como “lentes teóricas” nas análises realizadas. Em seguida, será apresentado o desenho metodológico deste estudo, explicando e fundamentando os procedimentos metodológicos utilizados para a construção e análise dos dados da pesquisa, perpassando também pelas formas de análise dos dados produzidos.

---

<sup>6</sup> A afirmação de que boa parte das trabalhadoras assalariadas rurais sequer viveram no rural se faz necessária porque esta se mostra como uma das questões pertinentes à realidade do trabalho na região do Vale do São Francisco, a “urbanização”. São trabalhadoras e trabalhadores que vivem nas zonas de periferia urbana ou agrovila, e se deslocam para o trabalho no perímetro rural.

Ao final, nas notas sobre a pesquisa de campo, serão detalhados os processos e as maneiras como se desenvolveu a pesquisa, chamando atenção para a escolha das mulheres entrevistadas, da abordagem, das tentativas para o desenvolvimento das narrativas e dificuldades encontradas; e, sobretudo, das dificuldades de percurso diante das necessidades vitais e fundamentais para o momento de fechamento da pesquisa de campo e escrita final da tese.

No segundo capítulo do trabalho, cujo título é “DINÂMICAS DE GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E AGRICULTURA” será realizada uma discussão sobre globalização e cadeias globais de alimentos. Serão mobilizados referenciais sobre a temática da globalização com o objetivo de construir uma argumentação coerente acerca dos processos de globalização que deem conta de abarcar as conexões entre as dinâmicas “locais” com a configuração da produção agrícola “global”.

Essa discussão pretende construir, mobilizando discussões teórico-conceituais da sociologia da agricultura que abordem as dinâmicas de agricultura intensiva, as bases para compreensão do trabalho das mulheres a partir da “nova” divisão internacional e social do trabalho.

O terceiro capítulo da tese volta a fazer menção à narrativa imagética do pintor grego Zêuxis para compreender o trabalho das mulheres na viticultura de exportação”. Nesse capítulo desenvolveremos uma discussão sobre as “novas dinâmicas do trabalho assalariado rural”.

Na primeira parte do capítulo mobilizaremos uma discussão acerca da agricultura em escala global e das dinâmicas de exportação com foco, evidentemente, na viticultura de exportação tomando o caso do Vale do São Francisco. Essa é uma discussão que está vinculada aos desdobramentos da discussão realizada no capítulo anterior, e envolve uma nova agenda de pesquisa que despontou a partir da década de 1990 e mobilizou pesquisas importantíssimas sobre o impacto da divisão internacional do trabalho e demandas “produtivas”.

Posteriormente, a discussão será dedicada ao mercado de trabalho rural, elencando evidências empíricas e de análise amparada em dados oficiais de emprego, e econômica chamando atenção para as suas características e demais transformações de bases econômicas e políticas e seus impactos diretos na vida das trabalhadoras. O capítulo se detém em uma compreensão sobre o que é ser mulher trabalhadora assalariada rural nesse contexto “produtivo”, mobilizando categorias analíticas diversas, incluindo os arranjos familiares e a perspectiva do trabalho (re) produtivo.

No quarto capítulo serão “entrecruzadas” a proposta metodológica da tese e as lentes teóricas apresentadas no desenho da pesquisa sobre as narrativas das mulheres entrevistadas,

com o objetivo de construir um quadro de análise “multifacetado” e ilustrado sobre as tramas das “experiências” de vida e trabalho das mulheres na viticultura de exportação da região do Vale do São Francisco. Para isso, serão apresentadas as narrativas de cinco diferentes mulheres vinculadas ao setor produtivo da viticultura de exportação.

Na sequência, o quinto e último capítulo da tese será dedicado à elaboração de uma análise acerca das narrativas de história de vida de cinco mulheres, denominadas Maria, em nome composto, pois além de garantir a privacidade, os nomes fictícios também reproduzem uma sutil homenagem à grande maioria das mulheres rurais com as quais dialogamos ao longo de mais de uma década de pesquisa no Vale do São Francisco.

Com o objetivo de tornar a análise mais assertiva, organizamos as narrativas em quatro agrupamentos: trabalho e mobilidade; os vínculos e pertencimentos: subjetividades e ruralidade; dinâmicas de vida e trabalho na produção agrícola; coextensividade entre as formas de trabalho produtivo e reprodutivo. Esses agrupamentos retomam os pontos centrais apresentados nas narrativas sob as perspectivas de análise da pesquisa.

Na conclusão da tese foi realizada um fechamento das ideias apresentadas no texto, apontando uma abordagem com foco nas narrativas, transversais às discussões teóricas, conceituais e metodológicas próprias tanto da Sociologia da Agricultura, quanto da Sociologia do Trabalho. Desse modo, o intuito foi de compreender e explicar alguns dos processos sociais envolvidos no trabalho das mulheres vinculado à viticultura de exportação com referência à análise do conteúdo das entrevistas.

## **2 O DELINEAMENTO DA PESQUISA: PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar os pontos centrais da pesquisa que fundamenta esta tese de doutorado, ou seja, apresenta o molde sobre o qual as narrativas serão costuradas, a partir das perspectivas teóricas e metodológicas mobilizadas para a compreensão e construção da análise.

Assim, com relação às perspectivas teóricas, serão apontados os principais conceitos utilizados como “lentes de direcionamento e compreensão” para as análises realizadas. Em seguida, apresentaremos o desenho metodológico deste estudo, explicando e fundamentando os procedimentos utilizados para a construção e análise dos dados da pesquisa.

Por fim, nas notas sobre a pesquisa de campo, serão detalhados os processos e os meandros do desenvolvimento da pesquisa, chamando atenção para a escolha das narrativas das informantes, da abordagem de observação, das tentativas para coletar narrativas e das dificuldades encontradas; e, nesse momento, sobretudo, das dificuldades de percurso mediante as necessidades vitais e fundamentais para o momento de fechamento do cronograma da pesquisa de campo e escrita final da tese.

### **2.1 Perspectivas teóricas que orientam a pesquisa**

O polo de fruticultura Petrolina-PE/Juazeiro-BA, no Vale do São Francisco, é reconhecido como uma das regiões de maior dinamismo econômico do Nordeste brasileiro. A partir dos anos 1970, a região foi alvo de sucessivos investimentos públicos e privados que a conduziram ao posto de uma das maiores produtoras agrícolas do país.

No entanto, foi na década de 1990 que a fruticultura se firmou, implicando em grandes transformações nos modos de produção agrícola e nas formas e condições do trabalho, com repercussões econômicas, sociais e políticas (CAVALCANTI, 1999; SILVA, 2001; 2009; DAMIANI, 2003). Os maciços investimentos, a reorganização produtiva em bases empresariais, a ampla disseminação de sistemas de irrigação e a incorporação de técnicas

agrícolas adaptadas às condições locais inseriram a região no mercado nacional e internacional de frutas frescas, com especial destaque para a uva.

Esse período coincide com a expansão da “globalização neoliberal”, que repercutiu em um processo de transformação produtiva, tecnológica e de capitalização, que possibilitou a homogeneização de produtos e a intensificação da escala de produção a partir de uma maior utilização de insumos, de pacotes fitossanitários e de espécies geneticamente modificadas.

Associada ao conjunto de transformações na base produtiva, ocorreu um amplo processo de transformação no que diz respeito às dinâmicas do trabalho rural na região, com destaque para a expansão do emprego formal, a partir da segunda metade dos anos 1980.

A primeira característica marcante de tais transformações, a partir da inserção da região em uma cadeia global de produção de alimentos, portanto, foi a expansão do quantitativo de postos de trabalho; e, posteriormente, a reestruturação desse mercado de trabalho e a formalização das relações de trabalho nas unidades de produção agrícola (predominantemente via contratos temporários). Arelada a isso, a expansão do agronegócio de exportação na América Latina também tem se caracterizado pela “feminização do mercado de trabalho” (HIRATA, 2001; LARA FLORES, 2008; BENDINI, 2006), tendo em vista o crescimento da participação das mulheres nesse setor.

Essa é uma questão que tem chamado atenção de diversas pesquisadoras ao longo das últimas décadas, como é o caso da Argentina (BENDINI, 1999; 2006; MINGO, 2011; APARICIO, 2013), do México (LARA FLORES 1995; 1998; 2008) e também do Chile (VENEGAS, 1992; CARO, 2013; TIJOUX; CÓRDOVA, 2015; VALDÉS, 2014; VALDÉS; GODOY, 2016), pelo menos. A divisão sexual do trabalho constitui, portanto, uma característica que tem se reproduzido em diversos contextos de produção agrícola.

É importante frisar que o conceito de “divisão sexual do trabalho” é tomado como uma forma de divisão social do trabalho que remete prioritariamente os homens à esfera pública (produtiva) e as mulheres à esfera privada (reprodutiva e do cuidado). Além disso, Hirata e Kergoat (2007) evidenciam que tende a existir uma apropriação pelos homens das funções com maior valor social agregado, em níveis diversos, tais como o econômico, político e religioso, por exemplo. Segundo as pesquisadoras, essa forma específica da divisão social do trabalho está organizada em torno de dois princípios: 1) o princípio da separação, que implica na existência de “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”; 2) o princípio hierárquico, que atribui maior “valorização” ao trabalho desenvolvido pelos homens (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A perspectiva adotada é de que as relações sociais são “consustanciais”, o que implica dizer que as relações sociais constituem um “nó” (SAFFIOTTI, 2013) que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica. Além disso, as relações sociais são “coextensivas”, ou seja, ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se “reproduzem” e se “co-produzem” mutuamente (KERGOAT, 2010).

O conceito de “consustancialidade” tem sido fundamentalmente utilizado pelas pesquisadoras do mundo do trabalho, e sobretudo, pela tradição francesa (KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014). Trabalhar com a noção de consustancialidade das relações sociais de gênero, classe e raça é fundamental para uma compreensão sobre as trabalhadoras rurais, destacando os “nós” que perpassam suas trajetórias de vida e trabalho. Este resguarda alguns pontos em comum com outro conceito bastante usual nas perspectivas de análise feministas do trabalho: a “interseccionalidade”. A intersecção das relações, constitui uma das problemáticas centrais dos estudos pós-coloniais e o feminismo negro (*black feminism*).

As novas configurações da divisão sexual do trabalho sugerem que as habilidades das mulheres, tradicionalmente associadas à esfera reprodutiva e consideradas “tipicamente femininas”, favoreceram sua contratação em atividades das cadeias produtivas de alto valor. É assim que muitos projetos de pesquisa realizados durante as últimas décadas pelas pesquisadoras supracitadas, dão conta desse processo, mostrando que as mulheres têm sido incorporadas ao mercado de trabalho, principalmente, como mão de obra nos campos de produção de flores, frutas e legumes para exportação. Neste contexto, propõe-se que as mulheres foram assumidas como uma força de trabalho reserva para o agronegócio, e que a expansão do capital na agricultura de exportação se apropriou das desigualdades de gênero.

Conforme chama atenção Wilma Dunaway (2014), as análises sobre as cadeias produtivas tendem, fundamentalmente a uma falsa dicotomia analítica entre as dinâmicas do mercado de trabalho e a família, ou entre “produção” e “reprodução”. Essa é uma questão recorrente nas diversas pesquisas que têm sido realizadas sobre as dinâmicas do trabalho produtivo em escala global e também na América Latina.

A literatura sugere que ao invés de partir das transformações instauradas a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho “produtivo”, as análises poderiam ser construídas levando em consideração duas questões basilares: 1) Como a transformação nas “dinâmicas do trabalho” altera as funções “produtivas” e “reprodutivas” e a divisão sexual do trabalho no seio familiar; 2) Como o espectro de reestruturação econômica destas regiões produtivas gera impactos locais ao introduzir novas dinâmicas para a reprodução social (DUNAWAY, 2014; FEDERICI, 2019).

A perspectiva de Wilma Dunaway (2014) é bastante pertinente para desenvolver o problema de tese aqui proposto. A autora, em sua abordagem a partir da teoria de “sistema mundo” (WALLERSTEIN, 1984), amplia o enfoque de cadeias produtivas globais considerando o aporte doméstico para a reprodução do capital. Essa é uma dimensão importante a ser considerada, sobretudo quando se leva em consideração que as mulheres assalariadas rurais, integradas à economia mundial, exercem dupla função para a reprodução do capital; por um lado, ao se inserirem nesse mercado de trabalho, as mulheres acabam sendo incorporadas como donas de casa e não apenas como trabalhadoras assalariadas, e por outro, ao produzir mercadorias destinadas à exportação, executam um trabalho que possibilita uma redução da jornada de trabalho doméstico de famílias nos países de destino.

Tais questões remetem à perspectiva analítica de Silvia Federici (2019), que aponta como a globalização da economia potencializou uma grave crise na reprodução social de “países periféricos” latino-americanos, asiáticos e africanos manifestada por meio da nova divisão internacional do trabalho. Para ela, a nova divisão internacional do trabalho se apropria da mão de obra destas mulheres com o intuito de assegurar a reprodução da força de trabalho nas “metrópoles”.

Diante disso, as bases teóricas sob as quais lançamos a questão desta pesquisa está amparada em uma perspectiva que pensa os processos de globalização a partir do conceito desenvolvido por Karin Knorr-Cetina (2002; 2005) “microestruturas globais”. Responder à questão colocada pela pesquisa a partir da chave analítica da autora é interessante porque põe as dinâmicas da globalização em um outro plano; pensando o alcance global a partir das microinterações.

O conceito de “microestruturas globais” é definido a partir de padrões e coordenação de alcance global, mas de caráter microssociológico, que conectam e montam domínios globais (KNORR-CETINA, 2005; KNORR-CETINA, 2002). Tal perspectiva sugere que os campos em que os participantes estão orientados, embora estejam socialmente distantes um para o outro, e ao mesmo tempo desativados das configurações locais, são abrangidos e vinculados por “microestruturas globais”. Assim, na argumentação dessa autora, as características da ordem de interação, vagamente definidas, tornam-se constitutivas e implantadas em processos de amplitude global.

Essa talvez constitua a chave de discussão teórica-metodológica mais incisiva revelando a conexão que a tese procura estabelecer entre as “experiências” de vida e trabalho de mulheres assalariadas rurais que atuam na base de uma cadeia produtiva em escala global.

## 2.2 Procedimentos para construção e análise dos dados da pesquisa

Nesse tópico apresentaremos e justificaremos as escolhas pelo caminho pelo qual construímos os dados apresentados na tese. A partir de um viés metodológico focado em abordagens qualitativas, optamos por trabalhar com a História Oral, ou com os relatos orais por meio de entrevistas de Histórias de Vida<sup>7</sup>, não apenas como um instrumento de produção ou obtenção de dados, mas sobretudo, enquanto uma metodologia de pesquisa que privilegia certos objetos de estudo que, ao longo do tempo foram silenciados pela “história oficial” (MENEZES, 2005).

A proposta da tese é analisar, a partir dos relatos de história de vida, trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais levando em consideração, como chama atenção Silva (2010), os “fluxos e refluxos” nos diferentes momentos da vida delas.

A noção de “experiência” constitui um elemento central a esta pesquisa. Diante disso, o uso das entrevistas talvez seja fundamental não apenas enquanto método para apreender a experiência de vida e trabalho das mulheres assalariadas rurais, mas, sobretudo, enquanto um instrumento de interpretação das suas próprias perspectivas (no sentido de como elas próprias interpretam suas ações).

Sendo assim, na pesquisa optamos pela realização de entrevistas com mulheres trabalhadoras rurais assalariadas (em regime de trabalho permanente e temporário), com o objetivo de tentar apreender como estas mulheres “experenciam” o trabalho e o cotidiano associado ao trabalho. Elegemos as entrevistas narrativas com poucas intervenções diante da possibilidade que as entrevistadas teriam de se expressar mais livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

A escolha desse tipo de entrevista, pressupõe que a narrativa das entrevistadas tenha relevância para os objetivos do estudo. A proposta aqui delineada trabalhou com a ideia da realização de entrevistas em continuidade com mulheres trabalhadoras rurais na viticultura. Ou seja, a ideia era que pudéssemos realizar entrevistas em períodos distintos ao longo de 2019 – 2020 (e, conseqüentemente, períodos distintos do ciclo produtivo agrícola e do trabalho) com o objetivo de cruzar a narrativa de história de vida com as experiências subjetivas do trabalho.

---

<sup>7</sup> Conforme chama atenção Heloisa Martins (2004, p. 294), “deve-se [...] frisar que quem faz história oral são os historiadores. Cabe aos cientistas sociais obter os relatos orais por meio de entrevistas, construir histórias de vida, como sempre o fizeram. História oral é um movimento voltado não à coleta de documentos já produzidos, mas à elaboração de novos documentos a partir de relatos e entrevistas de informantes que não necessariamente têm uma projeção na vida pública ou alguma notoriedade, mas que se encontram em condições de relatar algo sobre sua participação na história”.

No entanto, em decorrência da pandemia desencadeada pela COVID-19 esse planejamento precisou, forçadamente, ser readequado, inicialmente para o segundo semestre de 2020, quando a tese já deveria estar caminhando para a etapa de conclusão. Ao longo da nossa própria vivência da pandemia ao longo de 2020 foi cada vez ficando mais evidente que cumprir aquela última etapa do cronograma estava praticamente a se perder no horizonte.

Assim, voltamos ao nosso lugar de partida e de referência acadêmica: o Vale do São Francisco e os sindicatos de trabalhadores assalariado rurais, dialogando com as representações da categoria e a participar, remotamente, das atividades de formação sindical dos delegados e delegadas sindicais e, posteriormente, da construção de pauta para negociação com a categoria patronal a fim de firmar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria de assalariados rurais.

As etapas são apresentadas, sucintamente, a seguir com o objetivo de tornar clara a ideia que percorre a construção da argumentação que lançamos mão na pesquisa em torno da noção da “experiência” vinculada às dinâmicas do trabalho e da vida das mulheres.

### *2.2.1 Apresentação do desenho metodológico da pesquisa*

A construção da perspectiva metodológica (e epistemológica) que orienta esta pesquisa desenha-se a partir da compreensão da noção de “experiência”, amparada em uma via de mão dupla que mobiliza tanto as percepções sociológicas da fenomenologia, quanto da história social.

Por um lado, se desenvolve a partir da ideia de “estoque de conhecimento” (SCHÜTZ, 1979) fundamentado na vivência da ideia de mundo a partir das próprias experiências e também daquelas que são transmitidas pelas mães, avós, colegas de trabalho mais antigas, e que na forma de “conhecimento à mão”, funcionam como código de referência. E, por outro lado apreende a noção da “experiência” vinculada ao trabalho em uma perspectiva relacional da classe, como algo que, de fato, acontece (THOMPSON, 2011).

Nesse sentido, a própria noção de “experiência” de classe é determinada, em grande medida, a partir das relações produtivas estabelecidas em que as trabalhadoras se encontram desde o berço ou a partir de outros momentos em que foi adentrada por elas. Esta se constitui como uma discussão importante para o desenvolvimento da questão central que norteia a

tessitura do argumento apresentado nesse trabalho, a partir de uma chave de análise fundamental, que é a noção de “experiência”, para a compreensão das relações do trabalho e da vida das mulheres trabalhadoras da viticultura de exportação no Vale do São Francisco.

### 2.2.1.1 A noção da “experiência” na Fenomenologia de Alfred Schütz

Foi a partir das influências fenomenológicas de Edmund Husserl que Alfred Schütz deu forma a sua “fenomenologia sociológica”. Schütz se dedicou à resolução da problemática referente ao estatuto da subjetividade, e com isso estabeleceria a conexão da fenomenologia com a sociologia.

Na sua obra, a preocupação central do autor versa, sobretudo, pela descrição dos processos sociais que ele compreendia como: a passagem da duração ao mundo espaço-temporal; e a constituição dos contextos de experiência e de ação.

[...] a passagem da duração ao mundo espaço-temporal corresponde à conformação da experiência – uma experiência individual que, no entanto, é fundamentalmente social, posto que tecida cooperativamente, no processo social. A conformação dos contextos de experiência, por sua vez, constitui o que Schutz compreende como a base da ação social, ou seja, o espaço intersubjetivo propriamente dito, por meio do qual as condutas são reguladas (CASTRO, 2012, p. 53).

Desse modo, ficam evidentes duas noções centrais na reflexão fenomenológica de Schütz: a experiência e a ação. Castro (2012) sugere que na proposição do autor, a experiência e a ação constituem atos correlatos que resultam da conexão entre diversas mentes em interação socialmente. Diante disso, surge a necessidade de falar em intersubjetividade, ou “ao menos, em compreender a subjetividade como um ato intersubjetivo” (CASTRO, 2012, p. 54).

No entanto, Husserl não foi a sua única influência; Além da perspectiva fenomenológica deste, a sociologia compreensiva de Max Weber<sup>8</sup> também marca profundamente o pensamento de Alfred Schütz.

A noção de experiência, tal como é formulada por Schütz, é uma questão central na perspectiva da fenomenologia sociológica. Decifrá-la, entretanto, exige a reunião de uma

---

<sup>8</sup> Na perspectiva weberiana da sociologia enquanto uma ciência que busca compreender, de modo interpretativo a ação social e através disso explicá-la causalmente em termos de curso e efeitos (WAGNER, 1979).

grande diversidade conceitual. Com a finalidade de tornar claro aqui o que é experiência à luz da fenomenologia, prosseguiremos a partir da definição conceitual do próprio autor.

A reflexão de Schütz sugere que a experiência se desenvolve na “duração” (a corrente de experiências vivas em fluxo infinito), no sentido de uma dimensão subjetiva e interiorizada do ser humano. Uma outra dimensão, também subjetiva, e posterior à “duração” é a “consciência”.

Para Schütz (1979, p. 61), a consciência da experiência na corrente de duração pura é transformada a cada momento em lembrança do que aconteceu; é “o lembrar que suspende a experiência da corrente de duração irreversível e modifica, assim, a consciência, transformando-a em lembrança”.

As experiências, nesse sentido, são apreendidas, distintas, acentuadas, marcadas, sempre uma com relação à outra, de modo que as experiências constituídas em fases de um fluxo de duração tornem-se “Agora” objetos da “atenção” como experiências constituídas. Assim, aquilo que antes havia se constituído como uma fase, revela-se no “Agora” como uma experiência real, não importando se o “Ato de atenção” (que pressupõe uma experiência que já está no passado) é reflexivo ou reprodutivo.

Nas palavras do autor:

Do ponto de vista do estar imerso na duração, o “Agora” é uma fase, mais do que um ponto, e, conseqüentemente, as diferentes fases se misturam umas às outras num *continuum*. A própria experiência de viver o fluxo de duração segue em frente, tem um movimento unidirecional, irreversível, indo de multiplicidade em multiplicidade, um processo constante de fuga. Cada fase da experiência dissolve-se em outra enquanto está sendo vivida, sem nenhuma fronteira definida; mas cada fase é distinta da outra em seu “assim”, ou qualidade, na medida em que está na mira da “atenção” (SCHÜTZ, 1979, p. 62).

Portanto, é absolutamente necessário “colocar em oposição” as experiências que são indiferenciadas em seu movimento (umas penetrando nas outras), daquelas que são delimitadas, ou seja, passadas. Estas, que já estão no passado, são apreendidas através de um “Ato de atenção”. Arelado a esta ideia, Schütz lança o conceito de “experiência significativa”.

Só do ponto de vista retrospectivo é que existem experiências delimitadas. Somente o que já foi vivenciado é significativo, e não aquilo que está sendo vivenciado. Pois o significado é meramente uma operação da intencionalidade, a qual, no entanto, só se torna visível, reflexivamente. Do ponto de vista da experiência que está se passando, a predicação de significado é, necessariamente trivial, já que significado, aqui, só pode ser entendido como um olhar atento dirigido não à experiência que está passando, mas a experiência já passada (SCHÜTZ, 1979, p. 63).

Schütz (1979) argumenta ainda que, existem experiências que são experiências enquanto estão presentes, mas sobre as quais não se pode refletir nada, ou apenas através de uma apreensão extremamente vaga e cuja reprodução, a não ser por meio da noção “vazia” de que “vivencia algo”.

Esse “grupo de experiências” é denominado por Schütz (1979, p. 64) “essencialmente atuais”, porque elas “são por natureza, limitadas a uma determinada posição temporal dentro da corrente da consciência”. Além disso, são conhecidas por sua ligação ou proximidade com o âmago mais profundo do Ego, definido por Scheler como “privacidade pessoal absoluta” do indivíduo (SCHÜTZ, 1979).

Para Schütz, a “privacidade pessoal absoluta” de um indivíduo “está lá”, e ela “permanece absolutamente fechada, sem permitir que outros indivíduos compartilhem sua experiência”. Entretanto, Schütz chama atenção para que “também no autoconhecimento existe uma esfera de intimidade absoluta, cujo *estar lá* (Dasein) é tão indubitável quanto fechado à nossa inspeção” (SCHÜTZ, 1979, p. 64). As experiências peculiares a essa esfera são, conforme Schütz, inacessíveis à memória.

Talvez se possa reforçar a confirmação dessa tese (que aqui só pode ser afirmada, e não inteiramente provada) por meio de uma observação imediata: a reprodução adequada da experiência torna-se cada vez menos possível na medida em que esta se aproxima do âmago, da intimidade da pessoa. A consequência dessa função decrescente é uma reprodução cada vez mais vaga do conteúdo da experiência. Simultaneamente, diminui a possibilidade de recapitulação, isto é, a capacidade de reconstrução completa do curso da experiência (SCHÜTZ, 1979, p. 64).

Para Schütz, caso haja ainda alguma possibilidade de reprodução, o máximo a que se pode chegar é a um simples ato de apreensão. No entanto, o “como” da experiência só poderá ser reproduzido através da “recapitulação”.

Embora a lembrança de uma experiência do mundo exterior seja relativamente nítida, uma sequência de acontecimentos externos pode ser lembrada em uma livre reprodução, ou seja, escolhendo arbitrariamente determinados pontos de duração. Em contrapartida, a reprodução das experiências da percepção interior é bem mais difícil; “aquelas percepções internas próximas do âmago absolutamente privado da pessoa são irrecuperáveis no que diz respeito a seu ‘como’, e no máximo pode-se apreender o seu ‘isso’” (SCHÜTZ, 1979, p. 65).

Conforme Schütz (1979), a essa região pertencem não apenas todas as experiências da realidade física do “Ego”, mas também os fenômenos psíquicos que são classificados conjuntamente sob o título de “humores”, “sentimentos” e “afetações”.

Por fim, destaca que os limites da lembrança coincidem com os limites da “racionalidade”, no sentido da “possibilidade de atribuir significado”.

A possibilidade de recuperação pela memória é, de fato, o primeiro requisito de toda construção racional. Aquilo que é irrecuperável – em princípio, sempre algo inefável – só pode ser vivido, nunca “pensado”: é, em princípio, impossível de ser verbalizado (SCHÜTZ, 1979, p. 65).

Uma outra questão relacionada à experiência é colocada por Schütz a partir da distinção entre “comportamento” e “experiências pessoais”. Essa relação está amparada na perspectiva de Husserl de que o comportamento é “uma experiência da consciência, atribuidora de significado” (SCHÜTZ, 1979, p. 66).

Tomando emprestada essa perspectiva, Schütz entende que o “comportamento” é definido como uma experiência da consciência, que atribui significado através da atividade espontânea. A atividade, por sua vez, é uma experiência que se constitui em fases, ou seja, na transição de um “Agora” para o seguinte. A reflexão, portanto, só pode ser dirigida a ela de um ponto de vista posterior, o que, necessariamente, envolve “retenção” ou “lembrança”. Para Schütz, em qualquer um desses casos, “a intencionalidade original da atividade espontânea é preservada na modificação intencional” (SCHÜTZ, 1979, p. 67).

Para Schütz, isso significa que o próprio comportamento de uma pessoa, enquanto ocorre, é uma experiência “pré-fenomenal”. Portanto, a experiência do fenômeno nunca é de alguém “em processo”, ou seja, “se comportando”, mas de alguém que “se comportou” (ou em fases sucessivas depois que as primeiras tiverem acontecido) (SCHÜTZ, 1979).

Então, o comportamento consiste em uma série de experiências que são distintas de todas as outras devido a uma “intencionalidade primordial de Atividade espontânea”, que permanece a mesma em todas as modificações intencionais. O “significado das experiências”, nessa perspectiva, “não é mais do que aquele código de interpretação que as vê como comportamento” (SCHÜTZ, 1979, p. 67).

Dessa forma, também o “comportamento”, apenas o que já está feito, terminado, possui significado. Por fim, apenas a experiência percebida reflexivamente na forma de atividade espontânea possui significado.

Schütz também retoma a ideia de “mundo”, referindo-se à experiência subjetiva e à compreensão. Em um sentido mais subjetivo, um mundo é a totalidade de uma esfera específica da experiência, conforme é vista e compreendida por um indivíduo específico, em um momento determinado e em circunstâncias específicas (WAGNER, 1979).

Essa ideia de “mundo” pressupõe um número indeterminado de mundos em que uma pessoa pode viver sucessiva, alternada ou ocasionalmente. Entretanto, aplica-se o termo “mundo” a todas as múltiplas esferas de experiência porque, para o indivíduo que vivencia, a esfera na qual ele se encontra no momento é, de fato, o mundo inteiro.

A análise sobre o mundo da vida, de Schütz, parte da ideia de mundo da vida cotidiana. Esse constitui um “mundo” em que a pessoa está em estado de total alerta, pois nele consiste a esfera absoluta das experiências de um indivíduo, que é delimitada pelos objetos, pessoas e eventos encontrados na busca dos objetos pragmáticos do viver (SCHÜTZ, 1979; WAGNER, 1979).

Para Schütz (1979), o mundo da vida cotidiana significa o mundo intersubjetivo existente anteriormente ao nascimento do indivíduo, que era vivenciado e interpretado por outros (“predecessores”, “ancestrais”), como um mundo organizado.

Toda e qualquer interpretação desse mundo está baseada em um “estoque de conhecimento” a partir de vivências anteriores, que são as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por aqueles que vieram antes de nós, e que na forma de “conhecimento à mão”, funcionam como código de referência.

Somente uma parte muito pequena do meu conhecimento do mundo se origina de minha experiência pessoal. Maior parte é derivada do social, dada por meus amigos, meus pais, meus professores e os professores dos meus professores. Não só aprendo a definir o ambiente [...], mas também como têm de ser formadas construções típicas seguindo o sistema de relevâncias aceito pelo ponto de vista unificado e anônimo do grupo interno. Isso inclui estilos de vida, meios de entrar em harmonia com o ambiente, receitas eficientes para a utilização de meios típicos que provocam fins típicos em situações típicas. O meio tipificador *par excellence*, através do qual o conhecimento social é transmitido, é o vocabulário e a sintaxe da linguagem cotidiana (SCHÜTZ, 1979, p. 96).

Entretanto, esse “estoque” não é homogêneo; dá-se em fluxo contínuo, e muda de um qualquer “Agora” para o seguinte, não apenas de extensão, mas também de estrutura. Assim, qualquer experiência posterior enriquece e amplia o conhecimento.

#### 2.2.1.2 A noção de “experiência” na perspectiva Thompsiana

Tomando como ponto de partida a perspectiva teórica de E. P. Thompson, que está fundamentada, sobretudo, em uma abordagem marxista que pensa a noção de “experiência” vinculada a uma compreensão de “classe” e de “consciência”.

O termo que elegemos como chave para construção teórico-metodológica do argumento que transversa essa tese, a “experiência”, aparece em Thompson como uma descoberta, de fato, adicionada à compreensão de classe. Essa é uma dimensão importante da contribuição de Thompson, que com sua acidez nata, ao mesmo tempo em que cunha um adendo importante, que o termo talvez pudesse ter sido incorporado às discussões do velho Karl Marx, a partir de elementos da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty, estabelece críticas certas à corrente Althusseriana.

Em *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, Thompson (1981) trata da “experiência” como o termo ausente apresentando críticas a Althusser e seus seguidores sob a argumentação de que estes desejavam expulsar a noção de “experiência” do clube do pensamento pois tratava-se de “empirismo”.

Questionarei as proposições seguintes e as examinarei em sequência. (1) A epistemologia de Althusser é derivativa de um tipo limitado de processo acadêmico de aprendizagem, e não tem validade geral; (2) em consequência, não tem a categoria (nem um meio de “tratar”) da “experiência” (ou a influência do ser social sobre a consciência social); por isso, falsifica o “diálogo” com a evidência empírica inerente à produção do conhecimento e à prática do próprio Marx, incidindo portanto, continuamente, em modos de pensar que a tradição marxista chama de “idealistas”; (3) em particular, confunde o necessário diálogo empírico com o *empirismo*, e faz consistentemente uma representação falsa (de formas as mais ingênuas) da prática do materialismo histórico (inclusive a própria prática de Marx) [...] (THOMPSON, 1981, p. 13).

Entretanto, em oposição a essa forma de compreensão que acusa o termo de puramente empirista, Thompson afunila a sua perspectiva.

A “experiência” (descobrimos) foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipula” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação (THOMPSON, 1981, p. 189).

A “experiência” é, portanto, uma categoria indispensável, pois compreende a resposta mental e emocional, ou de um indivíduo, ou de um grupo social, para acontecimentos interrelacionados, ou ainda, para repetições do mesmo tipo de acontecimento.

Para Thompson (1981), a “experiência” é válida e efetiva, ainda que dentro de limites determinados pelo espectro do conhecimento individual. Diante disso, como seria possível atingi-la ou reproduzi-la?

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 16).

A “experiência” é, portanto, o elemento chave na compreensão do processo através do qual a consciência é construída. Ou seja, para Thompson (2011), a consciência de classe se estabelece como uma resultante da interpretação subjetiva que homens e mulheres fazem da sua própria experiência.

Além da própria noção da “experiência”, Thompson chama atenção para a significação de um outro termo: a “cultura”. Para ele, a junção entre “experiência” e “cultura” possibilitam uma outra via de compreensão social.

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p. 189).

É importante destacar que a classe está também profundamente marcada pelas práticas culturais da vida cotidiana, que vão desde os versos de repente embalados por palmas ou pandeiro, aos hinos de louvor evangélicos que disputam o coro com a música popular no sertão (piseiro, forró, brega etc.), inclusive em espaços de formação. Tudo isso contribui com o processo histórico de formação da classe trabalhadora (THOMPSON, 2011; FRADER, 2014).

Entretanto, a perspectiva de Thompson centrada no fazer-se da classe trabalhadora esbarra em uma questão central para o desenvolvimento da ideia que estamos construindo. Primeiro, transparece um não reconhecimento das desigualdades prevaletentes na própria

classe, temática já abordada por uma pluralidade de pesquisadoras feministas; Segundo, a ocupação do espaço de marginalização na história da classe trabalhadora. Dessa maneira, Thompson não chega a explorar como a experiência do capitalismo industrial pelas mulheres demarca o seu comportamento político (FRADER, 2014).

A tensão entre sua domesticidade supostamente essencial e sua exploração pelos empregadores industriais serve para ilustrar os piores efeitos do sistema capitalista mas, ao mesmo tempo, torná-los marginais. Suas obrigações domésticas parecem comprometer a consciência política das mulheres – mesmo daquelas que trabalham – de um modo diferente da dos homens (para quem, em todo caso, [o trabalho] não é visto como um problema). [...] Não somente as mulheres aparecem na margem da história, mas, no momento em que surgem, não contribuem com a formação da consciência de classe (SCOTT, 1981 citado por FRADER, 2014, p. 408).

A historiadora Joan Scott é uma reconhecida crítica às ideias de E. P. Thompson, que questiona a marginalização das mulheres na história dos movimentos sociais e políticos, e, sobretudo, o uso da “experiência”, no sentido das “realidades vividas da vida social” (SCOTT, 1991, p. 784).

Para Scott (1999), os indivíduos são posicionados e produzem as suas experiências para dar conta dos processos históricos. De acordo com essa definição, a “experiência” torna-se aquilo que se busca explicar, ou “aquilo sobre o qual se produz conhecimento” (SCOTT, 1999, p. 27).

Essa é a questão que nos interessa, particularmente, pois é importante conceber como a retomada da própria noção de “experiência” em E. P. Thompson (ainda que haja sobre ela uma infinidade de críticas) possibilita discutir o papel central que tem ao reintroduzir a memória e a subjetividade na história social e, nesse caso, na história das mulheres e no mundo do trabalho (FRADER, 2014).

### 2.2.1.3 A noção da “experiência” vinculada ao trabalho das mulheres

No Brasil, a socióloga Elisabeth Souza-Lobo (2011) desenvolveu uma série de estudos bastante promissores colocando as relações de gênero no centro das questões que envolviam trabalho e sindicalismo nos anos 1980.

Embora sua vida tenha sido interrompida acidentalmente ainda muito jovem, detém uma produção acadêmica brilhante, tendo, dentre estes, realizado uma pesquisa a partir de uma abordagem teórico-metodológica atentando à noção de “experiência”, fundamentada na perspectiva de E. P. Thompson, buscando refletir sobre a experiência vinculada ao trabalho de três operárias com foco nas suas histórias de vida.

Souza-Lobo utiliza o conceito de “experiência” tal como é definido por Thompson, considerando-o adequado

na medida em que permite articular trajetórias e representações das operárias, quebrando a dicotomia objetividade-subjetividade, que me parece levar sempre a um impasse, tanto nas pesquisas que trabalham com histórias de vida quanto naquelas que se pretendem “objetivas” e, por conseguinte, capazes de separar a experiência real do imaginário vivido, a objetividade dos acontecimentos da subjetividade em que são vividos (SOUZA-LOBO, [1989] 2011, p. 81).

No desenvolvimento da pesquisa, a pesquisadora posiciona sua análise no ângulo da experiência da dominação, a partir das narrativas das três informantes da pesquisa, procurando estabelecer a relação entre as experiências e o destino, atentando aos acontecimentos vividos e suas representações.

Essa abordagem desenvolvida por Souza-Lobo tem permeado a pesquisa sobre a qual as análises e discussões que aqui se apresentam desde a construção do seu primeiro projeto de investigação. Compreendemos a ousadia de Souza-Lobo por construir a partir de apenas três informantes uma investigação rica e profunda. As narrativas de História de vida dessas mulheres estão no centro, as dinâmicas que conformam a relação entre os trabalhos produtivos e reprodutivos estão ali, e são igualmente problematizados.

Entretanto, a noção de “experiência” à qual a pesquisadora desenvolve sua argumentação, transcende a própria noção na qual está referenciada (THOMPSON, 2011), sobretudo, ao abordar no centro da perspectiva de classe, experiências de vida e trabalho de mulheres.

Muito embora essa se constitua a principal fonte de inspiração e encorajamento teórico-metodológico para a construção desta tese, outras questões ainda precisam ser adicionadas. Além de Souza-Lobo (2011), uma outra perspectiva que tem explorado (ainda que indiretamente) a noção de “experiência” na Sociologia do Trabalho a partir da compreensão sobre qualificação para o trabalho ou formação não institucional é desenvolvida pela socióloga francesa Daniele Kergoat.

Para Kergoat (1987), a partir de suas primeiras reflexões sobre as dinâmicas de qualificação para o trabalho das mulheres, denota-se uma percepção de inviabilização do

trabalho das mulheres a partir da compreensão de trabalho qualificado que não perpassa pela institucionalidade.

[...] ao invés de dizer que as operárias têm uma formação inexistente ou mal adaptada, dizemos o contrário, que elas têm uma formação perfeitamente adaptada aos empregos industriais, que se lhes propõem. Dizemos também que elas a adquiriram, inicialmente, através de um aprendizado (na profissão de futura mulher, quando eram meninas), depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos). As operárias não são operárias não-qualificadas ou trabalhadoras manuais porque são mal formadas pela escola, mas porque são bem formadas pela totalidade do trabalho reprodutivo (KERGOAT, 1987, p. 84).

Apontamos que Kergoat, indiretamente, refere-se à noção de “experiência” associada ao conhecimento a partir de dois aspectos citados: i) o conhecimento adquirido através do exercício contínuo de aprendizado do trabalho a partir da repetição e da prática; ii) a ideia do conhecimento adquirido a partir do trabalho doméstico não remunerado desde a infância.

A questão norteadora apresentada por Daniele Kergoat (1987), segundo ela própria, aponta para duas consequências. Primeiro, a qualificação das mulheres, não sendo adquirida por meios institucionalmente reconhecidos, tende a ser negada por seus empregadores.

Para Kergoat (1987), no caso das mulheres, é justamente o não reconhecimento das qualificações que são demandadas a elas, tais como “destreza”, “minúcia” e “rapidez” que aparecem como socialmente legítimas, quando associadas ao trabalho das mulheres, tendo em vista que tendem a ser julgadas como inatas e não como fruto de conhecimento adquirido.

Além disso, uma segunda consequência da questão consiste no fato de que as mulheres tendem a interiorizar a banalização da sua própria qualificação profissional e, em decorrência disso, desvalorizam o seu trabalho.

Essa perspectiva sobre a “qualificação” do trabalho das mulheres a partir da experiência prática do trabalho também é apontada por Lara Flores (1998) nas suas pesquisas no México com mulheres trabalhadoras rurais em campos de flores e hortaliças. A autora aponta que em Sinaloa:

la mayoría de las trabajadoras eran nietas o bisnietas de otras mujeres que fueron empacadoras de hortalizas desde los años veinte, entendí que la destreza de las mujeres en los empaques e invernaderos de hortalizas no era una capacidad “natural” sino algo aprendido (LARA FLORES, 1998, p. 17).

Essas mulheres, ainda crianças passavam suas férias colhendo o refugio da produção de tomates no local em troca de algum ganho. Esse trabalho lhes “qualificou” ao longo do tempo e por meio da experiência prática para o trabalho. Essa é uma modalidade da qualificação para

o trabalho não institucionalizada, não vista e não paga que se reproduz no trabalho das mulheres em diversos campos de produção agrícola.

A argumentação sobre a qual esta tese está amparada tem como objetivo dialogar tais perspectivas acerca da noção de “experiência” objetivando, com isso, desenvolver uma discussão centrada no trabalho das mulheres na viticultura de exportação. Para isso, julgamos fundamental a construção de um debate centrado no trabalho das mulheres como fruto de processo de qualificação e aprendizado que não esteja rotulado sob a perspectiva da não institucionalização e valorização dos aspectos subjetivos atrelados à construção do conhecimento.

### *2.2.2 A construção dos dados: métodos e técnicas de pesquisa*

Conforme mencionamos anteriormente, esta pesquisa está assentada em uma metodologia de análise qualitativa amparada em relatos orais obtidos através das técnicas de entrevistas, histórias de vida, narrativas e da análise de imagens e fotografias. Para além disso, foram realizadas análise de dados quantitativos obtidos a partir das plataformas oficiais de dados sobre o mercado de trabalho (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A realização de entrevistas de tipo qualitativo nas Ciências Sociais talvez seja a sua técnica de pesquisa mais utilizada. Conforme Jean Poupart (2008, p. 216), as justificativas para o uso desse tipo de entrevista envolvem, frequentemente, questões de ordem epistemológica, a partir da “exploração em profundidade das perspectivas dos atores sociais”; de ordem ética e política, porque permite “compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais”; e, também as de ordem metodológica, pois esse tipo de entrevista se impõe entre “as ferramentas de informação capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores” e atrizes sociais.

A noção de “experiência” constitui um elemento central a esta pesquisa. Diante disso, o uso das entrevistas talvez seja fundamental não apenas enquanto método para apreender a experiência de vida e trabalho das mulheres assalariadas rurais, mas, sobretudo, enquanto um

instrumento de interpretação a partir de suas próprias perspectivas (no sentido de como elas próprias interpretam suas ações).

Nessa pesquisa optamos pela realização de entrevistas narrativas com mulheres trabalhadoras rurais assalariadas (em regime de trabalho permanente e temporário), com o objetivo de tentar apreender como estas mulheres “experenciam” o trabalho e o cotidiano associado ao trabalho “produtivo” e ao trabalho doméstico não remunerado. Elegemos esse tipo de entrevista, sobretudo, diante da possibilidade que as informantes teriam para rememorar suas histórias e acontecimentos, sequenciando as experiências e assim construindo explicações possíveis.

Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica. Contar histórias é uma habilidade relativamente independente da educação e da competência linguística; embora a última seja desigualmente distribuída em cada população, a capacidade de contar história não o é, ou ao menos é em grau menor (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

Compreender uma narrativa, por sua vez, não consiste apenas em seguir uma sequência cronológica dos fatos e acontecimentos descritos pelo informante; mais do que isso, é reconhecer também a dimensão não cronológica, que vai se expressando nas funções e nos sentidos da narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Conforme Menezes (2005), a entrevista também se trata de espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses. Além disso, vislumbramos a necessidade de trabalhar com entrevistas de história de vida diante do interesse voltado à percepção dessas mulheres sobre suas “experiências” e trajetórias de vida, como relatos coerentes de uma sequência de acontecimentos com significado e direção.

Estabelecemos a necessidade de trabalhar com entrevistas e histórias de vida diante do interesse voltado à percepção dos indivíduos/as na história, incluindo aí suas experiências e trajetória de vida, como relatos coerentes de uma sequência de acontecimentos com significado e direção.

Conforme Pierre Bourdieu:

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário),

tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tomar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 1996, p. 184).

Os relatos pessoais, portanto, têm um papel central no uso desse tipo de técnica de pesquisa, devendo o pesquisador ou pesquisadora atentar para o fato de que o real, ou seja, a narrativa se expressa de forma descontínua, formada de elementos justapostos, que podem em um primeiro momento parecer sem razão, difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, ou aleatório (BOURDIEU, 1996).

A escolha desse tipo de entrevista, pressupõe que a narrativa das entrevistadas tenha relevância para os objetivos do estudo. A proposta aqui delineada almejou realizar mais de uma entrevista ao longo do período de pesquisa com mulheres trabalhadoras rurais na viticultura; ou seja, a ideia inicial era realizar entrevistas em períodos distintos (e, conseqüentemente, períodos distintos do ciclo produtivo agrícola e do trabalho) com o objetivo de cruzar a narrativa de história de vida com as experiências subjetivas do trabalho.

Entretanto, conforme discutimos anteriormente, em decorrência da pandemia da COVID-19 esse planejamento precisou ser readequado, e diante disso a última etapa prevista para realização de entrevistas pontuais em 2020 foi adiada e houve a necessidade de repensar as estratégias. De início foram realizadas conversas via redes sociais, como *WhatsApp*, mas sem sucesso diante da disputa que as narrativas almejadas travavam com outras formas de interação das trabalhadoras em seu “horário livre”.

Por fim, ressaltamos que estamos atentas às críticas que têm sido levantadas por alguns pesquisadores sobre o uso das narrativas de relatos orais na pesquisa. Conforme chama atenção Martins (2004), têm sido elevadas várias questões (e também objeções) no que diz respeito à memória e ao conjunto de experiências que, de certa forma, orientam a visão do indivíduo sobre o passado.

Seu olhar presente para o já vivido sofre a interferência daquelas experiências; muitas vezes ele não espelha a “verdade” sobre a vida passada, mas se limita a lembrar aquilo que ele quer ou pode recordar, à luz das vivências mais recentes. Nesse sentido, o informante estaria fazendo interpretações, e não expondo a verdade (MARTINS, 2004).

A narrativa incorre ao risco de a “verdade narrada” não corresponder à “verdade vivenciada”. Portanto, é problemática essa busca de apreensão da verdade dos acontecimentos narrados por um informante. Diante disso, uma possível saída para o impasse talvez seja a perspectiva segundo a qual os pesquisadores e pesquisadoras lidam sempre com “interpretações” (MARTINS, 2004). Essa saída, apontada por Martins (2004), a partir da sugestão de pesquisadores e pesquisadoras trabalharem com as “interpretações” a partir das interações e comportamentos. O método de observação etnográfica é de fundamental importância para isso.

Os dados empíricos, portanto, estão ancorados em atividades etnográficas que incluem mulheres trabalhadoras rurais dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Ao longo do período em que foram realizadas as entrevistas, convivemos com as informantes em diferentes espaços, como nos bairros, agrovilas, empresas e sindicato. Em alguns casos, a informante já havia sido entrevistada em etapas anteriores de pesquisa. Em outros casos, realizamos espaçadamente entrevistas sequenciadas.

Na pesquisa trabalhamos também com a produção de fotografia com o objetivo de transpor informações que se dão a partir de alguns itens interligados e elementares que devem ser considerados na construção do *corpus* de uma pesquisa (WELLER; BASSALO, 2011).

### *2.2.3 O exercício de análise dos dados*

Para a análise dos dados produzidos na pesquisa, utilizamos como base a “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977), o que permitiu identificar os temas centrais relacionados aos objetivos, conceitos e categorias analíticas propostas na pesquisa. A análise de conteúdo compreende um conjunto de instrumentos metodológicos que possibilitam a análise de fontes de conteúdo diversas. Essa é uma técnica que, além de intuitiva, exige dos pesquisadores e pesquisadoras disciplina, paciência e tempo.

Ressaltamos aqui, conforme Martins (2004), uma característica importante da metodologia qualitativa de pesquisa: a heterodoxia no momento da análise dos dados. Isso exige dos pesquisadores e pesquisadoras, sobretudo, uma capacidade decorrente da combinação de

técnicas que incluem capacidades “criativa” e “intuitiva”, porém sem descuidar dos fundamentos e bases teóricas e metodológicas.

Levando em consideração as etapas a partir da análise de Conteúdo de Laurence Bardin, apresentam-se três fases: 1- Pré-análise; 2- Exploração do material; 3- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na primeira fase, da pré-análise, foram sistematizadas as ideias iniciais colocadas a partir do referencial teórico com o intuito de estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas.

Essa fase compreendeu, primeiramente, a leitura e análise das entrevistas realizadas. A partir da organização e leitura do material de análise, foram selecionadas as partes das entrevistas que seriam analisadas. Por fim, foram elaborados os indicadores com a finalidade de interpretar o material coletado. Os indicadores, conforme Bardin (1977), tomaram como orientação os princípios da exaustividade, da representatividade e da pertinência.

Finalizada a primeira etapa, partimos para a exploração do material. Nessa etapa construímos a codificação, levando em consideração os recortes dos textos em unidades de registros, a classificação e agregação das informações em categorias temáticas.

Assim, a transcrição das entrevistas foi recortada em unidades de registro. Nos parágrafos, as palavras-chave foram identificadas a fim de estabelecer uma primeira categorização. Desse modo, as categorias foram sendo agrupadas de acordo com temas correlatos, e posteriormente foram geradas categorias intermediárias; e estas também agrupadas em decorrência dos temas, resultando em categorias finais.

A terceira etapa, por fim, consistiu no tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essa etapa consistiu na captação dos conteúdos manifestos e latentes contidos no material de análise das entrevistas, a partir do exercício de comparação realizada através da justaposição das categorias existentes em cada análise.

Além da “análise de conteúdo”, nesta pesquisa optamos por trabalhar com uma perspectiva analítica de base fenomenológica. Entendemos que a partir da fenomenologia, seja possível compreender como as trabalhadoras rurais assalariadas vivem, percebem, pensam e sentem suas vivências cotidianas e do trabalho, tomando como ponto de partida a expressão pessoal desse processo (BERNARDES, 1991). O método fenomenológico enfoca processos subjetivos, segundo os quais as pessoas, na vida cotidiana, organizam suas experiências; tendo em vista a centralidade de nossa abordagem na pesquisa, a fenomenologia nos possibilita ainda uma compreensão da noção de “experiência”, enquanto uma experiência “real” ou “vivida”, ou nos termos de Schütz (1979), a “corrente da experiência” subjetiva, que flui livremente, em que

uma pessoa vive e carrega consigo laços espontâneos e traços de memória, relativos a outras experiências acontecidas anteriormente.

Vale destacar também a importância da análise e interpretação das imagens produzidas. Para isso, lançamos mão de procedimentos metodológicos que permitam a compreensão, a partir do método documentário de interpretação de Karl Mannheim (1982).

Conforme Weller et al., (2002), Mannheim desenvolveu um método para compreensão das “visões de mundo” (*weltanschauung*) de um determinado agrupamento social, considerando as ações do cotidiano como objetos possíveis de análise sociológica.

Ao voltar seu olhar para o estudo dos fenômenos sociais, especificamente para *weltanschauung*, o autor reconhece os limites imputados pela tradição da ciência social positivista, chamando ainda a atenção para o fato de que “todo produto ou manifestação cultural deva ser considerado em uma totalidade, cujas experiências diárias, imediatas, não são partes de um todo claro/racional, mas constitutivos do real/racional” (WELLER et al., 2002, p. 381).

O método documentário objetiva a análise de visões de mundo resultantes de vivências ou de experiências ligadas a uma mesma estrutura, que por sua vez constitui-se como base comum das experiências que perpassam a vida de muitos indivíduos (MANNHEIM, 1982). Este método consiste também em um processo de análise de fenômenos culturais, sobretudo, mediante à perspectiva de que toda experiência merece ser interpretada e cada elemento dessa observação íntegra e constitui uma totalidade cultural.

A partir da opção metodológica aqui estabelecida, para a realização de uma pesquisa de campo que possibilitasse, concomitantemente, a construção e análise do material de estudo produzido com foco nas experiências subjetivas das trabalhadoras da viticultura, atentamos a elementos revelados no desenvolvimento da pesquisa capazes de produzir interpretações e explicações suficientes para responder à problemática e às questões que motivaram a pesquisa, ou ainda, que pudessem apontar um novo olhar sobre a temática.

### **2.3 Notas da pesquisa de campo**

Para concluir este capítulo de mapa geral da tese, julgamos ser necessário empreender uma breve e seletiva caracterização da pesquisa, incluindo os seus percalços e desencontros.

A pesquisa de campo que deu origem a esta tese teve início em outubro de 2018; Primeiramente, foi elaborado o tópico guia das entrevistas organizado em torno de seis questões

de direcionamento: 1 – “Onde você nasceu?”; 2 – “Como chegou ao VSF?”; 3 – “Me fale sobre a história da sua vida”; 4 – “Quando começou a trabalhar na viticultura?”; 5 – “Organização familiar – quantas pessoas vivem/trabalham na sua casa?”; 6 – “Se e de que forma concilia as atividades domésticas?”.

No entanto, para cada questão, foram especificados tópicos com temas detalhados que deveriam ser abordados pelas informantes, e se caso não fossem comentados espontaneamente, seriam provocadas por meio de questionamentos mais específicos em cada situação.

Na escolha das informantes optamos por trabalhar em continuidade com algumas informantes que havíamos entrevistado para a pesquisa de mestrado, paralelamente a um outro grupo de mulheres (desconhecidas) com quem fomos estabelecendo contato e firmando confiança para além de realizar as entrevistas, repeti-las, caso necessário, em outros momentos.

Conseguimos realizar o trabalho de campo (que apresentaremos a seguir), incluindo observação direta em alguns locais de trabalho, de moradias e sindicatos (incluindo negociações coletivas da categoria, seminários de formação e atividades festivas). Formalmente, foram realizadas 19 entrevistas com 11 mulheres trabalhadoras vinculadas à viticultura de exportação, em momentos distintos. Com algumas dessas mulheres, foram realizadas (gravadas e transcritas) mais de uma entrevista.

Na pesquisa surgiu a necessidade de observar e diferenciar esse grupo de mulheres trabalhadoras da viticultura de acordo com as atividades realizadas no campo. Entendemos que as mulheres que trabalham no campo, nas câmaras de higienização e empacotamento e no escritório, estão todas vinculadas ao trabalho da viticultura de exportação de alguma forma; entretanto, é evidente que experienciam o trabalho de modo diferente. Essa é uma questão que emerge do campo, e sobre a qual nos deteremos no quarto capítulo da tese.

Em novembro de 2018 o trabalho de campo foi iniciado a partir da retomada das interações com assalariadas rurais, delegadas e diretoras sindicais dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais (STTAR) de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) durante o seminário de construção de pautas da categoria (que acontece anualmente, e hoje se consolidou como referência nacional), o que é sempre muito enriquecedor para as atividades de pesquisa, pois nesses espaços as questões, problemas e enfrentamentos do dia a dia no campo são compartilhados por todas.

Além disso, informalmente, realizei nesse espaço algumas intervenções e entrevistas, cujas anotações estão registradas nos cadernos de campo que me acompanhavam no período e também em registros fotográficos.

Em 2019, realizamos em parceria com o Observatório de Pesquisa em Educação, Trabalho e Cultura (ETC) do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco, o Grupo de Pesquisa sobre Globalização e Agricultura e o Laboratório de Estudos Rurais (LAE Rural) do PPGS da Universidade Federal de Pernambuco, um seminário sobre o Trabalho no Vale do São Francisco.

Dentre as atividades realizadas com as mulheres, evidenciamos a realização de oficina para confecção de *Arpilleras*, realizada em parceria e sob a coordenação de Cláudia Cerda<sup>9</sup>, pesquisadora chilena e doutoranda em Sociologia da Universidade de Jena.

A confecção de *Arpillera* consiste em uma técnica que surgiu no Chile, sendo utilizada pelas mulheres, inicialmente, como uma forma de subsistência. No entanto, diante da repressão militar, comandado por Augusto Pinochet no país, as mulheres transformaram o bordado em uma arma contra o governo.

Utilizando as roupas dos parentes desaparecidos, mulheres da periferia de Santiago denunciavam as violações de direitos humanos cometidas contra aqueles que se colocavam contra o regime. Diante disso, o trabalho invisível das mulheres se transformou em uma importante ferramenta política. Essa técnica tem sido retomada por mulheres mais jovens e, ao mesmo tempo, tem se espalhado como experiência de resistência em outros países latino-americanos, como o Brasil. Destaque para as experiências que o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) vem fazendo com as oficinas de *arpilleras* desde 2013.

Para essa oficina reunimos no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Petrolina um grupo de 25 mulheres, subdivididas em 06 grupos de trabalho. Entre elas havia um variado perfil, incluindo em sua maioria mulheres assalariadas rurais e delegadas sindicais; em uma parcela menor, mulheres assalariadas rurais não sindicalistas e uma pequena colaboração de “mulheres rendeiras” (mulheres representantes da Associação das Mulheres Rendeiras, localizada no bairro José e Maria, periferia de Petrolina), que embora seja sugestiva a associação do nome à atividade, a alusão se faz, especificamente, à criação de renda (financeira) para mulheres.

---

<sup>9</sup> Claudia Cerda Becker é uma pesquisadora chilena que estuda dinâmicas do trabalho assalariado rural na viticultura do Chile e do Brasil. Atualmente está desenvolvendo uma tese de doutorado em Sociologia pela Universidade de Jena, na qual é coorientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Salete Cavalcanti.

**Imagem 1 – Oficina de *arpilleras* (grupos de confecção)**



Foto: Camilla de Almeida

Estas foram convidadas a participar da atividade com a finalidade de desenvolver e disseminar, além das suas experiências com as técnicas de bordado e costura, o aprendizado sobre as *arpilleras* com mulheres de outros grupos e atividades produtivas. Não podemos deixar de mencionar que o bairro sede da Associação comporta uma expressiva população de trabalhadores e trabalhadoras empregadas nas mais diversas atividades produtivas da fruticultura do Vale do São Francisco.

A metodologia adotada na realização dessa atividade abarcou diversas técnicas, para além da própria confecção das *arpilleras*, tais como os relatos escritos pelos grupos de mulheres, associados ao bordado das *arpilleras* que elas estavam desenvolvendo, e depoimento oral das participantes em cada grupo sobre a representação dessas imagens, seus significados, as discussões para construção de uma ilustração representativa para todo o grupo.

O tema das *arpilleras* tinha como pressuposto a análise, por parte dessas mulheres, das dinâmicas de vivência do cotidiano, da vida doméstica e do trabalho produtivo. Algumas telas foram divididas em partes, e o grupo pôde abordar diversos contextos, relacionando o trabalho e a vida privada. Entretanto, a maioria reproduziu narrativas do trabalho produtivo nas empresas, sobretudo, as marcas amargas do trabalho na fruticultura.

**Imagem 2 – Sala de oficina de Arpilleras**

Foto: Camilla de Almeida

Além disso, a realização do trabalho de campo nos permitiu ter acesso e acompanhar as trabalhadoras e os trabalhadores em diversas atividades, tanto no campo, quanto fora do âmbito do trabalho produtivo. Diante disso, ressaltamos a importância de ter nos sindicatos, espaços abertos e generosos com o projeto de pesquisa, o que certamente abriu portas importantes e contribuição ao desenvolvimento desse trabalho, sobretudo, diante do acesso às oportunidades de participar de atividades não programadas que surgiam em nossas agendas de última hora, mas que eram absolutamente do nosso interesse.

Em uma dessas oportunidades fui convidada à participar (e onde pude compor oficinas e realizar atividades de pesquisa, documentadas em meu caderno de campo) do seminário de formação “monitorando as cadeias produtivas certificadas”, junto à Oxfam Brasil, realizado no prédio do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) em Petrolina com o intuito de captar informações gerais sobre as empresas, categorização por tamanho e produção, e destino final da produção local, bem como sobre as dinâmicas do mercado de trabalho na região. O resultado dessa experiência foi publicado o relatório “Frutas doces, vidas amargas”<sup>10</sup>, em 2019.

---

<sup>10</sup> Relatório publicado pela Oxfam Brasil. Disponível em: [file:///C:/Users/camil/Downloads/relatorio\\_frutas\\_doces\\_vidas\\_amargas\\_final\\_rev\\_20200108.pdf](file:///C:/Users/camil/Downloads/relatorio_frutas_doces_vidas_amargas_final_rev_20200108.pdf). Acesso em: jan. 2022.

**Imagem 3 – Seminário “Frutas doces, vidas amargas”**



Foto: Camilla de Almeida

Ao longo de todo o período no qual estive em campo, entre 2018 e 2020, foram vivenciadas, além das experiências junto às trabalhadoras assalariadas da viticultura, uma montanha russa de sentimentos, que por vezes atribuíram dúvidas à capacidade de escrita e finalização dessa pesquisa. De 2018, quando teve início a pesquisa que deu origem a esta tese, à 2020, quando estava previsto o retorno à campo para sua conclusão, o mundo definitivamente já não era mais o mesmo. E, sendo assim, nos exigiu mudanças conjuntas desde a maneira como olhar o campo na última etapa prevista da pesquisa, até a maneira como reelaborar as questões que já estavam em andamento, reescrevendo-as em algumas situações.

Nesse período, foram muitos dias de trabalho visitando empresas, bairros, conjuntos habitacionais do Programa Nacional de Habitação “minha casa, minha vida”, madrugando para acompanhar roteiro de ônibus e movimentação desses bairros ao nascer do sol, pré-pandemia de COVID-19. Foram também dias e meses intensos, tentando perceber por dentro, com o olhar de *estranhamento* nativo “os fluxos e os refluxos” (SILVA, 2010) dessa região rica em contradições e desigualdades.

No curso da pandemia tais perspectivas do fazer sociológico no desenvolvimento da pesquisa mudaram. Assim, foram testadas novas técnicas de pesquisa, tais como entrevistas por meio digital (em texto e em vídeo) por meio do *WhatsApp*, e assim que possível visita aos espaços com um distanciamento atípico. Não foi possível continuar dessa forma; o contexto exigiu da pesquisa uma nova maneira de se reinserir no campo. A conversa informal, e o acompanhamento das entrevistadas via redes sociais constituiu uma modalidade possível inicialmente, mas que em longo prazo foi se tornando inviável às questões colocadas pela pesquisa. Os cronogramas de pesquisa se estenderam, os prazos se dilataram, e pesquisa

finalizou o seu curso em breves visitas de campo, porém longe ainda daquilo que estava proposto inicialmente.

Por fim, acrescento que essa é uma pesquisa, que embora se apresente como fruto de um processo intenso de outras etapas de pesquisa e vivência, apresenta um esforço em seu desenvolvimento a partir de seus próprios entroncamentos. Isso permite considerar que ela culminou de forma significativa em respostas às questões que se apresentaram em cada uma das etapas, desde a graduação, no primeiro contato com o campo e a multiplicidade de temáticas possíveis para explorar o local, que embora não fosse esse o local primeiro (de nascimento e vivência) de narrativa, esse processo e o tempo transformaram essa pesquisadora em nativa, cativa das águas do São Francisco.

Entretanto, dar continuidade às pesquisas sobre o trabalho no Vale do São Francisco, desvinculando o olhar do espaço sindical e das políticas sindicais para assalariados rurais representou um desafio e também uma conquista.

## **2.4 Considerações sobre o capítulo**

Este é um capítulo de apresentação. Sendo assim, foi apresentado o mapa do delineamento teórico-metodológico sobre o qual foi tecida esta tese de doutorado. O foco esteve centrado na relação estabelecida entre as perspectivas teóricas e o desenho metodológico, explicando e fundamentando os procedimentos utilizados para a construção e análise dos dados produzidos na pesquisa.

O primeiro ponto apresentado no capítulo condensou a perspectiva teórica-epistemológica com a qual trabalharemos nessa tese, evidenciando as principais linhas de raciocínio e técnicas de pesquisa elencadas para atingir o objetivo proposto.

Fica evidente que optamos por trabalhar a perspectiva fundamentada pela sociologia feminista francesa a partir do conceito de “consustancialidade”, ou das relações sociais “consustanciais” de classe e gênero. Isso implica dizer que as relações sociais constituem um “emaranhado”, nós de gênero, raça e classe, que estão coadunados, e não podem ser dissolvidos no nível das práticas sociais, apenas na perspectiva da análise sociológica.

Contudo, no campo a perspectiva racial não sobressaiu nas narrativas, ainda que o estereótipo predominante contemple traços e características negras e indígenas entre as trabalhadoras assalariadas rurais.

A partir de um viés metodológico focado em abordagens qualitativas, optamos por trabalhar com entrevistas de Histórias de Vida, com o objetivo de analisar trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais levando em consideração suas dinâmicas de vida e trabalho (produtivo e reprodutivo).

Na sequência, foi apresentada a noção de “experiência”, como, talvez, o conceito chave para compreender as dinâmicas subjetivas de vida e trabalho, mas, sobretudo, enquanto um instrumento de interpretação para essas mulheres a partir de suas próprias narrativas.

As entrevistas foram concedidas a partir da relação de confiança construída e estabelecida entre os entrevistados e entrevistadas com a pesquisadora, mediante autorização para gravação, análise e publicação. As análises foram realizadas sob a referência metodológica da “análise de conteúdo” (BARDIN, 1977), sendo codificados por temas relacionados aos objetivos, conceitos e categorias analíticas da pesquisa.

Por fim, foi apresentado o *backstage* da tessitura desse trabalho, desde as questões de pesquisa mobilizadas nas narrativas das entrevistadas, até as camadas de dificuldades inerentes ao percurso de pesquisa, e nesse contexto, mais especificamente, provocadas pela pandemia da Covid-19.

### **3 DINÂMICAS DE GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E AGRICULTURA**

Uma das questões que têm chamado a atenção dos sociólogos e sociólogas, sobretudo vinculados aos estudos “do rural” e “da agricultura,” se refere à compreensão das novas relações estabelecidas entre a agricultura e a sociedade, e os sujeitos ou atores sociais que intervêm nesta relação no contexto da globalização (BENDINI; CAVALCANTI; LARA FLORES, 2006; BUTTEL, 2005).

De fato, o campo da Sociologia rural vem sendo continuamente redefinido, sobretudo, diante da inclusão de novas dimensões da relação entre globalização dos sistemas agroalimentares e as ruralidades. Diante disso e, sobretudo, das reconfigurações de territórios e suas conseqüentes repercussões nas relações sociais locais, surgiram novos desafios teóricos, metodológicos e empíricos.

Os estudos sobre globalização roubaram a cena das agendas de pesquisa e produção acadêmica ao longo das últimas décadas (CAVALCANTI, 2015), isso é fato, e têm com isso possibilitado a construção de uma literatura produtiva sobre o desenvolvimento de um complexo encadeamento teórico-metodológico que abarca perspectivas diversas, envolvendo questões sobre poder, informação, capital e trabalho.

Neste capítulo será realizada uma discussão com foco nas questões vinculadas às temáticas da globalização, agricultura e cadeias globais de alimentos, mobilizando referenciais sobre tais temáticas com o objetivo de construir uma argumentação coerente acerca dos processos de globalização que deem conta de abarcar as conexões entre as dinâmicas “locais” e a produção “global” de alimentos.

Além disso, essa discussão pretende mobilizar elementos teórico-conceituais das sociologias da agricultura e do trabalho, com o objetivo de abordar as dinâmicas de agricultura em escala global, o impacto das transformações no mundo do trabalho, e, sobretudo, uma compreensão do trabalho das mulheres a partir de critérios fundamentais, tais como a “nova” divisão internacional e sexual do trabalho.

#### **3.1 Dos processos de globalização**

Nesse trabalho, compartilhamos da premissa de que a globalização se realiza a partir da interação entre o global e o local; sendo assim, os estudos do “local” são a chave para compreender as facetas principais da globalização (CAVALCANTI, 1999; CAVALCANTI; NEIMAN, 2015). Essa é uma premissa importante que se estabeleceu sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, quando o debate sobre as dinâmicas de globalização se estabeleceu na sociologia contemporânea.

Diante disso, as análises sobre a globalização trouxeram à tona as contradições, desigualdades e heterogeneidades decorrentes da maneira como o controle das corporações tradicionais fora exercido nos espaços de produção e distribuição de alimentos (CASTELLS, 1999; CAVALCANTI, 2011).

Como bem sintetiza Cavalcanti (2015, p. 66), as mudanças proporcionadas a partir das tecnologias da informação e a forma como elas moldaram a circulação de capital, bens, informações e de pessoas e os obstáculos que emergem desse processo se posicionam entre as abordagens que enfatizam o poder do capital e a sua capacidade de reorganizar os sistemas de produção e trabalho em conformidade com os mercados, o fortalecimento das empresas transnacionais, o enfraquecimento do Estado-Nação, o reordenamento da vida política e social, tudo isso justificado a partir das práticas e discursos neoliberais.

Nos anos 1990 o debate acadêmico esteve centrado, sobretudo, nos efeitos do processo de globalização sobre a reorganização da vida das pessoas a partir da expansão das tecnologias da informação, denominada por Castells (1999, p. 119) “informacional, global e em rede”. A análise de Castells, por assim dizer, delineia uma sociedade globalizada e centrada no uso e na aplicação da informação e onde o a divisão do trabalho se efetua, sobretudo a partir da ideia de redes interligadas.

Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto (CASTELLS, 1999, p. 119).

Observam os autores que na década de 1990 houve um processo crescente de internacionalização de produção, distribuição e administração de bens e serviços. Esse processo, de acordo com Castells (1999) compreendia três aspectos interligados: 1- o aumento do investimento estrangeiro direto; 2- o papel decisivo dos grupos empresariais multinacionais como produtores na economia global; e 3- a formação de redes internacionais de produção.

Entretanto, com relação à mão de obra global, diferentemente de como se comporta o capital e as principais redes de produção que, ao longo da década ficaram cada vez mais

globalizadas, o trabalho, em sua maior parcela, é realizado por mão de obra local. Essa ênfase de Castells (1999) aponta que apenas a elite dos especializados, que é de grande importância estratégica, é realmente globalizada.

O novo modelo de produção e administração global equivale à integração simultânea do processo de trabalho e à desintegração da força de trabalho. Esse modelo não é a consequência inevitável do paradigma informacional, mas o resultado de uma opção econômica e política feita por governos e empresas, escolhendo a “via baixa” no processo de transição para a nova economia informacional, principalmente com a utilização dos aumentos de produtividade para a lucratividade a curto prazo. De fato, essas políticas contrastam de maneira profunda com as possibilidades de aumento do trabalho e alta produtividade sustentada propiciadas pela transformação do processo de trabalho sob o paradigma informacional (CASTELLS, 1999, p. 304).

Globalização na perspectiva desse autor é, portanto, uma outra maneira de se referir à sociedade em rede, ainda que de uma maneira mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica. Entretanto, embora a sociedade em rede possa se difundir por todo o globo, não inclui todos os indivíduos. Ou seja, parte-se da perspectiva de um conceito que ainda que se pretenda universal, está permeado de desigualdade, pois exclui a maior parcela da humanidade, mesmo que toda ela seja afetada por sua dinâmica, e pelas relações de poder estabelecidas (CASTELLS, 2005).

De modo geral, as ciências sociais trouxeram contribuições importantes para os estudos sobre globalização, possibilitando uma compreensão de múltiplas globalizações e também impulsionando a compreensão de que a forma dominante de globalização, a partir da economia corporativa global, é apenas uma dentre tantas outras.

A abordagem desenvolvida por Saskia Sassen (2010), agrega a necessidade de um estudo detalhado de certas formações e processos nacionais e subnacionais e as suas relações com instâncias do global, devendo-se colocar os resultados em diferentes “arquiteturas conceituais”, que exigem novas categorias que não pressupõem as dualidades corriqueiras entre o local e o global. As cadeias de produção de alimentos agrícolas são um exemplo disso.

Os estudos sobre globalização nessa perspectiva não estão restritos às questões estritamente globais em escala, mas o seu foco também está centrado nas práticas e condições de escala local, que são articuladas com a dinâmica global. Para Sassen (2003), é importante enfatizar, que a perspectiva de globalização econômica está para além do Estado-nação.

La globalización económica extiende la economía más allá de las fronteras del Estado-nación. Esto es evidente sobre todo en los sectores económicos más importantes. Los sistemas existentes de gobierno y de rendimiento de cuentas para las actividades transnacionales y para los actores dejan mucho sin gobernar cuando hablamos de estas industrias. Los mercados globales de finanzas y de servicios avanzados operan en parte a través de un paraguas “regulatorio” que no está centrado en el Estado sino en el mercado. De manera más general, la nueva geografía de la centralidad es

transnacional, y opera en gran parte en espacios electrónicos que dejan de lado cualquier jurisdicción (SASSEN, 2003, p. 24).

Além disso, deve-se reconhecer que muitas das dinâmicas de escala global, como o mercado global de capitais, estão embutidas em lugares subnacionais (centros financeiros) e movem-se entre essas práticas e formas organizacionais de escalas distintas. Para tanto, o foco nesses processos e dinâmicas subnacionais da globalização exigem perspectivas teóricas e metodológicas que envolvam, não só escalonamentos globais, mas sobretudo, os subnacionais como componentes de processos globais (SASSEN, 2010).

Para a autora, globalização abrange dois conjuntos distintos de dinâmicas: um que envolve a formação de processos e instituições que são explicitamente globais, como é o caso dos mercados financeiros globais e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse tipo de dinâmica, as práticas e as formas de organização, embora ocorram parcialmente em escala nacional (no local), constituem formações, evidentemente, globais (SASSEN, 2010).

O outro conjunto de dinâmicas, por sua vez, envolve os processos que não acontecem especificamente em nível global, mas que fazem parte do contexto da globalização. Tais processos, conforme Sassen (2010), ocorrem dentro de territórios e domínios institucionais que foram construídos em termos nacionais em grande parte do mundo, mas não em sua totalidade.

Apesar de estarem localizados em cenários nacionais, os processos fazem parte da globalização, sobretudo, porque envolvem redes e entidades denominadas pela autora “transfronteiriças”, conectando diversos processos e atores locais ou “nacionais”, ou a recorrência de questões ou dinâmicas específicas em um número crescente de localidades. Dentre estes estão, por exemplo, “redes transfronteiriças” de ativistas envolvidos, a partir do local, em uma agenda global, como a de direitos humanos ou ambientais.

Essa perspectiva de Saskia Sassen (2010) desestabiliza o modelo conceitual da análise dominante, ou seja, aquele modelo centrado no Estado. Os meandros que conformam a perspectiva de análise que foram elencados por esta pesquisa desaguam exatamente sobre a crítica da compreensão dos processos exclusivamente sob o prisma da macrosociologia.

Além das contribuições de Saskia Sassen acerca do debate sobre a sociologia da globalização, uma outra pesquisadora tem expressado uma linha de abordagem sociológica sobre mercados globais com um aporte mais específico e que chama a atenção ao mobilizar uma compreensão calcada nas microsociologias para uma análise de fenômenos em escala global.

As abordagens de Karin Knorr-Cetina (2005; 1988) podem ser consideradas inovadoras, sobretudo, diante das perspectivas que vêm inundando a sociologia contemporânea interessada

nas dimensões analíticas com foco na relação entre micro e macroestruturas, em uma perspectiva interessante de análise sobre mercados, que minimiza o protagonismo e agência do Estado.

A autora não desconsidera as macroestruturas. No entanto, ela questiona a “subsunção injustificada” do micro pelo macro, ou seja, a crença errônea em um espaço social homogêneo onde os microfenômenos são subsumidos e controlados por macroestruturas (MOUZELIS, 2005).

Diante disso, a compreensão das dimensões estruturais é originada no processo de interação entre os indivíduos; as estruturas não podem ser evidenciadas empiricamente senão através das relações microestruturais, analisadas segundo o princípio do “situacionismo metodológico”.

De acordo com este aporte, as estruturas sociais se reproduzem a partir das representações em contextos situacionais. Assim, as dimensões das relações de poder não fogem à análise; a estrutura social se dá nas situações interacionais a partir das representações que impõem a determinados agentes um maior poder de controle das interações.

Knorr-Cetina (1988, p. 22) está nomeando de “situacionismo metodológico” o princípio que exige que os relatos descritivamente adequados dos fenômenos sociais em grande escala estejam fundamentados em afirmações sobre o comportamento social real em dadas situações concretas. Tal princípio implica que os fenômenos sociais em grande escala se concretizam a partir das transações e situações entre indivíduos em “micro-situações”.

Além disso, a autora destaca ainda a importância em não reduzir as situações microsociais às psicologias dos indivíduos, ou mesmo às ações individuais subjetivamente significativas.

A perspectiva adotada por Knorr-Cetina (1988) direciona suas críticas àqueles que parecem considerar o indivíduo como uma fonte estável e não problemática de ação social, ao invés de considerá-los agentes causais que produzem a todo instante, mobilizados disposições e crenças distintas, um fluxo de fenômenos sociais. Os seres humanos, agentes sociais não mobilizam suas ações em cadência simples, coerente e estável ao longo de suas ações; elas se moldam a partir dos fluxos e refluxos das situações.

A concepção epistemológica da autora se ajusta à pesquisa como um elemento norteador diante da necessidade de compreender o microsociológico para além de uma unidade fechada e estável. Para a autora, ao mesmo tempo, uma perspectiva macro não pode ser desconsiderada, considerando-se a coextensividade entre as relações micro e macro. Isso sugere que a estrutura

não pode ser empiricamente evidenciada, a não ser fora das micro interações sociais, segundo propõe.

A argumentação de Knorr-Cetina (2002) destaca ainda a possibilidade de atualização do conceito de “interação” no contexto das relações globais, chamando atenção para as situações de interação não presenciais, ou seja, as situações que acontecem “intermediadas” pela tecnologia, sendo responsáveis por inaugurar um novo tipo de interação, distinta da convencional face a face (“face-to-face”).

No caso dos mercados financeiros, a perspectiva de interação denominada pela autora “face-to-screen”<sup>11</sup> é um conceito-chave. Isso porque nesta situação os envolvidos não se relacionam convencionalmente, mas sim através de telas, o que implementa uma nova orientação na ordem da interação. Essa situação, por um lado, força uma orientação para a tela – que liga a pessoa fisicamente a uma esfera global – e, por outro, uma orientação secundária para a configuração local (KNORR-CETINA, 2002).

Assim, Knorr-Cetina (2002) ressalta que as microestruturas globais podem ser compreendidas em dois níveis: Primeiro, pode-se assumir uma medida de integração de fundo dos mercados globais como sistemas sociais que correspondem a uma forma de intersubjetividade – uma micro-coordenação da consciência que é equivalente e estendida para além daquilo que é possível em uma situação de interação face a face. Em segundo lugar, em nível performativo, esses mercados parecem ser padronizados em termos de estruturas e mecanismos que ampliam essa micro-ordenação.

Portanto, de uma maneira sucinta, as microestruturas globais podem ser definidas, de acordo com Knorr-Cetina (2005), como formas de conectividade e coordenação que combinam o alcance global com mecanismos microestruturais que incorporam princípios e padrões auto-organizados.

O conceito de microestruturas globais é, dessa maneira, elaborado num contexto onde as possibilidades de interação são transformadas pelo desenvolvimento tecnológico. As transformações nas dimensões de tempo e espaço no contexto de um mundo globalizado implicam novas reflexões sobre as interações sociais. É nesse sentido que a autora elabora o conceito de microestruturas globais, definindo-as como estruturas de conectividade e integração de alcance global, mas de caráter microsociológico (KNORR-CETINA, 2005).

---

<sup>11</sup> O conceito de “face-to-screen” proposto substitui o conceito de “face-to-face” nas situações de interação em que a “globalização” se apresenta diante da tela, ou seja, para Knorr-Cetina (2002), a própria tela é como um espelho que reflete aos participantes as atividades do mercado em tempo real, ao mesmo tempo em que permite que essas atividades aconteçam.

As microestruturas globais possuem ainda algumas características fundamentais que contribuem para pensarmos a sua concepção “teórico-metodológica” como inovadora frente às dimensões da tradicional microssociologia. Uma dessas características está relacionada à perspectiva de rede. Na perspectiva de Knorr-Cetina (2002; 2005), embora as microestruturas globais possam incluir uma variedade de arranjos relacionais, elas não podem ser compreendidas apenas enquanto redes. Segundo a autora, as redes são estruturas sociais espessas, assim seria bastante difícil visualizar como elas podem incorporar padrões de interação conversacional intensos e dinâmicos, fluxos de conhecimento e estruturação temporal.

O conceito “microestrutura” pretende apontar para a riqueza e a diferença dos elementos e práticas que cobrem formas sociais globais. Sugere-se também que a conectividade relacional pode não ser suficiente para organizar eficazmente sistemas complexos. Knorr-Cetina (2005) aponta como exemplo os mercados monetários institucionais globais, que também podem ser assumidos como microestruturas globais e que são inteiramente mercados eletrônicos. Esses mercados, segundo a autora, são comunidades de tempo. Embora as microestruturas globais tendam a ser planas e não hierarquicamente organizadas, elas são concomitantemente, sistemas altamente texturizados.

Tais aspectos relacionados ao tempo apontam para uma característica das microestruturas globais que vale a pena ressaltar – a questão da estruturação temporal. Conforme analisa Knorr-Cetina (2002), a complexa estruturação temporal e a reciprocidade dão peso ao argumento de um nível de intersubjetividade global que se estende para além das situações de interação face a face.

A existência desse nível de conexão proporciona uma primeira fundamentação e esclarecimento conceitual da ideia de microestruturas globais. Primeiramente, a ideia de uma dimensão de tempo de interligação que depende tanto da disponibilidade de tecnologias comerciais interligadas em todas as posições de negociação, quanto nos locais de negociação relevantes, e em empresas que assumem grande parte da função de instalação, que coletam e fornecem o que se passa em outros lugares do espaço geográfico e presentes na tela, mais ou menos instantaneamente.

Nesse caso, a tela assume uma função que não é apenas o equivalente ao rosto de uma outra pessoa, mas também assume o posto de um “dispositivo de espelhamento complexo” que incorpora estes recursos (KNORR-CETINA, 2002).

Dando sequência à argumentação, a intersubjetividade global tem um sentido consumado. No caso dos mercados, os atores desempenham um papel ativo na transmissão e ampliação de sinais de presença, no mercado e na reciprocidade.

Além destas, a sincronia temporal, a continuidade e o imediatismo são elaborados pela invenção de meios de coordenação temporal em fuso horário e por partições que resultam em ritmos, calendários e horários individuais dos mercados. O termo “microestruturas globais”, portanto, é projetado para capturar o caráter dos mercados como sistemas de comunicação.

A ideia de microestruturas globais responde à percepção de que os domínios dispersos ligados pelas tecnologias da informação tendem a ser desenhados juntos como se estivessem em um só lugar. Este desenho em conjunto é alcançado através da velocidade de transmissão do sinal e através das telas, de modo que seja satisfatório para quem esteja do outro lado.

É também importante que a ideia de microestruturas globais capture o lado sociológico das tecnologias da informação. As microestruturas globais aproximam sistemas de tecnologias como ações sociais sequencial e culturalmente específicas realizadas à distância.

The technologies themselves tend to be taken as given and transparent for participants who are oriented toward global interaction. In the financial markets studied, these technologies are in the care of specialists who are continually available on trading floors to address any problems and provide the necessary maintenance (KNORR-CETINA, 2002, p. 909).

As características apresentadas acima aparecem, portanto, como aspectos de inovação presentes na teoria social elaborada por Knorr-Cetina. Sobremaneira, destacamos a ampliação das possibilidades de uma investigação microsociológica para fenômenos que, preponderantemente, eram percebidos pelas lentes de análise macrosociológica.

A análise de microestruturas globais contribui, evidentemente, no processo de compreensão das formas estruturais globais de uma sociedade mundial e sugere também um tipo de teoria da “micro globalização”.

It also suggests a theory of micro globalization - the view that the texture of a global world becomes articulated through microstructural patterns that develop in the shadow of (but liberated from) national and local institutional patterns. Microglobalization implies that the micro (in the sense of micro-principles of patterning) and the macro (in the sense of global scope and extension) should not be seen as two levels of empirical reality that stand in contrast to one another. Rather, the micro in the form indicated instantiates the macro; micro-principles enable and implement macro-extension and macro-effects (KNORR-CETINA, 2005, p. 215).

Assim, conforme Knorr-Cetina (2005, p. 215),

[...] global microstructures as structures of connectivity and integration that are global in scope but microsociological in character. I now want to emphasize four characteristics of global microstructures: They are “light”, institutionally speaking, as implied before; they appear to facilitate a certain non-Weberian effectiveness; they cannot simply be reduced to networks; and they exhibit temporal complexity.

As microestruturas globais possuem quatro características, conforme Knorr-Cetina (2005), o que traduzimos da seguinte maneira: 1 – “Leveza”; 2 – Efetividade “não Weberiana”; 3 – Não redução às redes; 4 – Complexidade temporal.

Por “leveza”, Knorr-Cetina (2005) quer dizer que os mecanismos e estruturas envolvidos sugerem uma “reversão” da tendência histórica para estruturas formais, racionalizadas, cujo início parece-lhe remontar à igreja medieval. Segundo a autora, enquanto as microestruturas globais estão em algum nível de sistemas organizados ou coordenados, os elementos envolvidos não são do tipo que associamos à autoridade formal, hierarquias complexas, procedimentos racionalizados ou estruturas institucionais profundas.

In fact, the mechanisms involved may be akin to the ones we find in face-to-face situations, but at the same time they hold together arrangements at a distance and distributed systems (KNORR-CETINA, 2005, p. 215).

Uma segunda característica está centrada na relação entre “leveza” institucional e a realização de efeitos. Com isso, a autora evidencia que a estrutura está subjacente, não apenas à eficácia das economias de produção capitalista, mas também aos setores de serviço público e administrações dos Estados.

Além disso, as microestruturas globais também podem “derivar” benefícios de desproporcionalidade do “desacoplamento” de operações internas de estruturas de suporte que fornecem condições sob as quais as operações podem permanecer “leves”. Por fim, a “leveza” pode surgir em resposta à desconsideração ou à sub-regulação, que criam o espaço para uma auto-organização “adaptativa” e “adaptável”.

Uma terceira característica das microestruturas globais é que elas não são apenas redes, ainda que possam incluir uma pluralidade de arranjos relacionais. É fundamental enfatizar que o termo “microestrutura” pretende apontar para a riqueza e a diversidade dos elementos e práticas que formam camadas sociais globais.

Por fim, os aspectos do tempo apontam uma quarta característica das microestruturas globais. Conforme Knorr-Cetina, a noção pode ser ilustrada ao se considerar sistemas em relação ao seu ambiente e em relação aos seus componentes. Diante disso, as bases teóricas sob as quais lançamos a questão de pesquisa está amparada em uma perspectiva que pensa os

processos de globalização a partir do conceito desenvolvido por Karin Knorr-Cetina: “microestruturas globais”.

Pensar a questão colocada pela pesquisa a partir da chave analítica da autora é interessante porque coloca as dinâmicas da globalização em outro plano de abrangência; pensando o alcance global a partir das microinterações. Ou seja, pensar as dinâmicas da produção em escala global a partir das microinterações no local de trabalho, de moradia, com foco, sobretudo, nas narrativas e histórias de vida.

### **3.2 Globalização da agricultura e cadeias produtivas globais**

A década de 1990 constitui o ponto, concomitantemente, central e irradiador para a discussão sobre a globalização da agricultura e a consolidação das cadeias produtivas globais de alimento por que, conforme destaca Buttel (2005), assinala um momento de bastante fertilidade e transformações no campo da sociologia da agricultura.

Assim, o processo de “modernização” agrícola e das transformações no âmbito do mundo e do trabalho rural chamou e vem chamando a atenção de pesquisadores e pesquisadoras nas ciências sociais ao longo das últimas décadas no sentido de caracterizar as transformações ocorridas no processo de produção agrícola desencadeados, sobretudo, em alguns países do Sul global (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Esse processo de “modernização” das dinâmicas produtivas agrícolas implicou em uma série de transformações nas dinâmicas de produção agrícola, tanto em âmbito local, quanto em nível global, notoriamente.

Além do conceito de globalização da agricultura, a aplicação do conceito de cadeia global de mercadorias para compreensão das transformações agrárias contemporâneas tem tido um importante reconhecimento nos estudos sociais agroalimentares (MORAES et. al., 2012).

O processo de globalização agroalimentar inseriu a produção agrícola nacional em um novo projeto pautado na reestruturação agroalimentar em escala mundial, a partir da perspectiva dos novos regimes alimentares que irromperam ao final da década de 1980. Desse modo, o processo de reestruturação agroalimentar desencadeou poderosas forças integradoras, padronizando os processos produtivos entre diferentes e diversas regiões ou reconfigurando

relações espaciais como elementos diferenciados de um processo global compartilhado (MC MICHAEL, 2016).

As análises sobre estes processos destacam dois modelos de estruturação dessas cadeias produtivas. De um lado estão as cadeias formadas pelas grandes corporações transnacionais e integradas verticalmente que internacionalizam aspectos dos processos de produção, distribuição e comercialização, como por exemplo as cadeias de carne (FRIEDMANN; MC MICHAEL, 1989).

E de outro, estão as cadeias formadas pelo capital comercial, marcadas por uma maior descentralização e fluidez, pois se trata de empresas transnacionais especializadas em grandes cadeias de organização de distribuição comercial agroalimentar dependentes de produtores que, muito frequentemente, estão localizados no que é chamado de economia mundo, em países periféricos ou semiperiféricos (FRIEDMANN; MC MICHAEL, 1989).

Além disso, vinculado às novas dinâmicas estabelecidas, houve uma redefinição nas bases produtivas que afetou essencialmente as relações e organizações do trabalho, repercutindo, contraditoriamente, na geração de milhares de novos postos de trabalho e em uma série de danos irreparáveis do ponto de vista social, a partir da expropriação da terra e da proletarianização da população nativa.

A estruturação das cadeias globais de alimentos voltadas ao subsetor de frutas e hortaliças frescas expressa o resultado do processo da nova globalização agroalimentar, e apresentou uma grande expansão territorial em regiões da América Latina e do Mediterrâneo europeu, por exemplo.

Como bem observa Sassen (2003), a proliferação destas regiões agroindustriais aparece ligada a uma nova divisão internacional do trabalho no marco da reestruturação da economia global. A configuração desse sistema, com a participação de países de distintos continentes em uma rede mundial de produção e consumo, se estabelece a partir de países desenvolvidos que são os principais consumidores e de países de “terceiro mundo” ou “subdesenvolvidos” que são os principais produtores, e que servem aos primeiros, conforme discutiremos na seção a seguir, com destaque para o debate sobre a nova divisão internacional do trabalho e os arranjos produtivos latino-americanos.

A maneira como as cadeias globais de alimentos interliga e transforma as diversas culturas mundiais através dos processos de “mercantilização” é uma das principais questões vinculadas ao projeto de regimes alimentares, e é central ao debate ao qual se propõe esse trabalho, pois perpassa pelas novas dinâmicas do trabalho vinculado à nova divisão internacional e sexual do trabalho.

### *3.2.1 Novas dinâmicas de produção e trabalho agrícola*

As primeiras contribuições da sociologia da agricultura e dos alimentos enfatizaram o trabalho como uma temática imprescindível para compreensão das características do setor, sua organização social e trajetórias de desenvolvimento. Entretanto, conforme Bonanno e Cavalcanti (2014), a partir dos anos 1990, à medida que o debate sobre globalização avançava, novas questões roubaram a cena.

Diante disso, os debates sobre o trabalho em seus moldes mais tradicionais fabris deram lugar a uma discussão ampla levando em consideração os espaços, territórios, mobilidades, desigualdades e etc.

Assim, a nova divisão social do trabalho, com uma roupagem que abrange a internacionalização de etapas produtivas, tornou-se uma expressão bastante específica desse processo de reestruturação produtiva e, por extensão, do perfil da maioria das instituições que contribuíram para a transformação do consumo, dos estilos de vida e do cotidiano (BONANNO; CAVALCANTI, 2014).

As condições de trabalho no mundo rural atual devem ser compreendidas no marco do desenvolvimento do capitalismo, de suas crises e estratégias de acumulação e exploração, as quais se acentuaram no processo de globalização. Nesse contexto, o processo de globalização tem absorvido o foco das agendas de pesquisa desde o final da década de 1990, especialmente, no que diz respeito às mudanças tecnológicas que tiveram impacto sobre as formas de circulação do capital, informações, bem como a alimentação e a vida das pessoas (CAVALCANTI, 2015).

Essas transformações também afetaram as dinâmicas de produção em escala global, as relações de trabalho e também as formas de emprego masculino e feminino. Nesse contexto, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional resultaram em um aumento significativo da incorporação das mulheres no mercado de trabalho. Nesse sentido, a "feminização" do mercado de trabalho formal e informal pode ser entendida como parte integrante das transformações mais amplas do capitalismo, produto da globalização e da reestruturação produtiva (HIRATA, 2001).

Assim, na América Latina, na década de 1990 houve profundas transformações na produção agrícola, produto da reestruturação produtiva que afetou todos os setores da economia e implicou o estabelecimento de novas relações de produção que resultaram em um aumento da participação das mulheres no trabalho assalariado, especialmente nas áreas rurais.

Neste contexto, propõe-se que a expansão do setor agroexportador e das transnacionais dedicadas ao processamento de alimentos tenha implicado um processo de organização do trabalho baseado na divisão sexual das atividades produtivas associadas às representações predominantes de gênero, as quais têm se constituído em fatores fundamentais de segmentação ocupacional e divisão sexual do trabalho na agricultura.

Nesse sentido, os processos descritos acima contribuíram, por um lado, para a reconfiguração da divisão sexual do trabalho, na medida em que favoreceram a incorporação das mulheres ao trabalho assalariado.

No entanto, é possível afirmar que, em conjunto com a reconfiguração dessas representações, o setor agroexportador tem utilizado as diferenças de gênero em favor do processo produtivo, constituindo-as em um elemento central no qual o trabalho é organizado e a expansão do capital é assegurada. Nesse contexto, as estratégias de gestão e organização do trabalho podem ser concebidas como mecanismos que buscam instalar e reproduzir as diferenças de gênero na esfera produtiva, estabelecendo assim uma nova ordem de exploração baseada na reavaliação do trabalho das mulheres.

A Nova Divisão Internacional do Trabalho, geralmente associada à reestruturação internacional da produção de *commodities*, repercutiu o início um processo de transferência de corporações multinacionais para os “países em desenvolvimento”. Diante disso, foi relançado “o mito do capitalismo como grande equalizador e promotor da ‘interconectividade’” (FEDERICI, 1999) promovendo um alcance global, impactando na divisão sexual do trabalho. Entretanto, as mulheres empregadas nesse contexto estavam submetidas a “novas formas de exploração” ou ainda a “formas dissimuladas de escravidão”, por meio de intimidação, salário abaixo do mínimo para subsistência e infinitamente menor quando comparado aos salários pagos nos países ditos “desenvolvidos” (FEDERICI, 1999).

Além disso, as críticas de Federici destacam que a Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) deve também ser revisada, tendo em vista que reconhece como trabalho e ocupação apenas a produção de mercadorias, excluindo o trabalho de reprodução. Tampouco menciona as mudanças de ordem macro incididas a partir da expansão das relações capitalistas nas condições de reprodução social do “Sul Global”.

Se examinarmos a NDIT do ponto de vista da produção e da reprodução, teremos um panorama muito diferente do projetado pelos defensores da nova ordem mundial. Constatamos em primeiro lugar, que a expansão das relações capitalistas ainda se estabelece (como na época dos cercamentos na Inglaterra e da conquista da América) sobre a separação entre os produtores e os meios de (re)produção, bem como sobre a destruição de qualquer atividade econômica não orientada para o mercado,

começando pela agricultura de subsistência. Observamos também que a globalização econômica resultou na formação de um proletariado mundial desprovido de meios de reprodução, forçado a depender das relações monetárias para sobreviver, sem, no entanto, ter acesso a uma renda monetária (FEDERICI, 1999, p. 145-146).

Para a autora, a industrialização dos países “subdesenvolvidos”, ou de “terceiro mundo” é uma falácia que pode ser comprovada a partir de quando, nos anos 1980 e 1990, a transferência de capital e indústrias cedeu lugar à transferência de capital e de trabalho do “Sul” para o “Norte”. A globalização se apresentou, portanto, como um processo de acumulação primitiva que assumiu diversas formas, repercutindo no Sul Global em processos de produção, liberalização das importações e a privatização de terras (FEDERICI, 2009).

Reconhece a autora que ainda que, com os avanços dos processos de globalização, alguns estudos comprovem o empobrecimento das mulheres pelo mundo, poucas são as autoras feministas que admitem que “a globalização não só provocou uma ‘feminização da pobreza’ como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial, criando novas divisões entre as mulheres – o que o feminismo deve combater” (FEDERICI, 1999, p. 137).

Federici (1999) menciona que mesmo as feministas que criticam as políticas aplicadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) tendem a se conformar com posições reformistas que condenam a discriminação de gênero, mas mantêm intacta a hegemonia mundial das relações capitalistas. O objetivo da autora é mostrar que a globalização da economia provocou uma grande crise na reprodução social da população da africana, asiática e latino-americana, e que essa crise se manifesta por meio de uma nova divisão internacional do trabalho, que se aproveita da mão de obra feminina, em especial, dessas regiões a fim de assegurar a reprodução da força de trabalho nas metrópoles e nos países ricos.

Com isto, a autora se aproxima de outras análises que consideram que a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois princípios: o da separação (que associa o “trabalho dos homens” à esfera produtiva e o “trabalho das mulheres” à esfera reprodutiva) e de hierarquização; princípio a partir do qual o trabalho masculino tem maior valor social e prestígio do que o trabalho feito por mulheres (KERGOAT, 2009; HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nesse sentido, diversos estudos realizados no setor agroexportador demonstram que a contratação massiva de mulheres tem sido favorecida pela importância que muitas empresas atribuem a uma série de características associadas ao papel “tradicional” feminino, como a destreza manual e delicadeza para manuseio de frutas. Isso tem levado a uma supra representação de mulheres em tarefas relacionadas à limpeza e à embalagem dos cachos, evidenciando uma clara divisão sexual do trabalho na uva de exportação (VALDÉS, 1987; BARRIENTOS et al., 2000).

Assim, atitudes de obediência, aceitação de autoridade e a falta de experiência sindical (associadas ao ser mulher) também se transformaram em qualidades altamente valorizadas que facilitaram a implementação do modelo agroexportador (LAGO, 1992; VALDÉS, 1995). No caso do Vale do São Francisco, diversas pesquisas demonstram como tem se constituído uma divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho da fruticultura de exportação (CAVALCANTI, RAMOS, SILVA, 1998) e como as mulheres, apesar dos ganhos iniciais, em geral, se encontram expostas a piores condições de trabalho e rendas mais baixas do que os homens (SELWYN, 2010; RAMOS, 1998; BLOCH, 1996).

Nesse contexto, fica evidente como este mercado de trabalho absorve a mão de obra de mulheres e homens de diferentes maneiras nas diversas etapas do processo produtivo, relacionadas às representações sociais prevaletentes de masculinidade e de feminilidade, contribuindo assim para a concepção de que existem empregos específicos para mulheres e empregos específicos também para os homens. Dessa maneira, foi construída a ideia de que o trabalho na produção de manga é apenas para os trabalhadores homens, pois se trata de um trabalho “mais pesado”, “mais arriscado” e “mais grosseiro”, enquanto a viticultura tem empregado, sobretudo, as mulheres, pois é um trabalho com características artesanais de produção, e socialmente aceito como “mais leve”, “mais fácil” e “mais limpo” (SILVA, C., 2016; SILVA; MENEZES; OLIVEIRA, 2018).

A divisão do trabalho que acompanhou a mecanização da agricultura conduziu a uma segmentação do mercado de trabalho. De um lado, aqueles que se reconhecem como trabalhadores qualificados porque podem operar ou reparar alguma máquina (tratoristas ou motoristas, por exemplo), e controlar o trabalho dos demais trabalhadores e trabalhadoras (supervisores e fiscais, que são predominantemente homens).

Do outro lado, estão aquelas que não se consideram e não são consideradas pelos empregadores trabalhadoras qualificadas, ainda que o uso dos saberes seja absolutamente especializado e fundamental ao processo produtivo (SOUZA-LOBO, 2011; KERGOAT, 1987; LARA FLORES, 1998). Conforme já destacamos anteriormente, a qualificação feminina para o trabalho continua associada à esfera reprodutiva e, como consequência, possui menor prestígio e status de qualificação para o mundo do trabalho.

Isso implica em dizer, portanto, que as mulheres estão sendo “integradas” à economia mundial e exercem uma dupla função produtiva; produzindo, concomitantemente, trabalhadores para as economias locais e os países industrializados e, além disso, mercadorias destinadas à exportação. Esta constitui uma demarcação fundamental do local, status e o lugar

que o trabalho das mulheres ocupa no espaço global da produção de alimentos frescos para consumo imediato.

### **3.3 Agricultura de exportação e trabalho na América Latina**

Na América Latina o caráter das novas dinâmicas de produção agrícola inauguradas a partir da “modernização” da agricultura, desencadeou uma sequência de efeitos sobre a população e a cultura locais, como a concentração de recursos nas mãos dos grandes proprietários de terra e a exclusão dos pequenos agricultores, restritos a uma agricultura de caráter doméstico e de autossustentabilidade (LARA FLORES, 1995).

Concomitantemente a isso, as grandes propriedades privadas, contaram com o apoio dos Estados para ter acesso a recursos como terra, água, créditos e subsídios, o que possibilitou uma reorientação produtiva, visando cultivos com maior demanda comercial, desencadeando uma expressiva polarização social e econômica na maior parte dos países do “Sul global”. Assim, as desigualdades econômicas e sociais se intensificaram no meio rural. Sob esse modelo de crescimento, o processo de industrialização permitiu a conformação de uma classe trabalhadora urbana com um novo estilo de consumo, que ampliou o mercado interno (LARA FLORES, 1995).

A expansão por toda a América Latina e outros países do Terceiro Mundo, das empresas transnacionais dedicadas ao processamento de alimentos contribuiu ainda mais para o desenvolvimento desse tipo de agricultura. Nos anos 1970, conforme, Lara Flores (1995), estas empresas estenderam suas filiais para onde existiam importantes mercados potenciais, recursos abundantes e políticas favoráveis ao capital internacional.

As políticas instauradas no “Terceiro mundo” remetem ao debate em torno do conceito de “regime alimentar”, formulado inicialmente por Harriet Friedmann (1987 *apud* MC MICHAEL, 2016), tendo como base uma pesquisa sobre a ordem alimentar internacional após a Segunda Guerra Mundial. Conforme McMichael (2016), o segundo regime alimentar, centrado nos Estados Unidos (entre as décadas de 1950 e 1970), redirecionou os fluxos de alimentos, em sua maior parte excedentes dos Estados Unidos, informalmente a Estados estratégicos nas fronteiras da Guerra Fria.

Os excedentes alimentares eram resultantes de políticas agrícolas subsidiadas, impulsionando um programa de apoio a alimentos de baixo custo que subsidiava o trabalho assalariado em nações selecionadas do Terceiro Mundo, garantindo lealdade anticomunista e mercados imperiais. Estados desenvolvimentistas internalizaram o modelo norte-americano de agroindustrialização nacional, adotando as tecnologias da Revolução Verde e instituindo a reforma agrária para refrear a inquietação dos camponeses e estender as relações de mercado ao campo (MCMICHAEL, 2016, p. 19).

Paralelamente a isso, o modelo desencadeado pelo agronegócio traçava o seu desenvolvimento a partir da criação de vínculos transnacionais entre setores agrícolas subdivididos em distintas agriculturas especializadas e conectadas a partir de cadeias de suprimento global. Ou seja, uma nova “divisão internacional do trabalho” na agricultura surgia em torno de complexos multinacionais de commodities (MCMICHAEL, 2016).

A disponibilidade de terras, mão de obra e de matérias primas baratas converteu a América Latina em um espaço privilegiado para o capital internacional. A partir dos anos 1980, vários fenômenos em escala global promoveram uma mudança nas tendências de produção agrícola, sistematizadas da seguinte maneira.

La entrada de la CEE al mercado mundial como potencia agroexportadora, la caída de los precios del petróleo y el endeudamiento de gran parte de los países europeos, restringieron las exportaciones mundiales y generaron una enorme cantidad de excedentes agrícolas, situación que condujo al derrumbe de los precios y a la recesión de una parte importante de los mercados.

Entre otros elementos que propiciaron esta situación en el mercado internacional, cabe destacar las dificultades que comenzaron a enfrentar los llamados cultivos tradicionales de exportación, como el algodón, el henequén y el azúcar, al ser sustituidos por productos sintéticos. [...] de esta manera, la inserción de los países latinoamericanos al mercado mundial, a través de los productos tropicales que constituían materias primas para el sector industrial de los países desarrollados, pierde importancia (LARA FLORES, 1995, p. 62-63).

Nesse período, conforme McMichael (2016), e até aproximadamente os anos 2000, se instaurou um terceiro modelo de regime alimentar corporativo que tratou de aprofundar o processo que vinha se devolvendo a partir dos anos 1970, possibilitando a incorporação de novas regiões produtivas às cadeias de alimentos, integrando assim cadeias de suprimento diferenciadas, ao que o autor se refere como uma “revolução de supermercado”, e subdividindo os alimentos em duas categorias – itens de qualidade e itens padronizados – para suprir dietas de classe.

A consolidação da cadeia produtiva das “frutas frescas para o mercado global” (CAVALCANTI, 1997) tem sua modulação definida de maneira ainda mais ordenada nesse contexto, visando as novas demandas do comércio internacional, voltado à uma iminente preocupação com a qualidade da alimentação e saúde da população dos países ricos.

O Vale do São Francisco, no contexto do mercado global de alimentos emergente, é assim, vislumbrando uma possibilidade de deslanchar na exportação de produtos não tradicionais, tomando como exemplo direto as novas dinâmicas de adequação produtiva para exportação do Chile, e indiretamente (com requintes de ousadia) a Califórnia, se aproveita da instabilidade gerada a partir do desmonte do complexo agroindustrial do tomate (LEITE, 2013, p. 66), para alçar os cultivos de manga e uva como suas mais frutíferas apostas.

Afinal, com o clima seco, com as chuvas fortes e concentradas em períodos específicos do ano, e as águas do Velho Chico, o Vale poderia garantir a exportação de frutas frescas para a Europa e o Estados Unidos em um intervalo de período em que nenhum outro país estaria produzindo. Esse processo ganhou força nas duas últimas décadas do século XX a partir de uma estratégia orientada à exportação, que aproximou mais o setor agrícola dos mercados globais, desencadeando uma maior reestruturação da sociedade, gerando impacto sobre os modos de vida, trabalho e alimentação da população também no local.

A reestruturação do Vale do São Francisco, protagonizada pela ascensão da fruticultura de exportação, além de ter potencializado transformações de ordem econômicas, sociais e políticas, tendo relação direta com a consolidação de um mercado de trabalho com características específicas de um setor produtivo vinculado ao mercado externo, atingiu as formas de organização sociais tradicionais do local, onde se incluem as relações familiares e as relações com a terra e a alimentação.

Conforme discutiremos no capítulo seguinte, a fruticultura irrigada, a partir da divisão sexual do trabalho, intensificou a entrada de mulheres no mercado de trabalho assalariado vinculado ao setor, promovendo intensas transformações em seus modos de vida e trabalho tradicional.

Por fim, menciona-se com frequência nos estudos sobre a globalização da agricultura e da alimentação, como a os novos regimes alimentares possuem uma intrínseca relação com as novas dietas e padrão estético dos corpos e de saúde da população de países ricos, gerando impacto socioeconômico sobre a vida das famílias que até então viviam da terra por meio da agricultura tradicional.

Na introdução dessa tese relatei como o meu avô, agricultor e pecuarista, filho de agricultores e feirantes, era bastante criterioso e restritivo à entrada das “frutas de Juazeiro” em nossa casa, já que naquela época eu morava com eles. A minha memória (afetiva) tem viva a lembrança das compras na feira aos sábados e das idas às roças dos amigos da família, onde pegávamos mangas rosa e espada, até então as únicas variedades conhecidas por mim.

Décadas depois, o meu paladar não saboreia tão prazerosamente essas espécies. Sem feira livre aos sábados, sem passeio nas roças dos amigos, as frutas passaram a ser compradas no supermercado ou no hortifruti. Não sei se o meu novo gostar de mangas dos tipos *palmer* e *tommy* se dão na ausência ou na lembrança das mangas rosa e espada ou no acesso às novas variedades de fruta vetadas pelo meu velho avô.

Além da minha própria vida narrada, me ocorre a entrevista que realizei com uma trabalhadora rural em 2016 que destacou (de maneira crítica e assertiva) o seguinte:

É porque antigamente a gente só tinha aqui no Vale era o que? Era uva Itália, era Red Globe, era a Festival, que veio, mas não veio muito pra ficar, porque ela é uma uva cara, mas ela é uma uva que não se adapta muito ao nosso clima, né? Aí nós tínhamos antigamente o que? A Red Globe, Benitaka e Itália. Só tínhamos essas variedades, e uma pequenininha que é muito boa, que é a Patrícia. E essas aí eram uvas que tinha que ter muito cuidado, e hoje em dia não. Hoje em dia é uva com sabor de maracujá, é uva com sabor de abacaxi, que você come assim... Assim, pelo menos no meu paladar, né? Não tem nada a ver! Não tem nada a ver! Eu chupei essa semana uma tal de “Celebration”, que ela tem o sabor de... de... de abacaxi. Eu digo: “não, pelo amor de Deus! É melhor chupar manga verde com sal”. Porque não tem nada a ver, sabe? É uns nome bonito... Tem uma tal de “Jubilee”, que essa é resistente. Essa daí a EMBRAPA já fez uma coisa boa. Ela é muito gostosa e muito resistente a tudo. Ao clima, ao [...], às pragas... É muito boa, e acabou sendo boa até pra nossa saúde, né? Pega menos agrotóxico e é melhor pra nós que... Quer dizer... Pra nós não, que um quilo é um absurdo, nós nem consegue comprar. É melhor pra quem vai comer lá nos “States”, pra lá, porque tá cara, viu? Mas tem coisas... (I. Trabalhadora rural assalariada. Petrolina-PE, 2016).

A narrativa de I. traz diversos aspectos a serem explorados para pensarmos as novas dinâmicas da agricultura de exportação e suas imbricações entre o local e o global. O primeiro ponto a se perceber é a associação do sabor exótico do desconhecido, ao tradicional, ou seja, ao abacaxi. O deboche com relação à nomenclatura das novas espécies de uvas (importadas, ou desenvolvidas a partir das pesquisas da Embrapa) também destaca essa demarcação.

Entretanto, parece fantástico a maneira como a entrevistada eleva uma forma de consumo tradicional da manga verde entre os trabalhadores e trabalhadoras (Eu digo: “*não, pelo amor de Deus! É melhor chupar manga verde com sal*”) frente às investidas e novos desenvolvimentos de pesquisas da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no desenvolvimento de variedades de fruta com aspectos de pesquisa e tecnologia agregada.

Por fim, a entrevistada narra ainda as contradições e as desigualdades de todo esse processo, ao destacar quem na realidade se beneficia das menores dosagens de agrotóxicos e do próprio fruto e suor do seu trabalho: os consumidores hipotéticos dos “States”. Ou seja, o consumidor final nas gôndolas dos supermercados estrangeiros.

### 3.3.1 A inserção do polo de fruticultura irrigada Petrolina-PE/Juazeiro-BA nos circuitos globais de alimentos

O Vale do São Francisco, como fruto desse processo de desenvolvimento estimulado pelo Estado, se constitui como um “enclave” de dinamismo econômico em meio ao semiárido nordestino, considerado um dos exemplos mais expressivos dos impactos “modernizadores” da agricultura irrigada no Brasil (ARAÚJO, 2000; CAVALCANTI, 1999).

A região concentra alguns dos maiores produtores e exportadores de manga e de uvas de mesa do país (CAVALCANTI; BENDINI, 2014). Ao longo dos anos, de acordo com os dados da Secretaria de Comercio Exterior (SECEX, 2020), as microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA<sup>12</sup> têm se firmado como uma das mais importantes áreas produtivas brasileiras, sendo responsável por mais de 98% das exportações nacionais de uvas de mesa, e por cerca de 80% das exportações nacionais de manga, conforme apontamos na tabela abaixo.

**Tabela 1 – Relação comparativa dos índices de exportação de manga e uva**

ANO	MANGA			UVA		
	Exp. VSF (ton)	Exp. BR (ton)	Particip. Percentual	Exp. VSF (ton)	Exp. BR (ton)	Particip. Percentual
2010	60.659,44	60.689,77	81,1%	60.659,44	60.689,77	100,0%
2011	59.308,22	59.360,54	78,4%	59.308,22	59.360,54	99,9%
2012	51.964,62	52.015,63	80,7%	51.964,62	52.015,63	99,9%
2013	43.084,69	43.180,56	81,5%	43.084,69	43.180,56	99,8%
2014	28.326,00	28.335,47	88,7%	28.326,00	28.335,47	100,0%
2015	34.339,24	34.384,68	80,6%	34.339,24	34.384,68	99,9%
2016	30.649,64	30.813,18	82,8%	30.649,64	30.813,18	99,5%
2017	44.073,01	44.493,44	83,7%	44.073,01	44.493,44	99,1%
2018	39.498,04	39.841,52	82,3%	39.498,04	39.841,52	99,1%
2019	44.458,98	45.054,13	83,4%	44.458,98	45.054,13	98,7%
2020	48.556,13	49.228,01	85,5%	48.556,13	49.228,01	98,6%

Fonte: COMEXSTAT e AGROSTATIBGE, 2021.  
Dados organizados pela autora.

<sup>12</sup> Microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, considerando os municípios pernambucanos de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa vista e Belém do S. Francisco, e os baianos de Juazeiro, Casa Nova e Sobradinho.

Tomando como referência para essa análise a década 2010-2020, é possível afirmar que entre 2010 e 2014 houve uma tendência decrescente no volume das exportações nacionais tanto de manga, quanto de uva, chegando a representar uma queda de mais de 50%. Embora tenha havido uma retomada das exportações a partir dos anos seguintes, 2020 ainda exportou um volume menor do que o início da década anterior.

Entretanto, ao levarmos em consideração os dados de produção agrícola para exportação de manga e uva nas microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, fica evidente que a menor parcela da uva potencialmente produzida no Vale do São Francisco é, de fato, exportada. O mercado nacional tem gradualmente aumentado o consumo desse tipo de fruta, sinalizando uma mudança no padrão alimentar nacional.

Já a participação percentual da manga, comparativamente com a uva, tem abocanhado uma fatia do mercado internacional. No entanto, a maior parcela de consumo da produção de manga se dá em território nacional. Evidentemente, estamos levando em consideração com estes dados toda a capacidade produtiva do Vale, o inclui concomitantemente empresas com produção de variedades de frutas de boa qualidade, mas que estão focadas apenas no mercado interno, e empresas que produzem frutos de alto valor agregado, que correspondem a padrões de exigência e qualidade do mercado internacional.

**Tabela 2 – Relação comparativa dos índices de produção e exportação de manga e uva**

ANO	MANGA			UVA		
	Quantidade Exp. (ton)	Quantidade Prod. (ton)	Particip. Percentual	Quantidade Exp. (ton)	Quantidade Prod. (ton)	Particip. Percentual
2010	101.111	423.051	23,9%	60.659,44	266.293	22,8%
2011	98.989	442.670	22,4%	59.308,22	266.805	22,2%
2012	102.396	466.225	22,0%	51.964,62	275.905	18,8%
2013	99.343	451.840	22,0%	43.084,69	275.489	15,6%
2014	108.254	395.180	27,4%	28.326,00	300.533	9,4%
2015	126.059	308.830	40,8%	34.339,24	301.100	11,4%
2016	127.762	455.960	28,0%	30.649,64	432.174	7,1%
2017	150.299	530.110	28,4%	44.073,01	486.005	9,1%
2018	140.243	735.618	19,1%	39.498,04	469.765	8,4%
2019	179.973	806.133	10,5%	44.458,98	511.330	8,7%
2020	207.907	902.529	23,03%	48.556,13	388.128	12,5%

Fonte: COMEXSTAT e AGROSTATIBGE, 2021.  
Dados organizados pela autora.

A globalização de produtos frescos, conforme Cavalcanti, (2015) é um processo sofisticado. Exige uma série de inovações tecnológicas, padrões de qualidade e outras especificações definidas por potenciais consumidores contribuíram para a inclusão de produtos não tradicionais ou “tipos exóticos”, como frisa a autora no âmbito do comércio internacional.

Segundo esta autora, esse é um sistema que forja as novas formas de natureza e exploração do trabalho para tornar a mercadoria objeto de consumo global. Sendo assim, é importante destacar as mudanças expressivas na maneira de produzir, embalar e distribuir as frutas, tendo em vista que tudo agrega valor ao produto final (CAVALCANTI, 2015).

Além disso, a utilização de certificadoras e selos constituem uma ferramenta fundamental nesse processo, no sentido de garantir a qualidade desses produtos, tornando o produto agrícola certificado internacionalmente um símbolo bastante emblemático de todo esse contexto (VAN DER GRIJP; MARSDEN; CAVALCANTI, 2005).

A origem e a história particular dessa região tem suas transformações relacionadas à sua capacidade produtiva; e, tiveram início a partir de projetos de investimentos público-privados nas áreas da produção de energia elétrica e de irrigação, de modo a torná-la mais viável economicamente, firmando-se um marco distintivo em tais tentativas a partir da criação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), que passou a atuar em programas de irrigação, em apoio à produção e à comercialização, em reforço à infraestrutura socioeconômica (SCOTT; SANTOS, 2014).

Conforme destacam Scott e Santos (2014, p.30).

Aproveitando as águas do “maior lago artificial da América do Sul”, e a partir da abertura das comportas da barragem de Sobradinho em 1979, após seis anos de construção, houve uma intensificação da tecnologização da agricultura, orientada pela CODEVASF [...], que amplia e sofisticada as ações iniciadas pelos seus predecessores institucionais, a Comissão do Vale do Rio São Francisco (CVSF - 1948), e a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE - 1967). Governos nacionais, estaduais e municipais se aliam a associações, cooperativas e empresas para apoiar os projetos de irrigação. As cidades e a economia urbana crescem obedecendo esta chamada enaltecida de dinamicidade e oportunidades de agricultura de exportação.

À medida que as ações modernizadoras planejadas se estendiam por todo o Vale do São Francisco ao longo das décadas de 1970 e 1980, a irrigação ganhava maior importância. Conforme destaca SILVA, G (2016), foram construídos até o momento, sob gestão da CODEVASF e em parceria com outras instituições federais, 12 perímetros públicos de irrigação no Vale do São Francisco, representando uma área irrigada total de 59.259 hectares, além de outros 2 (dois) que ainda se encontram em fase de implantação.

Dentre os 12 referidos perímetros, 7 estão localizados nas microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, correspondendo a uma área irrigada de 48.605 hectares (82% do total). Cabe chamar atenção para o fato de que 60% dessa área é ocupada por empresas agrícolas, enquanto as demais 40% se mantêm sob o domínio da agricultura familiar, conforme destacamos no quadro 1.

**Quadro 1 – Área dos Perímetros Públicos de Irrigação**

<b>Perímetro Irrigado</b>	<b>Área Familiar (ha)</b>	<b>Área Empresarial (ha)</b>	<b>Área Total (ha)</b>
<b>Bebedouro (PE)</b>	1.034	858	1.892
<b>Senador Nilo Coelho (PE)</b>	12.520	6.043	18.563
<b>Mandacaru (BA)</b>	399	51	450
<b>Salitre (BA)</b>	1.684	3.415	5.099
<b>Tourão (BA)</b>	189	14.048	14237
<b>Curaçá (BA)</b>	1.818	2.386	4.204
<b>Maniçoba (BA)</b>	1.781	2.379	4.160
<b>Total:</b>	<b>18.885</b>	<b>29.180</b>	<b>48.605</b>

Fonte: CODEVASF, 2020.

Entretanto, a ação da CODEVASF não se limitou apenas às obras de implementação dos projetos públicos de irrigação e às obras hidráulicas. Ao contrário, previu ainda diversas atividades em parceria com a iniciativa privada (SILVA, 2001).

Com a implementação dos perímetros irrigados, de outra parte, os pequenos proprietários que viviam nas áreas que seriam tomadas pela irrigação foram desapropriados ou desapossados de suas terras pelo Estado, mediante o pagamento de indenizações bem abaixo dos valores praticados no mercado, causando um elevado ônus social na região.

Com base nas reflexões de Graziano da Silva, sobre a questão agrária e irrigação no Nordeste, Bloch (1996) menciona que todos aqueles que viviam nas áreas desapropriadas nas condições de moradores, posseiros, parceiros, agregados, comodatários, além de não receberem indenização pela terra perdida, ficaram em segundo plano no processo de seleção dos lotes feito pela CODEVASF.

Nos anos 1980 tiveram início as instalações de plantas industriais nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA para processamento agrícola e produção de insumos e equipamentos para o setor local, utilizando-se de linhas de crédito do Banco do Nordeste do Brasil. A tentativa de construção de um Complexo Agroindustrial de frutas no polo de Petrolina-PE-Juazeiro-BA foi pensada paralelamente à instalação dos perímetros de irrigação coordenada pela CODEVASF.

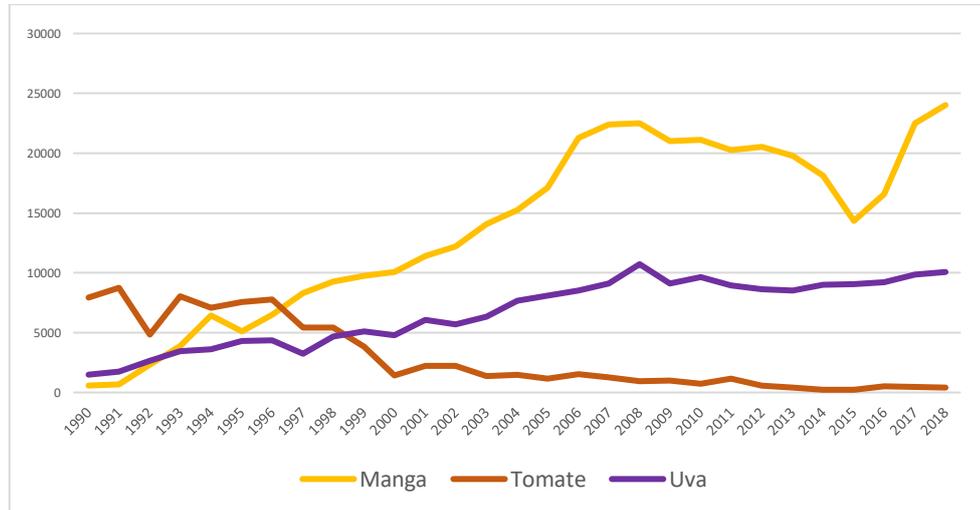
Conforme apontou Silva (2001) sobre o processo de desenvolvimento econômico da região vinculado à ascensão da fruticultura:

Assiste-se, portanto, a um processo de “exclusão” de agricultores, especialmente, os pequenos colonos e, ao mesmo tempo, um processo de “inclusão” de novos atores, mais especializados e profissionalizados: os fruticultores. São esses pequenos e médios produtores, que, seguindo uma trajetória distinta das grandes empresas, somam-se a estas, para determinar a expansão e consolidação da fruticultura na região, na década de 90 (SILVA, 2001, p. 93).

Os primeiros esforços de exportação de frutas tiveram início nos anos 1980. Ainda que naquele período o volume exportado tenha sido pouco significativo, despertou nos grandes produtores a necessidade de uma maior organização, inclusive com a criação de instituições que passaram a centralizar as ações de comercialização e produção na região. Das culturas destinadas à exportação, já nesse período destacaram-se a manga e a uva.

A figura a seguir evidencia como a partir dos anos 1990 as áreas plantadas com manga e uva expandiram nas microrregiões de Petrolina-PE e de Juazeiro-BA, demonstrando também a diminuição das áreas destinadas à produção de tomate (PAM – IBGE, 2020).

**Figura 2 – Área plantada nas microrregiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) 1990-2018**



Fonte: Produção Agrícola Municipal/PAM – IBGE (2018).  
Dados organizado pela autora.

A consolidação e expansão da fruticultura de exportação no Vale do São Francisco foi responsável por transformações econômicas e sociais, com destaque para a viticultura e o cultivo de manga.

A primeira delas está atribuída à própria expansão no tamanho das áreas cultivadas com manga e uva nas microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Tomando como referência os

anos 1990, de acordo com os dados do PAM-IBGE, havia nessas microrregiões somente 2.029 ha plantados com esses cultivos. Uma década depois, nos anos 2000, já somavam 14.847 ha e, em 2010, 30.721 ha. Após esse período o crescimento assume uma estabilização. Em 2018, a área cultivada com manga e uva nas microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA era de 34.066 hectares (IBGE-PAM, 2020). A outra, decorre da expansão das áreas cultivadas com manga e uva na região é o aumento do número de postos de trabalho formal no setor da agropecuária.

De modo geral, o novo perfil produtivo gerou uma série de impactos sobre a população local. Se, por um lado, atraiu grandes empresas, proporcionando uma significativa concentração de capital nas mãos dos fruticultores ou produtores de frutas para exportação; por outro, à grande maioria da população, já vitimizada pelas sucessivas medidas de exclusão e incapacitação para o novo modelo de produção agrícola, restou o assalariamento na forma de contratos temporários, sob exaustivas jornadas de trabalho e a negação dos direitos laborais, o que se acentuou com as mudanças nas relações de trabalho, ocasionadas pelos impactos das reformas na legislação trabalhista, repercutindo no aumento da flexibilização e precarização do trabalho, conforme analisaremos a seguir.

### **3.4 Considerações sobre o capítulo**

Neste capítulo foi apresentado um quadro de compreensão teórico-epistemológica aplicada aos dados e narrativas desenvolvidos sobre produção e trabalho, apontando os aspectos de destaque e contradição iminentes às dinâmicas de globalização e “modernização” agrícola com foco no cultivo de produtos de alto valor agregado para exportação no Vale do São Francisco.

O conceito de globalização foi mobilizado a partir de diferentes perspectivas, entretanto, o objetivo foi destacar como o a compreensão que julgamos mais adequada se estabelece a partir de um deslocamento do entendimento sobre as cadeias globais de alimentos como um conjunto, ou um bloco homogêneo.

A análise aqui desenvolvida tem o seu foco presente nos meandros e contradições, nas microssituações, ou microfenômenos, e estes não estão absolutamente integrados e controlados por macroestruturas globais. É preciso destacar os processos, as narrativas, e sobretudo as reações em âmbito micro.

No capítulo a seguir daremos continuidade às discussões sobre as mudanças no trabalho, a partir das dinâmicas de trabalho das mulheres vinculadas à viticultura de exportação no Vale do São Francisco, enfatizando, para além do trabalho produtivo, da lida e da luta diária no campo, a árdua e cansativa labuta do trabalho invisível doméstico no contraturno, levando em consideração as transformações na vida e no trabalho de mulheres a partir do estabelecimento da fruticultura de irrigação na região.

Sendo assim, o capítulo a seguir está organizado a partir da análise dual entre casa e trabalho, entre o trabalho reprodutivo e trabalho produtivo. E, além disso, busca dialogar com a perfeição na construção dos cachos de uvas padrão exportação, fruto do esforço e da exploração do trabalho das mulheres no árduo trabalho de moldar cachos de uvas tão perfeitos que beírem a ilusão.

#### **4 ÀS MARGENS DO VELHO CHICO: O TRABALHO DAS MULHERES NA VITICULTURA DE EXPORTAÇÃO**

No Vale do São Francisco, a fruticultura irrigada firmou-se como protagonista de um processo de reestruturação, potencializando repercussões de ordem econômicas, sociais e políticas (SILVA, 2009). As novas dinâmicas inauguradas a partir desse novo contexto deram margem às mais diversas perspectivas de análises. Aqui, entretanto, a reestruturação dessa região, tendo como seu principal vetor a fruticultura irrigada, nos interessa particularmente como ponto de partida para análise o mercado de trabalho rural.

O mercado de trabalho rural vinculado às novas demandas produtivas assume características demarcadas pela intensa flexibilização, pela nova organização laboral, com a exigência de uma maior qualificação e especialização da mão de obra, e estímulos à produtividade em larga escala (CAVALCANTI; BENDINI, 2001).

El nuevo escenario de los sistemas agroalimentarios se caracteriza por cambios tecnológicos que demandan mayor flexibilidad empresarial y perfiles de calificación de la mano de obra más versátiles y polivalentes, acordes con la nueva organización del trabajo. La tecnología actúa como potencial heterogeneizador no solo de la base productiva, sino también del sistema ocupacional (CAVALCANTI; BENDINI, 2001, p. 345).

Além disso, são marcas dessa nova organização do trabalho, dinâmicas próprias de migrações, sazonalidade e informalidade. Estas, aliás, constituem as características primordiais do mercado de trabalho vinculado ao setor no Sul global, ainda que se apresentem de maneira absolutamente maleável e adaptável às micro condições locais.

Na primeira parte deste capítulo tratamos da agricultura intensiva e das dinâmicas de exportação. Essa é uma discussão que está vinculada aos desdobramentos do capítulo anterior, e envolve uma nova agenda de pesquisa que despontou a partir da década de 1990 e mobilizou pesquisas sobre o impacto da divisão internacional do trabalho e demandas “produtivas”.

Evidências empíricas sobre o trabalho rural e análise amparada em dados oficiais chamam atenção para as características das transformações de bases econômicas e políticas e seus impactos diretos na organização do trabalho e, particularmente, na vida das trabalhadoras. O capítulo se detém na compreensão sobre o que é ser mulher trabalhadora assalariada rural nesse contexto “produtivo”, focalizando aspectos da inclusão das mulheres na viticultura, mobilizando categorias analíticas diversas.

#### 4.1 O trabalho na viticultura sob a perspectiva das mulheres

Durante um período de dois dias no final do mês de abril do ano de 2019, durante o Seminário “O Trabalho no Vale do São Francisco”, conforme descrevemos na metodologia, em colaboração com a colega chilena Cláudia Cerda, foram realizadas oficinas de trabalho, a partir das quais as mulheres trabalhadoras rurais foram estimuladas a trabalhar com a técnica de produção de *arpilleras*; por meio dessa técnica, foram feitos seis quadros com imagens, realizados por mulheres, trabalhadoras rurais que em sua maioria estavam inseridas em regime de trabalho permanente e sindicalizadas.

É importante enfatizar essas duas características, pois embora as *arpilleras* exponham a compreensão dessas mulheres sobre as relações de vida e trabalho em que estão imersas, essa é uma construção de compreensão a partir das relações outras estabelecidas via acesso ao mercado de trabalho, como a própria atuação junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariadas Rurais de Petrolina e de Juazeiro ou outras formas de associações.

Dito isso, a abordagem sobre o trabalho no Vale do São Francisco será apresentada primeiramente a partir da narrativa (escrita) de mulheres sobre a *arpillera* que produziram conjuntamente. Após a apresentação da narrativa escrita, será exposta também a análise e interpretação das *arpilleras* construídas pelo grupo de mulheres.

A análise aqui apresentada é resultante de vivências ou de experiências ligadas a uma mesma estrutura, que por sua vez constitui-se como base comum das experiências que perpassam a vida de muitos indivíduos, conforme Manheim (1980). De acordo com o autor, este método consiste também em um processo de análise de fenômenos culturais, sobretudo, mediante à perspectiva de que toda experiência merece ser interpretada e cada elemento dessa observação integra e constitui uma totalidade cultural.

Na imagem a seguir, intitulada “Mulheres Guerreiras”, a narrativa dessas mulheres expressa o seguinte: “As mulheres são muito fortes, elas a cada dia conseguem o seu objetivo, trabalham em casa trabalham no campo”.

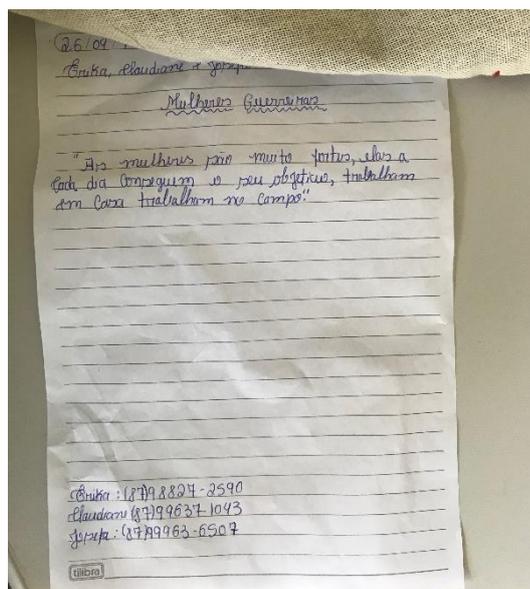
**Imagem 4 – Arpillera “Mulheres Guerreiras”**



Autoria: Erika, Claudiane Madeira e Josefa

Na imagem 4, a representação da rotina das atividades de trabalho diário, o parreiral e os canais de irrigação dividem espaço com a casa, que simboliza o trabalho doméstico e de cuidado (referência à narrativa “*trabalham em casa, trabalham no campo*”). Na imagem, chama atenção o mandacaru ao lado casa, dividindo o mesmo espaço com o parreiral, ou seja, o espaço do tradicional, de planta nativa do sertão desponta como um elemento de simbologia do lugar e comunica a fortaleza que são as mulheres.

**Imagem 5 – Descrição da Arpillera “Mulheres Guerreiras”**



Autoria: Erika, Claudiane Madeira e Josefa

A seguir, na imagem retratada da *arpillera* “Mulher Guerreira”, as trabalhadoras rurais retratam nos quatro cantos da imagem a rotina do trabalho e como conciliam as atividades domésticas e o trabalho nas empresas.

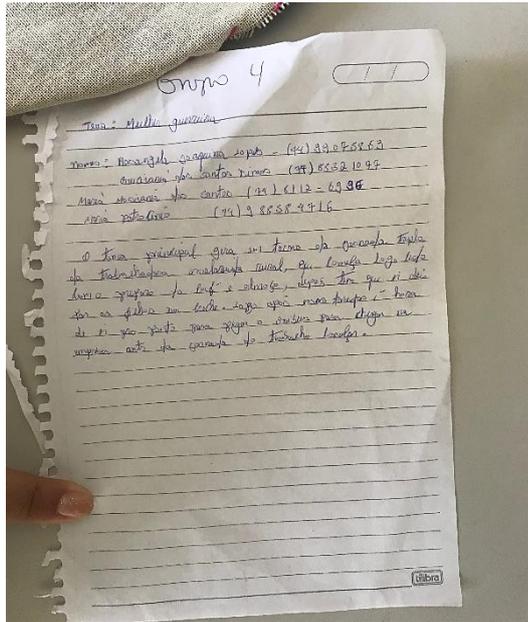
**Imagem 6 – Arpillera “Mulher Guerreira”**



Autoria: Rosângela Joaquim, Gleicivania Dimas, Maria Mosivania e Maria Patrocínio

Conforme o grupo: “O tema principal gira em torno da jornada tripla da trabalhadora assalariada rural, que começa logo cedo com o preparo do café e almoço, depois tem que ir deixar os filhos na creche. Logo após essas tarefas é hora de ir pro ponto para pegar o ônibus para chegar na empresa antes da jornada de trabalho começar”.

**Imagem 7 – Descrição da Arpillera “Mulher Guerreira”**



Autoria: Rosângela Joaquim, Gleivania Dimas, Maria Mosivania e Maria Patrocínio

As duas arpilleras promovem um diálogo entre si, entre as perspectivas que as mulheres querem comunicar com a costura e o bordado. A imagem retratada evidencia a lida diária e cronometrada das mulheres do nascer ao pôr do sol. A *arpillera* tem o ritmo do dia a dia, portanto. Um destaque importante é o encontro, simbolizado por duas mulheres se encontrando ao saírem de suas casas.

Na imagem a seguir, com a *arpillera* intitulada “Antes da Convenção”, o grupo descreve as mudanças ocorridas no trabalho a partir do processo de organização e luta coletiva dos trabalhadores rurais, tomando a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria como um importante marco nesse processo.

**Imagem 8 – Arpillera “Antes da Convenção”**

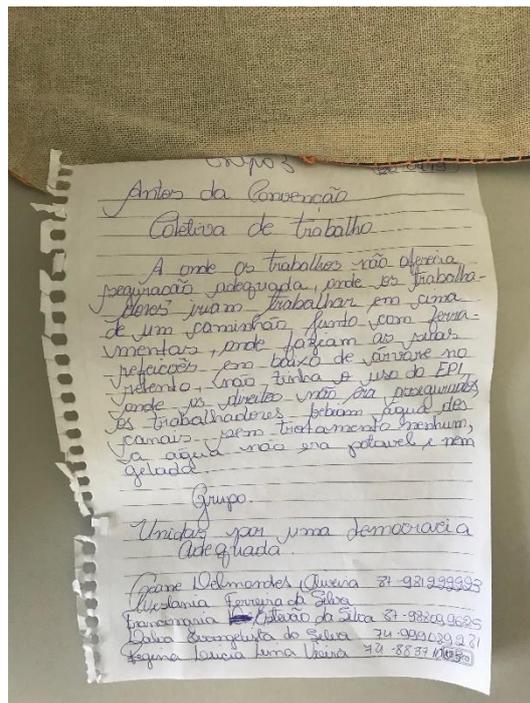


Autoria: Geane Delmondes, Weslania Ferreira, Francimaria Estevão, Dalva Evangelista e Regina Lúcia

A descrição relata o seguinte:

Aonde os trabalhos não oferecia segurança adequada, onde os trabalhadores iriam trabalhar em cima de um caminhão junto com ferramentas, onde faziam as suas refeições embaixo de árvore no relento, não tinha o uso do EPI, onde os direitos não era assegurados, os trabalhadores bebiam água dos canais sem tratamento nenhum, a água não era potável e nem gelada (Geane Delmondes, Weslania Ferreira, Francimaria Estevão, Dalva Evangelista e Regina Lúcia).

**Imagem 9 – Descrição da Arpillera “Antes da Convenção”**



Autoria: Geane Delmondes, Weslania Ferreira, Francimaria Estevão, Dalva Evangelista e Regina Lúcia

Na narrativa as trabalhadoras chamam atenção para uma questão primordial na luta por direitos nessa região produtiva: o acesso à água potável e gelada no campo à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, chamam atenção para o direito ao transporte seguro e ao uso de EPIs adequados.

Na sequência, na *arpillera* “Luta, Empoderamento e Resistência”, as trabalhadoras rurais demarcam o quão nocivo é o uso de agrotóxicos na produção agrícola, com destaque de alerta vermelho no canto direito, entre o sol escaldante alaranjado e o cacho da uva. Além do veneno, chama atenção para a importância da luta coletiva, ressaltando a Marcha das Margaridas, com a representação das trabalhadoras com as mãos dadas.

**Imagem 10 – Arpillera “Luta, Empoderamento e Resistência”**

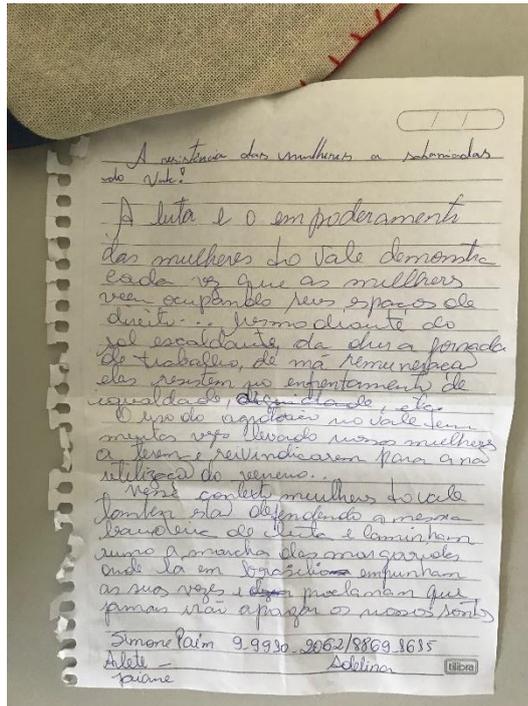


Autoria: Simone Paim, Arlete, Adelina Pereira e Jaiane

Conforme a narrativa das próprias trabalhadoras, a imagem representa:

A luta e o empoderamento das mulheres do Vale demonstra cada vez que as mulheres vem ocupando seus espaços de direito... mesmo diante do sol escaldante, da dura jornada de trabalho, de má remuneração elas resistem no enfrentamento de igualdade, etc. O uso de agrotóxicos no Vale tem muitas vezes levado nossas mulheres a terem e reivindicarem para a não utilização do veneno... Nesse contexto mulheres do Vale também estão defendendo a mesma bandeira de luta e caminham rumo a Marcha das Margaridas onde lá em Brasília empunham as suas vozes e proclamam que jamais irão apagar os nossos sonhos (Simone Paim, Arlete, Adelina Pereira e Jaiane).

**Imagem 11 – Descrição da Arpillera “Luta, Empoderamento e Resistência”**



Autoria: Simone Paim, Arlete, Adelina Pereira e Jaiane

Na imagem a seguir, a arpillera “Faça valer o seu direito” também destaca a jornada de trabalho das mulheres. As representações dos parreirais dividem a imagem ao meio, simbolizando uma construção dual empresa – casa, em que a casa, os filhos e a creche são retratados na parte superior da imagem. A fazenda não é retratada.

**Imagem 12 – Arpillera “Faça valer o seu direito”**

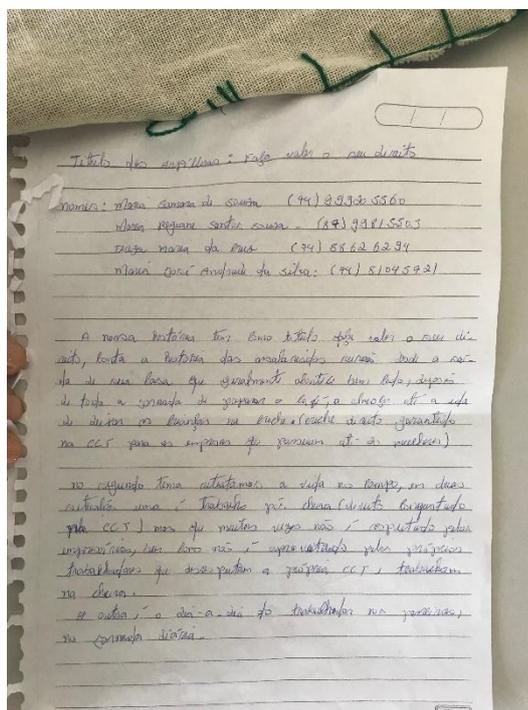


Autoria: Maria Samara, Maria Regiane, Tereza Maria e Maria José

Elas próprias descrevem da seguinte maneira: “

A nossa história tem como título ‘faça valer o seu direito’, conta a história das assalariadas rurais, desde a saída de sua casa, que geralmente acontece bem cedo, depois de toda a jornada de preparar o café, o almoço, até a ida de deixar as crianças na creche. [...] No segundo tema retratamos a vida no campo, em duas situações uma é trabalho pós chuva [direito conquistado pela Convenção Coltiva de Trabalho – CCT da categoria] mas que muitas vezes não é respeitado pelos empresários, bem como não é aproveitado pelos próprios trabalhadores que desrespeitam a própria CCT e trabalham na chuva (Maria Samara, Maria Regiane, Tereza Maria e Maria José).

**Imagem 13 – Descrição da Arpillera “Faça valer o seu direito”**



Autoria: Maria Samara, Maria Regiane, Tereza Maria e Maria José

As três *arpilleras* abordam questões cotidianas vinculadas ao trabalho produtivo e aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, cada uma promove a particularidade do grupo, remetendo as narrativas e a memória às questões mais intrínsecas ao espaço que ocupam e às relações firmadas nestes espaços.

Por fim, a última imagem, com a *arpillera* intitulada “Trabalhadoras da cidade e do campo”, realizada em parceria com mulheres da Associação das Mulheres Rendeiras, no bairro José e Maria, na periferia de Petrolina-PE, as trabalhadoras chamam atenção para um ponto instigante no debate sobre assalariamento rural, que é a relação de moradia e trabalho entre campo e cidade, dado que boa parte das trabalhadoras da fruticultura vivem nas periferias de Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

Essa relação entre o rural e o urbano perpassa pelas atividades das jornadas diárias dessas mulheres, desde a entrada no transporte que percorre os bairros ao raiar do dia, até o acesso às creches municipais onde deixam os filhos, como discutiremos mais à frente.

**Imagem 14 – Arpillera “Trabalhadoras da cidade e do campo”**



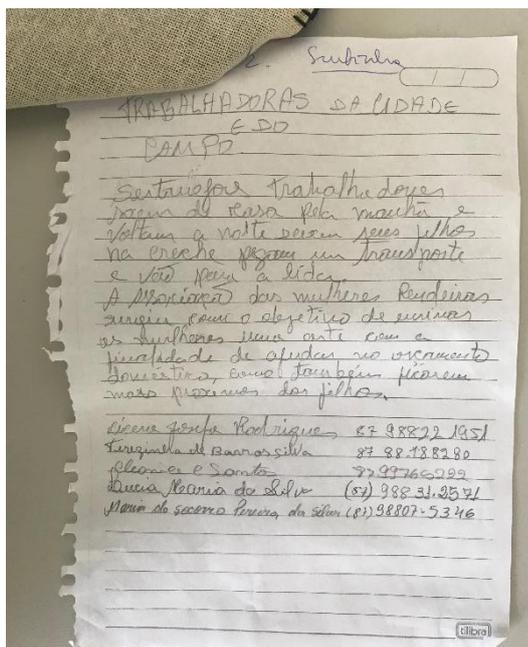
Autoria: Cícera Josefa, Terezinha de Barros, Cleonice, Lúcia Maria e Maria do Socorro

A narrativa delas próprias sobre a *arpillera*, aponta a dupla jornada das mulheres e o papel social da Associação das Mulheres Rendeiras na periferia de Petrolina-PE:

Sertanejas trabalhadoras [que] saem de casa pela manhã e voltam a noite. Deixam seus filhos na creche pegam um transporte e vão para a lida. A Associação das Mulheres Rendeiras surgiu com o objetivo de ensinar as mulheres uma arte com a finalidade de ajudar no orçamento doméstico, como também ficarem mais próximas dos filhos (Cícera Josefa, Terezinha de Barros, Cleonice, Lúcia Maria e Maria do Socorro).

A Associação das Mulheres Rendeiras tem um papel importante na periferia de Petrolina, e tem atuado no auxílio às mulheres no sentido de “ensiná-las a fazer renda”, ou seja, de possibilitar à essas mulheres novas formas de trabalho, e a possibilidade de cuidar dos filhos.

**Imagem 15 – Descrição da Arpillera “Trabalhadoras da cidade e do campo”**



Autoria: Cícera Josefa, Terezinha de Barros, Cleonice, Lúcia Maria e Maria do Socorro

Essa foi uma atividade muito instigante de ser realizada com as mulheres e renderam algumas questões. Em princípio houve uma certa resistência com relação à atividade, pois algumas mulheres justificavam que jamais haviam feito costura ou bordado, ou que não tinham habilidade com o trabalho artesanal.

Na oficina foi ensinado sobre a técnica, sobre a representação das *arpilleras* para alguns movimentos de mulheres no Chile e na América Latina, mas não sobre os diferentes tipos de pontos, linhas, agulhas ou como fazer bonecas de pano. Esse conhecimento, partilhado entre os grupos e demonstrado em técnicas nos quadros é, também, fruto daquilo que estamos denominando “experiência”.

Ou seja, o trabalho minucioso, artesanal e qualificado executado pelas mulheres em larga escala na produção de uvas finas de mesa para exportação está calcado em uma dimensão subjetiva e interiorizada da experiência, externada a partir da perspectiva de “conhecimento a mão”, do trabalho prático, de observação, e do papel que exercem as mais velhas sobre as mais jovens.

#### 4.1.1 As mulheres: Entre a divisão sexual do trabalho e as novas demandas “produtivas”

Desde as décadas de 1970/80, no Brasil, os estudos de gênero e trabalho passaram por renovações em perspectivas teóricas e metodológicas. Sob uma forte influência da sociologia francesa, a partir, sobretudo, dos estudos de Helena Hirata e Daniëlle Kergoat, as abordagens sobre a divisão sexual do trabalho disseminaram-se na academia brasileira (SORJ, 2019; CASTRO; LAVINAS, 1992).

O trabalho, como conceito, é central tanto sociologicamente quanto politicamente. Sociologicamente porque se constitui um mediador importante das relações entre o indivíduo e a sociedade. Politicamente, pois é por meio do trabalho que se organiza o exercício do poder nas sociedades. Conforme Kergoat (2019), o trabalho é, concomitantemente e contraditoriamente, um “poderoso” instrumento de dominação e de emancipação. A atividade de trabalho é paradigmática, no sentido de que mobiliza “a subjetividade, o indivíduo e o coletivo, as práticas materiais e as práticas ideais, a servidão voluntária e também as resistências e as revoltas” (KERGOAT, 2019, p. 288).

No caso das mulheres, de origem rural, que passaram por esse processo de intensa transformação na agricultura do Vale do São Francisco, nos anos 1990, o trabalho deve ser compreendido segundo esse caráter dual. Ao mesmo tempo em que a ascensão da viticultura se estabelece no mercado global de produção de alimentos, através da modernização da produção agrícola, e das mudanças todas decorrentes desse processo, as mulheres começam a perceber a partir da valorização (no sentido da remuneração pelo trabalho) do seu trabalho um importante lugar de ocupação.

Afinal, na esfera produtiva elas já estavam, mas ao invés de receber salário, tinham o seu trabalho denominado “ajuda”. A mulher rural, ainda que sem visibilidade, possui uma presença demarcada no espaço público, sobretudo, como guardiã histórica da cadeia alimentar. Em âmbito rural, as mulheres estão presentes nas duas pontas da cadeia alimentar, ou seja, tanto na produção agrícola, quanto na transformação desses produtos em alimento.

Tais processos envolvem os espaços público e privado, da casa e da roça. E, embora sejam, ideologicamente, separados; na prática se manifesta de maneira diferente para as mulheres rurais, tendo em vista que frequentemente elas estão inseridas no espaço da produção. Conforme Fischer (2012, p. 43)

A condição da mulher no meio rural se constitui numa configuração muito peculiar dos espaços público e privado de produção e reprodução, em que um diz respeito à produção de bens materiais, e, o outro, à reprodução de indivíduos sociais. Na divisão sexual do trabalho, cabe ao homem o exercício da produção, da mesma forma que toca à mulher o da reprodução.

Fischer (2012) destaca uma dimensão importante do que é o trabalho para as mulheres no rural, podendo evidenciar uma configuração em que a associação entre público/produtivo e privado/reprodutivo não se constitui enquanto modelo explicativo.

Entretanto, o debate toma outro rumo ao adicionarmos a “questão salário” à maciça inserção das mulheres no mercado de trabalho rural vinculado à expansão da viticultura de exportação. Para Branco e Vaisencher (2002), a possibilidade de receber salário proporcionava à essas mulheres uma liberdade individual até então desconhecida.

Nos seus lugares de origem, o trabalho que realizavam, para o seu sustento e o dos membros da família, não era remunerado, estando circunscrito aos limites geográficos do espaço privado, ao rol das atividades domésticas, descaracterizando-se como trabalho produtivo. [...] A passagem do domínio privado para o domínio público, através do trabalho remunerado proporcionava àquelas mulheres dois elementos fundamentais para que elas adquiram força e confiança em si mesmas e vivenciem um intenso processo de mudanças, no tocante à sua condição de gênero: suas vidas e suas habilidades adquirem visibilidade e importância, inclusive para o grupo familiar (BRANCO; VAISENCHER, 2002, p. 02).

Para essas mulheres, já acostumadas ao “trabalho pesado” e não remunerado, o fato de agora possuírem uma renda própria, fruto de seu trabalho, faz com que elas passem a desconsiderar o quão “pesado” é também o trabalho na fruticultura. Além da entrada da mulher no domínio público a partir da atividade produtiva remunerada, o trabalho contribui para elevar o seu *status* no meio social, corroborando para a transformação e o fortalecimento da autoimagem e da autoestima das mulheres (BRANCO; VAISENCHER, 2002; 2001).

Entretanto, nesse novo contexto a “valorização” do trabalho das mulheres não se traduziu em um processo de qualificação profissional, no sentido de que o trabalho executado pelas mulheres na fruticultura de exportação, embora “qualificado”, “minucioso” e “artesanal”, não se estabeleceu como fruto de um processo de aprendizado institucionalizado ou valorizado do ponto de vista dos aspectos subjetivos atrelados à construção do conhecimento (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2002).

Pelo contrário, o processo de construção do conhecimento desse trabalho qualificado se dá através da prática, da ação, da experiência compartilhada. No trecho do relato em destaque abaixo, a trabalhadora assalariada rural pontua uma questão fundamental, que é a temporalidade como fator para experiência vivida.

É, com uva... Aí eu não sabia trabalhar. Mas só que como antes era mais rigoroso que hoje, né? Eu falei: “Não, eu sei!” Aí quando eu cheguei lá, eu olhei assim, aquela fila enorme de uva, chega deu vontade de eu chorar. Aí lá se vai o encarregado me ensinar. Isso eu uma menininha, né? Uma “mulecota” Nem corpo eu tinha... Que eu era magrinha assim... eu vim pegar corpo depois que eu tive ela. Aí eu olhei assim... Aí

ele: “Ó, o pinicado. Sabe fazer?” Aí eu com medo de dizer que não sabia, aí ele não ficar comigo, né? Aí eu: “Sei!” Aí ele foi lá, fez... Aí eu, porque assim, eu sou esperta. Eu fiquei vendo ele fazer, depois quando ele: “faça aí!” Aí eu fiz igual! Só em ver ele fazendo eu já fiz. Aí pronto. Aí depois veio raleio, depois veio desbrota, colheita, embalagem... Eu aprendi tudo, mas nos primeiros dias, isso aqui, isso aqui, isso aqui, isso aqui, meu Deus do céu, parece que eu tinha levado uma surra, assim de... horrível. Mas aí habituou, acostumei (I. Trabalhadora assalariada rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Ao justificar que era uma “menininha”, uma “mulecota”, a trabalhadora rural aponta o tempo como um fator importante do aprendizado de cada uma das etapas do processo produtivo da uva. Observa, é esperta, e por ser esperta, reproduz os movimentos do trabalho tantas vezes até quando aprontem os cachos de uvas nas fileiras.

A narrativa dessa trabalhadora, uma mulher jovem, mãe solo de uma menina de 13 anos me remeteu à narrativa de outras tantas mulheres. No entanto, em 2015, na periferia de Juazeiro-BA, uma trabalhadora rural, com idade entre 45 e 50 anos, casada, mãe de 3 filhos adultos e avó de 3 crianças me deu a seguinte resposta sobre essa mesma questão.

Eu não, eu aprendi pela primeira vez, um pessoal tava precisando lá no São José, e eu nunca tinha trabalhado com uva, achava os cachos de uva nos mercados a coisa mais linda, aí pensava “deve ser muito gostoso trabalhar com isso aqui”. Aí ficava sempre na minha, e quando foi um dia que o rapaz tava precisando. Aí eu disse “a gente não sabe, mas se quiser ensinar, quem mais quer aprender sou eu”. Aí ele juntou um bocado de mulher que não sabia e levou. Aí chegando lá, botou a gente separado de quem já sabia, porque aquele pessoal que tava sabendo, tava ganhando um salário, e nós não. Nós ia ganhar diária pra aprender ainda. Ia ser um custo menor, mas quem tava ganhando com isso que tava aprendendo, né? Aí botou lá separado, quando foi meio dia ele foi ver, olhou tudo direitinho, tinha bastante gente lá que tava aprendendo, aí quando ele voltou disse “vou me embora, só vou voltar aqui meio dia. Espero que tudo tenha dado certo”. Aí quando ele voltou, eu mais Chica, a gente tava lá na frente. Quando eu olhei pras outras colegas, tava tudo lá atrás. “Meu Deus, ou eu to fazendo direito, ou eu não to fazendo nada. Não sei o que eu to fazendo mais”. Aí voltei lá nas colegas, olhei, fui lá na ponta que ele tinha feito pra nós copiar, eu olhei e tava certo. Aí voltei pra meu lugar, quando ele voltou ele disse “você já vai aí?”, e eu disse “já! Dê uma olhada no que eu fiz. Eu tenho pra mim que eu fiz tudo certo. Eu acho que eu não fiz nada errado, olha aí”. Ele olhou, aí olhou assim pra mim “você não disse que não sabia?”. Mas eu nunca tinha trabalhado, eu não sabia. Aí ele disse “Apois parabéns, meus parabéns” (S. Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2015. Juazeiro-BA).

Na narrativa apresentada chama atenção uma questão muito interessante sobre o aspecto do trabalho das mulheres e o perfil geracional, que é a atração que exerce o exótico sobre a população local. Vinculado a uma ideia de oportunidade de entrada no mercado formal de trabalho, recai a atração pelo trabalho a partir da representação das frutas, ao dizer “*deve ser muito gostoso trabalhar com isso aqui [a uva]*”.

Ou seja, o produto excêntrico, não tradicional, ou refinado, exerceu em um primeiro momento, quando popularizado no Vale, repercutiu de maneira bastante positiva e atrativa até mesmo para mulheres que não possuíam vínculo qualquer de moradia e origem com o rural. A “nova” oportunidade de ingresso no mercado de trabalho em expansão representava, concomitantemente, a liberdade financeira e a possibilidade de aprender um novo ofício.

A dimensão da qualificação para o trabalho como um elemento da prática também está presente na narrativa da trabalhadora. Afinal, o que ela determina como aprendizado é um processo de trabalho na prática, em coletivo, onde ela pode observar o exercício do trabalho manual sendo desenvolvido por outras trabalhadoras.

Ao final do período de trabalho por toda uma manhã, e com o retorno do fiscal ao local de “aprendizagem” apenas ao final do turno de trabalho, a diária é encerrada. Recebendo uma remuneração ainda menor que as demais trabalhadoras, segue reticente ao afirmar que “*nunca tinha trabalhado* [com a uva]”.

#### *4.1.2 O contexto: precarização e intensificação das jornadas de trabalho*

A agricultura de exportação no Vale do São Francisco, conforme já apontamos anteriormente, é altamente rentável tendo em vista, sobretudo, a viticultura; o que possibilita compensar os altos custos de transporte e a logística que possibilitam o acesso aos mercados consumidores externos.

Entretanto, esse valor agregado só é alcançado ao cumprirem-se os padrões de qualidade pré-estabelecidos pelo mercado global. Dessa maneira, ainda que rentável, para conseguir adequar-se aos padrões de qualidade internacional impostos pelas certificadoras, as empresas fruticultoras da região demandam um grande quantitativo de mão de obra. Isso reflete nos custos de produção e, sobretudo, nas estratégias de gestão do trabalho para redução desses custos.

Diante disso, com a finalidade de alcançar os padrões de qualidade de exigência global e os índices de produtividade, demanda-se uma maciça contratação de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente na viticultura. Entretanto, com o intuito de rebaixar os custos de produção e otimizar a rentabilidade da mão de obra, as empresas estabelecem formas de gestão do trabalho que implicam em maior controle sobre o ritmo e intensidade das atividades

produtivas (FEITOSA, 2016; CAVALCANTI; MORAES; FEITOSA, 2015), sobretudo, daquelas realizadas manualmente.

Ao observarmos os dados fornecidos pelo Anuário da Agricultura Brasileira (Agrianual) de 2012, tomando como referência a produção de uvas finas de mesa no Vale do São Francisco, atentamos à seguinte observação feita por Leite (2013, p. 208): “a partir do segundo, e principalmente do terceiro ano [de produção], os custos com operações manuais são os mais onerosos, representando 43% do custo total”. Essas etapas são realizadas preponderantemente por mulheres e correspondem justamente às atividades de formação e aperfeiçoamento do cacho.

A partir da análise do Agrianual, Leite (2013) demonstra ainda que dentre as atividades mais onerosas no processo produtivo estão o raleio (com tesoura) e o pinicado, representando, respectivamente, 28% e 16% dos custos de mão de obra com tratos culturais.



Foto: Camilla de Almeida Silva

Entendendo que tais atividades são essenciais para a produção de uvas finas de mesa, e que estas compreendem as etapas de trabalho onde há uma maior concentração de força de trabalho feminina, constata-se que o trabalho das mulheres é de muita importância na viticultura, sobretudo diante da constante pressão, oriunda da exposição do setor ao mercado internacional, pela redução dos custos totais empregados com força de trabalho.

Isso pode estar associado à relação estabelecida pelas empresas entre o trabalho das mulheres e as atividades produtivas para as quais são direcionadas no campo: o trabalho manual, conforme demonstra Leite (2013), compreende um custo maior do que 40% na produção. Dentro desse percentual, as duas atividades em que preferencialmente se empregam mulheres somam mais de 40% dos custos com força de trabalho para as empresas.

Na lógica adotada pelo agronegócio, deve-se produzir mais a um custo menor; aqui entram as mulheres e o seu saber-fazer adquirido através da “experiência”. Ao observarmos os contracheques dessas trabalhadoras não consta qualquer remuneração atribuída à atividade qualificada.

O piso salarial dos trabalhadores da fruticultura irrigada é definido em convenção coletiva pelos sindicatos dos trabalhadores e associações patronais, e historicamente tem sido um pouco acima do salário-mínimo nacional. No ano de 2020 o piso salarial estabelecido foi de R\$1.088,00, o que representa um valor de R\$43,00 acima do salário-mínimo no mesmo período.

Nesse contexto, como forma de estimular uma maior produtividade do trabalhador, algumas empresas lançam mão de estratégias de intensificação do trabalho com o estabelecimento de metas de produção diárias. Esses sistemas de metas são largamente aplicados, entretanto, conforme destacam Selwyn (2007), Leite (2013) e Silva, G. (2016), variam de acordo com cada empresa e, principalmente, com a atividade e as espécies de frutas cultivadas.

Além disso, os trabalhadores são levados a trabalhar mais pelo controle de fiscais de produção no campo, bem como diante da fragilidade de seus contratos mensalmente renovados. Há entre eles o receio de serem vistos como preguiçosos ou incapazes para o trabalho e por isso não terem seus contratos prorrogados ou não serem empregados pelas empresas nas próximas safras.

A flexibilidade das jornadas também é outra marca do trabalho na fruticultura irrigada. Apesar de forte pressão dos sindicatos, as grandes empresas instituem banco de horas, sistemas de compensação de jornada que possibilitam a ampliação das jornadas diárias sem o devido pagamento de horas extras.

Dessa forma, com a utilização do banco de horas, até o início do período de colheita os trabalhadores folgam aos sábados, e compensam essas folgas com horas extras e jornadas de oito horas aos sábados a partir do mês de setembro, quando inicia a colheita. A utilização desse sistema de compensação de jornadas já foi pauta de diversas mobilizações, paralisações e greves entre os trabalhadores, entretanto, ainda assim, o sistema prevalece em algumas empresas (FEITOSA, 2016).

Os trabalhadores, em geral, queixam-se da impossibilidade de ampliar seus rendimentos devido ao não pagamento das horas extras e principalmente por não terem um dia de folga durante a semana para resolver suas questões pessoais em horário comercial.

A flexibilização dos contratos também aparece como dinâmica marcante. A expansão da contratação no período de safra evidencia que grande parte dos trabalhadores assalariados nas produções de manga e uva exercem outras atividades profissionais durante a entressafra, no primeiro semestre do ano. Com isso, a contratação temporária se torna funcional à dinâmica de trabalho exigida pela fruticultura.

Diante de um grande contingente de mão de obra disponível e da ampliação da demanda em apenas alguns períodos específicos do ano, as empresas optam por realizar contratos de safra com os trabalhadores, o que se justifica pela redução dos custos de produção para as empresas. Utilizando-se de contratos por tempo determinado, as grandes empresas chegam a dobrar o seu quadro de funcionários no período de safra. Contratos de trabalho por safra ou contratos de experiência garantem às empresas a disponibilidade da mão de obra e o rebaixamento dos seus custos com encargos trabalhistas.

## **4.2 Mercado de trabalho rural: dados e análise**

No Vale do São Francisco, o Mercado de trabalho se estabeleceu a partir de duas esferas distintas, porém complementares: a) O mercado de trabalho formal, onde se inclui sobretudo o trabalho das mulheres; b) O mercado informal, vinculado às pequenas empresas e lotes, e absolutamente desvinculado à uma legislação trabalhista.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponíveis para o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2019, foram assinados 99.136 contratos formais no setor de produção de uvas. Destes, 49.752 corresponderam a mulheres, o que representa pouco mais de 50% dos empregos criados na viticultura. De modo geral, as mulheres são contratadas por períodos determinados, com duração máxima de cinco meses, o que implica destacar que durante o ano tenham a necessidade de combinar os vínculos temporários aos vínculos informais de trabalho.

Desse modo, observam-se as principais características do mercado de trabalho desse setor produtivo: a feminização, a fragilidade dos vínculos trabalhistas e a informalidade.

Além dos contratos formais, que podem ser sazonais ou por tempo indeterminado, existem os contratos de trabalho “avulso” (trabalho informal, pago pela jornada diária). No trabalho de avulso, as mulheres se dedicam principalmente a atividades como colheita de melão,

manga e uva em fazendas e lotes da “agricultura familiar”. A remuneração varia de acordo com o tipo de trabalho e o tempo necessário para a realização da tarefa. A contratação é geralmente realizada por um responsável pela montagem da “quadrilha” de trabalhadores, normalmente denominado de “gato” (SILVA, C., 2016).

Os contratos formais, por sua vez, tendem a ser feitos diretamente com o empregador. Em geral, a experiência e ter trabalhado anteriormente em empresas é um critério importante para a contratação de mão-de-obra, sendo frequente que sejam contratados os mesmos trabalhadores a cada temporada, constituindo assim um contingente de “trabalhadores temporários permanentes”, assim como no caso da viticultura chilena (VENEGAS, 1992) que a cada ano ele retorna para realizar as mesmas tarefas na mesma empresa.

Os contratos de trabalho podem ter duração de até cinco meses, conforme estipulado no Acordo Coletivo de Trabalho. Após esse período, os trabalhadores podem ser contratados em caráter definitivo ou dispensados, o que significa que ficarão sem fonte de trabalho até a próxima temporada.

Os gráficos a seguir mostram as dinâmicas de contratação e desligamento no mercado de trabalho do Vale do São Francisco. Nos gráficos 1, 2, 3, e 4, o quantitativo de vagas de emprego de admissão ou desligamento é contabilizado levando em consideração a variação mensal do período anual correspondente a cada um.

Para a análise, os gráficos foram elaborados a partir dos dados do CAGED, destacando para tal a variável do “cultivo de uva cnae 2.0”. Para o período analisado, observamos dois movimentos, o de admissão e o de desligamento, com destaque na sequência para a variável gênero. Os gráficos representam as dinâmicas do mercado de trabalho vinculado à viticultura para o período 2015-2019, e demonstram movimentos de admissão e desligamento com a mesma tendência anualmente, conforme destacamos na página a seguir.

Gráfico 1 - Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2016

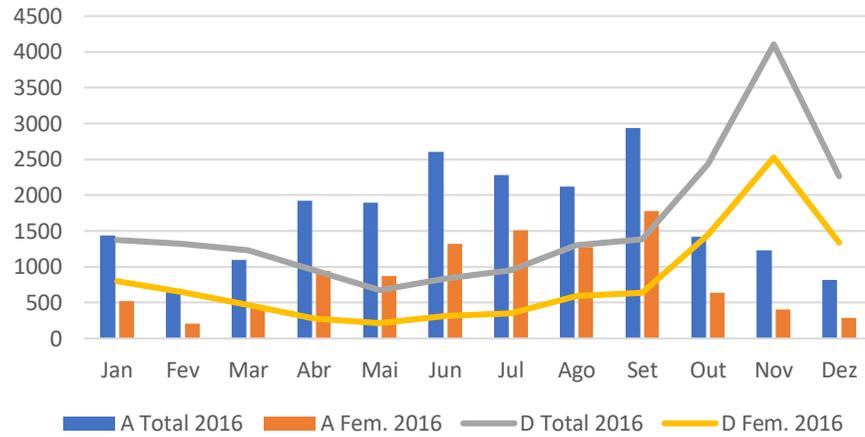


Gráfico 2 - Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2017

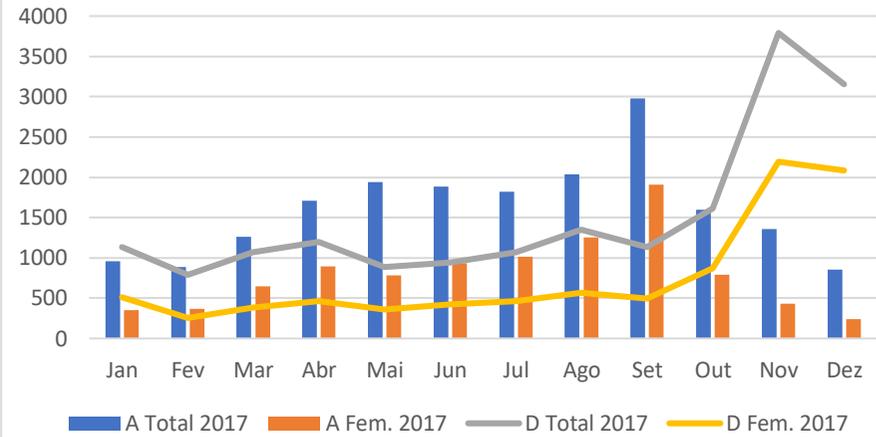


Gráfico 3 - Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2018

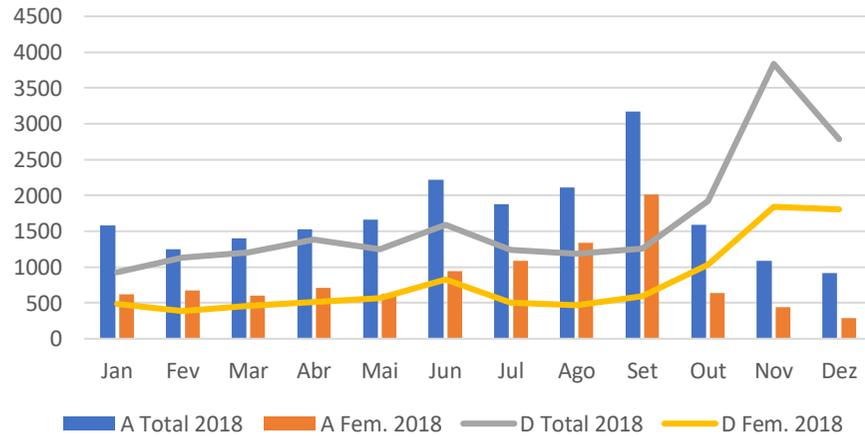
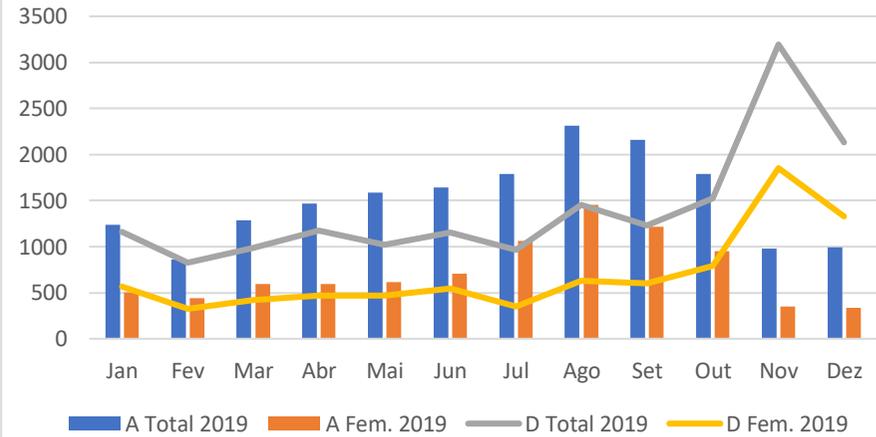


Gráfico 4 - Movimentação do Mercado de trabalho/Ano 2019



Os gráficos demonstram um aumento nas cifras de contratação de mão de obra masculina e feminina a partir de março (coluna azul), atingindo o pico de contratação no mês de setembro, podendo ser observado a sua repetição entre 2016 e 2019.

Esse movimento de ascensão dos números de contratação no período é desencadeado, sobretudo, pelo crescimento expressivo na contratação feminina (colunas laranjas) entre período de abril e setembro, em resposta à demanda internacional de frutas frescas e às janelas de exportação, uma vez que os números de contrato para o período crescem, pois, além da colheita dos frutos, devem ser realizadas as etapas de seleção, higienização e embalagem das uvas.

Por sua vez, os gráficos demonstram também uma outra particularidade: a contratação feminina tende a superar a masculina especificamente nos meses de julho, agosto e setembro, conforme fica evidente na análise do período 2016-2018. Em 2019, atipicamente, o pico de admissão de trabalhadores e trabalhadoras se deu em agosto, e não mais em setembro.

No período oposto, ou seja, considerando os dados de desligamento e finalização da atividade laboral, verifica-se um aumento a partir de outubro, quando termina o período de safra das exportações para o Norte Global. Nesse contexto, as mulheres representam pouco menos da metade do total de desligamentos observados nesse período. Vale ressaltar também que a tendência de queda dos desligamentos em geral é muito mais acentuada do que quando consideramos apenas os números de desligamentos de mulheres.

A dinâmica própria do mercado de trabalho do Vale do São Francisco, tem como característica marcante a sazonalidade. Entretanto, com a “modernização agrícola” e o desenvolvimento de novas variedades de fruta, o tempo do trabalho sofre também um impacto do ponto de vista da empregabilidade das trabalhadoras. De tal maneira, é possível conseguir mais de um contrato safra ao ano, reforçando a ideia da trabalhadora que é “permanentemente temporária”.

**Tabela 3 – Tempo de contrato no cultivo de uva 2008-2019**

	Menos de 3 meses		Entre 3 e 12 meses		Mais 12 meses		Mov. Total Desligamentos	Mov. Total Admissões
<b>2008</b>	9.171	29%	17.435	55%	4.946	16%	31.552	31.340
<b>2009</b>	8.693	32%	13.956	52%	4.378	16%	27.027	26.681
<b>2010</b>	9.698	32%	16.271	54%	4.107	14%	30.076	30.790
<b>2011</b>	10.364	34%	16.971	56%	2.782	10%	30.117	25.052
<b>2012</b>	9.352	35%	14.953	55%	2.730	10%	27.035	28.285
<b>2013</b>	8.681	34%	13.543	53%	3.168	13%	25.392	25.892
<b>2014</b>	5.964	28%	12.010	56%	3.438	16%	21.412	21.725
<b>2015</b>	4.797	24%	11.587	58%	3.557	18%	19.941	20.886
<b>2016</b>	4.372	21%	11.087	59%	3.378	20%	18.837	20.436
<b>2017</b>	3.922	22%	10.151	56%	4.065	22%	18.138	19.296
<b>2018</b>	4.209	21%	11.021	56%	4.482	23%	19.712	20.411
<b>2019</b>	3.695	22%	8.660	52%	4.453	26%	16.808	18.107

Fonte: CAGED / PDET, 2020. Dados organizados pela autora.

Esse movimento, embora se torne evidente para a safra de exportação anual, conforme os gráficos apresentados anteriormente destacam, se torna mais perceptível ao observarmos os dados do CAGED sobre tempos de contrato, tendo em vista que a movimentação do mercado de trabalho vinculado ao setor possui suas dinâmicas particulares vinculadas aos mercados regionais e nacionais.

Os dados apontam uma predominância de contratos com tempo entre 3 e 12 meses, o que compreende um intervalo de 9 meses (tempo estabelecido pelo “contrato safra” atualmente). Um outro dado que a tabela aponta é para o crescimento inversamente proporcional entre 2008 e 2019 para os tempos de contrato menor do que 3 meses e maior do que 12 meses, este que configura contrato por período indeterminado.

Entre 2008 e 2013, percebe-se um aumento de ordem crescente no percentual de contrato de trabalhadores e trabalhadoras na viticultura por um período menor que 3 meses; ao passo que, entre 2014 e 2019 estes entram em tendência de queda, aumentando proporcionalmente no intervalo os contratos por período maior que 12 meses (formal).

No entanto, este movimento não permite compreender um processo de formalização das atividades produtivas vinculadas ao setor, pois ao observarmos os dados movimentação total de admissões e desligamentos, ficam evidentes uma diminuição nos números referentes aos contratos ao longo do mesmo período.

Dessa maneira, os dados implicam em uma série de outras questões, desde um amplo processo de informalidade nas relações de trabalho, pois estes dados fogem às estatísticas oficiais, quanto à uma possível diminuição nos estoques de emprego em função das novas

tecnologias associada à modernização das técnicas de produção e cultivo de uva para exportação.

#### *4.2.1 A feminização do mercado de trabalho agrícola de exportação*

A feminização do trabalho e a reprodução da divisão sexual do trabalho são coexistentes; a divisão do trabalho se mantém, demarcando assim as desigualdades estruturais e sinalizando que o trabalho doméstico é propriamente destinado às mulheres (HIRATA, 2002).

A feminização do mercado de trabalho tem contribuído na conformação de uma atividade laboral, que embora central, é precária e descontínua. Na vida das trabalhadoras, a lógica do trabalho introduz uma específica mobilidade entre os espaços produtivos e reprodutivos, a uma temporalidade que é, ao mesmo tempo, cíclica e descontínua, e traduz-se em uma particular cultura e uma identidade laboral (MONTESINOS et al., 2016).

Após a crise desencadeada nas décadas de 1970 e 1980 devido às mudanças no padrão de consumo de alimentos em favor de alimentos frescos, e das dificuldades do setor para competir em mercados cada vez mais internacionalizados, tem início um novo ciclo frutícola protagonizado por frutas frescas, abandonando a tradição produtiva local (CAVALCANTI, 1997; 1999; MONTESINOS et al., 2016).

Dessa maneira, as mulheres estariam entrando no mercado de trabalho para realizar “tarefas secundárias”, que dispensassem os atributos da força física, uma razão, conforme destaca Fischer (2012), suficiente para justificar a desvalorização do trabalho feminino na esfera produtiva. Essa justificativa desconsidera qualquer perspectiva de trabalho qualificado das mulheres, pois desconsidera a prática, a experiência e o saber constituído a partir das relações em outras esferas que não a “produtiva”, colocada nos espaços interpessoais e intrafamiliares.

Tal justificativa possibilita ao empresariado, sobremaneira, a atribuição de salários base, sem adicional qualquer por exercerem atividades produtivas consideradas as mais qualificadas no processo produtivo, conforme destacamos a partir dos dados elaborados pelo Agriannual, no exemplo citado anteriormente.

Para Collins (1995), na ausência de tecnologias para reduzir custos com mão de obra, os grandes exportadores responderam aos altos custos de mão de obra recorrendo às mulheres,

que podem oferecer habilidades e baixa rotatividade a um preço mais baixo do que os trabalhadores homens. Conforme a autora, em 1993, 65% dos trabalhadores da viticultura eram mulheres, que selecionavam, raleavam, colhiam e embalavam, tarefas que tinham um grande peso para a qualidade final do produto.

A contratação de mulheres reduziu os custos do trabalho de três maneiras. Primeiramente, a remuneração do trabalho realizado por mulheres tende a reduzir o nível do valor de habilidade atribuído a ele. Ou seja, o que normalmente seria interpretado como habilidade passa então a ser codificado como destreza manual, delicadeza e agilidade dos “dedos pequenos”. Tais atributos, ainda que valorizados nesse contexto, são considerados intrínsecos ao trabalho feminino, manuais e, portanto, não agregam valor salarial.

Em segundo lugar, a atribuição das mulheres às responsabilidades domésticas como atividades primárias, possibilita às empresas uma justificativa para contratação temporária. Ou seja, a subproletarização das mulheres desobriga as empresas ao cumprimento de uma série de regulamentos trabalhistas e de benefícios às trabalhadoras. E, por fim, as mulheres são contratadas porque podem ser mais facilmente controladas, fiscalizadas do que os trabalhadores homens.

Assim como aconteceu na agricultura brasileira, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho agrícola responde a uma série de requerimentos expressos em novos perfis de trabalhadores. Conforme Bendini (1999), nos anos 1990, houve na Argentina um aumento significativo no número de trabalhadores agrícolas, configurando a necessidade de readequação do mercado de trabalho rural.

Na mesma direção, Aparicio (2013) destaca que na produção de tabaco na Argentina, as mulheres foram inseridas em diferentes etapas do processo produtivo, constituindo uma mão de obra fundamental em etapas preliminares do processo produtivo como “encañado” e “secada” do tabaco. Porém no período de grande demanda de trabalhadores/as para a colheita, o trabalho das mulheres é frequentemente somado ao trabalho dos companheiros, pais ou irmãos, contribuindo para uma invisibilização do trabalho destas.

Nas atividades relacionadas ao tabaco, o trabalho feminino é de caráter sazonal e secundário no processo produtivo, assumindo características diferentes quando comparadas às dinâmicas do trabalho masculino. Essas condições incidem mais especificamente sobre as mulheres trabalhadoras rurais, pois, no seu caso, as novas formas de exclusão se sobrepõem aos antigos mecanismos de exclusão de gênero, potencializando-os.

No México, Lara Flores (1995) aponta que a participação das mulheres como assalariadas na produção e processamento de hortaliças, flores e frutos tampouco constitui um fenômeno inovador nas novas dinâmicas agrícolas no país.

À medida que houve a expansão do setor agroexportador e as transnacionais dedicadas ao processamento de alimentos se estenderam por toda a América Latina, contribuindo incisivamente para o desenvolvimento de um esquema de organização do trabalho baseado na divisão sexual do trabalho, o trabalho das mulheres foi bastante afetado e modificado.

El trabajo de las mujeres, en la mayoría de los casos, consiste en tareas parciales y repetitivas como lo es la alimentación manual de estas máquinas; en tanto que la mano de obra masculina es la responsable de ponerlas en operación, de realizar el mantenimiento y la supervisión de las mismas. Por otra parte, dado que se trata de productos, cuyo resultado depende en gran parte de la naturaleza, el trabajo de las mujeres es el que asegura la calidad del acabado y la presentación. Son ellas las que, con sus ojos y sus manos, van a suplir todas aquellas dificultades de las máquinas para seleccionar los productos, observar pequeñas imperfecciones en ellos, distinguir con precisión grado de maduración, color y tamaño de las frutas y las verduras, o punto de apertura en los botones de las flores, según lo demanda el mercado. Así mismo, ellas van a limpiar, pelar y picar manualmente las verduras e las frutas que se enlatan, aún en las plantas procesadoras más modernas (LARA FLORES, 1995, p. 19).

Como ressalta a pesquisadora mexicana, fica evidente como as mulheres que participam das atividades produtivas nas empresas agroexportadoras, apesar de exercerem atividades que requerem qualificação, têm suas funções desvalorizadas, assumindo na maioria das vezes, postos de trabalho “mais baixos” com relação aos trabalhadores homens.

Lara Flores (2001) destaca ainda que esta situação se evidencia ainda mais ao introduzir-se nas empresas agroexportadoras novas modalidades produtivas que exigem novas experiências de qualificação e polivalência aos trabalhadores e trabalhadoras, elementos estes que dão conta das novas dimensões da segmentação do mercado de trabalho rural.

O Chile sofreu sequenciais e profundas mudanças ao longo das décadas passadas, que ocorreram como resultado da reorganização do emprego produzido a partir da sua inserção no processo de produção global de alimentos.

No caso do Chile, um dos efeitos da dinamização agrícola foi também as significativas transformações na estrutura agrária e no funcionamento do mercado de trabalho vinculado ao setor. Diante desse processo, a pesquisadora destaca a significativa emergência da categoria de trabalhador agrícola temporário (sazonal) na fruticultura. Com uma produção voltada massivamente ao mercado externo, o trabalho sazonal no Chile tem como uma de suas

principais características o expressivo quantitativo de mulheres inseridas nessas atividades, especialmente, nos setores de embalagem e processamento (*packing house*) (CARO, 2013).

Contudo, também nas dinâmicas do trabalho assalariado chileno, há uma intrínseca presença dos efeitos da divisão sexual e internacional do trabalho, amparados na reprodução dos estereótipos de gênero, como nos demais países, sobre o trabalho das mulheres recai, frequentemente, piores índices quando comparada à realidade do trabalho dos homens.

No Chile, onde a viticultura também encabeça as exportações de frutas, e é reconhecidamente o principal exportador do fruto no mercado mundial, as dinâmicas de trabalho também estão centradas em três elementos: trabalho intensivo, por temporada e feminino (VALDÉS, 2015).

En este contexto, las mujeres gradualmente fueron accediendo al empleo agrícola temporal. Por necesidad, para contribuir en los gastos de vivienda, educación y consumo, pero además por voluntad de independencia [...], el proceso de asalarización femenina irá reconfigurando el mercado de trabajo temporal [...]. En las últimas décadas, la participación femenina bordeará desde un tercio a más de la mitad de los trabajadores temporales. Esta proporción variará según región y período del año, según tipo de labor o faena, según la localización de las plantaciones de fruta y cultivos hortícolas, y de acuerdo con la localización de los *packing* (VALDÉS, 2015, p. 36).

A dinâmica do trabalho intensivo e temporário na viticultura chilena repercute diretamente nas formas de organização familiar das trabalhadoras, de modo que o papel dos homens e das mulheres precisam ser rearranjados; entendendo que o trabalho temporário pressupõe um distanciamento dos padrões tradicionais de família, do pai provedor e da mãe encarregada do trabalho doméstico, das crianças e do cuidado por causa da feminização do mercado de trabalho no novo padrão de agricultura global, como também analisam Cavalcanti, Becker e Silva (2021).

Conforme destaca Mies (1986), é importante compreender a assimetria das relações de trabalho entre homens e mulheres para além da divisão de tarefas diferentes entre si, que leva em consideração uma perspectiva biológica, atribuindo ao trabalho das mulheres características que são “próprias da natureza feminina”, enquanto ao trabalho dos homens, tendem a ser atribuídas a razão e a produtividade como principais características.

É igualmente importante levar em consideração os exemplos elencados acima sobre as dinâmicas de produção e trabalho em outras regiões da América Latina, pois o desenvolvimento da economia capitalista mundial esteve baseado não apenas em uma particular divisão internacional do trabalho, onde existem explorados e exploradores, mas sobretudo em uma manipulação da divisão sexual do trabalho (MIES, 1986).

Por fim, é fundamental demarcar que as mulheres foram integradas no processo de acumulação capitalista como donas de casa, e não como trabalhadoras (MIES, 1986). Ao definir as mulheres como donas de casa, além do barateamento da sua força de trabalho, associa-se uma maior incidência sobre elas de controle político e ideológico por parte dos seus empregadores.

### 4.3 Assalariamento rural e reordenamento dos arranjos familiares

A dinâmica do mercado de trabalho na região do Vale do São Francisco tem impactado a forma como as mulheres trabalhadoras rurais por temporada organizam sua vida e a dinâmica familiar, evidenciando que os meses de contratação são seguidos de períodos de total incerteza.

Você sabe que quem trabalha em roça [...] É três, quatro meses trabalhando... O resto do ano parado. Quando acha umas diárias na manga, ou na acerola, ou na goiaba, a gente vai, quando não... tem que ficar em casa, né? Aí é aquela coisa... Quando a gente pega assim, um ano bom, a gente trabalha duas vezes por ano. Faz o contrato de três meses, sai, vai para outra empresa, pega mais cinco meses, aí é bom, mas quando não é... É aquele de três meses, e o resto é só em casa (I. Trabalhadora rural. Petrolina-PE, 2019)

Nesse sentido, vale ressaltar que as desigualdades de gênero no acesso ao emprego permanente têm levado as mulheres a implementarem diversas estratégias para garantir a reprodução de suas casas durante os meses em que não trabalham no setor de produção agrícola enquanto o salário recebido durante a temporada não é suficiente para o resto do ano. É assim que as mulheres também são forçadas a complementar a renda recebida do trabalho formal temporário com outras atividades informais.

Nesse sentido, nas entrevistas, diversas mulheres do Vale do São Francisco relatam como alternam o trabalho formal com o informal que lhes permite aumentar sua renda, seja trabalhando em outras culturas, como por exemplo lavando melões ou colhendo mangas, ou ainda procurando empresas menores (lotes) onde possam trabalhar recebendo por diária.

Nesse contexto, diante da possibilidade de ficar em casa, sem trabalho e sem renda durante o período de desemprego, muitas mulheres aceitam trabalhar informalmente em atividades mais pesadas e sem qualquer garantia legal mínima, como destaca a trabalhadora rural entrevistada.

Rola também! Diária na manga é muito bom! É setenta reais... é muito pesado, porque você colhe e embala. Aí determinadas pessoas, uma equipe de o que?! De quinze, dezessete... aí pega aquela produção de fazer um caminhão. Um caminhão é... Eu não sei te dizer se é cento e oitenta... Não! Acho que é umas duzentas e poucas caixas, acredito eu. Mas você tem aquele compromisso de colher no campo e amarrar o carro. Embalar todinha... É pesada! É por isso que a diária é bom já! Já é setenta reais. Mas aí é bem, oh! Suado mesmo! (I. Trabalhadora rural. Petrolina-PE, 2019).

Nesse sentido, chama a atenção que essa estratégia de complementação do trabalho formal com atividades informais não seja realizada apenas nos períodos de desemprego, mas também durante o tempo de contratação formal, o que leva a um aumento considerável da jornada de trabalho, transformando a autoexploração feminina em uma estratégia de sobrevivência (FEROLIN, 2014).

Além disso, as mulheres passam por práticas de autoexploração nas mesmas empresas que as contratam formalmente, na medida em que trabalham horas extras para aumentar sua renda e melhorar suas condições de vida e de seus familiares.

Dessa maneira, observa-se que é comum as próprias mulheres se comprometerem - durante os meses em que são contratadas - com práticas exploratórias como o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do ritmo de trabalho para gerar renda para sobreviver ao período após a temporada de uvas.

Nessas situações, os meses de trabalho assalariado tornam-se um “tempo intensivo, sacrificial e devastador do trabalho” em que as mulheres se aproveitam para “conseguir um salário que lhes permita viver durante o período de desemprego. Ou cobrir as dívidas contratadas quando não têm renda” como bem explicitam Valdés e Godoy (2016, p.18).

#### *4.3.1 A contratação de mulheres com responsabilidades familiares*

Na pesquisa identificamos um perfil bastante recorrente entre mulheres que compunham frequentemente o principal perfil de trabalhadoras contratadas por temporada, que denominamos em outras análises por “mulheres com responsabilidades familiares” (CAVALCANTI; CERDA; SILVA, 2021), ou seja, mulheres casadas ou em união estável e com filhos ou mulheres chefes de família.

Essa constitui uma estratégia de recrutamento que dificulta o exercício das mulheres totalmente fora ou totalmente dentro de casa, estando simultaneamente sujeitas ao trabalho reprodutivo e produtivo. Sendo assim, as mulheres são, por um lado, socialmente identificadas

como donas de casa e, por outro lado, estão “totalmente integradas em um sistema de produção voltado para o mercado mundial” (DUNAWAY, 2014).

A inserção das mulheres ao trabalho agrícola de exportação não foi acompanhada por uma redistribuição de papéis no lar entre homens e mulheres, mas, pelo contrário, levou a um aprofundamento das desigualdades de gênero, mostrando a necessidade de compreender essa dupla exploração, como também explicá-la da perspectiva do *care*, conforme examinada nas páginas seguintes. Essa perspectiva foi prontamente reinterpretada e sistematizada por I. ao ser questionada sobre o que fazia, ao chegar em casa, após sua jornada de “trabalho produtivo”?

I.: É mais produtivo ainda. Quando eu chego aqui tem que dar de conta de janta, tem que arrumar as coisas de casa, exemplo: lavar prato, limpar banheiro, o cotidiano. Aí quando termina de fazer tudo, aí vou tomar um banho, jantar, e aí já é a hora de descansar pro outro dia já tá de pé de novo.

P: Aí como é que concilia tudo isso? Cuidar da casa, cuidar dos filhos?

I.: É muito pesado, e ainda tem a filha ainda, que de vez em quando tem que ir lá saber como que tá o comportamento, enfim, a gente concilia porque a gente precisa, né? Quando a gente tá só em casa, a gente fica pedindo a Deus que mande um trabalho. Quando a gente tem, tem que saber dividir, porque a gente precisa dos dois, né? (I. Trabalhadora assalariada rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

É assim que se percebe que as mulheres organizam o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos de acordo com o trabalho assalariado. Esse, por sua vez, constitui um elemento fundamental para a contratação das mulheres por torná-las ainda mais vulneráveis ao assalariamento.

No Vale do São Francisco, as mulheres diariamente acordam ainda de madrugada, geralmente às três ou quatro horas da manhã, dependendo da quantidade trabalho que devem fazer antes de sair de casa (como o preparo da comida para toda a família), sendo bastante comum ouvir narrativas diárias como as seguintes:

M.M.: Quando eu chego? Eu chego quatro e vinte, aí meu esposo vai pegar as meninas... Aí eu vou varrer a casa, arrumar as camas, que fica tudo desarrumado de manhã, lavar prato, lavar banheiro, lavar a roupa do trabalho, que tem que lavar todos os dias... Aí quando elas chegam [as filhas], aí elas já vão fazer a tarefa da escola, depois dar banho nelas, depois fazer a janta, colocar elas pra jantar, aí colocar pra dormir, depois lavar os pratos da janta, aí vai dormir... muitas vezes vai lavar roupa, eu lavo roupa duas vezes por semana, de todo mundo, geral. Aí nesses dias eu chego, lavo roupa e só vou terminar lá pra oito, nove horas [da noite]. Aí já nesses dias, quem faz a tarefa com elas é o pai. Aí a gente reveza: uma semana é eu quem faço as coisas e ele vai buscar as meninas; na outra semana ele faz e eu vou buscar elas, pra não ficar puxado nem pra um, nem pra outro. Porque se ficar tudo só pra um, aí fica difícil.

P: Aí tu dorme por volta das nove, dez, e acorda... acorda que horas?

M.M.: Quatro horas da manhã. Pra fazer almoço, fazer café... Acordo quatro horas aí vou fazer café, fazer cuscuz, fazer feijão, arroz, carne, macarrão, as vezes alguma verdura. Quando é quatro e quarenta e cinco, eu acordo uma das meninas, a de sete anos, pra escovar os dentes, arrumar o cabelo, pra poder ir. Aí arrumo a bolsa delas, tem que botar a bolsa pra levar. Todos os dias, leva roupa pra escola e duas roupas pra vestir. É três roupas de cada uma, todo dia. Ai eu vou, arrumo a bolsa delas, ai cinco horas ele [o marido] levanta, toma banho, se ajeita e leva elas. Ai cinco e dez é que eu já arrumei as bolsas... as duas bolsas: a minha e a dele levar pra fazenda. Aí é que eu vou tomar banho pra me arrumar pra ir... é uma correria. Se se atrasar dez minutos, ali já vai alguma coisa sem fazer... uma coisa já vai ter que deixar de fazer (M.M. Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A narrativa sobre a jornada de trabalho reprodutivo diário de M.M. destaca uma série de elementos ilustrativos sobre os quais estamos nos debruçando neste capítulo. M.M. possui uma jornada de trabalho diário de dezoito horas, o que representa 75% do dia. Além do trabalho de limpeza e manutenção do lar, junto à preparação das refeições, a trabalhadora é ainda responsável pela maior parte das tarefas de cuidado e educação das duas filhas, embora, mencione a importância de dividir as atividades reprodutivas com o seu companheiro.

Dessa maneira, é possível afirmar que o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres está na base do trabalho assalariado enquanto é sustentado em inúmeros arranjos informais de cuidado, sendo as mulheres as que devem arcar com a responsabilidade e os custos. Isso se torna ainda mais evidente porque as empresas, embora forneçam alimentação para os seus trabalhadores de escritório, não estendem a possibilidade de alimentação no local de trabalho para todos os seus trabalhadores. Nesse sentido, as mulheres se tornaram o último elo da cadeia de negócios do agronegócio (DUNAWAY, 2014) subsidiando, dessa forma, o trabalho produtivo nesse setor.

No entanto, as narrativas das trabalhadoras chamaram atenção também para uma questão que repercute em contrastes com tal dinâmica de contratação; que é a questão em torno da empregabilidade e desligamento nas empresas de mulheres grávidas.

Pesquisadora: Você percebe que há alguma posição da empresa, ou alguma coisa que a empresa desestimule que elas fiquem grávidas? Isso é falado?

MM: Não, não... [...] É, eles não gostam. Muitas vezes o encarregado fica de cara feia, essas coisas. Mas, pra ele dizer mesmo assim: “não, não gostei porque você engravidou e tal...” não julga, praticamente porque não pode, né? Não pode julgar ninguém, nem criticar porque engravidou.

Pesquisadora: E, por outro lado, há uma estratégia das mulheres em engravidar?

MM: Muitas eles consideram como estratégia, porque entra e as vezes só tem dois, três meses de empresa, aí aparece grávida já de três meses. Aí ela já entrou grávida, né? Ai dessa forma, eles já ficam bem... Muitas quando tem o bebê, que passa os seis meses, a empresa bota pra fora e não entra mais, não. Só que assim, é um ponto de vista deles, mas é complicado. Porque, se precisa, é difícil uma pessoa tá grávida e

não ter como se manter, as vezes tem outros filhos, não é só esse. Aí realmente tem que trabalhar. Se entra porque quer, mas é porque a necessidade obriga. Porque a pessoa trabalhar gestante não é bom, porque eles não dão moleza. Dizer assim: “não, eu vou botar num serviço melhor porque ela tá grávida”, não... É o mesmo serviço que as outras faz. O mesmo serviço que a gente faz, elas fazem. Sobem em banco pra ralear uva, que já é perigoso. Os bancos deslizam nas bancadas da uva, já é perigoso cair. Tem um risco muito grande (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Se, por um lado, há uma predominância a empregabilidade de “mulheres com responsabilidades familiares”, por outro lado, há uma política de maior atenção e até mesmo de represália, por parte dos empregadores e empresas, às mulheres que engravidam com o objetivo de se efetivarem na empresa.

Pesquisadora: A gestante ganha estabilidade?

M: Ganha, de quatro meses após o nascimento da criança. Ai quando volta, aí tem mais dois meses na empresa de estabilidade. É quatro mês fora, mas dois mês na empresa pra poder a empresa demitir. São seis meses... que dá seis meses. Muitos eles dão cinco, que as vezes as férias vence, ai conversa: “você quer as férias?”. Porque as vezes ela não quer, quer só depois de ganhar, ai fica cinco meses, com as férias (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Com relação a isso, a própria entrevistada destaca como a trabalhadora nem sempre vai ser requalificada ou redirecionada à uma atividade mais condizente com a etapa de vida dessa mulher gestante. E para além disso, a narrativa de Maria Melo atenta a uma outra questão crucial relacionada à empregabilidade de mulheres gestantes, que é o julgamento moral sobre a contratação de mulheres que já estariam grávidas.

Essa é uma temática recorrente nos sindicatos, tanto entre as próprias diretorias, quanto em reuniões com delegados e delegadas sindicais. Ainda que seja legalmente proibido a solicitação de exames que atestem a gravidez no ato de contratação, algumas empresas insistem em condicionar a contratação a estes exames.

O oposto, por sua vez, com o pedido de exames no ato de desligamento tem sido uma prática que aumentou nos últimos anos e tem sido, inclusive, bem-vista entre as lideranças sindicais e as próprias trabalhadoras.

#### 4.3.2 *As dinâmicas do care face às novas realidades “produtivas”*

A perspectiva do *care* foi moldada nos amplos debates feministas na Europa da década de 1970, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho doméstico não remunerado, realizado pelas mulheres na esfera privada.

Entretanto, vale assinalar que o conceito do *care* resguarda um deslocamento com relação à perspectiva do trabalho doméstico: ao invés de destacar as tarefas materiais realizadas pelas mulheres, o *care* se refere à dedicação das mulheres às suas famílias, a partir do amor, da benevolência e da afeição (AVRIL, 2019).

O *care* é uma perspectiva que convida a levar em conta novas dimensões do trabalho, sobretudo o amor e o cuidado do outro como injunções hierárquicas e sociais, assim como a distribuição desigual dessas obrigações no espaço salarial. Sua utilidade sociológica se baseará também na sua capacidade de se apoiar nos instrumentos conceituais que há muito fizeram suas provas empíricas e analíticas para tornar visíveis as formas de serviço das mulheres da base da estrutura salarial (AVRIL, 2019, p. 247).

Para além disso, o *care* demarca tanto o que as mulheres fazem de trabalho gratuito na esfera privada, quanto o que elas fazem em troca de um salário para as pessoas que dependem delas no âmbito profissional. Esse duplo sentido do *care*, conforme salienta Avril (2019), estabelece uma ponte intelectual entre o serviço das mulheres tanto na esfera privada, quanto na profissional.

Guimarães, Hirata e Sugita (2011), chamam atenção que o conceito de *care* compartilha com outros conceitos, como os conceitos de “trabalho” e “gênero”, uma perspectiva que é ao mesmo tempo multidimensional e transversal. O *care* remete à questão de gênero, na medida em que é uma atividade absolutamente naturalizada, largamente associada à posição e à disposição femininas. E enquanto um trabalho, está associado ao trabalho doméstico e familiar.

Essa é uma discussão, em especial, que nos interessa aqui sob dois vieses: o primeiro, a dimensão cumulativa da dupla jornada do trabalho para as mulheres; e, a segunda, como a partir da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho formal, ocorre uma reordenação das dinâmicas familiares diante das necessidades do trabalho de cuidado remunerado, ou não.

A dinâmica mais comum encontrada nas casas das trabalhadoras entrevistadas, redirecionava o cuidado dos filhos das mulheres que trabalhavam nas empresas para outros familiares, como as avós, tias ou irmãs mais velhas. Essa era a dinâmica encontrada na casa de I., que deixava a sua filha sob cuidado dos seus pais.

Pesquisadora: Além de você, quantas pessoas trabalham na sua casa?

I: Só eu. Porque meu pai e minha mãe, como eu te falei, eles são aposentados e eles vendem as verdurinhas deles em casa mesmo. Porque trabalham, mas é um trabalho em casa, não sai pra fora, tipo eu.

Pesquisadora: Então, na tua ausência, quem é que se responsabiliza pelos cuidados? Você já falou, né? Que seu pai, sua mãe, sua irmã, cuidam da criança...

I: É, eles cuidam dela.

Pesquisadora: Então, quem divide com você as responsabilidades da casa? Quem dá a última palavra? Quem é que manda na casa?

I: Meu pai e minha mãe (I. Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Nessa dinâmica, não há uma remuneração pelo trabalho de cuidado. A avó materna cuida da criança enquanto a mãe está fora trabalhando. Além da avó materna, em regime não remunerado, é comum ainda que os filhos e filhas possam ser cuidados pelas avós paternas também e pelos seus pais, na medida em que estes tenham uma rotina diferente de trabalho comparado às mães. Esse é caso, por exemplo de A. que ao sair para trabalhar deixava sua filha sob os cuidados do pai (em tratamento de hemodiálise e afastado do emprego) e da sogra.

Pesquisadora: E quando ela era pequena? Relata um pouco pra mim como era essa tua relação no trabalho quando ela era pequena, até agora. Da relação do cuidado, de...

A: Assim, eu não vou dizer pra você que foi fácil, porque não foi, não. Quando ela tinha oito anos, ela... no começo foi fácil. Mas, ai quando... Abriu uma lacuna de onde ela ficava, que ela se sentia só, porque ela disse que via as mães todinhas com os filhos todo dia, levava pra escola... e ela não tinha isso, porque eu trabalhava sempre de cinco da manhã e antigamente não tinha aquela parte de dizer assim: só pode trabalhar dez horas! Quando eu comecei a trabalhar em 2017 ainda tinha aquela parte que o pessoal ficava até... eu trabalhava de cinco e entrava na noite. Tinha vez de nove horas da noite, quando eu chegava ela já estava dormindo. Eu saía e ela já tava dormindo. Ai houve um tempo que tipo, ela quis ter um comecinho de depressão, com oito anos. E ai ela sentia mal, ela dormia e ficava toda gelada, e eu sem saber o que era. E quando eu levei ela pro médico, o médico disse que ela tava com um comecinho de depressão, e as vezes eu tinha que prestar atenção no que ela dizia. E foi onde eu vi que ela dizia assim: “que todo mundo, mãe, leva seus filhos pra escola, e a senhora nunca me levou”. Nunca me levou, ela quis dizer assim, eu levava só que quando eu tava de férias. Quando eu não tava de férias, eu tava trabalhando em outro lugar, e ai foi onde eu vi que eu tinha que parar um pouco, entendeu? Pra prestar mais atenção pra ela e... mas assim, parei, mas era necessário, entendeu? Foi um tempo que foi bem difícil. Dos oito pra nove. [...] Foi onde eu fui pra profissão de cabeleireira. Que eu ficava sábado e domingo. Ai levava ela pra escola durante a semana, entendeu? Ela teve um acompanhamento e graças a Deus ela está bem (Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A narrativa de A. destaca ainda um novo elemento ao debate sobre cuidado, relacionado ao gerenciamento das emoções provocadas tanto no cuidador quanto em quem é cuidado, quem nesse caso é uma criança de oito anos de idade.

Por fim, conforme Guimarães, Hirata e Sugita (2011), o termo *care* conota um amplo campo de ações e atitudes, abarcadas por conceitos equivalentes ou semelhantes na maioria das outras línguas.

No Brasil e nos países de língua espanhola, a palavra “cuidado” é usada para designar a atitude; mas é o verbo “cuidar”, designando a ação, que parece traduzir melhor a palavra *care*. Assim, se é certo que “cuidado”, ou “atividade do cuidado”, ou mesmo “ocupações relacionadas ao cuidado”, como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de “cuidar” ou de “tomar conta” têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente) (GUIMARÃES; HIRATA; SUGITA, 2011, p. 154).

Essa situação se coloca de uma outra maneira quando posicionamos a nossa lente de análise em uma dimensão que torna possível compreender as dinâmicas interseccionais que envolvem esse mercado de trabalho. Ou seja, quando percebemos as microssituações (KNORR-CETINA, 2002) que envolvem o mercado de trabalho.

Em 2015, quando estava sendo desenvolvida a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado sobre política sindical para mulheres assalariadas rurais (SILVA, C, 2016), chegamos à conclusão de que não havia no Vale do São Francisco nenhuma empresa com creche para atender os filhos e filhas de seus trabalhadores, apesar de estar convencionado desde os anos 1990. No entanto, ao longo dos últimos anos, positivamente, essa situação vem sendo alterada, de modo que tem se tornado mais comum que as empresas apresentem creches próprias ou em parceria com o município (no caso de Petrolina-PE, com as creches do *Nova Semente*) para os trabalhadores e trabalhadoras.

O relato a seguir, da trabalhadora rural e delegada sindical M.M. destaca essa dimensão do trabalho de cuidado sob as duas perspectivas descritas anteriormente. Primeiro, vinculado ao trabalho gratuito desempenhado pela trabalhadora antes de sair de casa com as filhas, e depois ao deixá-las sob cuidado de uma outra mulher, em um serviço de creche informal no contraturno escolar.

M.M.: [...] É difícil porque quem tem criança é mais difícil, tem que acordar quatro horas da manhã, tem a alimentação pra fazer, que a empresa não dá nem café, nem almoço... algumas fazendas aqui na região já dá [*sic*], mas é poucas... eu acho que de mil, tira umas duas, que fornece essa alimentação. E lá não fornece, aí eu tenho

que fazer meu café, fazer o almoço, arrumar os filhos pra levar na casa de alguém, pagar uma pessoa pra cuidar, tem toda essa dificuldade.

Pesquisadora: E quem é que fica com as crianças quando você sai pra trabalhar?

M.M.: Eu quando eu saio já vou deixar na casa de uma pessoa, cinco horas da manhã, já tenho que tá com tudo pronto pra ir pra casa da pessoa que eu deixo elas, que é uma prima minha que cuida... pra deixar elas lá. Logo cedo, cinco horas da manhã. Uma vai dormindo, e a outra acorda uns dez, quinze minutos antes e já vai caminhando porque é maior, já tem sete anos [risos].

Pesquisadora: Uma tem sete e a outra...

M.M.: A outra tem quatro! Mas desde ela com oito meses, a pequena, que é assim, vai dormindo cinco horas da manhã, tanto faz tá chovendo ou não, tem que ir (M.M. Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Esse tipo de serviço é desempenhado por mulheres que por algum motivo se encontram fora do mercado de trabalho formal. No caso de M., a sua prima, de idade próxima, e mãe também de outras duas crianças estava com um “*problema de saúde*”, o que a colocava, contraditória e simultaneamente, em uma situação de invalidação “produtiva” e subserviência “(re)produtiva”.

#### 4.3.3 O impacto da pandemia da COVID-19 no trabalho (re)produtivo e de cuidado

Todas as narrativas apresentadas até aqui datam do período 2015-2019. As últimas conversas informais, reuniões, acompanhamento de assembleia e demais atividades junto às mulheres assalariadas rurais, que são as principais informantes dessa pesquisa, se estenderam até meados de janeiro de 2020.

De 2020 em diante, o caderno de campo pretendia manter-se fechado; pois as análises já caminhavam em processo lado a lado com a sistematização da bibliografia e das narrativas das entrevistadas. Ao que tudo parecia caminhar para uma caótica (e orquestrada, por vezes) construção de uma tese de doutorado.

Eis que em março, com prazos de quarentena a cada 15 dias renovados, as nossas certezas e projeções de retomada à vida pré-pandemia de Covid-19 se faziam cada dia mais perdidas no horizonte. A pandemia mudou o cenário, e impactou profundamente a vida das personagens que constroem as narrativas aqui apresentadas, acentuando, inclusive, a vulnerabilidade.

Assim, retomei o contato com a maior parte das mulheres entrevistadas, ainda que informalmente via redes sociais. Enquanto a orientação geral, baseada nas normas da Organização Mundial de Saúde pedia isolamento e distanciamento social, impondo à sociedade novas formas de vivência e socialização, as dinâmicas desse tipo de trabalho não se alterou muito.

Em um primeiro momento, dado a alarmante possibilidade de crise ocasionada pela falta de alimento das gondolas dos supermercados e feiras, como vinha sendo ventilada por veículos de comunicação, os “trabalhadores agrícolas”, de modo geral, foram considerados essenciais (PEDREÑO CÁNOVAS, 2020). A fruticultura de exportação se beneficiou nesse processo, ainda que sua produção estivesse centrada na produção de supérfluos.

Esse foi um momento em que os sindicatos aproveitaram, inclusive, para fazer valer medidas sanitárias mais adequadas para a categoria a fim de preservar a saúde e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, tais como distribuição de máscaras e sanitizantes por parte das empresas e transporte com garantia de distanciamento entre trabalhadores. Algumas empresas chegaram a dividir os trabalhadores em grupos por turno; outras dobraram a quantidade de ônibus.

Passada a avalanche que foi o primeiro momento de contato com a Covid-19, tais medidas foram sendo afrouxadas de tal maneira que a própria fiscalização dos sindicatos precisou novamente ser intensificada. Em 24 de maio de 2021, em um blog de notícias foi publicado o seguinte artigo:

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais (STTAR) de Petrolina passou a exigir que empresas realizem o encaminhamento dos empregados para que eles possam realizar testes gratuitos para a Covid-19. Caso o resultado seja positivo, a empresa deve garantir o direito do afastamento do trabalho sem prejuízo nos vencimentos e garantia de ser coberto pelo INSS se a recuperação ultrapassar os 15 dias, como indica a Convenção Coletiva atual da categoria.

Recentemente, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) emitiu uma nota técnica, em que aponta a Covid-19 como doença ocupacional no campo. Com isso, o STTAR solicita que a cobertura legal para que o trabalhador do campo não tenha prejuízo em seus vencimentos.

Segundo a presidente do Sindicato, Leninha Lima, a medida traz uma proteção maior ao trabalhador assalariado em Petrolina e do Vale do São Francisco que possuem um número extenso dessa classe trabalhadora que não pode parar durante a pandemia. “Uma das muitas lutas que conquistamos e que estamos atentos para que seja cumprida. Os empregadores devem respeitar a norma legal”, declarou<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina exige que empresas promovam testes para Covid-19 e garantam o direito à quarentena. Publicado por Carlos Britto em 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.carlosbritto.com/sindicato-dos-trabalhadores-rurais-de-petrolina-exige-que-empresas-promovam-testes-para-covid-19-e-garantam-o-direito-a-quarentena/>. Acesso em: Novembro de 2021.

O trabalho agrícola e de abastecimento de produtos alimentícios é essencial para quem nesse contexto? Essa é a questão-chave, pois se a categoria precisa do emprego para continuar sobrevivendo, e mantendo a sobrevivência da sua família, outras famílias também dependem do seu trabalho, quer seja para se alimentar, que seja para continuar lucrando.

A outra questão, é conforme chama atenção Pedreño Cánovas (2020), se o trabalho era essencial na primeira onda de contaminação da pandemia, e foram concedidas conciliações, tanto por parte das empresas, quanto por parte das administrações municipais, isso se inverte em um segundo momento.

No Brasil, nesse momento, a doença inicia um movimento de expansão em direção ao interior. E com isso, os números de infectados começam a crescer nas microrregiões de Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

Assim, os trabalhadores rurais, em suas dinâmicas próprias de vida e trabalho, invisibilizadas no Vale do São Francisco, tornaram-se “hipervisibilizados”, pois passaram a ser objeto de investigação e controle público por possivelmente disseminarem a infecção viral em trajetos entre municípios, nos trajetos entre casa e trabalho, e nos espaços de moradia e convivência, em um segundo momento da pandemia, sobretudo, porque os dados de contaminação divulgados em formato de boletins semanais pelas prefeituras municipais reiteravam maiores índices de contaminação na periferia proletária e agrovilas, em comparação ao centro e a orla das cidades.

Mas, ainda assim, a questão que ronda as dinâmicas familiares e o trabalho de cuidado não ocupou uma pauta central em nenhum momento. Com as escolas e creches fechadas, algumas mães com crianças em idade escolar optaram por ficar em casa cuidando das crianças e/ou pais idosos.

#### **4.4 Afinal, o que é ser mulher no trabalho da viticultura?**

Esta é uma questão que surgiu ao final das primeiras transcrições de áudio das entrevistas realizadas com as mulheres trabalhadoras rurais. Embora os roteiros de entrevista narrativa fossem abertos, falar sobre a temática da pesquisa localizava o ponto inicial e fundamental da vida na ideia do trabalho “produtivo” e nas mais diversas representatividades que vai tomando ao longo da vida.

Embora não tivesse uma questão direcionada a isso, esperava ouvir sobre como se sentiam sendo mulher no ambiente do trabalho, lidando com os diversos tipos de assédio, com a vaidade, ou a falta de vaidade imposta pelo espaço do trabalho (talvez), mas não esperava a narrativa sobre ser mulher que trabalha na roça de forma tão crua, tão rasgada, que depois volta atrás e não termina de falar sobre o que começou.

[A gente] que trabalha em roça, a gente é muito mal falada, porque o povo diz: “Ah! Quem trabalha em roça... Mulher que trabalha em roça não presta!” Eu acho que você até já deve ter ouvido isso. E principalmente as que trabalham em uva, a gente é muito mal falada, porque, assim, é igual em cada setor, né? (I. Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Afinal, o que isso quer dizer? Permaneci algum tempo com a análise sobre o “não dito” até que retornei a ela e refiz a pergunta, agora pedindo mais esclarecimentos. Nessa ocasião obtive a seguinte resposta: “*é por causa do preconceito com mulher que trabalha em roça*”.

Essa resposta torna clara a dimensão reincidente do patriarcado na vida e no trabalho das mulheres. A inserção das mulheres em larga escala no mercado de trabalho vinculado, sobretudo, à viticultura de exportação impactou profundamente as dinâmicas do local.

Para além disso, em outro trecho, a trabalhadora rural demarca o amargor do trabalho rural, e como as dinâmicas desse trabalho se alteram diante da vivência no espaço urbano.

Pesquisadora: E você enquanto mulher, já sentiu ou sente no cotidiano do trabalho algum tipo de discriminação ou preconceito no espaço de trabalho?

I: No espaço de trabalho, aquela coisa assim que ainda tem aquele pouquinho, muitas vezes entre nós mesmas. Exemplo: Às vezes chega uma visita ou chega alguém que... sei lá, sempre chega alguém, que não é do setor rural, às vezes. Porque a gente quando tá lá, a gente fica camuflada, a gente fica parecendo bicho. É aquelas bota horrorosa, aquele pano na cara, aquelas roupona, porque a gente também não vai ficar no sol como se tivesse na Ilha do Rodeadouro. [...] Expostamente ao sol. Agente anda com garrafa, a gente anda com mochila, aí muitas vezes você tá em determinado... Exemplo, quando a gente vai nem tanto, né? Porque tá todo mundo... ta cedinho, ninguém te vê. Mas geralmente quando você vem, sempre vê aquelas pessoas... “vixi, oh! Vem da roça!” Hoje ainda tem muito isso, e quando te vê passar com a garrafa aí já fica logo “É da roça! Vixi, fedor de enxofre!” Você escuta muito esse tipo de...

Pesquisadora: Então a discriminação, ela tá ligada ao espaço rural...

I: Ao espaço rural, porque é roça! (I. Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Definitivamente o significado do trabalho está para além da possibilidade de renda salarial e liberdade econômica ou carteira de trabalho assinada, mobiliza uma infinidade de aspectos que perpassa gerações.

**Imagem 17 – Mulher que trabalha na viticultura**



Foto: Camilla de Almeida Silva

No capítulo seguinte daremos continuidade a esta problemática aqui iniciada no intuito de provocar a análise em dimensão micro, considerando os aspectos revelados no dia a dia, nas micro interações do trabalho.

#### **4.5 Trabalho e ação coletiva: a organização dos assalariados e assalariadas rurais e a luta por direitos**

Diante das transformações da base produtiva, que repercutiram sobre as relações de trabalho na região do polo de Petrolina/PE-Juazeiro/BA, o início da década de 1990 também ficou marcado pela atuação dos sindicatos a partir do processo de fortalecimento da organização de trabalhadoras e trabalhadores assalariados da fruticultura. Como parte dos novos desafios trazidos pela expansão da fruticultura em bases empresariais e pela disseminação do trabalho assalariado com carteira assinada, os sindicatos da região foram desafiados a tratar de questões de ordem específica das condições trabalho, envolvendo o assalariamento das mulheres.

Historicamente, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no São Francisco tiveram suas ações e políticas sindicais associadas tradicionalmente à agricultura familiar em áreas de sequeiro (SELWYN, 2007). No entanto, diante das novas dinâmicas produtivas e a partir da

consolidação das novas dinâmicas associadas ao trabalho rural, os sindicatos passaram por um processo de reorientação de suas políticas sindicais, incorporando à categoria os assalariados e assalariadas rurais.

O processo que teve início ainda no final dos anos 1980, com forte apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) desaguou na construção de importantes espaços de negociação e regulamentação das relações de trabalho vinculado à fruticultura, envolvendo um extenso e exaustivo trabalho por parte dessas organizações na zona rural tanto de Petrolina-PE, quanto de Juazeiro-BA, com o objetivo de conhecer a base e compreender as suas principais demandas.

A negociação anual de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras na região do Vale do São Francisco constitui a principal agenda política dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais dos polos Petrolina-PE e Juazeiro-BA, representados pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Pernambuco, a FETAPE e pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais da Bahia, a FETAR-BA<sup>14</sup>.

Desde o ano de 1994, representantes do empresariado frutícola e de organizações sindicais dos trabalhadores assalariados da fruticultura reúnem-se anualmente para negociar pautas econômicas (que, evidentemente, incluem os valores de remuneração) e as pautas sociais, com temas diversos vinculados ao trabalho.

Esse é um marco firmado inicialmente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR (inicialmente de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, ambos de Pernambuco), em articulação com outras organizações, tais como a Comissão Pastoral da Terra, a FETAPE e o Ministério do Trabalho, resultou em conquistas econômicas e sociais, em especial, a partir da primeira Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Ao longo de mais de duas décadas esse processo vem se repetindo anualmente, colocando sobre a mesa as pautas dos trabalhadores e trabalhadoras e as pautas patronais. Apesar de ter se constituído em torno do caso de maior sucesso de negociação coletiva de trabalhadores assalariados rurais no Brasil, tendo se tornado uma referência importante na luta dos assalariados rurais para outras regiões produtivas.

---

<sup>14</sup> A FETAPE foi fundada em maio de 2015 por sindicatos específicos de assalariados e assalariadas rurais de Pernambuco. Em 2021 somava 29 sindicatos na base, representando cerca de 200 mil assalariados e assalariadas rurais. Foi também uma das Federações que criou a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais – CONTAR, compondo a direção. Já a FETAR-BA foi fundada em outubro de 2018. Ambas as Federações constituem um marco importante na luta dos assalariados e assalariadas rurais por direitos. O rompimento com a estrutura da FETAG e CONTAG demarcam o espaço das demandas específicas da categoria na estrutura sindical brasileira.

No entanto, isso não se deu sem conflitos de classe e muito menos sem períodos de estagnação. Diante da nova estrutura do sindicalismo que representa categoria base na região, a negociação da CCT 2018-2019 constituiu um marco, pois pela primeira vez negociavam Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariadas Rurais e suas respectivas Federações, rompendo com a antiga estrutura sindical rural que, por vezes, detinha sob o mesmo “chapéu” patrões e empregados.

#### *4.5.1 A reforma trabalhista de 2017 e seus impactos sobre os trabalhadores rurais assalariados*

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2018-2019, constitui um marco importante no processo de reorganização política e sindical na região do Vale do São Francisco, tanto a partir dos produtores rurais que tomam as rédeas de sua categoria base com a reestruturação do Sindicato patronal, passando a ocupar o lugar da VALEXPORT (Associação dos Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco), quanto a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais, que abrange uma categoria específica.

A análise da CCT aqui realizada toma como referência o trabalho de campo e anotações ao longo dos dias acompanhando as campanhas de negociação da CCT entre os representantes jurídicos e empresariais da classe patronal e representantes jurídicos e sindicais (dirigentes e delegados/as sindicais) dos assalariados e assalariadas rurais.

O debate que gira em torno de um conjunto de medidas estruturais, como é o caso da reforma trabalhista, com o objetivo de criar um ambiente institucional favorável ao capital produtivo e à rentabilidade não é uma novidade. Muito pelo contrário, retoma as bases de discussões ocorridas na década de 1990, quando foram introduzidas medidas como o “banco de horas” e a “liberação do trabalho aos domingos e feriados” sob a alegação de diminuição do desemprego.

No entanto, vale destacar que até o final dos anos 1990 os índices de desemprego continuaram elevados. Retomada no Governo Temer, a reforma trabalhista constitui um processo, sobretudo, de disputa política e interesses de classe, que trasveste a “modernização” das relações de trabalho no país em precarização, a partir de medidas que giram em torno do

alinhamento a uma proposição do negociado sobre o legislado, o desmonte da CLT e o ataque à Justiça do Trabalho.

Assim, processos de desregulamentação e/ou da flexibilização das relações de trabalho se tornaram uma constante. As propostas de terceirização e flexibilização são marcantes na pedida por exclusão de cláusulas que já compõem a CCT da fruticultura irrigada há alguns anos, como é o caso da cláusula que proíbe a contratação de empreiteiros e a cláusula da jornada regular de trabalho de 8 horas semanais.

Um primeiro ponto a destacar é que, diferentemente dos anos anteriores, a questão salarial não foi a pauta central. Isso fica evidente diante da contraposta salarial lançada pelo patronato, que já atribuiu em um primeiro momento um reajuste salarial acima da inflação.

Um outro ponto de grande relevância que surgiu na contraproposta patronal está relacionado diretamente às mulheres. O patronato propôs a redução de seis para cinco meses o período de garantia de emprego pós-parto para as trabalhadoras gestantes. Além disso, propuseram a exclusão da cláusula de creche em local de trabalho, sob a alegação da “inexistência na Região de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas ou a cargo de entidades sindicais”.

Além disso, uma outra questão que requer atenção é a validade da CCT a cada ano. A sua vigência se dá entre janeiro e dezembro; entretanto, em geral, as negociações acontecem entre janeiro e fevereiro. Ou seja, se a nova CCT só entra em vigor após a rodada de negociações, os trabalhadores poderiam ficar “descobertos”.

Com o intuito de resguardá-los quanto a isso, há no parágrafo único da cláusula primeira da CCT – vigência e data base – estabelecendo que a validade enquanto não houver a sua revogação. É justamente o que assegura o parágrafo único que a classe patronal pede a exclusão. Tais questões serão desdobradas e discutidas a seguir a partir de grupos temáticos.

#### 4.5.1.1 Formas de contratação mais precárias: Terceirização e Contrato por tempo determinado

A lei de terceirização aprovou a liberação da terceirização para todas as atividades da empresa, quer sejam atividades meio ou atividades fim. No Polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA, atentos à nova legislação trabalhista, o patronato pediu a exclusão da cláusula de “proibição da

contratação de empreiteiros”, sob a alegação de que, no tocante ao trabalho realizado nas empresas, não há como distinguir atividades meio e fim.

Além de pautar uma terceirização irrestrita na fruticultura, o contrato de trabalhadores e trabalhadoras por tempo determinado levanta questões relacionadas ao processo de precarização das relações de trabalho.

A lei que rege o trabalho temporário não é uma novidade da reforma; é de 1974, e quando foi concebida permitia uma duração de 90 dias. Através do Projeto de Lei (PL) 4302/1998, de autoria do executivo no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e aprovado recentemente, em 22 de março de 2017, sob o Governo de Temer, o contrato temporário foi estendido para 270 dias, podendo ser adotado para qualquer circunstância.

No Polo, a proposta prevê que a realização de contratos temporários em período de safra poderá ocorrer, em um período não superior a 9 meses, com um mesmo empregado um número irrestrito de vezes, ficando os trabalhadores safristas isentos também de realizarem exames demissionários ao término do contrato.

Aos trabalhadores e trabalhadoras submetidas ao contrato temporário são negados direitos como as estabilidades temporárias, o aviso prévio, a multa do FGTS e o seguro-desemprego e férias. A estabilidade provisória das trabalhadoras gestantes tampouco alcança os contratos temporários.

#### 4.5.1.2 Flexibilização da jornada de trabalho: Banco de horas, Semana Espanhola, Jornada 12 por 36 e Trabalho aos domingos e feriados

Conforme a CLT, a compensação de jornadas via banco de horas é possível quando prevista em convenção ou acordo coletivo. Embora conste nas CCT da fruticultura, o patronato propôs a exclusão dessa cláusula.

A proposta é a liberação da “semana espanhola”, que pressupõe o trabalho aos sábados da seguinte forma: Trabalha-se 08 horas, diferentemente da jornada regular que estabelece 4 horas de trabalho, possibilitando folga no sábado subsequente. Entretanto, o problema disso está em estabelecer folgas aos sábados no início da safra, promovendo uma compensação das horas não trabalhadas nos períodos de maior intensidade produtiva.

Assim, propõe-se a retirada do banco de horas, ao tempo em que se adota a semana espanhola, como um sistema também de compensação de jornadas.

Além da “semana espanhola”, a proposta apresentada, em detrimento da jornada regular, foi uma jornada de 12 horas semanais, seguidas por 36 horas de descanso, independente do ambiente e das condições de trabalho. Essa jornada oferece riscos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras como o aumento do número de acidentes e doenças ocupacionais. Além disso, a imprevisibilidade das folgas, alternadas durante a semana, contribuem para uma desorganização da vida pessoal e comunitárias desses indivíduos.

Para o trabalho realizado aos domingos e feriados, o pagamento não seria acrescido de valor, ou seja, a remuneração seria a mesma paga para o trabalho semanal.

#### 4.5.1.3 Remuneração e pagamento por produtividade

A proposta salarial ao longo dos anos tem se mantido acima da inflação, com o objetivo de garantir um ganho salarial real. No entanto, como já destacamos, o salário perdeu a centralidade da negociação em função da reforma.

O pagamento por produtividade (acrescido ao salário) é uma prática muito presente nas empresas do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA como uma forma de “estímulo” à produtividade dos trabalhadores e das trabalhadoras. Uma forma bastante comum é a produção por meta, em que as empresas estabelecem uma meta que deve ser cumprida pelos/as trabalhadores/as fazendo uso do pagamento por produção, ou não<sup>15</sup>.

Como uma das formas mais constantes de exploração (e barateamento) da força de trabalho, a produção por meta, mediante ganhos salariais consiste no estabelecimento de metas diárias para cada uma das etapas do processo produtivo, estipulando para cada uma delas um limite quantitativo mínimo. A cada cacho, ou planta que ultrapasse este limite, o/a trabalhador/a recebe uma bonificação. Entretanto, o cálculo para esta remuneração extra foge ao controle dos próprios trabalhadores.

#### 4.5.1.4 Fragilização da ação sindical: Fim da homologação de rescisões no sindicato e não reeleição de delegados sindicais

---

<sup>15</sup> Em algumas empresas existe a média de produtividade para cada atividade, porém sem remuneração extra.

Com o propósito de enfraquecer os sindicatos, o projeto de reforma trabalhista tira a obrigação de que a homologação seja realizada pelas organizações de classe, obrigando os trabalhadores, ao final de cada ano, a assinarem um termo de quitação anual de obrigações trabalhistas. Tais medidas tendem ainda a reforçar a burla aos direitos trabalhistas.

Além do fim da homologação da rescisão nos sindicatos a pauta patronal pedia também a não reeleição consecutiva dos delegados e delegadas sindicais nas empresas. Ou seja, o delegado ou a delegada sindical não poderia se manter no posto por mais de dois anos consecutivos.

#### 4.5.1.5 Mulheres: Diminuição da garantia de emprego à trabalhadora gestante e exclusão da cláusula de creche

Chama atenção a volta (após um período de 20 anos de estancamento) das questões mais “específicas” das trabalhadoras rurais na mesa de negociação. No entanto, diante do novo contexto as pautas apresentam retrocessos e retirada de direitos.

Além da proposta de diminuição da garantia de emprego à trabalhadora gestante de seis para cinco meses após o parto, como destacamos anteriormente, chama atenção a proposta de exclusão da cláusula de garantia de creches (quer seja na empresa, ou mediante convênios com as prefeituras, por exemplo).

Embora este constitua um direito claramente burlado pelas empresas (não há no Polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA nenhuma empresa com creche), não podemos deixar de demarcar que a sua exclusão acarreta prejuízo não apenas para mulheres, mas para toda a organização familiar.

## 4.6 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo mobilizamos um debate em torno das categorias de análise “gênero” e “trabalho”, perpassando por diversos aspectos teóricos e metodológicos com o intuito de compreender as dinâmicas que envolvem o assalariamento rural vinculado à fruticultura de exportação no Vale do São Francisco.

A perspectiva de interação entre o local e o global, ao longo dos anos 1990, afetaram, além das dinâmicas de produção em escala global, as relações de trabalho e emprego masculinos e femininos. Naquele momento, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento proporcional do emprego e do trabalho remunerado das mulheres. Conforme Hirata (2001), daí resultou a expressão “feminização do mercado de trabalho”, tendo em vista um crescimento da participação das mulheres, tanto nas atividades formais quanto informais. Tais mudanças na ocupação feminina podem ser, assim, entendidas como parte das transformações mais amplas do capitalismo, trazidas pela globalização e reestruturação produtiva.

Na América Latina e nos demais países integrados às novas dinâmicas produtivas globais, a produção agrícola nos anos 1990 emergiu em um processo de reconversão produtiva que afetou a todos os setores da economia, configurando novas relações de produção que ampliaram a participação feminina, sobretudo, no assalariamento rural.

A expansão do agronegócio de exportação na América Latina tem sido acompanhada, portanto, de uma crescente feminização da força de trabalho nesse setor produtivo. No entanto, as mulheres têm sido inseridas em condições de trabalho pouco favoráveis, ocupando empregos de baixa qualificação e com vínculos temporários. Dessa forma, a integração das mulheres ao mercado de trabalho tem se dado de maneira limitada a algumas atividades específicas, tais como o “raleio” e “embalagem”, que podem ser concebidas como uma extensão das atividades domésticas.

Além disso, a incorporação do trabalho das mulheres à agricultura de exportação tem sido acompanhada também de impactos e necessidade de reorganização familiar. Para que as mulheres possam sair para trabalhar remuneradamente, o cuidado com os filhos menores e a casa precisa ser terceirizado às outras mulheres mais jovens, como as filhas mais velhas, sobrinhas ou conhecidas do próprio bairro em troca de alguma remuneração, ou às mulheres mais velhas, como as avós maternas. Situações como essas não promovem a completa libertação das mulheres a partir da inserção na esfera do “trabalho produtivo”; pelo contrário, sugerem um encadeamento que envolve, além das esferas produtiva e reprodutiva, a formalidade e a informalidade.

Concluimos que as mulheres se encontram mais expostas que os homens às condições precárias do trabalho assalariado por temporada de modo que além dos contratos precários, a grande maioria destas inseridas no setor estão ocupando os postos de baixa remuneração e pouco valorizados; e, também de vida, sobretudo, porque a incorporação delas ao mercado de trabalho não significou, efetivamente, uma emancipação do “trabalho reprodutivo”.

## 5 TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E O TRABALHO DAS MULHERES NA VITICULTURA DE EXPORTAÇÃO

Neste capítulo<sup>16</sup> os caminhos entre a proposta metodológica da tese e as lentes teóricas apresentadas no desenho da pesquisa sobre as narrativas das mulheres entrevistadas irão se cruzar com o objetivo de construir um quadro analítico acerca das tramas das “experiências” de vida e trabalho das mulheres na viticultura de exportação da região do Vale do São Francisco.

Portanto, o objetivo do capítulo é refletir sobre o cotidiano do trabalho das mulheres, tendo como categoria de análise as dinâmicas coextensivas entre os espaços públicos e privados e a divisão sexual do trabalho, a partir das narrativas de história de vida de cinco mulheres que possuem em sua trajetória de vida vínculos com a agricultura e/ou fruticultura de exportação.

Foram elencadas cinco narrativas representativas das mulheres com as quais dialoguei durante o período de trabalho de campo, acompanhando, anotando e, sobretudo, escutando. Assim, nesse capítulo apresentaremos as narrativas das cinco Marias. De fato, nem todas as entrevistadas se chamam Maria, embora a maioria o tenha em nome composto. Dito isso, é preciso destacar que os nomes aqui apresentados não correspondem aos nomes de registro das entrevistadas. Essa opção se deu em virtude do desconforto demonstrado por algumas delas em revelar situações vinculadas à esfera privada.

As narrativas que aqui serão analisadas, ao contrário daquilo que sugere Silva (2010) não se dá a partir da relação coextensiva entre as esferas pública e privada. É importante destacar que não foi fácil falar sobre trabalho com essas mulheres no sentido aqui proposto; O trabalho na vida cotidiana é em geral associado à renda, remuneração, ao espaço público, ao reconhecimento. Tais aspectos denotam a resistência delas em abordar a dimensão da casa, família e do trabalho reprodutivo. Conforme Silva (2010, p. 28), “as trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais pressupõem uma vida modelada sobre uma rede, cheia de buracos, que são as zonas de silêncio”.

Adentrar as zonas de silêncio requer um esforço de repetição, mas sobretudo de sensibilidade, para ter acesso ao “não dito” pelas entrevistadas através de outras fontes,

---

<sup>16</sup> O delineamento desse capítulo se fez em idealização antes mesmo da construção do corpus da pesquisa. A clara influência das pesquisas de Elizabeth Souza-Lobo e Maria Moraes sobre as dinâmicas do trabalho e vida de mulheres na indústria paulista em setores diversos, desaguam aqui na agroindústria da uva de exportação

frequentemente, os espaços de circulação onde transitam essas mulheres, como os sindicatos, por exemplo.

### **5.1 Narrativas de vida e trabalho: dando nome às personagens**

Como já enfatizamos no primeiro capítulo desta tese, optamos pela realização de entrevistas narrativas com mulheres trabalhadoras rurais assalariadas (trabalho permanente e temporário), com o objetivo de apreender como elas “experienciavam” o trabalho e o cotidiano associado ao trabalho produtivo e ao trabalho (re)produtivo (trabalho doméstico não remunerado).

A opção por esse tipo de entrevista se deu, sobretudo, diante da possibilidade que as informantes teriam para rememorar suas histórias e acontecimentos, sequenciando as experiências e assim construindo explicações possíveis dos fatos sem necessariamente recorrer à cronologia dos fatos.

Assim como já definida na introdução, a questão central do trabalho está centrada na possibilidade de compreender, em que medida as narrativas e histórias de vida de mulheres assalariadas rurais da fruticultura de exportação no Vale do São Francisco estão vinculadas às dinâmicas globais, pensando o alcance global a partir das microinterações (KNORR-CETINA, 2005). Ou seja, pensando em como as dinâmicas do local afetam e são afetadas, mutuamente, pela produção global de alimentos.

Isso se revela a partir do estudo das histórias de vida dessas mulheres, destrinchando os “pontos nodais” em suas trajetórias, principalmente, a partir da relação que ocupa o lugar do trabalho nas suas próprias experiências de vida. A possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, a carteira de trabalho assinada, novas dinâmicas associadas ao trabalho no âmbito rural exemplificam essa relação.

Para isso a escolha da técnica de pesquisa se fez, sobretudo, a partir da perspectiva de trajetória, sendo está compreendida “não como de um indivíduo singular, mas de um indivíduo que pertence a um determinado grupo social. Os desvios e as recusas podem ser compreendidos num determinado contexto social” (SILVA, 2010, p. 14). Dessa maneira, compreende-se que as narrativas extrapolam o campo da individualidade, e revelam-se, na subjetividade, questões de ordem macrosociais.

Nos limites de análise das narrativas que aqui serão apresentadas, priorizou-se as memórias vinculadas ao trabalho, a partir de uma perspectiva “consustancial”, a partir de elementos de gênero, raça e classe, mas também de geração (KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014).

Nessa perspectiva de análise, sob influência, sobretudo, da tradição francesa (KERGOAT, 2010), o conceito de “consustancialidade” tem sido fundamentalmente utilizado no sentido de que as relações sociais constituem um “nó” (SAFFIOTTI, 2013) que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica. Além disso, as relações sociais de classe, gênero e raça são “coextensivas”.

As cinco trabalhadoras cujas histórias de vida possibilitam a construção dessa análise são Maria José, Maria Gonzaga, Maria João, Maria Selma e Maria Melo, mulheres que possuem em suas vidas profundas marcas da viticultura de exportação, quer seja na lida diária do campo, quer seja na luta diária. São assalariadas rurais (raleadeiras, colhedeiças, etc.), produtoras rurais, delegadas sindicais e dirigentes.

Maria José – Trabalhadora doméstica (assalariada, sem carteira de trabalho assinada). Juazeirense (origem urbana), mãe de três filhos e avó. Trabalhou em *packing houses* de várias empresas na limpeza, classificação e embalagem de uvas.

Maria Gonzaga – Produtora rural. Imigrante piauiense, filha de agricultores e mãe de duas filhas. Formada professora de biologia, trabalhou em empresas no setor de confecções (SP) e foi comerciante.

Maria João – Trabalhadora rural assalariada (licenciada em função de sua atuação no sindicato) e dirigente sindical. Nascida em Belém do São Francisco, cresceu em Petrolina. É mãe de dois filhos e uma filha.

Maria Selma – Trabalhadora rural assalariada (licenciada em função do sindicato) e dirigente sindical. Cearense, migrou para Juazeiro-BA ainda na adolescência. Possui uma trajetória familiar vinculada ao trabalho na viticultura. Ingressou no STTAR Juazeiro-BA em 2018.

Maria Melo – Trabalhadora rural assalariada e delegada sindical. Casada e mãe de duas meninas. Nascida em Cabrobó-PE, possui uma trajetória familiar entrecruzada por sucessivas migrações em busca de melhores condições de vida e trabalho.

As entrevistas foram conduzidas a partir das narrativas sobre o vínculo com o local de origem familiar e a experiência com o trabalho, atentando se rural ou urbano. As narrativas das cinco mulheres apresentam os “caminhos cruzados” (GUIMARÃES, 2004) das suas trajetórias vinculadas ao trabalho na viticultura.

### 5.1.1 Maria José

Em 2019, Maria José estava empregada como trabalhadora doméstica. Cumpria uma jornada diária de oito horas de trabalho, de segunda a sexta-feira; e de quatro horas no sábado. Não possuía, entretanto, esse vínculo de trabalho formalmente registrado em sua carteira de trabalho e previdência social (CTPS).

Essa é uma informação importante na narrativa de Maria José, e sendo assim, começaremos por ela. Maria José é um exemplo da trabalhadora rural que é “permanentemente temporária”, ou seja, é frequentemente contratada por períodos determinados (sendo o mais comum deles o contrato safra<sup>17</sup>) pela mesma empresa ano após ano.

Na narrativa da trabalhadora, ela se fez trabalhadora doméstica, temporariamente, diante da possibilidade de emprego e renda fixos, ao invés dos contratos temporários de safra. Mas, a nova possibilidade de emprego, esbarrou em uma questão cara ao trabalhador, o vínculo com o trabalho rural para a aposentadoria, levando-a a não aceitar o registro em carteira.

MJ: Não, porque eu registrava minha carteira como trabalhadora rural, mas hoje eu não quero registrar como doméstica porque o tempo que eu trabalhei de trabalhadora rural, eu contribuí pro Sindicato dos Trabalhadores. Então agora eu tô até querendo ir no Sindicato dos Trabalhadores, pra mim voltar a pagar por minha conta, porque eu não tenho carteira assinada, eu não quero assinar a carteira por isso, porque eu já tenho 50 anos, vou fazer 51 agora em agosto e aí eu tenho medo, assim, de pegar e assinar e ter um problemão pra poder eu me aposentar. Então eu prefiro trabalhar avulso, sem registro nenhum, que ninguém nem pode saber, né? Que isso é errado. Eu sei que é errado. Mas eu não quero botar registro na minha carteira como doméstica, entendeu? E também, assim, porque eu tô aqui trabalhando de doméstica também por conta que meu filho tá na faculdade, precisa de recursos, né? Pra mim ajudar ele. Por isso que eu tô de doméstica. Mas se eu pudesse, eu taria era na uva mesmo. A necessidade fala mais alto, né? (Trabalhadora doméstica. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

O trabalho doméstico remunerado é justificado pela trabalhadora diante da possibilidade educacional do seu filho mais novo, estudante de Direito em uma faculdade privada, naquele período. Essa justificativa vem acompanhada na sequência pela seguinte colocação: “*Mas se eu pudesse, eu taria era na uva mesmo. A necessidade fala mais alto, né?*”. Essa colocação afirma, contraditoriamente, a insegurança de renda vinculada aos contratos por tempo determinado, e a representação do trabalho na viticultura como símbolo da liberdade financeira vinculada ao trabalho produtivo.

---

<sup>17</sup> Denomina-se por “contrato de safra”, o somatório dos prazos dos contratos celebrados entre as empresas e seus trabalhadores/as, por período que não exceda cinco meses.

Nascida em Juazeiro, sem estreitos vínculos com o rural, mas com as profundas marcas do patriarcado, Maria José casou-se “*ainda menina*”, sendo privada de trabalhar por parte do seu marido. Teve, durante o período em que esteve casada, duas filhas e um filho.

Conforme a narrativa da própria trabalhadora, a sua inserção no mercado de trabalho da viticultura aconteceu paralelamente à separação do marido, que assim como ela, não possuía vínculo algum com o trabalho em âmbito rural.

MJ: [...] Eu casei em 1984, aí vivi 17 anos com meu marido, aí a gente separou e aí foi onde eu comecei a trabalhar, porque eu tinha filhos pequenos e ele não deixava, não. Eu trabalhar, não. Aí eu comecei a trabalhar depois que eu separei mesmo, foi que eu comecei. Mas, eu... Aí eu fui trabalhar na empresa de uva, onde eu me adaptei a trabalhar lá, gostei muito e é um emprego bom. Pra mim, foi ótimo! As coisas que eu consegui, foi tudo através da uva. [...]

Pesquisadora: Seu ex-marido, ele trabalhava na agricultura?

MJ: Não! Porque quando eu conheci ele, eu tinha 15 e ele tinha 19. Ele trabalhava na área de panificação, padaria. Ele era padeiro. E eu vim conhecer a uva em 2005, quando eu separei, que eu fui trabalhar nas roças de uva, por precisão mesmo. Porque eu tinha três filhos, e eu tive que assumir a casa. Eu tive que ser o pai e a mãe dos meus filhos. Aí eu comecei a trabalhar na uva, por isso. Por necessidade. Mas eu não sabia nem o que era um parreiral de uva, como eu disse no começo, né?

Pesquisadora: E como foi esse processo, quando você precisa trabalhar... começar a trabalhar para sustentar a casa, e você não sabe o que fazer. Quando você chegou na empresa, você teve dificuldade pra se inserir?

MJ: Tive. Muita. Assim... naquela época, as empresas de uva pegavam muita gente pra trabalhar. Seleccionava muita gente. Eu não tive vergonha, não tenho vergonha de dizer: eu menti! Eu disse que conhecia uva, disse que eu conhecia uva, e eu não sabia nem o que era uma cumbuca de uva. Eu não sabia o que era. Quando eu fui trabalhar, porque tem os técnicos que ensinam a gente lá, né? Você num parreiral de uva, você entra e você aprende muita coisa com uva, mas foi na raça mesmo, porque eu tava precisando. Porque a precisão fala mais alto, né? Eu precisava e eu tive que ir. Porque eu tinha três filhos, mas senão não tinha conhecido... eu adorei. Eu amei (Trabalhadora doméstica. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

A narrativa de Maria José apresenta uma forte ressignificação do que é o trabalho “duro” e “pesado” na viticultura. A prática de mentir para a empresa e o fiscal de campo sobre o trabalho foi revelada também por outras mulheres com o mesmo intuito apontado pela entrevistada: “*porque eu tava precisando*”. A necessidade, principal motivo apontado pela trabalhadora, justifica o fato dela ter mentido para o empregador sobre conhecer a viticultura com o objetivo de alcançar êxito na seleção de emprego.

Entretanto, o trecho da narrativa revela também que nesse processo, na escala hierárquica a qual estão submetidas essas mulheres, já se espera por parte dos empregadores que boa parte das trabalhadoras novatas não saiba o trabalho na prática, no exercício, embora

tenham uma compreensão da dimensão do aprendizado via observação e repetição, e por isso deixem áreas e técnicos com essa função.

Essa é uma dimensão do trabalho das mulheres muito cara a esta análise. Pois, como já enfatizamos o trabalho das mulheres não se traduziu em um processo de qualificação profissional, tendo em vista que não se estabeleceu como fruto de um processo de aprendizado institucionalizado ou valorizado vinculados à construção do conhecimento (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2002).

A inserção da entrevistada nesse espaço, por sua vez, aconteceu junto à sua filha mais velha. As duas, portanto, passaram juntas pelo processo de iniciação e adaptação.

Pesquisadora: Tu lembra como foi? Ouviu que ia ter uma seleção e foi fazer a seleção? Alguém te indicou?

MJ: Minha filha. Minha filha foi, e quando eu comecei minha filha tinha 18 anos, e ela também foi. A gente foi diretamente pro *packing* [...] mas pra entrar no *packing* de uva você tem que ter estudo, porque você trabalha com balança... Você trabalha com classificação das caixas. Tudo isso. Não é um analfabeto que tem que ir pra uva, não. Analfabeto só vai pra o campo, entendeu? Mas tem pessoas que são leigas que sabe muito mais do que quem é formado. Depende da adaptação deles, do trabalho do dia a dia, né? Que são pessoas que são agricultor... Realmente, mas tem muita gente que não tem estudo nenhum, nenhum... são analfabeto mesmo. São mesmo. Muita gente. A gente convive com pessoas assim, desse tipo ai, né? A gente, quem é de *packing* fica se prevalecendo, assim, se achando muito, que eu acho que não deve ser assim, tem que ser igual. Porque se você tá no campo, você tá trabalhando de agricultura de todo jeito. Querendo ou não, você tá fazendo parte de uma fazenda de uva, que é muito bom por sinal. Eu adoro (Trabalhadora doméstica. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

Em seguida, Maria José chama atenção para a dimensão da qualificação no espaço do trabalho, a partir do seu próprio entendimento, apontando a *packing house* como esse elemento de distinção. Isso se justifica pelo trabalho que é realizado dentro de uma área coberta, refrigerada, e manuseando equipamentos eletrônicos. Ou seja, é talvez uma das etapas de produção da viticultura em que o trabalho rural mais estabelece semelhanças com o trabalho urbano. Esta é uma característica importante a qual chama atenção Maria José, e que revela uma dimensão do trabalho onde não há pertencimento por parte da trabalhadora.

Pesquisadora: Então, tem uma diferença de quem trabalha no *packing* pra quem trabalha no campo?

MJ: Tem! Porque a gente trabalha no *packing*, a gente não leva sol, a gente trabalha no ar condicionado, a gente trabalha com câmara fria, a gente trabalha embalando, pesando e classificando uva.

Pesquisadora: E ganha mais?

MJ: Ganha. Ganha porque tem muita hora extra. Mas no campo também tem. Quem trabalha colhendo uva, tem muita hora extra também, no campo, na época da safra. Porque aquele período da safra, na época, quando eu entrei, a Timbaúba contratava era seis mil funcionários. Naquele tempo o trabalho era melhor. Hoje em dia, não. Valia a pena, viu? Depois o Sindicato dos Trabalhadores vieram em cima, por conta das horas extras. Porque a gente não tinha tempo nem de fazer comida direito. A gente não tinha. As vezes a gente levava o que? Lanche. Uma comida rápida, uma farofa, um arroz, feito com feijão e já fritava uma carne e já levava. Era desse jeito. Tinha vez que a gente trabalhava do horário da gente segundo a norma, de sete a sete; e trabalhava até uma, duas, três da manhã. E aí a nossa chefe de linha, a nossa supervisora de *packing*, que tem tudo isso, ela mandava buscar o almoço da gente no Paizão, em Petrolina [...] (Trabalhadora doméstica. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

Um outro elemento apontado pela entrevistada ao estabelecer um comparativo entre o trabalho no campo e nas *packing houses* está associado à capacidade de prolongar as jornadas de trabalho em período de safra, recebendo hora extra pelo serviço, que poderia se estender pela madrugada, impactando o próprio descanso e alimentação adequada das trabalhadoras.

Na sequência da narrativa, a trabalhadora reflete sobre as dinâmicas do trabalho por temporada, explorando a sua outra face, ou seja, o tempo em que fica sem trabalho e, conseqüentemente, sem renda.

Pesquisadora: E por que você parou de trabalhar?

MJ: Eu parei de trabalhar porque eu trabalhava de safra. Porque não vale mais a pena. O dinheiro que eu trabalhava, ficava seis meses sem trabalhar. De boa. Só me virando, vendendo confecção, vendendo joia, vendendo isso, vendendo aquilo, entendeu? Minha opção era só uva, porque eu ganhava dinheiro. Eu ganhava. Naquela época, eu ganhava três mil por seis meses, o que era que eu queria mais?! Um salário mínimo de cento e pouco?! Botava na poupança, ia me virando... e é porque eu gastava, viu? Eu gastava muito, porque meus filhos eram pequenos. Muita compra, eu fazia muita coisa. E eu gastava muito. [...] 2008 foi meu último contrato, quando meu neto nasceu (Trabalhadora doméstica. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

O esgotamento pelo trabalho no período de safra é justificado positivamente pela entrevistada pois possibilitava o acesso à melhor remuneração, o que garantia renda também no período oposto ao empregado. Além disso, a entrevistada revela também um outro aspecto bastante comum à informalidade, que é a multivariada fonte de renda, a partir de pequenas vendas no bairro, aos familiares, etc.

Por fim, ao ser questionada sobre o impacto do trabalho na viticultura em suas dinâmicas familiares e de cuidado com os filhos mais novos, a resposta estava pronta de imediato: “*Sozinhos! Se viravam como podia*”. A memória desse período estava bastante viva na narrativa da trabalhadora.

Pesquisadora: E eles ficavam com quem, quando você saía?

MJ: Sozinhos! Se viravam como podiam. Não tinha ninguém pra fazer nada, eles tinham que se virar, né? Fazer comida, fazer as coisas...

Pesquisadora: Nessa época eles estavam em idade escolar, eles estudavam onde? No próprio bairro?

MJ: Era. Ele estudava no Helena e ela também no Helena. No colégio Helena, no Castelo Branco. A maioria das mulheres que vivem nos bairros periféricos, elas trabalham. E com uva, na safra, deixa os filhos e vai. Que jeito? Entrega na mão de Deus e Deus resolve e toma de conta. Ta na mão do Senhor, e é assim que pode ser, né?

Pesquisadora: E ai, como era a rotina MJ? [...]

MJ: Trabalhava até os domingos, quando precisava. Mas a gente ganhava, quando tinha um feriado assim, padroeira do Brasil, a gente ganhava 100% porque era nacional, né? A gente ganhava duas vezes mais. E a gente trabalhava aos sábados. Só tinha o domingo... E também teve uma vez que eu trabalhei, os últimos contratos da Timbaúba, eu trabalhava também em Banco de Horas, trabalhava um dia, folgava outro... (Trabalhadora doméstica. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

Assim como boa parte das mulheres com as quais conversei, Maria José saía para trabalhar e delegava o cuidado da casa e do filho mais novo, a sua filha mais velha (que nesse caso era a filha do meio, já que sua mais velha trabalhava junto com ela). A rotina de trabalho, centralizada em alguns períodos do ano, colonizavam a rotina do cuidado com os filhos e com a casa.

A narrativa de Maria José esteve permeada de silêncios sobre parte da sua vida, o que incluía a convivência familiar com a figura do ex-marido e também com outras pessoas do seu universo familiar. A construção da narrativa foi se fazendo à medida que o trabalho produtivo e a viticultura entraram em sua vida, e é isso que ocupa a posição central na memória.

### *5.1.2 Maria Gonzaga*

Ao longo do período dedicado à pesquisa de campo, exercitei a escuta por sucessivos dias em espaços de convivência e trânsito de trabalhadores e trabalhadoras rurais, como é o caso dos sindicatos.

Em uma dessas investidas de pesquisa, fui apresentada à Maria Gonzaga, uma mulher com idade entre 50 e 60 anos, branca, de olhos castanhos e estatura mediana. Passara no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariadas Rurais de Petrolina aquela manhã

para quitar a parcela mensal da contribuição sindical descontada na folha de pagamento das trabalhadoras e dos trabalhadores assalariados da sua empresa.

Maria Gonzaga é uma produtora rural, nascida no Piauí [cidade não informada], é filha de agricultores, casada e mãe de duas filhas. Migrou ainda criança, sozinha, para Petrolina com o objetivo de estudar, e construiu sua trajetória de vida vinculada a este propósito. Para tornar possível esse objetivo, iniciou sua trajetória no mundo do trabalho, ainda adolescente, a partir do trabalho doméstico na casa de parentes, no caso uma tia, em troca de moradia e alimentação.

MG: Ah! Eu vim na quinta série... foi na quinta série que eu vim morar aqui. E aí, quando eu terminei o ginásio na verdade, eu já queria trabalhar também na casa dos outros, de uma tia, como empregada, né? Doméstica (Risos). Não tinha como pagar, então tinha que pagar com a mão de obra. Aqui na época não tinha emprego. Petrolina era muito limitada, não tinha ainda projetos, e aí eu fui pra São Paulo porque eu queria trabalhar (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Na trajetória de Maria Gonzaga, há uma preocupação da entrevistada em rememorar o papel que as migrações tiveram no sentido de possibilitar o alcance de melhores condições de vida e trabalho. Assim ela prossegue com o relato, destacando a experiência de migração para São Paulo aos treze anos de idade e o posterior ingresso no mercado de trabalho vinculado à indústria.

MG: Eu fui pra São Paulo com treze anos. Treze anos de idade. Quando eu terminei a oitava série, né? E aí cheguei lá, e com três dias já tava trabalhando. Eu entrei numa fição, foi meu primeiro emprego. Lá na produção mesmo. Ai depois consegui ir pra uma empresa melhor, uma tecelagem. E depois fui pra uma multinacional muito boa, e trabalhei por doze anos lá.

Pesquisadora: Era de confecção?

MG: Não, não... era uma empresa do grupo Santista, uma empresa na área de produtos químicos, né? E aí eu fiz faculdade lá, o famoso curso de datilografia, que a gente tinha que fazer (Risos). E aí eu fiquei um bom tempo lá... casei. Não deu certo o casamento, e acabei e voltei pra cá.

Pesquisadora: E você formou em biologia? Lá em São Paulo?

MG: É. Eu fiz faculdade lá. Fiz biologia e voltei pra cá. [...] (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

O curto relato revela uma pluralidade de informações, desde o percurso por cada uma das empresas que passou, a continuidade dos estudos, com o ingresso no ensino superior, até às mais pessoais, como foi o casamento. Tudo rememorando de maneira bastante apressada, com o intuito de voltar ao ponto da narrativa onde detinha mais segurança, e talvez até maior conforto.

Essa narrativa oculta na memória de Gonzaga, desfoca uma parte importante de sua história de vida: o primeiro casamento, o nascimento da primeira filha, e em decorrência de situações vinculadas à dissolução desse núcleo familiar, o seu retorno à Petrolina anos depois.

MG: [...] Eu me separei do meu primeiro marido, eu vim embora fugindo dele porque ele dizia que ia me matar, se eu me separasse dele, né? Então, assim, eu tinha muito medo dele, que ele bebia muito. Ele... as meninas descobriram que ele era envolvido com drogas e tudo. Pra você ter uma ideia, eu fui adolescente em São Paulo, e eu não conheço uma droga porque ninguém nunca veio me oferecer droga. Eu nunca dei chance pra ninguém vir me oferecer drogas. Eu nunca procurei amizades, assim... eu sempre fui muito responsável, desde criança. Eu não gostava de tá saindo, de tá em festinha, de tá em discoteca... naquele tempo era discoteca, nera? [...] Eu gostava de ir no cinema... (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A narrativa seguiu assim, permeada de “não ditos” e silêncios, até que o constrangimento que havia inundado a nós todas naquele momento, estabelecesse a trégua necessária para seguir adiante: “*Vamos mudar de assunto, senão vocês vão acabar chorando, se eu contar tudo...*”. Assim, viramos a página em respeito à emoção que havia aflorado no olhar da entrevistada.

Ao retornar à Petrolina, com sua mais velha ainda pequena, Maria Gonzaga deu início ao trabalho em novas modalidades, como comerciante, casou-se novamente e teve mais uma filha.

MG: Na verdade, eu tinha loja de roupas. Era... eu vendia em atacado. Vendia pras lojas. Mas é uma coisa que eu nunca gostei. Eu fazia sem gostar. É muito ruim quando você faz alguma coisa sem gostar, realmente. Eu não gostava, porque negócio de moda não é minha praia. E aí, de repente, meu esposo tinha feito um negócio com um rapaz; ele não conseguiu arcar com a responsabilidade, e aí ele tinha um lote, e ele ofereceu o lote, né? Se a gente queria. Aí meu esposo disse: “olhe, fulano tá oferecendo um lote, que a gente vai fazer uma cerca e tal. Agora, eu não vou lá tomar conta. Não tenho nem como ir” [...] A gente já tinha um aqui, que era o meu cunhado que tomava conta, né? Como eu disse, era de sociedade do meu esposo com meu cunhado, então meu cunhado era quem tomava conta. Esse era lá no núcleo onze (N-11). E aí, ele disse: “ele tá querendo passar o lote pra gente. Você quer tomar conta? Porque eu não quero. Eu não vou lá e eu não quero”. Aí me alertou, né? Eu digo: “quero! É o que eu gosto, de planta, de terra, de...” Aí pronto. Acabei a loja...

Pesquisadora: Qual era o seu conhecimento dessa dinâmica aqui? Você já tinha algum contato? Ou foi tudo novidade?

MG: Não. Tudo novidade. Na realidade não foi muito difícil pra mim porque a gente ficou por um tempo como sócio dele. Ele era técnico agrícola, ele entendia, ele trabalhava nessa... Antes ele era funcionário da Labrunier. Então, ele entendia de produção bem, né? E aí a gente, na verdade, ficou uma época como sócio. Ficamos um ano. Então, ele tomava conta produção e eu tomei conta da administração. Só que toda hora eu tava lá dentro da produção também. Eu não gosto de ficar aqui. Eu ia direto. Então, na verdade eu aprendi logo, né? (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Através do marido, Maria recebeu a proposta de administrar uma área de produção, o que lhe impulsionou à tomar novos rumos de trabalho, enveredando por aquilo que, embora fosse objetivamente desconhecido, figurava em sua memória afetiva como um local de reconhecimento, do gostar “*de planta, de terra*”, como ela mesma afirma.

Essa vivência do rural, vinculada às novas dinâmicas de produção agrícola, eram de fato desconhecidas. Em um primeiro momento, seguiu em sociedade com um técnico agrícola bastante experiente, restringindo sua atuação às demandas administrativas. O próprio processo de qualificação para o trabalho de Maria, embora exija dos profissionais que atuam na área uma formação técnica institucional, em muito se assemelha às trabalhadoras contratadas pela empresa.

A narrativa que enfatiza que “*toda hora eu tava lá dentro da produção também. Eu não gosto de ficar aqui. Eu ia direto. Então, na verdade eu aprendi logo, né?*” repercute também sobre os processos de qualificação feminina para o trabalho, ainda que Maria Gonzaga seja bacharela em biologia e tenha tido acesso às instituições de ensino; O aprendizado é restringido à prática, à observação e à repetição.

Em outro ponto da narrativa sobre as dinâmicas do trabalho na viticultura, a entrevistada se detém ainda à rotina diária do trabalho, em comparativo com o passado, ou “*quando começou a febre da uva sem semente*”.

MG: [...] naquela época eu pegava o pessoal de caminhão. Eu mesma era que era a motorista (risos). Quando começou a febre da uva sem semente, aí a gente tinha lá e cá, e eu ficava... era uma loucura pra gente achar mulher pra ralear... gente pra ralear, por exemplo, era uma loucura. Eu saía de casa 2:30 da manhã e ia lá praqueles bairros de Juazeiro, Itaberaba, não sei aonde... porque lá pegava o pessoal quem chegasse primeiro, e quem desse... quem pagasse mais pelo cacho.

Pesquisadora: E era trabalho por diária?

MG: Naquela época agente pegava muita... era o Vale inteiro, né? Não era todo mundo de carteira assinada... era complicado. Então, chegava a época do raleio, não tinha jeito. Você tinha que tá contratando, assim, o pessoal por produção. Você chegava, oh: “Quanto é o cacho?” Elas queriam saber quanto era pra ralear um cacho. Então a gente pegava. O pessoal pegava a diária, pagava os cachos que fazia no dia. [...] chegava a pagar seis centavos, sete centavos por um cacho. Era caríssimo, porque era aquela época que a uva explodiu, o preço tava lá em cima e realmente dava pra você pagar, né? Então, se você não pagasse bem, você não conseguia gente ralear. Petrolina ainda tinha bem menos gente naquela época... hoje já tem bastante. Antes tinha menos (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A demarcação temporal na narrativa de Maria Gonzaga aponta para o início dos anos 1990, embora ela não tenha delimitado exatamente o período. O transporte de trabalhadores e trabalhadoras realizado em caminhões, pagamento por diária, acertado “por cacho” e falta de mão de obra para o trabalho que despontava denotam o *boom* da viticultura de exportação. Na

falta de um grande quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras disponíveis, a produtora rural enfatiza o custo do trabalho para a produção: “*Era caríssimo*”.

Com o aumento expressivo dos índices de migração motivados pelo trabalho nessa região (DAMIANI, 2003; PEREIRA, 2012), as formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos sindicatos, o aumento expressivo das áreas produtivas no Vale do São Francisco, houve um impacto direto sobre as dinâmicas e o custo do trabalho para a produção, conforme foi discutido no capítulo anterior.

Além disso, foi também montada uma infraestrutura voltada à pesquisa e desenvolvimento de variedade de uvas adaptadas às condições climáticas e vegetais da região, a partir da instalação de algumas instituições como, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Semiárido, lotada em Petrolina-PE. No entanto, com o passar do tempo e a necessidade constante de adequação ao mercado global, as grandes empresas e cooperativas inauguraram outras formas de diversificação na produção para conquistar o mercado.

Esse é o caso da cooperativa, da qual faz parte Maria Gonzaga,

MG: Sim... a gente paga 5% de royalties, de tudo que você vende.

Pesquisadora: A partir da venda... do que vende?

MG: É. É controlado pela cooperativa. Na verdade, a gente tem... essa empresa que a gente planta hoje, eles têm duas funcionárias aqui no Vale... porque não somos só nós que plantamos deles. Tem dez empresas [...] É, a empresa é da Califórnia. Aqui no Vale tem dez empresas que plantam as variedades deles, né? E aí eles têm duas funcionárias aqui que fazem essa fiscalização, em todas as áreas. Quando você poda, elas começam a brotar e tudo, né? Elas vêm dar uma olhada, como é que tá [...] e estão sempre por aqui. Elas passam em todas as áreas direto, né? Pra fiscalizar.

Pesquisadora: Isso tem um custo alto pra vocês, mas ainda assim compensa frente a falta de alternativas?

MG: Exatamente. Porque nós não temos alternativa pra plantar. Aliás, tem duas variedades boas hoje da Embrapa, né? Que é a Isis e a Vitória. Mas assim, a Vitória, por exemplo, eu acho que já tem demais. Todo mundo tá plantando, porque realmente é uma uva boa, uma uva produtiva. Mas você não pode ter, num lugar como esse, com o que? Quase cinco mil hectares de uva, você ter uma variedade, né? Não tem como. Porque o consumidor não suporta, né? O consumidor não suporta uma variedade só. [...] A gente não tem opção. Diante das variedades que nós tínhamos, que produzia uma vez no ano. Você gastava as duas safras, porque você tinha que formar uma safra. Podar só pra formação, e produzir uma vez. Elas não eram assim, tão produtivas. Às vezes você podava uma vez no ano e ainda não vinha cacho, né? Então, assim, não dá nem pra comparar. Então, é dez vezes melhor você pagar um royalty, pra você ter uma variedade que produz, que tem a fertilidade boa. Você produz duas safras no ano, do que você ter uma que não produz nada (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Embora, haja um reconhecimento da importância da atuação da Embrapa na região no desenvolvimento de variedades adaptadas de uva, Maria Gonzaga destaca os custos gerados para competir no mercado global de frutas. O alto custo, excludente à absoluta maioria de produtores do VSF, é o que garante a possibilidade de comercialização com nichos específicos de compradores no mercado, por um melhor preço.

Uma produtora rural, comerciante e faz tudo super orgulhosa da sua dinâmica de trabalho produtivo, Maria Gonzaga se retraiu com as questões voltadas às dinâmicas do trabalho doméstico, ao trabalho de cuidado da casa e dos filhos. Sobre tais aspectos, foi bastante assertiva em um primeiro momento: *“Olha, na verdade, assim, eu não trabalho muito em casa. Eu tenho uma pessoa pra fazer isso, porque realmente não dá tempo”*.

MG: Olha, na verdade, assim, eu não trabalho muito em casa. Eu tenho uma pessoa pra fazer isso, porque realmente não dá tempo. Eu faço muito pouco em casa. Então, a minha rotina é praticamente a empresa. Eu faço sempre alguma coisa porque eu não consigo ficar parada. [...] (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

No entanto, à medida que vai falando, Maria Gonzaga segue repensando e finaliza afirmando que faz *“sempre alguma coisa porque eu não consigo ficar parada”*. Na sequência, ao ser questionada sobre sua intensa rotina de trabalho fora de casa, mesmo quando as filhas eram pequenas, a entrevistada retoma sua trajetória vinculada ao trabalho “produtivo”.

Pesquisadora: Quando suas filhas eram crianças, você já tinha essa dinâmica de trabalho?

MG: Na verdade, eu comecei a trabalhar com carteira assinada aos catorze anos [...] A minha primeira filha, do meu primeiro casamento, eu criava ela só. Então eu morei em São Paulo uma época com ela, eu trabalhava tanto que... assim, eu trabalhava em duas empresas: uma de 08:00 às 17:00, e outra de 18:00 à meia noite. Todos os dias. Na sexta-feira, nessa empresa que eu trabalhava das 18:00 à meia noite, era uma empresa de informática, então não faltava trabalho nunca. Na sexta-feira eu emendava de seis da tarde até domingo seis da manhã, tomando café com coca-cola, pra ficar acordada, digitando. Aí minha filha ficava... eu deixava tão só, ainda bem que eu tinha uma mocinha que morou doze anos comigo, que gostava muito dela, ela chamava a menina até de mãe, e um dia eu cheguei tão cansada no domingo que eu fui dormir e ela, daqui a pouco acordou e começou a me chamar: “mamãe, mamãe”. Eu só: “minha filha, sai daqui. Deixa eu dormir”. Aí ela disse: “Eu vou arranjar outra mãe pra mim. Quem foi que me arranjou você, hein? Não quero mais você” (risos). E aí depois eu vim embora pra cá, e conheci uma pessoa que é o meu esposo, que eu estou até hoje. A gente tem trinta anos, e a gente tem essa outra filha com vinte e sete e foi criada, eu tinha uma loja quando eu tive minha filha, e ela foi criada dentro da loja, dentro de um chiqueirinho lá, e ficava lá e o povo é que tomava conta. As clientes... (risos). Então, realmente não é fácil, não. Foi meio complicado. Tanto é que eu acho que elas pegaram trauma que nenhuma quer ter filho (risos) (Produtora rural. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

O fato de a entrevistada recorrer às memórias sobre a intensidade do trabalho nas duas situações que vivenciou com as duas filhas pequenas, em diferentes momentos da sua vida remonta à ideia de que ela fazia o que era possível fazer, sempre com o propósito do trabalho.

No entanto, as confissões sobre o seu “maternar” vêm seguidas, nas duas situações, de risos logo em seguida. Os risos escaparam como uma maneira de quebrar uma narrativa “dura”, “pesada”, que envolve, evidentemente, muitas outras memórias e vivências não ditas, não compartilhadas pela narrativa naquele momento, mas repleta de subjetividades. O ciclo dessa narrativa se encerra revelando uma experiência traumática para as filhas, sob a compreensão da mãe.

O ciclo de conversas informais, de visita à empresa de Maria Gonzaga, e, por fim, a realização de uma entrevista narrativa de história de vida talvez tenha sido umas das mais difíceis construções. Primeiro, porque entrevistar uma produtora e empregadora de dezenas de outras mulheres não estava no planejamento inicial da pesquisa. E, segundo, pela forma de acesso a esse perfil de entrevistado.

Justifico a primeira a partir de uma ampliação da compreensão sobre quem estávamos denominando trabalhadoras da viticultura. Maria Gonzaga representa uma categoria de trabalhadoras na lida diária do campo que, embora coletivamente constituam um grupo de contraposição à noção da experiência do trabalho com a qual estamos trabalhando (assalariadas rurais), contraditoriamente também estão na base produtiva do trabalho. São mulheres à frente de empresas familiares, trabalhando também sob o sol escaldante para seus maridos e pais. Há uma carga subjetiva no trabalho que mais as aproxima do que as distancia.

E, por fim, o acesso a mulheres com esse perfil é diferenciado porque não seria possível encontrar muitas outras produtoras rurais diariamente nos sindicatos e nas agrovilas, que eram os locais onde o trabalho de campo estava sendo feito, ainda que mensalmente dezenas de mulheres, assim como Maria passem pelos sindicatos para fazer pagamentos e acordos com trabalhadores. Vale ressaltar que a opção pela narrativa dela se deu porque esse constitui um perfil comum entre os grupos de empregadores nas empresas do Vale do São Francisco.

### *5.1.3 Maria João*

Maria João é uma liderança sindical feminina, vinculada ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariadas Rurais de Petrolina (STTAR). Passou por várias formações políticas no próprio sindicato e disputas políticas pela base nos períodos em que esteve fora da diretoria do STTAR.

Filha e neta de agricultores, Maria cresceu e construiu sua identidade em Petrolina, embora tenha nascido em Belém do São Francisco, que hoje integra a microrregião de Petrolina, é Petrolinense de registro. É uma mulher preta, casada e mãe de dois filhos e uma filha.

MJ: Minha mãe, ela é de Belém do São Francisco. Meu pai é alagoano. Eu nasci em Belém [do São Francisco-PE]... na época era município, hoje é cidade, né? Itacuruba. Mas sou registrada em Petrolina, porque as mães, naquela época, paria, se mudava pra uma cidade... como elas paria em casa, então não tinha documento nenhum. Então, eu sou Petrolinense porque tá no meu registro, mas eu nasci em Itacuruba, município de Belém do São Francisco.

Pesquisadora: A tua mãe tem alguma ocupação? Ela vem da agricultura familiar? Como era?

MJ: Ela vem da agricultura familiar. Meu avô, ele plantava cebola em regime familiar...

Pesquisadora: E o teu pai?

MJ: Meu pai também, lá em Maceió. Só que lá também era muita cana. Ele era de lá, trabalhava também como agricultor (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

O início da trajetória de trabalho de Maria João, assim como presente na narrativa de muitas mulheres em situação socioeconômica e temporal que ela, se dá a partir do trabalho doméstico remunerado ainda na transição entre a infância e a adolescência.

O tipo de trabalho, denominado por ela como “trabalhar na casa de família” mostra-se nesse contexto, portanto, como a possibilidade de ter acesso à renda, quer seja para si própria, quer seja para contribuir financeiramente com o sustento da família, ainda que haja alguma resistência por parte de seus familiares, em geral o pai. O acesso à renda e ao trabalho fora de casa (ainda que seja esse o trabalho doméstico), extrapola a delimitação da educação patriarcal.

MJ: A minha história é uma história que me dá orgulho. Pra mim é uma lição de vida, sabe? E eu tento passar isso de uma forma bem simples para os meus filhos, porque eu sou filha de pais separados, né? Meu pai, quando tinha uns oito, nove anos, eu já comecei a cuidar dos meus irmãos porque minha mãe era doente. Meu pai trabalhava pra sustentar, pagar aluguel, fazer tudo sozinho. E eu nunca tinha.... não tinha o que toda criança queria ter. brinquedos, ir ao parque... e aquela coisa, porque os meus pais não tinham condições. E aí, eu pedi pra minha mãe? “mãe, deixa eu trabalhar?” E ela: “não, porque seu pai não aceita...” E realmente, meu pai não queria que eu trabalhasse de jeito nenhum e aí eu, com doze anos comecei a trabalhar escondido em casa de família. Meu pai saía de manhã pra trabalhar e na hora que ele saía, eu saía atrás

também. Só que era escondido, né? Ele chegava meio-dia, não me encontrava e mãe dizia que eu tava na casa de uma coleguinha estudando. E assim foi três dias nesse rojão até no terceiro dia, eu peguei e disse a ele: “pai, eu preciso. Eu sei que eu sou nova, eu tenho doze anos, mas eu preciso”. E eu fui trabalhar em casa de família. Nessa casa de família aí eu percebi que ela me explorava, né? Eu fazia tudo, almoço... fazia tudo, e eu percebi que ela tava querendo me explorar. E eu ganhava muito pouco. Eu ganhava menos que meio salário. Aí eu também parei. Aí pedi pra uma mulher me levar pra roça... aí nessa época eu já tinha meus catorze anos. Ai ela: “Joelma, tu não tem...” Toda vida eu fui grandona... Ai ela disse: “Tu é mulherão, mas tu não tem idade”. Ai eu: “Mas eu preciso, eu quero aprender. Enquanto eu não aprender, eu trabalho de graça. Só pra mim aprender...”. Ai ela: “Tudo bem”. Ai fui lá pro N-08, na roça de [...] (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A narrativa de Maria João revela um aspecto da memória ressignificada a partir de outras experiências de trabalho vivenciadas na vida adulta. Na narrativa sobre exploração (“*Nessa casa de família aí eu percebi que ela me explorava, né?*”), destacada por ela revela-se também em uma dimensão de análise sobre vários aspectos do trabalho que permanecem na dimensão do não dito.

Na sequência, a narrativa se desenvolve a partir do rompimento com o trabalho doméstico, cerca de dois anos depois. O rompimento, como a narrativa expõe, se dá a partir do trabalho “de aprendizado” na viticultura, ou seja, o período em que a trabalhadora desenvolve a atividade profissional como aprendizado.

A narrativa sobre o trabalho na viticultura revela outros elementos e descrição da imagem de Maria João, a partir dos seguintes trechos: “*Toda vida eu fui grandona...*” e mais ainda “*Tu é mulherão, mas tu não tem idade*”. Tais colocações introduzem uma temática que embora sabidamente recorrente, permaneceu na narrativa de boa parte das mulheres entrevistadas: as dimensões de assédio no espaço do trabalho.

MJ: Mulher, eu não tenho ideia. Mas eu sei que eu tinha uns catorze anos. Catorze anos de idade, eu tinha. E ai, quando me profissionalizei, fui trabalhar na... minha primeira empresa foi uma fazenda chamada [...] e nessa empresa eu sofri assédio moral. Ele [o fiscal] gostava muito de ficar assediando as mulheres. Olhava pros seios, olhava pro bumbum, e ficava com gracinha e eu nunca aceitei, eu nunca quis. Eu sempre fui meia séria pro lado dessas coisas. Até que um dia, eu peguei uma discussão com o gerente, porque tudo que ele fazia, ele me deixava de fora. Já por conta disso. Porque ele sabia do interesse que ele tinha por mim, e eu não dava ousadia a ele. Até que um dia a gente tava em uma atividade e ele chegou e deixou eu sozinha na área. Deu produção a todo mundo, e eu fiquei na diária. Eu comecei a perceber que ele tava me... tipo, excluindo, né? De tudo. Ai eu procurei um advogado pra saber se isso era correto. O advogado disse que não, que não era correto, mas infelizmente eu tinha que aturar. Eu estudava à noite. Fui emprestada pra uma empresa chamada [...], em Lagoa Grande, que era do grupo NH. E era muito distante. Lá eles queriam que eu fizesse hora extra e eu disse a ele que não podia fazer hora extra porque naquele dia eu ia ter prova. Eu não podia fazer hora extra. Eles pegaram: “tudo bem, você não vai fazer

hora extra, mas também você vai junto com a gente”. Nesse dia eu perdi minha prova. Tive uma discussão por conta disso e terminei que saí dessa empresa, né? Saí, coloquei na justiça, mas pra mim é uma empresa que só me lembra coisa ruim aquela dali. Passou um tempo, aí fui trabalhando, trabalhando, trabalhando... meu pai, ele deixou a minha mãe, foi embora com outra e eu tive que assumir a minha família todinha. Ou seja, uma adolescente de quinze anos e meio, dezesseis anos, tive que assumir a minha família todinha, meus irmãos, é eu e mais quatro, e minha mãe doente. E isso pagava aluguel. E eu fui trabalhar. Sempre fui de trabalhar e trabalhar e assumir a responsabilidade de um pai e de uma mãe, da minha família. Isso aos dezesseis anos. Não foi fácil, mas pra mim foi uma escola... [...] (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A narrativa é reveladora do interesse e da formação política de Maria João desde muito jovem acerca da legislação trabalhista e dos serviços ofertados pelo sindicato da categoria, como demonstrado pela busca ao advogado. Nos acervos do STTAR é possível encontrar fotografias da trabalhadora ainda jovem participando de atividades junto à instituição.

A separação dos pais, a mãe doente e a ocupação do posto de “chefe de casa” constituem um marcador constante na memória da trabalhadora. Isso é, em certa medida, um reforçador da construção de sua identidade vinculada ao mundo do trabalho naquele espaço, ressignificando a vivência daquele período como um tempo de aprendizado e responsabilidade. Maria João casou-se ainda muito jovem, mas manteve os laços com a família materna.

MJ: Intensa! Eu já era trabalhadora rural [...] Quando eu me casei, como meu pai já era separado da minha mãe e eu tinha que assumir a minha família, eu tinha que cuidar da minha mãe e dos meus irmãos [...] A vida da trabalhadora rural é uma vida, eu acho que posso dizer, com uma carga horária tripla, porque não é dupla mais não, é tripla. Porque quando você chega em casa à noite, que você vai cuidar do marido, dos filhos, vê o que foi que ele produziu na escola, fazer janta, fazer o almoço do outro dia, você dorme... Eu dormia onze horas da noite e acordava quatro horas da manhã. Então assim, era muito corrido. O meu esposo, ele era pedreiro, e ele sempre reclamava da minha carga horária, porque eu não tinha tempo e assim foi... e aí até hoje, né? Ainda continua sendo, porque quando eu tô aqui no sindicato, mas eu tenho minha família. A minha rotina continua quase a mesma coisa, com um diferencial, porque hoje a gente tá brigando por melhores condições de vida, e assim... aquilo que eu passei lá atrás, eu não quero que os meus colegas passem hoje. [...] (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Com a chegada do primeiro filho, morando ainda com a mãe e os irmãos, Maria João apresenta uma narrativa sobre o trabalho repleta de conflitos subjetivos sobre ser mãe, sobre ser mulher naquele espaço e as formas de conciliar as dinâmicas do trabalho produtivo e (re)produtivo.

MJ: [...] Meu primeiro filho, ele veio porque Deus quis. Assim, não foi planejado. Não foi. E assim, eu acho que foi o melhor motivo que eu tinha de acordar cedo todos os dias, porque eu pensava nele. Eu dizia, eu tô sofrendo aqui por ele. E hoje eu vejo que esse filho é... assim, eu gosto de todos iguais... o amor de mãe é impressionante.

Tem hora assim, que eu paro e fico pensando: “Meu Deus, como é que uma pessoa pode amar dez filhos, tudo igual?!” Porque eu amo os três de forma igual, porém tem um que você chama mais atenção, né? Tem o que dá mais preocupação.... tem o que você sente mais segurança nele... mais confiança... mas o amor é igual. A questão é do cuidado. E esse, esse eu tinha bastante cuidado nele. Porque também era o primeiro.

Mas, foi bastante complicado a minha vida, porque o primeiro, como eu te falei lá no início... eu ainda morava com minha mãe. Então, assim, eu ficava entre a cruz e a espada. Eu tinha a minha família... eu tinha duas famílias... eu era muito dividida, né? Então assim, a vinda dos meus filhos foi muito bom. Hoje eu falo pra eles: “oh! Sua mãe é trabalhadora rural”. [...] posso dizer a você assim: “ah! Eu tenho orgulho de ser trabalhadora rural, e eu quero ser? Não!” não é isso. Porque assim, eu sou trabalhadora rural porque eu sou profissional nessa área, foi aonde eu aprendi. Foi o que eu soube fazer. E eu sei fazer direitinho. Mas, não foi por opção. Não foi por opção. Porque se fosse opcional, hoje eu era uma médica. Eu era uma advogada. Eu era outra coisa. Então, assim, foi falta de opção de eu seguir em frente, até porque assim, quando eu tive meu filho eu parei de estudar. Porque eu ia pra escola, chegava lá e ia dormir. Ou seja, acordava de madrugada, trabalhava, trabalhava, trabalhava... à noite, quando chegava do trabalho, dava o peito ao menino, ajeitava alguma coisa, o quanto podia, e quando chegava lá na escola, deitava a cabeça e dormia. Ai não tinha condições, né? Então, assim, meus filhos foi a melhor parte dessa minha trajetória. E até hoje eu costumo dizer que não me arrependo de ter eles, mas se eu não tivesse tinha sido muito diferente minha vida. Por conta deles é que eu vivo o meu dia a dia do jeito que eu vivo. Pra dizer a eles que ele pode ser melhor. Diante da dificuldade, ele pode fazer uma história dele totalmente diferente da minha, né? [...] (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

À medida que os filhos foram crescendo, e que assumiu uma dinâmica de casa e trabalho focada exclusivamente em sua família nuclear, a relação de mais trabalho foi sendo modificada. Isso se deu a partir do momento que conseguiu inserir o marido e os filhos na rotina do trabalho reprodutivo.

MJ: Com relação à minha vida, a minha carga horária, modificou muito. Porque assim, meus filhos cresceram, né? Eu consigo chegar em casa e já encontrar uma louça limpa, eu já consigo chegar em casa, já ter um almoço pronto... eu já consigo que eles mesmo peguem a roupa deles e lave. Porque assim, família a gente tem que conscientizar a família que a gente é gente, né? Não pode ser só a mulher que tem que fazer as coisas dentro de casa. Então, o parceiro tem que entender isso.

E lá em casa a gente conversa muito: “olha, eu sou dona de casa, sou esposa, sou mãe. Mas eu sou mulher, eu sou uma pessoa que preciso de um tempo pra mim. Então assim, a gente se ajuda muito. Apesar, mulher, que homem é complicado... Homem não deixa aquele jeitinho de tirar a toalha e deixar em cima da cama, de pegar um tênis e deixar lá na sala, de deixar uma camisa em cima do sofá. Mas, a gente sempre tá conversando. Sempre dialogando, que a obrigação da família é da família, e nunca exclusivamente da mulher. Então a gente conversa muito sobre isso (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Ao refletir sobre a importância de compartilhar a rotina do trabalho com os filhos e o companheiro, a trabalhadora rural e dirigente sindical expõe ainda outras questões vinculadas

ao que subjetivamente representa para si, ser mulher nesse contexto, no qual ela própria se encontra imersa.

As queixas sobre a intensa rotina de trabalho e os reflexos dos desgastes provocado por ele na dinâmica familiar são apontados com pesar, e chegam a beirar a culpa.

MJ: [...] O trabalho hoje ele tira o aconchego familiar, porque diz assim, mulher, ela precisa ser independente. Sim, mas junto com essa independência, veio aquela forma dela aconchegar, dela cuidar da família. Não é porque ela não queira... porque quando ela chega cansada, ela vai fazer janta, ela vai, muitas delas, pega o livro, vai ver se a criança estudou ou não. Se fez o dever ou não, né? Vai lavar a farda. Mas, quando ela termina, ela vai ter tempo pra dar um carinho o filho? Cansada. Não é nem porque ela não queira. É o estado físico dela que realmente não permite. E isso precisa ser... eu acho assim, nessas palestras que tem na empresa, eu até já falei com Leninha sobre isso, é que precisa colocar na cabeça desses patrões pra eles fazerem até uma palestra reduzindo a quantidade, a de meta, de... se possível, se colocasse seis horas diárias trabalhada. Porque não tem condições... a mulher, ela não consegue. Assim, acho que 30% das mulheres que eu conheço, elas têm o casamento, assim, o casamento desde quando ela casou. O primeiro casamento... sempre tá no segundo, é assim... É porque não consegue mesmo conciliar a vida profissional com a vida familiar (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A necessidade de conciliar a vida profissional com a vida familiar repercute como uma condicionante fundamental para que as mulheres alcancem o sucesso, para além do trabalho reprodutivo e do salário. No entanto, como a própria entrevistada destaca, essa é uma questão que desvia os planejamentos e debates tanto das empresas, quanto dos sindicatos.

#### *5.1.4 Maria Selma*

Maria Selma é uma mulher jovem, tímida, mas bastante assertiva em suas análises e impressões sobre sua própria trajetória de vida e trabalho. A jovem cearense, de pele morena e cabelos lisos, é a dirigente sindical mais jovem do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariadas de Juazeiro, e já conta uma trajetória de dois mandatos. Nascida em uma pequena cidade do interior do Ceará, vivia com toda a sua família – pai, mãe e oito irmãos – produzindo em sistema familiar de sequeiro. Os pais são agricultores, embora o pai já tenha trabalhado na fabricação de carvão vegetal, ou prestando serviço à prefeitura municipal.

Assim como boa parte das trabalhadoras entrevistadas, o motivo de migração individual ou familiar se dá em função da busca por melhores condições de trabalho e também de proporcionar melhor qualidade de vida para a família. Foi com esse objetivo que o pai de Maria

migrou, no início dos anos 2000, para Juazeiro-BA, para trabalhar em uma empresa de viticultura no distrito de Itamotinga.

MS: Eu nasci numa família humilde, no interior do Ceará, em uma cidade chamada Jardim, que tem menos de 10 mil habitantes. Sempre foi uma infância baseada na agricultura familiar... lá não tem muita perspectiva de emprego, as pessoas usam mais a agricultura familiar mesmo, pra plantar. Meu pai trabalhava em uma empresa de carvoaria. Sempre trabalhou nela, e nos tempos vagos a gente plantava. E a gente sempre ajudou meus pais nisso. Minha mãe também era agricultora familiar. Sempre trabalhou nessa questão, trabalhou também na prefeitura. Mas, mais no trabalho simples mesmo, nada extraordinário. Ai quando foi em 2004 meu pai veio pra cá, pra Bahia, e a gente ficou no Ceará. Ele ficava trabalhando e mandando dinheiro pra lá, pra poder sustentar a família. E meus irmãos também começaram...

Pesquisadora: Teu pai veio pra Juazeiro, ou foi pra outro lugar?

MS: Veio pra cá já. Distrito de Itamotinga, trabalhar numa empresa de uva. E a gente ficou no Ceará, porque não tinha condição de trazer todo mundo pra cá. E até então meus irmãos já eram maiores de idade, e começaram a trabalhar também no corte de lenha, como meu pai trabalhava antes, eles usaram a mesma função e foram pra tentar também ajudar a família, porque só o dinheiro que ele mandava pra lá não tinha como sustentar a família nesse tempo. Então a gente ficou uns seis, sete anos, mais ou menos, lá nesse serviço. Meu pai trabalhava aqui, mandava pra lá... Quando foi em 2006, mandou buscar alguns, os mais velhos vieram pra trabalhar e os mais novos ficaram também com minha mãe (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

A migração do pai, e posteriormente dos irmãos mais velhos de Maria Selma com o mesmo objetivo manteve, inicialmente, a mãe e os irmãos mais novos na produção de sequeiro no interior do Ceará. Com o passar de alguns anos, instalados em casas dentro da própria empresa, a outra parte da família somou-se ao pai e aos mais velhos.

A mãe de Maria Selma, ela própria, e suas irmãs vieram apenas quando todos os meninos já haviam migrado. Essa, embora não seja uma regra nas dinâmicas migratórias, aparece como um trajeto escalar de repetição; primeiro os homens, depois as mulheres. Quando não, as mulheres migram junto ao pai ou ao marido.

Em idade escolar, Maria Selma e as irmãs concluíram os estudos do ciclo básico já em Juazeiro-BA, no distrito onde viviam todos. Ao concluir o Ensino Médio, em 2008, a jovem ingressa, de fato, no mercado de trabalho, tendo como primeira entrada a viticultura, em contrato por temporada. Assim como seu pai, quem primeiro migrou para novas dinâmicas de produção e trabalho, seus irmãos, sua mãe e também as irmãs, ela começou a trabalhar na viticultura na empresa onde já residia o restante da família.

MS: Aí quando foi em 2008, quando eu me tornei maior de idade, eu já comecei a trabalhar também no campo, na uva. Não tinha experiência nenhuma, mas como era o primeiro emprego, tive todo o suporte da empresa... comecei a trabalhar em 2008

no raleio da uva, e aí foi um contrato de seis meses [...] Minha primeira experiência foi essa. Até então eu só trabalhava mesmo na agricultura, era plantando feijão, milho, essas coisas... agricultura familiar mesmo. Só para o consumo mesmo, no Ceará. Aí o primeiro contato que eu tive com uva foi nessa empresa, de A.S., em 2008. Primeiro... não sabia de nada de uva, sabia nem pra onde ia. Primeiro contato, mas tive uma ajuda das donas. Trabalhava sempre no campo e ela ajudou muito.

Pesquisadora: Ajudar como?

MS: Me ensinou como é que raleava, que até então eu não sabia nem pegar no cacho. Aí ensinou a ralear, a pinicar, questão de limpeza de uva, também eu não sabia, já fui trabalhar no *packing* também. E tudo foi aprendido nesse mesmo processo, me ensinando... quando tinha uma pessoa mais velha que sabia, que já me ensinava. Minha irmã também, já trabalhava na época, no mesmo local (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

A primeira experiência na viticultura é sempre um relato interessante para a análise. Como a própria entrevistada narrou: “*não sabia de nada de uva, sabia nem pra onde ia*”. Ainda que todos os familiares fossem trabalhadores da uva, ainda que a irmã mais velha trabalhasse na empresa.

A narrativa sobre o trabalho, que coloca à margem toda a carga proveniente da “experiência” adquirida a partir da vivência com outras mulheres, e nesse caso, com a mãe e as irmãs é um reflexo significativo sobre a maneira como a dimensão cognitiva do trabalho é compreendida. Além do repasse da função técnica aos “mais velhos”, isso não resulta em acréscimo salarial.

Diante disso, Maria Selma foi questionada sobre os processos de qualificação na empresa, ou mais especificamente, se tais processos eram restritos “às donas”.

MS: Não, não... oferece um curso individual mesmo. Você chega e lhe preparam no dia a dia mesmo, você não tem uma preparação antes. Você chega ali de paraquedas, cai lá e eles vão lhe ensinando mesmo no dia a dia a ralear mesmo, a ir tirando as uvinhas pequenas no meio das grandes, pra modelar o cacho, a ir pra um *packing house*, que você tem que aprender a lidar com uva, a classificar, pra diferenciar o tamanho, a coloração... tudo você vai aprender. Eu aprendi assim, no dia a dia mesmo. Eles iam me ensinando, minha irmã me dava uns toques: “é assim que tem que ser feito”. Ela também vinha, e passava lá. Até que em um mês eu já tava preparada pra trabalhar e aí não tive nenhum curso, não tive nada, até porque as empresas funciona assim, no dia a dia mesmo. Todas elas são assim, nenhuma tem curso. Todas são no dia a dia você aprende com outras pessoas mais velhas, minha irmã já trabalhava... e geralmente é assim, as pessoas mais velhas é quem ensina os mais novos. Porque não tem essa qualificação nas empresas, nunca tiveram. Eu acho que até então não tem essa... Eles não tem essa necessidade de ter uma pessoa só pra qualificar porque tem pessoas mais velhas que vão ensinando no dia a dia. E como já é um mercado rotativo, a maioria que trabalhou numa empresa já trabalhou em outra, então já tem experiência. Hoje em dia é difícil você contratar uma pessoa que não saiba na área de uva, a não ser quando vem um jovem aprendiz, que não tem essa experiência. Porque até o jovem aprendiz, ele tem o curso teórico, mas é totalmente diferente quando ele chega na prática. Eles aprendem como dirigir trator, como cuidar de solo, da planta... e quando

chega na uva é totalmente diferente do que ele aprendeu na teoria. Não tem nada a ver...

Pesquisadora: Então existe uma formação que é técnica, de qualificação, que é pra usar máquinas, instrumentos, que é pra o trator. Que é pra fertirrigação

MS: Pra fertirrigação, pra enxerto.... como fazer um bom enxerto de uva, de manga. E quando ele chega na parte mesmo prática... é seis meses estudando, e cinco meses na prática mesmo. É totalmente diferente. Eles não vão pra trator, eles não vão pra fertirrigação... eles ficam mais é na parte mesmo rural mesmo ali... só raleando, limpando uva, na parte do *packing*, então é totalmente diferente da formação que eles tiveram, o jovem aprendiz em si. Digo isso que eu tenho minha irmã, duas irmã que já foi jovem aprendiz, e quando chegou lá ela diz que é totalmente diferente. Aprenderam lá na teoria é uma coisa mais técnica mesmo... administração, a ser um técnico, um supervisor, e quando chega no rural, a maioria fica no assalariado rural mesmo. Eles não aproveitam muito do curso, com o que eles tem. Mas é importantíssimo o curso, se todos tivessem essa formação antes, eu acho que a qualificação... a mão de obra seria mais qualificada, pra empresa mesmo. Mas, infelizmente a gente não... (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

Diferentemente do trabalho no campo, há um processo de formação técnica para o trabalho voltado ao manuseio de maquinário e instrumentos nas empresas. O curso<sup>18</sup>, oferecido em dois módulos (primeira parte teórica, e segunda em campo nas empresas) pelo Centro de Excelência em Fruticultura – SENAR, por exemplo, tem como objetivo a formação de tratoristas agrícolas. Ainda que, conforme destaca a entrevista, o curso na prática não direcione os estudantes à esta função.

A relação familiar de Maria Selma com os seus é bastante presente em sua narrativa. Percebendo isso, procuramos explorar o impacto das novas formas de trabalho para a família, tomando como parâmetro o comparativo entre a agricultura familiar e a viticultura de exportação.

Diante da provocação, Maria Selma argumenta sobre a melhoria na qualidade de vida familiar, vinculada ao trabalho e a renda. No entanto, sob os aspectos relacionados à dinâmica afetiva, do cuidado, a trabalhadora rural e sindicalista pondera.

MS: [...] Melhorou a questão familiar, que aí todo mundo foi trabalhar, os mais velhos. Só ficou os mais novos em casa, que não podia trabalhar, mas ai todo mundo, de oito, cinco trabalhavam. Fora o meu pai e minha mãe que também já trabalhavam. Então a questão financeira, melhorou bastante. Questão do consumo, da feira também... porque no Ceará, como eu disse, era agricultura familiar, só plantava quando chovia, e a gente sabe como é difícil a chuva, raramente chovia, então... era um pouco difícil lá, e melhorou bastante a vinda pra Bahia, acho que 100% de melhoria pra questão familiar. Agora na questão de junto mesmo da família, a gente sempre foi uma família

<sup>18</sup> Tomamos como referência o curso Técnico de Nível Médio em Fruticultura, do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) Juazeiro-BA. Disponível em: <http://www.sistemafab.org.br/senar/centro-de-excelencia-em-fruticultura-de-juazeiro/>. Acesso em fevereiro de 2022.

unida. Sempre sentou pra conversar na mesa, minha mãe também sempre conversou muito com a gente, essa questão de doutrinação familiar, princípios mesmo. A gente sempre teve os princípios do Ceará eu uso aqui. Eu nunca mudei...

Pesquisadora: Com essa rotina do trabalho, diferente da agricultura familiar, quando você vem pra cá, e você começa a trabalhar... a rotina da família, ela permanece similar... ela muda... O que é que muda?

MS: Muda um pouco devido ao trabalho, né? Porque antigamente a gente ficava mais junto, em casa mesmo. Como trabalhava só na agricultura, a gente tinha mais tempo de ficar junto. Ao trabalhar, a pessoa perde um pouco dessa identidade familiar porque não tem muito tempo de conversar, chega muito cansado... (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

A narrativa apresenta um ponto central das contradições no mundo do trabalho vinculado a fruticultura de exportação, sobretudo, quando se leva em conta o período do ano em que é expressada. Ao ponderar os benefícios das novas dinâmicas de vida e trabalho para si e sua família, não deixa de pontuar como a rotina da família, em aspectos subjetivos, é impactada.

Maria Selma foi a primeira e única da sua família a concluir um curso de graduação, e esse é ponto irradiador na narrativa, pois a partir dele, a entrevistada consegue expressar outros aspectos da sua vida.

MS: Lá [no Ceará] eu estudei até a sétima série... 2004, até a sétima série. Terminei os estudos aqui na Bahia. Fiz a oitava série, fiz o ensino médio. Recentemente me formei na graduação de administração já aqui na Bahia, inclusive sou a primeira da família toda a ter uma graduação. Os outros nenhum... chegaram no ensino médio desistiram. Ninguém mais quis prolongar os estudos. Não tem interesse, eu acho, de continuar...

Pesquisadora: Quando você começou a graduação, você trabalhava na empresa, ou estava no Sindicato?

MS: Não. Eu comecei a graduação em 2015, eu tava trabalhando na empresa, inclusive vinha todos os dias, pegava uma van... que a gente tem uma van lá, que vinha todos os dias. Então saía de lá 5:30 [tarde] e retornava 11:00 [noite] horas. 11:30 [noite] mais ou menos tava chegando em casa. Pegava a moto na estrada, pra completar o percurso pra casa. Então eu passei três anos nessa rotina, trabalhando...

Pesquisadora: Como era a rotina?

MS: Acordava 5:30 [manhã], no trabalho pegava de 6:00... ficava até as 3:00 horas da tarde, ia pra casa, porque a empresa que a gente trabalhava, morava na mesma empresa, dentro da empresa. Então vinha pra faculdade 5:30 [tarde], pegava o carro 5:30 [tarde], porque 7:00 [noite] horas tinha que tá aqui na faculdade. Voltava às 10:30 [noite], porque era uma hora e meia, mais ou menos, de viagem. Chegava lá 11:30 [noite], 12:00 [noite] horas. E foi essa rotina por três anos. [...] Até vim para o sindicato em 2018, que foi o ano passado. Ai o último ano foi mais tranquilo, porque eu tinha mais tempo de estudar, porque já ficava aqui em Juazeiro mesmo, não tinha a rotina... foi um ano mais tranquilo pra mim. Agora os três anos foi difícil... muito difícil, pela questão de trabalhar, cansar, e tinha que ter essa rotina todos os dias,

porque era presencial. Então foi três anos bem sofrido, até ter essa graduação, foi bem sofrido mesmo. E não é só eu... várias pessoas tem essa mesma rotina (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

Apesar da rotina “puxada”, de acordar para trabalhar às 5:30 da manhã diariamente, mesmo indo dormir por volta da meia noite, que só deu uma aliviada quando foi eleita para o sindicato e passou a morar, estudar e trabalhar em Juazeiro-BA, a narrativa revela um aspecto importante a considerar: como ficava a sua própria dinâmica familiar nesse contexto.

Maria Selma é uma mulher jovem, sem marido e sem filhos. Diante disso, reconhece que para outras mulheres, com uma carga de trabalho (re)produtivo mais intensa que a sua, as dificuldades em coordenar a relação entre casa e trabalho são mais incisivas.

Pesquisadora: Você tem filhos?

MS: Não. Não sou casada. Solteira... É uma opção mesmo não ter filhos, justamente por esse meio que eu vivo, de trabalho, de viagem... a gente não tem muito como ter.

Pesquisadora: E como é a sua rotina, no dia a dia, você que é solteira, não tem filhos?

MS: É uma rotina mais tranquila, eu diria, em relação às minhas irmãs. A mais velha, das mulheres, é a única que tem filho. Então a gente vê a dificuldade que é você ter filho, trabalhar, ter que deixar as crianças... e antigamente tinha mais pessoas pra cuidar, hoje em dia você não encontra com tanta facilidade pessoas pra cuidar de crianças. Então é um pouco difícil pra quem trabalha, ter criança. Pra cuidar, pra deixar ali... não tem creche também, municipal, é difícil você encontrar ali no Distrito.

Pesquisadora: Na empresa não tem creche?

MS: Não tem creche nas empresas. Pela questão de vinte mulheres... tem essa diferenciação de ter vinte mulheres, pra poder ter uma creche... um convenio lá é difícil, então dificulta um pouco. Então as pessoas optam muito por não ter uma família extensa como antigamente, também, com oito, dez filhos... Hoje em dia você vê dois, três, justamente por essa dificuldade mesmo de não ter com quem deixar. Porque tá muito difícil mesmo, e quando encontra as pessoas querem cobrar caro. Sabe que o salário não é suficiente pra você cobrar trezentos, duzentos e cinquenta reais só por criança, aí as vezes as pessoas optam mesmo por deixar com os pais, que já estão aposentados. E tem vínculo mais com a família e cuida. Minha irmã faz isso. Então é mais uma opção pra mim mesmo, no momento (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

Para além disso, destaca a importância das creches municipais, e a falta destas na zona rural. No entanto, apesar de convencionado e de alguns poucos avanços, o direito à creche nas empresas é passível de múltiplas interpretações, o que dificulta a implantação por parte das empresas.

Na CCT, o direito à creche nas empresas é assegurado pela primeira vez em 1996, instituindo a “instalação de local destinado à guarda de crianças em idade de amamentação,

quando existentes, na empresa, mais de vinte mulheres maiores de dezesseis anos, dando a possibilidade também de convênio com creches” [pelo município].

Pela forma como a cláusula foi redigida, estabelece espaços nas empresas onde possam ficar crianças em idade específica, o que não atende às famílias. E, além disso, conforme podemos perceber, está uma cláusula em que as beneficiárias podem ser apenas as mulheres (“quando existentes, na empresa, mais de vinte mulheres maiores de dezesseis anos”) e não a família. Por fim, ter um “local destinado à guarda de criança” não supre a demanda do cuidado e da educação necessárias ao desenvolvimento da criança. Diante também da falta de alternativas outras, recorre-se à família, às irmãs, ou à mãe e a avó aposentadas, como é o caso da irmã mais velha da entrevistada.

Maria Selma ingressou no STTAR Juazeiro em 2018, e ao ser perguntada sobre o impacto do sindicato e das novas relações de trabalho para a sua vida, mais diretamente, não hesitou em considerar os pontos positivos, sobretudo, ao relacionar com a antiga experiência de trabalho.

MS: Teve um impacto positivíssimo, eu acho, que antes do Sindicato eu trabalhava, eu tinha essa rotina dura de trabalho, de vim pra faculdade. Depois que eu entrei no Sindicato tive várias experiências novas. Você tem um contato com o mundo, né? Mercado de trabalho, que você vê a diferenciação... tem o contato direto com outras pessoas, com o mundo mesmo. Novas experiências a cada dia, você aprende a cada dia. Então teve um impacto na minha carreira mesmo, na minha formação... eu acho que entrei na administração mais porque eu amei sempre administração, mas depois que eu vim pro movimento sindical eu me encontrei. E eu sempre digo às minhas amigas, foi com o que eu me encontrei, eu acho que esse é o meu mundo, sempre tive essa perspectiva... nunca tive contato, como eu disse. Em 2015 foi que eu tive contato, mas eu vi que era esse mundo mesmo que eu queria. Esse movimento de defesa, de tá ali no dia a dia mesmo, junto com o trabalhador. Pra mim é muito importante (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

A entrada no sindicato representa uma multiplicidade de questões para essas mulheres, para além da mudança de um trabalho duro, cansativo, e sem perspectiva, como enfatiza a entrevistada, representa o acesso à uma esfera pouco conhecida da maioria, que é o acesso ao espaço político, o ambiente público.

A entrevista realizada em 2019 apresenta uma narrativa e análise sobre um processo de cerca de um ano de experiência vinculada ao trabalho. Nesse momento da entrevista, Maria Selma disfrutava de seu recente diploma e da nova rotina vinculada ao espaço urbano.

### 5.1.5 Maria Melo

Maria Melo é uma mulher jovem, casada e mãe de duas meninas. Nascida em Cabrobó-PE, migrou ainda criança, com os pais, para Juazeiro-BA, e posteriormente, para Petrolina-PE.

MM: Eu sou de Cabrobó. Só nasci lá, porque eu sai de lá novinha, com quatro anos de idade. Vivi um tempo em Juazeiro, depois voltamos aqui para Petrolina. Aí já tem nove anos que eu moro em Petrolina, só que no N-05 só tem cinco anos que eu moro.

Pesquisadora: Ai quando você veio para cá você veio com toda sua família... pai, mãe...

MM: Foi! Meu pai e minha mãe já morava aqui. Só veio eu, as meninas e meu esposo, que ele não era daqui. Morava em Senhor do Bonfim, ele é de lá. Pois é, a gente morou um tempo em Filadelfia, um ano e seis meses ainda, que é próximo, ai depois viemos de lá.

Pesquisadora: Mas veio pra cá pra trabalhar?

MM: Pra trabalhar nas fazendas (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Já adulta, migrou novamente, mas agora na companhia do marido, rumo às “serras frescas” de Senhor do Bonfim e Filadélfia, na Bahia. Este último município, integra o perímetro irrigado da barragem de Ponto Novo, localizado no Território de Identidade Piemonte Norte do rio Itapicuru.

Em ambas as situações, a migração foi motivada pelo trabalho, ou seja, com o objetivo de alcançar melhores condições de vida para a família e renda. Entretanto, a mobilização para a migração permanece sendo uma situação de determinação, predominantemente, masculina.

Já de volta à Petrolina, com o marido, Maria Melo começa a descrever a rotina diária da família.

MM: Sou casada, tenho duas filhas...

Pesquisadora: Seu marido trabalha...

MM: Com uva também.

Pesquisadora: Lá em P.?

MM: Em P. também, na mesma fazenda.

Pesquisadora: Mas ai tu sai junto com ele, ou ele sai depois?

MM: Não. Ele sai primeiro com as meninas. Quem leva as meninas é ele, não é eu. E eu fico em casa terminando alguma coisa pra poder pegar o ônibus. Ele pega o ônibus num ponto e eu noutro. Porque aonde ele deixa as meninas é mais perto pra ele, e pra mim já tem outro que é mais próximo pra mim ir. Ai pra vim, vem no mesmo ônibus.

Mas pra ir é separado. Cada quem num ônibus (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

O trabalho de deixar as crianças na casa da cuidadora – que a casa de uma prima de Maria, que além das suas duas crianças, cuida de outras, cujas mães também trabalham na viticultura por um determinado valor mensal – é do marido. Deixa as crianças e depois segue para a parada de ônibus da empresa.

Após a intensa jornada na empresa, o terceiro turno do trabalho tem início com a chegada em casa após o trabalho. A rotina se estende, é intensa e cansativa.

MM: Quando eu chego? Eu chego quatro e vinte, aí meu esposo vai pegar as meninas, aí eu vou varrer a casa, arrumar as camas, que fica tudo desarrumado de manhã, lavar prato, lavar banheiro, lavar a roupa do trabalho, que tem que lavar todos os dias... Ai quando elas chegam aí elas já vão fazer a tarefa da escola, depois dar banho nelas, depois fazer a janta, colocar elas pra jantar, aí colocar pra dormir, depois lavar os pratos da janta, aí vai dormir... muitas vezes vai lavar roupa, eu lavo roupa duas vezes por semana, de todo mundo, geral, aí nesses dias eu chego, lavo roupa e só vou terminar lá pra oito, nove horas. Ai já nesses dias, quem faz a tarefa com elas é o pai. Ai a gente reveza: uma semana é eu quem faço as coisas e ele vai buscar as meninas; na outra semana ele faz e eu vou buscar elas, pra não ficar puxado nem pra um, nem pra outro. Porque se ficar tudo só pra um, aí fica difícil.

Pesquisadora: Ai tu dorme por volta das nove, dez, e acorda... acorda que horas?

MM: Quatro horas da manhã. Pra fazer almoço, fazer café... acordo quatro horas aí vou fazer café, fazer cuscuz, fazer feijão, arroz, carne, macarrão, as vezes alguma verdura. Quando é quatro e quarenta e cinco, eu acordo uma das meninas, a de sete anos, pra escovar os dentes, arrumar o cabelo, pra poder ir. Aí arrumo a bolsa delas, tem que botar a bolsa pra levar. Todos os dias, leva roupa pra escola e duas roupas pra vestir. É três roupas de cada uma, todo dia. Ai eu vou, arrumo a bolsa delas, aí cinco horas ele levanta, toma banho, se ajeita e leva elas. Ai cinco e dez é que eu já arrumei as bolsas... as duas bolsas: a minha e a dele levar pra fazenda. Aí é que eu vou tomar banho pra me arrumar pra ir... é uma correria. Se se atrasar dez minutos, ali já vai alguma coisa sem fazer... uma coisa já vai ter que deixar de fazer.

Pesquisadora: Se perder o ônibus, faz o que?

MM: Ai se você não tiver transporte pra ir, perde o dia. No caso da gente, a gente tem pra ir. Ai vai de carro, ou de moto se tiver, a gente tem carro, a gente vai de carro. Mas quando não, se não tiver nada pra ir, perde o dia mesmo (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Trabalhando na mesma empresa que o marido, a trabalhadora rural ingressou na empresa a partir da indicação do marido, o que consiste em uma prática de ingresso ao trabalho bastante comum, firmada a partir da relação de confiança no empregado, e atribuindo ao trabalhador, além da própria função do trabalho desenvolvida na empresa, a de fiscal do novo empregado.

Pesquisadora: Seu marido já tava lá, quando você entrou?

MM: Já! Ele já tem três anos na fazenda. Quando eu entrei ele já tinha mais de ano...

Pesquisadora: Ele que te indicou pra entrar?

MM: Foi. Ele que me indicou.

Pesquisadora: Normalmente se contrata assim, né?

MM: É... Normalmente, é. Uma pessoa indica, você vai lá, faz a ficha, aí chama até mais rápido, pra fazer exame pra ir trabalhar (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A prática da indicação é, inclusive, bem-vista entre os trabalhadores. A partir da indicação, Maria acredita que possa ter sido contratada “mais rápido” pela empresa. Mas, esta não constitui sua primeira experiência de trabalho vinculada à viticultura. A trabalhadora já teve a sua carteira fichada em outras empresas, além disso acumula anos de experiência na produção agrícola em regime familiar.

Ao desenvolver a narrativa sobre o trabalho, a entrevistada destaca a rotina do trabalho, levando em consideração também o trabalho realizado pelo marido na empresa. A narrativa desagua na divisão sexual própria associada pelas empresas ao gênero dos trabalhadores e trabalhadoras.

No entanto, nos apegamos à relação entre o período e o tipo de atividade na produção, buscando refletir com a trabalhadora sobre se há e quais são os impactos sobre a família e o trabalho doméstico.

MM: [Na empresa] Ele trabalha mais em poda, que a função dos homens é poda, amarrio, as vezes tão no sombreamento, que é alinhando os ramos pra dar uma clareada no parreiral, e muitos vão pra enxada, estrovenga, esse tipo de serviço. E as mulheres, sempre nós trabalha na despenca, no raleio, no *packing*... A colheita lá também, quem colhe é os homens, por conta que eles colhem com o contentor na cintura. Tem uma cinta que bota no contentor e bota na cintura, aí é pesado para as mulheres, aí eles botam os homens na colheita. E quando é colheita, pega de cinco horas da manhã, os homens. Pega de cinco pra largar de duas horas da tarde. Sai primeiro que as mulheres, que a gente faz... tira gavinha, as bifurcações da ponta do ramo. Desponta os ramos... esse que é o trabalho das mulher.

Pesquisadora: Deixa eu ver se eu entendi... Quando ele normalmente tá na colheita, você está no *packing*, aí então muda um pouco a rotina de casa...

MM: Ele chega primeiro do que eu, é quem pega as meninas... Aí só é ruim por isso. Esse tempo é muito sofrimento pra família porque a gente sai e deixa eles dormindo, e muitas vezes chega e tá dormindo novamente.

Pesquisadora: Mas aí ele te ajuda?

MM: Ajuda! Cuida da comida, cuida de casa... ajuda.

Pesquisadora: E compensa, esse tempo? Assim, tem ganho? O ganho financeiro compensa? Porque é um esforço...

MM: Assim, compensa quando faz muito, assim. Muitas horas... que ai vem um acrescimozinho a mais no pagamento, que ganha pouco, porque o salário do trabalhador rural é muito pouco. É mil e quarenta e um, mas quando se bota o desconto de FGTS, e o desconto de INSS, Sindicato, que a gente paga, vai pra novecentos novamente... novecentos, novecentos e pouco. Quem tem o abono ainda consegue receber mil reais. Tipo, eu tenho dois abonos, eu recebo mil e quatro. [...] Abono das meninas, salário família. Aí quando vem uma horinha extra assim sempre ajuda. Só que não é muita vantagem porque a gente também perde em casa, né? A hora de tá com os filhos, não tá... muitas vezes vão sem fazer a tarefa para a escola... as professoras cobram... não participo em reunião de escola por conta disso, porque marca uma reunião pra um horário que os pais... aí se quem cuidar for, bem. Se não for, fica sem o acompanhamento dos pais na escola. E hoje em dia nas empresas eles querem que a gente faça. Eles dizem que não obrigam, mas é aquela coisa, quem tá fichado... “eu vou-me embora, já tô fichado...” vai embora. Mas quem entra recentemente no contrato teme ai, porque sabe que se não fizer hora, a empresa coloca pra fora com trinta dias, porque eles querem que faça hora. Não é forçado, é... mas, você tá desempregado e você precisa, se obriga a fazer, porque a necessidade é maior. [...]

Pesquisadora: Mas recebe só você? Ou você e seu marido recebem?

MM: O salário família? Eu e o esposo. Os dois recebem os sessenta e dois. Aí já o prêmio, já tem um ano que eu não recebo o prêmio por conta que eu sou delegada sindical, ai todo mês eu boto as cartas do sindicato, ai nesse caso eu já não recebo gratificação (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Toda a dinâmica familiar, de acordo com a entrevistada, é impactada pela intensificação da jornada de trabalho no período de colheita e embalagem para exportação na empresa onde trabalham. O jogo de compromisso construído pela empresa em torno da possibilidade de efetivação ou recontração na próxima safra é seu mais importante aliado nesse processo.

O mais trabalho, movido à hora extra e meta de produção parece não promover um grande estímulo ao trabalho, comparado às perdas narradas: “[...] não é muita vantagem porque a gente também perde em casa, né? A hora de tá com os filhos, não tá...”. Entretanto, diante dos baixos salários, submetem-se às perdas para conseguir apurar um pouquinho a mais.

Maria Melo é também a delegada sindical da empresa onde trabalha. Essa é uma nova função atrelada ao trabalho produtivo na vida da trabalhadora e de sua família. Com duas filhas pequenas ainda, uma com sete e outra com quatro anos, a nova atribuição não foi bem quista por parte do marido.

MM: Ele não queria, não [que a esposa fosse delegada sindical]. Quando aconteceu, ele não queria, não, porque isso não era coisa de mulher, era coisa pra homem... e trabalhava na mesma empresa. Ai tem aquela questão, quem é delegado sindical na empresa, em qualquer empresa, não entra mais naquela fazenda. Eles não querem mais. Quando você sair, lá você não entra mais. Você pode entrar em outras fazendas, e outra... se a outra fazenda não ligar pra eles e perguntar como era aquele funcionário, porque se eles disser, outras fazendas já não quer aquela pessoa. [...]

Pesquisadora: E hoje, a forma como ele vê a tua atuação como delegada sindical mudou?

MM: Mudou. Hoje ele já não se incomoda. Eu venho pras reunião, chego à noite... muitas vezes, chego sete horas da noite e ele não se incomoda. Hoje ele já acha interessante porque as pessoas elogiam que lá nunca teve uma delegada sindical igual a eu, que eu sou desenrolada, ajudo eles, sei de tudo das informação que eles perguntam, eu sei dar as informação a eles. Quando eu não sei, eu procuro alguém que saiba me explicar o que é, pra poder passar pra eles. Ai com isso, ele já não se incomoda mais com isso, não. Pra ele tanto faz... eu sair, como não sair, tá bom (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

As impressões do marido sobre a eleita delegada sindical da empresa mudaram; essa é uma questão que perpassa a vida e a rotina da maior parte das mulheres sindicalistas. Além da função pública, as diversas obrigações assumidas pela nova função esbarram na antiga dinâmica familiar, com o acúmulo de novas obrigações, como as reuniões e viagens.

No caso de Maria Melo, o ponto de virada está intimamente vinculado à opinião dos demais trabalhadores e trabalhadoras da empresa sobre a esposa: *“Hoje ele já acha interessante porque as pessoas elogiam que lá nunca teve uma delegada sindical igual a eu, que eu sou desenrolada [...]”*. Desenrolada é um adjetivo atribuído às mulheres espertas, inteligentes, que sabem lidar com diversas situações.

Diante de uma narrativa tão extensa sobre dias de trabalho intensos e esgotantes, sobra espaço para o lazer? Como o final de semana, fora do trabalho produtivo, é vivenciado pela entrevistada e a sua família.

Pesquisadora: E no final de semana, como é?

MM: Final de semana, no sábado a gente chega de dez e meia. A gente chega, eu faço almoço [...] ai a gente almoça, eu dou uma ajeitada na casa, varro, lavo os pratos, ai durmo à tarde. No domingo é que eu vou fazer a faxina da casa. Ai também no domingo estica pra três horas só procurando o que fazer, organizar as coisas pra na semana facilitar. Porque na semana a gente não faz tudo 100%, só improvisa... no mínimo dos mínimos porque não dá tempo.

Pesquisadora: E o lazer, como é que fica?

MM: Ai é difícil. É puxado (Risos). É difícil ter, porque o tempo pra isso é mais em casa mesmo. As meninas ainda sai um pouco, porque eu sou evangélica e vou pra igreja e tenho esse tempo. Eu vou pra igreja nas terças à noite, nas quintas e nos domingos. Ai tem vezes que fica até sem ir na semana porque não dá tempo, só vai no domingo. [...] Se for sair pra algum lugar no domingo, no sábado eu já não durmo à tarde. Vou fazer o que eu ia fazer no domingo, eu faço no sábado. Ai vai pra sete, oito horas da noite fazendo, pra no domingo ir pra algum lugar. Eu gosto de ir pra casa de minha mãe, final de semana, ou pra casa de minha irmã. Ai dessas vezes, ou eu não faço, ou faz no sábado (Trabalhadora rural e delegada sindical. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

Trabalhando aos sábados em meio período, a rotina do trabalhado doméstico sem remuneração se espraia sem proporcionar qualquer folga, ou ainda, roubando o descanso da tarde do sábado, com o intuito de abrir espaço ao lazer, ou às “obrigações” afetivas.

O relato de Maria Melo é bastante representativo da dimensão que o trabalho na viticultura demanda da rotina e vivência familiar destas mulheres. São mulheres jovens que carregam todo o peso da produção de um produto “exótico” e refinado para alimentar famílias no local (a partir do lucro gerado pelo trabalho e suor) e famílias estrangeiras que consomem a mercadoria nas gondolas de supermercados de outros países.

## **5.2 Considerações sobre o capítulo**

Neste capítulo apresentamos as narrativas de cinco mulheres acerca das suas próprias dinâmicas de vida e trabalho vinculado à produção de uvas de alto valor agregado para exportação.

Da primeira à última narrativa, o objetivo foi transversalizar as perspectivas sobre o trabalho produtivo e reprodutivo dessas mulheres, evidenciando pontos em comum entre elas. No entanto, não podemos deixar de pontuar que também é de suma importância destacar as contradições nas narrativas, levando em consideração as categorias de análise de classe e geracional.

O objetivo ao destrinchar tais narrativas foi de pensar a partir das subjetividades experienciadas na lida e na luta diárias pelas mulheres, focando nos aspectos locais a fim de construir uma perspectiva de análise que compreenda as dinâmicas de produção global a partir das especificidades do local.

As narrativas apontam questões fundamentais para compreensão das dinâmicas de produção e trabalho na região do Vale do São Francisco e seus impactos sobre a vida dessas mulheres e suas famílias. Tais narrativas nos permitem estabelecer tessituras e comparações sobre a situação delas na viticultura.

Em princípio, as narrativas sobre o trabalho das mulheres apontam uma questão fundamental da relação entre a agricultura familiar e a viticultura, onde destacam as diferentes formas de se relacionar com o espaço rural e com o modo de produção agrícola, principalmente.

Vinculado a estas formas de trabalho, as narrativas destacam também as dinâmicas de migração das famílias, o que inclui os seus tipos variados de migrar de um lugar para o outro, de um modo de produção agrícola para outro em busca de melhores condições de vida.

As migrações motivadas pelo trabalho, em geral sendo iniciada pelos homens, maridos e pais, repercutem diretamente nas novas formas de trabalho e organização familiar, impactando diretamente o trabalho das mulheres, que passam a experimentar o assalariamento, a partir da sua inserção na viticultura (no trabalho de campo e nas *packing houses*) e, em alguns casos, a vivência política, a partir da atuação junto aos sindicatos.

A possibilidade de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho vinculado à viticultura destaca também o impacto de suas novas rotinas, diante das duplas e triplas jornadas de trabalho, que disputam espaço nas narrativas junto à autonomia financeira e os postos de liderança sindical.

Assim, no próximo capítulo apresentaremos uma análise levando em consideração os elos formados a partir das escolhas teórico-metodológicas realizadas ao longo desse trabalho, no intuito de compreender as “experiências” das trabalhadoras assalariadas rurais, referenciadas em suas narrativas de história de vida e trabalho, e de que forma elas estão relacionadas às dinâmicas do mercado de trabalho vinculado viticultura de exportação.

## **6 TRAJETÓRIAS NA “ENCRUZILHADA”: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE ASSALARIADAS RURAIS DA VITICULTURA**

Os dados produzidos na pesquisa possibilitaram o desenvolvimento de uma análise a partir de como compreendemos as dinâmicas de globalização e os seus impactos sobre a vida e o trabalho das mulheres, levando em consideração as contribuições teórico-epistemológicas apresentadas na tese, apontando para a interação entre o global e o local. Dessa maneira, argumentamos como os estudos do “local” são a chave para a compreensão dos principais aspectos da globalização (CAVALCANTI, 1999; CAVALCANTI; NEIMAN, 2015).

O debate sobre globalização ganhou força, sobretudo, ao longo das décadas de 1980 e 1990, quando se estabeleceu na sociologia contemporânea. Diante disso, as análises sobre a globalização evidenciaram as contradições, desigualdades e heterogeneidades decorrentes do processo de produção e distribuição de alimentos (CASTELLS, 1999; CAVALCANTI, 2011), situando o poder do mercado e o papel do Estado nesse processo.

No entanto, evidenciamos que há outras abordagens centradas nas perspectivas que vêm inundando a sociologia contemporânea, interessadas nas dimensões analíticas com foco na relação entre micro e macroestruturas que minimizam o protagonismo e agência do Estado, não desconsiderando as macroestruturas, mas sim a perspectiva da globalização a partir da ideia de um espaço social homogêneo onde os microfenômenos são subsumidos e absolutamente controlados por macroestruturas. Diante disso, a compreensão das dimensões estruturais é originada no processo de interação entre os indivíduos; as estruturas não podem ser evidenciadas empiricamente senão através das relações microestruturais (KNORR-CETINA, 2005; 1988).

A análise que aqui será desenvolvida está comprometida a explicitar os elos formados a partir das escolhas teórico-metodológicas realizadas no intuito de compreender as “experiências” das trabalhadoras assalariadas rurais, com base nas suas narrativas de história de vida e trabalho, e de que maneira estão relacionadas às dinâmicas do mercado de trabalho vinculado ao setor de produção de frutas de alto valor agregado para exportação (CAVALCANTI, 1997).

Para tanto, apresentaremos a análise em torno de quatro eixos centrais, buscando construí-la a partir do que denominamos “sinonímias”, que são as questões que sobressaem nas narrativas e aproximam as vivências narradas por estas mulheres, e as “antonímias”, que

expressam as diversidades e desigualdades que sobressaltam aos “caminhos cruzados” (GUIMARÃES, 2004) nas trajetórias narradas e vivenciadas pelas mulheres assalariadas rurais da viticultura de exportação.

### **6.1 Conexões e transversalidades biográficas**

No capítulo anterior foram apresentadas as narrativas e as histórias de vida de cinco mulheres que possuem trajetórias de vida marcadas pelo trabalho assalariado rural na viticultura de exportação. As cinco narrativas das “Marias” foram escolhidas dentre todas as entrevistas realizadas no período de trabalho de campo pois representam perfis mais representativos de mulheres nesse espaço.

Para compreender as dinâmicas que moldam a vida e o trabalho das mulheres tomamos como uma questão central a noção de “experiência”. Essa compreensão, desenha-se a partir de uma interpretação dual entre a fenomenologia sociológica (SCHÜTZ, 1979) e as relações consubstanciais de classe, gênero e raça (SOUZA-LOBO, 2011; SAFFIOTI, 2013; KERGOAT, 1987; LARA FLORES, 1998). A opção por trabalhar e compartilhar tais perspectivas emerge, sobretudo, das observações do campo, ou seja, da compreensão que as próprias trabalhadoras desenvolvem sobre o seu “saber fazer” no espaço do trabalho, ou o “seu lugar” na sociedade de classes com clivagens de gênero e classe.

Dessa maneira, trabalhamos com o conceito de experiência, por um lado, a partir da ideia de “estoque da experiência” (SCHÜTZ, 1979), que é uma perspectiva que está fundamentada na vivência dessas mulheres a partir das suas próprias narrativas “experienciadas” e também daquelas que são transmitidas pelas mães, avós, colegas de trabalho mais antigas, que na forma de “conhecimento à mão” funcionam como código de referência.

Por outro lado, a noção da “experiência” também aparece vinculada ao trabalho em uma perspectiva relacional da classe, como algo não engessado, ou que acontece no seu próprio fazer-se (THOMPSON, 2011). Acrescido à perspectiva *Thompiana* de classe, está a perspectiva das relações de classe, gênero e raça (SOUZA-LOBO, 2011; SAFFIOTI, 2013; KERGOAT, 1987; LARA FLORES, 1998), pois a compreensão das mulheres na sociedade de classe só é possível a partir do “enovelamento” destas três categorias de análise.

As narrativas apresentadas no capítulo anterior, construídas a partir do exercício de realização das entrevistas, realizadas individualmente, ou seja, com cada uma das personagens, estimula a reflexão a partir da chave de análise explicitada acima. Após a organização e leitura do material de análise produzido pela pesquisa, as falas foram agrupadas de acordo com a temática abordada. Assim, elaboramos os indicadores com a finalidade de interpretar o material coletado (BARDIN, 1977).

Além da “análise de conteúdo”, nesta pesquisa optamos por trabalhar também com uma base fenomenológica. Entendemos que a fenomenologia permite compreender as vivências cotidianas e do trabalho, tomando como ponto de partida a expressão pessoal desse processo (BERNARDES, 1991).

O método fenomenológico enfoca processos subjetivos, segundo os quais as pessoas, na vida cotidiana, organizam suas experiências; a fenomenologia nos possibilita ainda uma compreensão da noção de “experiência”, enquanto uma experiência “real” ou “vivida”, ou nos termos de Schütz (1979), a “corrente da experiência” subjetiva, que flui livremente, em que uma pessoa vive e carrega consigo laços espontâneos e traços de memória, relativos a outras experiências acontecidas anteriormente.

Diante disso, as narrativas despontaram em análises agrupadas segundo as seguintes questões: trabalho e mobilidade; os vínculos e pertencimentos: subjetividades e ruralidade; dinâmicas de vida e trabalho na produção agrícola; coextensividade entre as formas de trabalho produtivo e reprodutivo.

### *6.1.1 Trabalho e mobilidade*

Uma questão de grande importância que sobressaiu na narrativa das mulheres foram as dinâmicas migratórias familiares com o objetivo de atingir melhores condições de vida e trabalho. Tendo a migração sido direcionada, na maior parte das narrativas observadas na pesquisa, pelos homens, sejam estes os pais, irmãos mais velhos ou maridos, as vidas dessas mulheres foram absolutamente impactada pelas novas relações de moradia e vivência no espaço rural, sobretudo, decorrentes das novas dinâmicas de trabalho.

Um ponto central na bibliografia sobre a temática da fruticultura de exportação no Vale do São Francisco, destaca como a promoção da fruticultura irrigada na década de 1990

desencadeou mudanças na dinâmica demográfica da região (CAVALCANTI, 1997; MARSDEN; CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1996) vindo a se transformar, conforme destaca Damiani (2003), em uma das poucas regiões do Nordeste com saldo migratório positivo, ou seja, uma região com grande atrativo a partir da possibilidade de entrada no mercado de trabalho local.

A análise de Pereira (2012) sobre a demografia dessa região traça detalhadamente um perfil de crescimento populacional que teve início a partir da construção dos perímetros públicos de irrigação nas décadas de 1960 e 1970. Assim, a autora aponta um crescimento populacional expressivo para o período nas microrregiões de Petrolina-PE e de Juazeiro-BA, destacando ambos os municípios com uma taxa de crescimento populacional superior às taxas registradas em seus respectivos estados.

Os dados organizados pela autora apontam também que entre 1980, quando a região passou a atrair pessoas em busca de trabalho e emprego, e 2010, o crescimento populacional atingiu uma ordem de quase 300%. Ou seja, o saldo migratório das duas cidades polo da região do Vale do São Francisco se manteve em crescente ascensão ao longo de mais de quarenta anos, conforme demonstra a tabela abaixo.

**Tabela 4 – Crescimento populacional de Juazeiro-BA e Petrolina-PE**

<b>Municípios</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Petrolina/PE</b>	61.252	104.297	175.406	218.538	293.962
<b>Juazeiro/BA</b>	61.648	118.175	128.767	174.567	197.965
<b>Nordeste</b>	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.782.487	53.081.950
<b>Brasil</b>	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799

Fonte: PEREIRA, 2012, com base nos dados do CENSO – IBGE (2010).

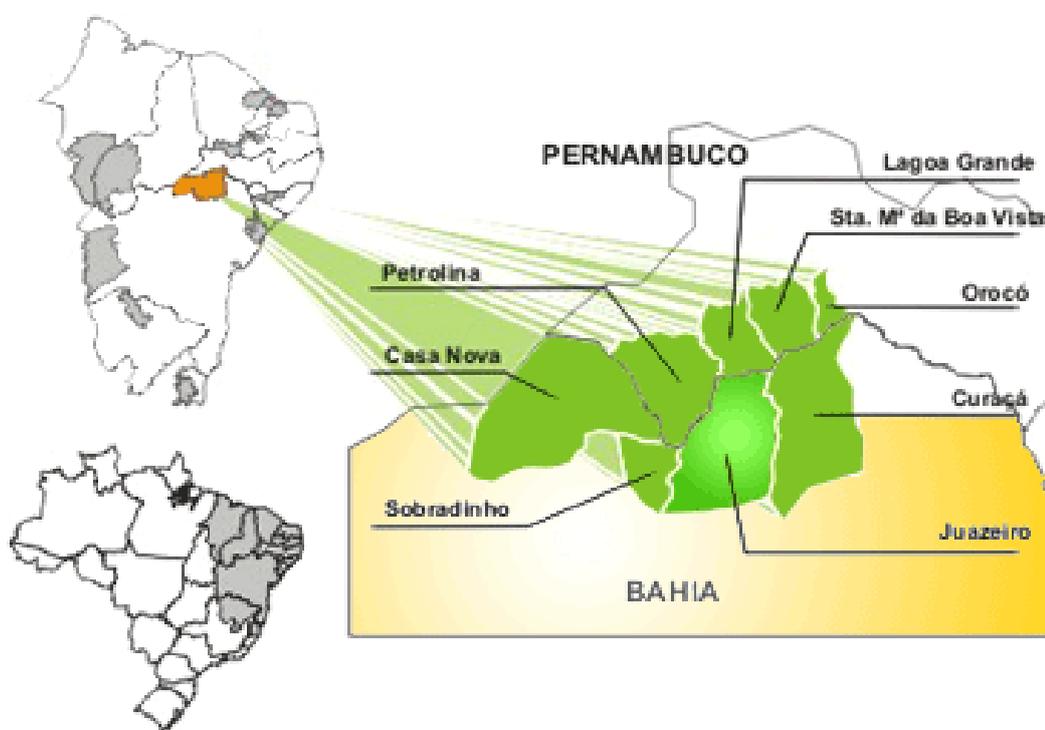
Levando em consideração os dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos visualizar o perfil migratório dessa região e evidenciar como parte significativa das populações de Juazeiro-BA e de Petrolina-PE é composta por migrantes.

De acordo com os dados do IBGE, ao tomarmos Petrolina como referência para análise, percebemos que a população da cidade, estimada em 2010, era de 293.962 habitantes. Destes, 146.844 eram imigrantes, o que representa aproximadamente 50% da população total. Juazeiro,

por sua vez, tinha uma população total estimada em 197.965 habitantes, no ano de 2010, sendo que desses, aproximadamente 40% (78.015 habitantes) eram imigrantes (PEREIRA, 2012).

Essa é uma situação referenciada na narrativa das entrevistadas da pesquisa. Das cinco narrativas destacadas, quatro delas são de mulheres migrantes de municípios da Bahia, Pernambuco e Piauí. Elas foram motivadas pela possibilidade de emprego, nos casos de Maria João, Maria Selma e Maria Melo. Essas trabalhadoras firmaram o local de moradia ficou estabelecido nas periferias e agrovilas de Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

**Figura 3 – Mapa das Microrregiões de Juazeiro-BA e Petrolina-PE**



**Fonte: Google imagens**

As análises desenvolvidas por alguns pesquisadores e pesquisadoras já citadas, somadas ao trabalho de campo que desenvolvemos nessa região ao longo dos últimos anos, classificamos os processos de migração vinculados ao trabalho em dois blocos (por vezes complementares e interconectados): i) movimentos migratórios de caráter permanente ou definitivo; ii) movimentos migratórios de tipo sazonal e pendular.

a) Migrações permanentes ou definitivas

A consolidação do Vale do São Francisco como um “enclave de desenvolvimento” (ARAÚJO, 2000) no semiárido nordestino possibilitou, contraditoriamente, grande desigualdade social e concentração de renda e terras; a expansão das ofertas de emprego na região, conforme já mencionado, formaram ali um polo atrativo de trabalhadores e trabalhadoras vindos de outras microrregiões do Nordeste e também de outras regiões do Brasil.

A compreensão da questão agrária no Nordeste brasileiro é central para entender esse tipo de migração. A ausência do acesso à terra e à água são condicionantes para tais processos migratórios (ANDRADE, 2011). As queixas e justificativas em torno da migração tendem a rondar a falta desses recursos para seguir produzindo em terras próprias ou da família.

Ainda que alternativas de acesso à terra sejam comuns, a exemplo dos arrendamentos e parcerias, a possibilidade de perceber salário fixo e ter assegurado direitos e garantias a partir da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), tornou-se um fator importante para estimular processos migratórios e a persistente mobilidade das trabalhadoras.

Esse tipo de migração é desencadeado pela precariedade de vida (BRANCO; VAISENCHER, 2002) de centenas de famílias originárias de outras regiões, principalmente, dos estados da Bahia e Pernambuco e de outros estados do Nordeste que vieram para o Vale do São Francisco, conforme constam nos relatos de Maria Gonzaga (piauiense), Maria João (pernambucana de Belém do São Francisco), Maria Selma (cearense) e Maria Melo (Pernambucana de Cabrobó).

A experiência migratória revela ainda uma outra dimensão que está além das dimensões econômicas que motivam a mobilidade. As dimensões de gênero e de gerações se fazem evidentes também nesse processo, sendo manifestadas nas formas como, sobretudo as mulheres, experimentam a migração. Frequentemente, os homens são os migrantes *solo* em um primeiro momento, levando a família consigo posteriormente, enquanto as mulheres tendem a migrar na companhia do núcleo familiar masculino, representado pelas figuras do pai ou do marido.

Isso se evidencia na narrativa de Maria Selma, como destacamos no capítulo anterior, quando descreve a migração do pai, primeiramente, para Juazeiro e com o tempo começou a trazer do Ceará os filhos à medida que cresciam. Por fim, quando todos os filhos já estavam empregados, vieram a mãe e as filhas.

A narrativa de Maria Selma sobre a migração de sua família vinculada à possibilidade de emprego, na situação da fazenda onde se estabeleceram, promove uma aproximada relação com a experiência de outras famílias estudadas por Leite Lopes na Zona da Mata pernambucana.

Como os membros masculinos e os femininos podiam ser empregados pela fábrica, isto aumentava as possibilidades de as famílias continuarem a usufruir das casas da vila operária, em comparação com as usinas de açúcar onde só os homens trabalhavam (LEITE LOPES, 2011, p. 594).

Como toda a família poderia ser empregada na fazenda/empresa, tinham nisso as chances aumentadas de continuarem vivendo nas casas dentro da própria empresa, até mesmo quando o pai e a mãe se aposentaram, e os filhos continuaram trabalhando.

A narrativa de Maria Selma demonstra uma racionalidade fundamentada na divisão sexual do trabalho e nas dimensões geracionais (SCOTT; CORDEIRO; MENEZES, 2010) no acordo de migração da família, ao estabelecer que migrassem primeiro os homens e os mais velhos, e assim estabelecidos, fizesse o mesmo o restante da família, ou seja, as mulheres.

#### b) Migrações sazonais e pendular diária

Além das migrações com caráter permanente, constituiu-se nessa região um outro padrão migratório notório, que são as migrações temporárias ou sazonais. Estas estão intimamente vinculadas com as condições morfoclimáticas da região e os períodos de safra na fruticultura irrigada.

Os migrantes normalmente chegam ao Vale do São Francisco no período de colheita para exportação, na expectativa de conseguir uma ocupação no mercado de trabalho no período de safra (entre maio e setembro). Em sua maioria, são trabalhadores adultos, do sexo masculino, jovens e com baixo nível de escolaridade, que migram sozinhos. Esses mesmos sujeitos, geralmente, retornam ao seu lugar de origem no período de entressafra (entre novembro e março), época em que “chove no sertão” (SILVA; SILVA, 2022), permitindo aos que possuem alguma forma de acesso à terra a possibilidade de produzir (GARCIA JUNIOR, 1990).

No exemplo que recorre à trajetória da família de Maria Selma, fica evidente também a migração do pai e irmãos mais velhos por temporada, durante o período reservado à safra de

exportação, antes de estabelecerem-se em Itamotinga, distrito de Juazeiro-BA com toda a família.

Embora esse padrão migratório detenha características que sejam predominantemente masculinas, não podemos deixar de levar em consideração que o emprego na viticultura, a partir da década de 1990 sinalizava uma efetiva possibilidade de ingresso para as mulheres. Assim, Cavalcanti, Ramos e Silva (1998) destacam nesse período uma significativa imigração de mulheres originárias de áreas de sequeiro de outros municípios dessa região ou de outros estados do Nordeste.

Por fim, esse polo fruticultor também é marcado por uma dinâmica de migração pendular diária no sentido urbano-rural. São bastante comuns ainda os casos de trabalhadores que moram em municípios baianos como Casa Nova, Juazeiro e Sobradinho, mas que trabalham em municípios pernambucanos como Lagoa Grande e Petrolina, ou vice e versa.

Isso se dá porque boa parte dos trabalhadores rurais vivem nas periferias da zona urbana, sobretudo de Petrolina e de Juazeiro, e deslocam-se até a zona rural apenas durante o período da jornada de trabalho. Ônibus são utilizados no trajeto em um desenho muito bem orquestrado para atender os bairros onde estão concentrados os maiores quantitativos de mão de obra.

### *6.1.2 Os vínculos e pertencimentos: subjetividades e ruralidade*

As narrativas apresentadas no capítulo anterior demonstram formas diferentes de se relacionar com o local e, sobretudo, com o rural. As narrativas foram organizadas a partir das subjetividades das entrevistadas, e não por acaso, a primeira abordagem foi sobre a vida e o trabalho de Maria José, que é uma trabalhadora rural da “primeira onda” de produção voltada ao mercado internacional, ou do “boom” da uva sem semente no Vale do São Francisco, como denomina esse momento a produtora rural Maria Gonzaga.

Maria José, trabalhadora do campo e da cidade, representa um agrupamento das primeiras gerações de mulheres que ocuparam o mercado de trabalho vinculado à viticultura, e também aquelas que tiveram acesso ao primeiro momento de produção agrícola nesse setor. Em entrevistas diversas e com mulheres diferentes, ao longo dos últimos anos da pesquisa para esta tese, foram recorrentes as falas sobre a relevância do tempo e da experiência vinculada ao trabalho da uva nas suas trajetórias. Com muita frequência a narrativa assume o completo

desconhecimento do fruto, das videiras e das formas de produção, ao mesmo tempo em que se assume a necessidade de dizer que já haviam trabalhado com uva antes aos seus empregadores e fiscais de campo.

Sendo a uva um produto exótico, ou não tradicional dessa região produtiva, os efeitos da viticultura causaram sobre as mulheres uma série de transformações para além do próprio trabalho, do salário, e da reorganização dos arranjos familiares. O impacto subjetivo da nova modalidade produtiva reportou nas suas narrativas um efeito de associação estética e apelativa da nova atividade, reverberando nas suas análises como muitas mulheres da geração de Maria José narram.

A novidade e especificidade do trabalho na viticultura emergem do relato de uma trabalhadora de origem familiar urbana que encontra nesse novo processo de trabalho e mercado em expansão, uma possibilidade de trabalho que sobressai na narrativa de Maria José, conforme destacado no capítulo anterior: *“Quando eu comecei na uva, eu só sabia uva porque eu comprava na feira, mas eu não conhecia o parreiral de uma uva, eu não sabia o que era uva”*.

Para além da entrada no mercado de trabalho, a narrativa da trabalhadora rural destaca as atividades que ela aprendeu na viticultura, o que chama atenção por estarem todas vinculadas às etapas de pós-colheita da uva, realizadas dentro das *packing houses*, protegida do sol escaldante, do chão de terra, de água, agrotóxico e dos insetos. Isso é também um elemento de demarcação do lugar dessa trabalhadora no mundo rural, tendo em vista que estes espaços constituem no vínculo mais aproximado com o urbano ao qual Maria José poderia ter tido acesso trabalhando no rural.

Esse é um ponto importante na análise, e sobre ele precisa-se atentar a duas questões: a primeira, é a relação que se constituiu entre áreas urbana e rural no Vale do São Francisco; a segunda, e talvez intrinsecamente relacionada à primeira, é a relação de ocupação e trabalho entre o rural e o urbano.

Conforme já destacamos anteriormente, boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas rurais vivem nas agrovilas e periferias dos centros urbanos de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, deslocando-se diariamente às empresas agrícolas onde trabalham. Para isso, as empresas possuem um sistema de transporte rural-urbano como rotas definidas que passam logo cedo percorrendo as periferias e por fim as agrovilas dos projetos de irrigação, refazendo os caminhos ao final do dia.

Diante disso, as próprias dinâmicas de trabalho acabaram sendo influenciadas pela vivência partilhada entre o rural e o urbano. Como se trata de um trabalho por temporada para

a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, o trabalho doméstico e de cuidado nas cidades se torna uma opção para obter renda no período da entressafra para a maioria das mulheres.

Maria Gonzaga, por sua vez, embora tenha tido toda uma trajetória no mundo do trabalho, majoritariamente, vinculada ao espaço urbano e a outros setores produtivos, tem a sua origem familiar vinculada ao mundo rural e associa a isso à sua “paixão” pela agricultura: “*Sou apaixonada pela agricultura, sou filha de agricultores. Sempre gostei muito, né?*”.

Filha de agricultores do interior do Piauí, Maria Gonzaga repercute o pertencimento ao rural, ainda que, de fato, não seja ela a proprietária daquele pedaço de terra onde labuta diariamente. A sua situação e vínculo profissional, foi algo bastante assimilado no trabalho de campo da pesquisa, ouvido nas narrativas de outras mulheres em situação econômica e social próximas as dela; o lugar que as mulheres ocupam no trabalho produtivo, ou lugar que as mulheres ocupam na escala do mercado de trabalho.

Maria Gonzaga assume um limbo entre a propriedade e o trabalho produtivo; não é dona da terra, pois a terra é propriedade pertencente ao marido e à família do marido, e nem tampouco é uma funcionária ou gerente da empresa, pois é casada com um dos donos da empresa. Assim como Maria, muitas outras mulheres casadas com proprietários de empresas, mas que atuam também em outras áreas produtivas e de trabalho, ou filhas, levam adiante a função exaustiva de gerenciar o empreendimento familiar.

Embora tenha experimentado novas dinâmicas de trabalho, vinculadas à produção agrícola, a vivência do rural figurava fortemente na memória afetiva da entrevistada. A dinâmica de produção agrícola até então era, de fato, desconhecida.

Maria João, que é a terceira personagem das narrativas apresentadas e primeira liderança sindical, possui uma trajetória de vida e trabalho que em alguma medida a aproxima das histórias de vida tanto de Maria José, quanto de Maria Gonzaga, sobretudo, pela vinculação em algum momento da vida com o trabalho doméstico remunerado.

Ainda que para Maria Gonzaga esse trabalho tenha se apresentado como uma “alternativa” para acessar a escola em um outro local, e que não houvesse uma delimitação clara do que representava o trabalho doméstico remunerado, foi a partir desse trabalho “em casa de família” que Maria João experimentou a liberdade de alcançar a própria renda, e Maria José, posteriormente, à experiência agrícola, a segurança e a estabilidade do trabalho remunerado com salário fixo por tempo indeterminado.

No entanto, essa relação estabelecida entre as formas de trabalho frequentemente desenvolvida por essas mulheres possui seus efeitos positivos e negativos, sobretudo, diante das perspectivas de futuro dessas mulheres. A possibilidade de ter a carteira de trabalho

assinada, ou de ser efetivada nas empresas, constitui, de fato, o maior estímulo para o trabalho na viticultura, além da possibilidade de dobrar os rendimentos salariais no período de safra por meio do recebimento de hora extra. Essa, aliás, é também o maior atrativo para as mulheres safristas. No entanto, nem todas conseguem se efetivar após o período de safra; nesses casos, o trabalho doméstico por diária ou em lotes de outras culturas aparecem como complementar ao ciclo do trabalho produtivo.

Os vínculos com o mundo rural de Maria João foram forjados, igualmente, na busca por melhores condições de vida. Embora seja filha e neta de agricultores, e seu pai tenha trabalhado nos canaviais alagoanos, Maria João nasceu em Petrolina, viveu na periferia da cidade e não teve experiência de vida no mundo rural. O rural despontou para ela através de contatos e busca por emprego no setor que mais empregava trabalhadores naquele período, o que em certa medida demonstra a maneira como as meninas em condições socioeconômicas semelhantes às dela, almejavam o ingresso nesse mercado de trabalho, tendo em vista, sobretudo, o vínculo formal e a carteira de trabalho assinada.

Maria Selma, diferentemente, das demais entrevistadas foi uma mulher nascida e crescida na dinâmica do trabalho agrícola em regime familiar. Os pais, irmãos e ela própria viviam em uma propriedade rural no interior do Ceará.

A migração do pai, seguida dos irmãos mais velhos em função do trabalho na viticultura produziu uma revolução na dinâmica de vida da família inteira, promovendo impactos relacionados ao trabalho doméstico e ao arranjo familiar, como a própria entrevistada relatou.

MS: Melhorou muito a questão da família mesmo... melhorou a questão familiar, que aí todo mundo foi trabalhar, os mais velhos. Só ficou os mais novos em casa, que não podia trabalhar, mas aí todo mundo, de oito, cinco trabalhavam. Fora o meu pai e minha mãe que também já trabalhavam. Então a questão financeira, melhorou bastante. Questão do consumo, da feira também... porque no Ceará, como eu disse, era agricultura familiar, só plantava quando chovia, e a gente sabe como é difícil a chuva, raramente chovia, então... era um pouco difícil lá, e melhorou bastante a vinda pra Bahia, acho que 100% de melhoria pra questão familiar (Trabalhadora rural e dirigente sindical. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

No entanto, na vida adulta, Maria Selma experimentou novos desafios a partir do seu trabalho na fruticultura, até à eleição para a diretoria sindical, uma pluralidade de questões que moldam a sua nova perspectiva sobre o trabalho que conhecia até então. Esses aspectos a fizeram valorizar outros aspectos da sua trajetória, especialmente a partir do recente diploma de graduação em administração e da nova rotina vinculada ao trabalho e moradia no espaço urbano.

Por fim, a conquista do diploma universitário após longos cinco anos, divididos entre o trabalho rural durante o dia, e posteriormente o sindicato, e a faculdade de administração durante a noite, possibilitou à Maria Selma também uma nova perspectiva sobre a sua vivência rural; ter um diploma universitário lhe garantiu uma mudança definitiva para a cidade, agora local de moradia e trabalho.

Maria Melo, moradora da agrovila do Perímetro Irrigado Nilo Coelho N-05, possui toda uma trajetória de vida e trabalho vinculada ao mundo rural. Filha de agricultores, Maria migrou sucessivas vezes com os pais e depois com o marido, sempre em função do trabalho agrícola.

Dentre as narrativas apresentadas, é Maria Melo quem apresenta a rotina familiar totalmente inserida no mundo rural, da moradia à educação e o cuidado das filhas pequenas ao trabalho. Essa sua experiência de vida e trabalho no mundo rural, no entanto, se apresenta como um espaço dentro daquilo que é denominado por José Graziano (1999), dentre outros, de “novo rural brasileiro”, sobretudo, tendo em vista as dinâmicas de moradia e trabalho nesse espaço, onde a ruralidade não constitui um local que coaduna casa e trabalho. Nesse novo rural, nem trabalhadores, nem empregadores vivem ali; a fazenda, a roça ou empresa servem como denominação do mesmo local, e é acessado apenas no horário produtivo, como uma fábrica ou indústria de frutas frescas.

De uma maneira geral, as questões relacionadas às experiências de trabalho, aos vínculos e pertencimentos dessas mulheres às ruralidades estão intimamente relacionadas às novas dinâmicas de vida e trabalho associadas às transformações no novo modelo produtivo. Isso se reproduz, de modo diferente nas particularidades das suas trajetórias, conforme registradas em cada uma das narrativas apresentadas no capítulo anterior.

### *6.1.3 Dinâmicas de vida e trabalho na produção agrícola*

As experiências de vida e trabalho associadas às novas dinâmicas produtivas na região do Vale do São Francisco repercutem nos vínculos e pertencimentos aos mundos rurais, discutidos anteriormente. Isso é notório, sobretudo, a partir das formas como as narrativas sobre a temática foram sendo construídas pelas entrevistadas.

As histórias de vida narradas são permeadas pela experiência do trabalho em uma nova dinâmica produtiva, a partir do cultivo de um produto não nativo, determinado pelas regras do

mercado global e até então pouco conhecido, mas que se tornou, nas últimas décadas, um dos principais atrativos econômicos dessa região produtiva.

Deste modo, aqui reuniremos esforços para esclarecer essa relação a partir de trechos retirados das narrativas oferecidas no capítulo anterior pelas entrevistadas, buscando apontar como a dinâmica global de produção de alimentos afeta, assim como também é afetada, pela dimensão microssocial do cotidiano, o que faremos com foco nas dinâmicas de vida e trabalho.

A narrativa de Maria José oferece elementos essenciais para analisar duas questões que se impõem à análise, sobretudo a primeira que se dá a partir da sua inserção no mercado de trabalho, no momento em que se separou do marido, ou seja, a partir de uma situação de crise na esfera privada; a trabalhadora se lançou nesse mercado de trabalho como uma alternativa para melhoria de sua vida e da sua família.

Essa situação impulsionou Maria José ao ingresso no, até então desconhecido, mercado de trabalho da viticultura. Já o segundo ponto da narrativa de Maria José faz referência aos sucessivos contratos de trabalho por temporada, chamando atenção ao período da entressafra, quando experimentou ficar sem renda: *“Eu parei de trabalhar porque eu trabalhava de safra. Porque não vale mais a pena”*.

O trabalho por temporada revela uma intrínseca relação de precariedade inerente ao setor rural, ou seja, à produção em ciclos respeitando o tempo da natureza. Embora seja possível, a partir da modernização agrícola, o controle dos tempos de produção, o trabalho humano vinculado ao setor está sujeito às intempéries da natureza, como as chuvas por exemplo, que inviabiliza a realização do trabalho no momento.

Ainda que a viticultura tenha esse processo cíclico acelerado em função da própria modernização da agricultura, e chegue a produzir mais de duas safras anuais, os vínculos de trabalho e emprego tendem a acompanhar o período de safra anual para exportação.

Dessa maneira, conforme evidenciamos no terceiro capítulo, é o mercado internacional que determina o mercado de trabalho na fruticultura do Vale do São Francisco, de modo que famílias inteiras têm a sua vida moldada por essas dinâmicas, vinculadas ao trabalho. No entanto, as microrrelações e microrreações dessas famílias às dinâmicas do mercado global de alimentos moldam também o mercado, a partir das ações do local.

No caso de Maria Gonzaga, que era uma comerciante do setor de vestuário, as novas dinâmicas de vida e trabalho recaíram sobre ela como um sopro vindo do inesperado, através de negócios do marido.

Abraçando o novo trabalho, Maria Gonzaga experimenta uma completa mudança de vida. Esse processo envolve para além das suas lembranças e “memórias afetivas”, da vivência

com uma modalidade de trabalho gerida pelo tempo e coordenada pelas intempéries da natureza. Para além disso, o próprio processo do “saber fazer” vastamente associado ao trabalho qualificado das mulheres na viticultura não era do conhecimento de Maria Gonzaga.

Dentre as entrevistadas na pesquisa, Maria Selma apresenta uma narrativa bastante intensa de transformação decorrente do ingresso no mercado de trabalho vinculado à viticultura, pois além da sua própria, envolve também as dinâmicas de vida e trabalho de toda a sua família.

Ao concluir o ensino médio, Maria Selma ingressou na mesma empresa onde toda a família já se encontrava empregada. O relato da jovem sindicalista traz um elemento comparativo muito interessante para a análise ao estabelecer um comparativo com o regime de trabalho da agricultura familiar, o qual ela já havia também trabalhado com toda a família: *“Até então eu só trabalhava mesmo na agricultura, era plantando feijão, milho, essas coisas... agricultura familiar mesmo”*.

A narrativa desagua, por sua vez, nas transformações que atingem a toda a família, vinculada ao trabalho na viticultura. Essa é uma família que tanto na agricultura familiar, quanto na viticultura de exportação vive e trabalha junta. Em seu relato, Maria Selma é taxativa em afirmar como o trabalho muda a rotina familiar. Na nova realidade do trabalho, embora todos ainda estejam trabalhando na mesma empresa, a carga desse trabalho com horário definido por ponto eletrônico, com patrão e fiscal, afeta a dinâmica do convívio familiar.

Por fim, a narrativa de Maria Melo aporta ainda novos elementos sobre a vida e o trabalho para a análise. Assim como na família de Maria Selma, Maria Melo e o companheiro trabalham na mesma empresa. Sua incorporação como trabalhadora na empresa foi por indicação do marido; ao desenvolver a narrativa sobre o trabalho, ela destaca a rotina levando em consideração também o trabalho realizado por ele na empresa, que conforme relatou: *“[...] a função dos homens é poda, amarrio, as vezes tão no sombreamento, que é alinhando os ramos pra dar uma clareada no parreiral, e muitos vão pra enxada, estrovenga, esse tipo de serviço. E as mulheres, sempre nós trabalha na despenca, no raleio, no packing...”*

O relato da entrevistada remete à discussão sobre a Divisão Sexual do Trabalho na viticultura está intimamente acompanhada da relação entre “trabalho leve” e “trabalho pesado”, ainda que não tenha se referido à divisão sexual do trabalho de maneira mais explícita ao citar as “diferenças” entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Paulilo (1987), por sua vez, pontua que a denominação entre “trabalho leve” e “trabalho pesado” é imprecisa e acompanhada de determinantes culturais, já que essa determinação depende da perspectiva social analisada, ou seja, conforme a autora, “[...] o trabalho é leve (e a

remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar”. Desse modo, a poda e o amarrio, por exemplo, que são atividades executadas com instrumentos de trabalho são “trabalho pesado” da mesma maneira que a enxada e a estrovenga, enquanto a despenca, o raleio e a seleção e embalagem nas *packing houses*, realizadas minuciosamente e manualmente, são associadas ao “trabalho leve”.

Além disso, na narrativa de Maria Melo sobre o trabalho fica evidente como as alterações do ciclo de produção na viticultura alteram as dinâmicas de vida e trabalho dos trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias. No período de safra para exportação, as funções e os horários de trabalho são intensificados e/ou alterados e diante disso, promove intensas mudanças na rotina do trabalho doméstico e afazeres do cuidado das famílias, sobretudo, daquelas com filhos pequenos.

#### *6.1.4 Coextensividade entre as formas de trabalho produtivo*

As narrativas e análises, por fim, chamam atenção para as relações “coextensivas” entre as formas de trabalho produtivo e reprodutivo na vida dessas mulheres. Conforme destacamos no terceiro capítulo desta tese, a inserção das mulheres no mercado de trabalho agrícola de exportação não foi acompanhada por uma redistribuição de papéis no espaço doméstico entre homens e mulheres.

Ao contrário disso, o assalariamento rural das mulheres na viticultura de exportação, aprofundou as desigualdades de gênero, evidenciando a necessidade da compreensão desse duplo viés de exploração. (FEDERICI, 1999; FEROLIN, 2014)

Dessa maneira, percebe-se que as mulheres organizam o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e da casa de acordo com os tempos do trabalho assalariado e a grande safra de exportação. Esse, por sua vez, constitui um elemento fundamental de análise sobre o papel das mulheres nesse mercado de trabalho, e em que medida isso pode torná-las ainda mais vulneráveis na cadeia produtiva.

É possível afirmar, portanto, que o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres está na base do trabalho assalariado enquanto é sustentado em inúmeros arranjos informais de

cuidado, sendo as mulheres as que devem arcar com a responsabilidade e os custos disso, chegando até mesmo a subsidiar o trabalho produtivo do setor (DUNAWAY, 2014).

Isso se mostra evidente na narrativa de Maria Melo, por exemplo, que é uma jovem mãe e assalariada rural. Casada com um companheiro de trabalho também, ela relata a rotina diária da família permeada por tais questões, e chama atenção para a ausência na política de alimentação no local do trabalho por parte das empresas: *“Acho que de mil, tira umas duas, que fornece essa alimentação. E lá não fornece. Então a gente tem que acordar, fazer o café, fazer o almoço, arrumar os filhos pra levar na casa de alguém”*.

Para além disso, chama atenção a forma como Maria Melo expressa a organização das dinâmicas de trabalho da casa e da empresa. Em dado momento, chega a citar a divisão sexual do trabalho através das diferentes funções exercidas pelos homens e pelas mulheres na empresa em que trabalha junto com o marido em correlação à divisão das tarefas domésticas e de cuidado. A rotina diária de Maria Melo é, como ela mesma descreve, *“uma correria”*, e isso pode estar associado à idade das suas duas filhas, que demandam mais tempo de cuidado e mais trabalho não remunerado.

Maria João é quem chama atenção para isso em sua narrativa. Com os filhos crescidos e podendo incluí-los nas atividades domésticas diárias, ela relata a possibilidade de poder finalmente realizar, por exemplo, atividades de autocuidado: *“Com relação à minha vida, a minha carga horária, modificou muito. Porque assim, meus filhos cresceram, né?”*.

Maria Gonzaga, embora traga em sua história de vida narrada uma pluralidade de contradições, não foge à composição do segundo grupo. Além de assalariar mulheres na empresa familiar administrada por ela, também emprega mulheres assalariadas em sua casa, terceirizando o trabalho doméstico não remunerado para outras pessoas.

Essa é uma questão de suma importância também para essa análise, pois além de revelar as desigualdades de gênero, o relato de Maria Gonzaga se mostra permeado também pelas contradições de ser mulher no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que revela fazer *“muito pouco em casa”*, a entrevistada arremata com a seguinte justificativa *“Eu faço sempre alguma coisa porque eu não consigo ficar parada”*. Essa é a maneira encontrada por ela para poder comunicar, de alguma maneira, que o seu “trabalho”, de fato, fica restrito à esfera produtiva, à empresa da família.

Tais colocações omitem, inclusive, a maneira como as relações que ocupa no dia a dia da empresa estão permeadas pelo trabalho reprodutivo, pois ainda que seja a encarregada chefe, ou a gerente da empresa, a sua capacidade de barganha fica limitada àqueles que estão

hierarquicamente acima dela: o marido e o cunhado, lembrando os estudos de Moura (1978) sobre herança e parentesco.

## **6.2 Narrativas na encruzilhada: sinonímias e antonímias**

A análise sobre as narrativas realizada ao longo desse capítulo revelou uma série de questões que remetem às transformações e às contradições do processo produtivo vinculado à fruticultura de exportação na região do Vale do São Francisco. Apesar das diferenças e desigualdades na esfera do trabalho, a análise apresentou também processos que remetem às semelhanças ou vivências aproximadas na vida e no trabalho das mulheres.

Diante disso, construiremos o fechamento dessa análise a partir do que denominamos “sinonímias”, ou seja, as questões que se destacam nas narrativas e potencializam a aproximação das vivências narradas pelas mulheres; concomitantemente, apontaremos as “antonímias”, ou seja, as questões que expressam as diversidades e desigualdades.

O ponto principal das sinonímias narradas pelas entrevistadas constitui, sem dúvidas, a compreensão dessas mulheres acerca das transformações promovidas pelo acesso ao mercado de trabalho vinculado à viticultura de exportação. O ingresso no mercado de trabalho, ainda que permeado por todas as contradições que se impõem, possui uma série de representações subjetivas para essas mulheres, tais como a possibilidade de constituir independência financeira, a partir do acesso à renda, e também a aposentadoria.

Além disso, as narrativas destacam, de maneira bastante semelhante a “experiência” do trabalho ao ingressarem nas empresas de viticultura; isso remete, evidentemente, à maneira como se dá o processo de qualificação para o trabalho dessas mulheres, que em geral confessaram não ter conhecimento prévio sobre o trabalho agrícola, ainda que dispusessem de uma vasta bagagem no âmbito subjetivo da “experiência” como código de referência.

Diante disso, evidencia-se como o ônus da qualificação para o trabalho recai completamente sobre as mulheres. São elas que executam o trabalho mais específico, com caráter manual, artesanal, nas etapas do ciclo produtivo da uva, tais como o raleio, pinicado e despenca, por exemplo, que conforme destacamos nessa tese, constituem o maior custo produtivo para a empresa, sem que isso necessariamente seja revertido em ganho salarial para as trabalhadoras. Além da colheita da uva e das etapas pós-colheita, que consiste na limpeza, classificação e embalagem dos frutos que são realizadas nas *packing houses*.

Quadro 2 – Síntese do processo produtivo da uva de mesa

(Continua)

ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICA/ INSTRUMENTO	POR QUEM É REALIZADA	TIPO DE CONTRATO
<b>Poda de produção</b>	Eliminar o excesso de ramos e galhos, retirando-se todos aqueles que são considerados fracos, imaturos, doentes, ou que estejam mal posicionadas.	Tesouras de poda	Homens	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Torção de Ramos</b>	Esta etapa consiste na torção dos ramos de forma manual no sentido de estimular o surgimento dos brotos a partir da “quebra da dormência” da planta.	Trabalho manual (força)/ utilização de estimulantes químicos para o crescimento das bagas – “dormex”	Homens	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Eliminação de brotos ou “desbrota”</b>	O intuito é selecionar os brotos, eliminando aqueles que não irão se desenvolver adequadamente ou não possuem cachos.	Trabalho manual	Homens e Mulheres	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Eliminação de folhas ou “desfolha”</b>	Retirar ou afastar as folhas que estejam cobrindo os cachos	Trabalho manual	Homens e Mulheres	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Amarrio</b>	Essa atividade busca garantir que a planta cresça de forma ordenada e é repetida entre duas e quatro vezes.	Tapene (Uma espécie de grampeador)	Homens	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Raleio</b>	“Desbaste” de bagas por cacho. Nessa etapa se inicia a moldagem do cacho com a eliminação de bagas pequenas, pouco desenvolvidas ou danificadas. <b>a) Pinicado ou Dedinho</b> <b>b) Raleio com tesoura</b>	Trabalho manual Tesoura para raleio	Mulheres Mulheres	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Limpeza pré-colheita</b>	Retirar bagas podres, com danos mecânicos, cicatrizes, ou qualquer defeito no <i>packing</i> .	Trabalho manual/ Observação a olho nu	Mulheres	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Colheita</b>	Cortar os cachos de uva/ última etapa de limpeza e seleção dos cachos na planta	Tesoura para raleio	Mulheres	Formal/Informal (Contrato por diária/“Avulso”)
<b>Transporte</b>	Consiste em transportar as uvas colhidas no parreiral em carretos (pequenas empresas) ou trator (grandes empresas)	Trabalho manual (Força física)	Homens	Formal (Permanente/ Temporário)

(Conclusão)

ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICA/ INSTRUMENTO	POR QUEM É REALIZADA	TIPO DE CONTRATO
<b>Limpeza</b>	Consiste na retirada de todos os ramos e bagas imperfeitas que ainda tenham restado nos cachos após a limpeza pré-colheita. Além da limpeza, os frutos ainda devem ser lavados a fim de eliminar vestígios de agrotóxicos e poeira	Trabalho manual/ Tesoura	Mulheres	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Classificação e Embalagem</b>	Consiste em agrupar cachos de uvas que tenham características semelhantes de	Trabalho manual/ Observação	Mulheres	Formal (Permanente/ Temporário)
<b>Paletização e Transporte</b>	Consiste em alinhar as caixas de uva em pallets de madeira de modo a dispô-las de uma forma que diminua ao máximo os impactos e possíveis danos devido à locomoção	Trabalho manual (Força física)	Homens	Formal/Informal  (Contrato por diária/"Avulso")

Fonte: Pesquisa de campo (Dados organizados pela autora)

O trabalho na viticultura é marcado em todas as etapas do seu ciclo produtivo por associações e representações de “masculinidade” e de “feminilidade”, referidas aos tipos de trabalho demandados em cada etapa do processo produtivo.

Essa demarcação nos remete ao segundo princípio organizador da divisão sexual do trabalho, aquele que realça seu aspecto hierárquico, ou seja, que fundamenta a ideia de que trabalho de homem “vale” mais do que trabalho de mulher. Isso se torna ainda mais evidente nas atividades que demandam maior incidência de equipamentos (como tratores) e de recursos tecnológicos (como aplicação de fertilizantes), quando além de se privilegiar o emprego de homens, foi estabelecida pela via das negociações sindicais um valor adicional ao salário, beneficiando os homens em detrimento das mulheres.

Embora os estereótipos de gênero venham sendo apropriados como critério de empregabilidade pelo patronato local, os próprios trabalhadores e trabalhadoras da fruticultura tendem a reproduzir as definições de “trabalho leve” e “trabalho pesado”, vinculadas aos estereótipos de gênero, sobretudo na medida em que as mulheres reforçam sua inserção, em condições sempre mais precárias, no mercado de trabalho.

Trabalhadores e trabalhadoras são contratados para executarem as etapas do processo produtivo condizentes com as características associadas ao gênero, o demarca o porquê de os homens serem direcionados à algumas atividades do ciclo produtivo e as mulheres a outras.

Por fim, cabe destacar as ações do Polo Sindical, vinculado à políticas públicas e políticas de estado nessa região a fim de diminuir os custos do trabalho “permanentemente temporário” na vida das trabalhadoras e de suas famílias.

No caso de Pernambuco, o Governo do Estado de Pernambuco detém um programa específico para a entressafra, denominado “Chapéu de Palha”. Inspirado nesse programa, criado inicialmente para atender as demandas de trabalhadores e trabalhadoras da zona da mata pernambucana, no Vale do São Francisco existe, desde 2007, o Programa Chapéu de Palha Fruticultura Irrigada.

Essa é política de Estado que tem como objetivo a transferência temporária de renda, a partir de cursos de qualificação cujo objetivo principal é possibilitar novas oportunidades de trabalho e renda, com foco na melhoria da qualidade de vida. São pré-requisitos para participar do programa, ter idade igual ou superior a 18 anos no ato do cadastramento e não estar recebendo seguro-desemprego, aposentadoria ou pensão do INSS.

Vinculado à Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, o Programa “Chapéu de Palha Mulher”, tem como objetivo ofertar um programa de qualificação que atenda as demandas “específicas” das mulheres, levando em consideração seus interesses de qualificação profissional (que não necessariamente eram contempladas pelos cursos já ofertados pelo Chapéu de Palha da fruticultura, muitas das vezes associados ao universo masculino) e mediante a necessidade de cuidado dos seus filhos e filhas (o Programa passou por adequações para receber os filhos e as filhas das trabalhadoras, como um incentivo à inclusão e das mulheres e conclusão dos cursos ofertados).

No entanto, os trabalhadores, principalmente as mulheres que são as mais atingidas pelo desemprego na entressafra, tendem a questionar e tratar como um problema o fato de que os Programas estejam restritos ao estado de Pernambuco. Desse modo, criam-se mecanismos de resistência, entre aqueles e aquelas que residem na Bahia, mas que trabalham em Pernambuco, não podendo legalmente se beneficiar da política, pela incompatibilidade residencial. Essa situação tem contribuído para que as trabalhadoras lancem mão de algumas medidas como, por exemplo, a apresentação de comprovantes de residência de terceiros, omitindo seu verdadeiro local de moradia.

Para além disso, foram relatados uma série de problemas tanto por parte do STTAR Petrolina, quanto por parte das trabalhadoras. Os problemas estão associados desde à

alimentação inadequada até a matrícula compulsória (em alguns casos) em cursos de qualificação não optados.

Vale destacar que o programa também não cumpre um papel de qualificação das mulheres em atividades pensadas para além do universo socialmente associado às feminilidades, tais como a qualificação em bordado ou costura, que são ofertados, por exemplo na associação das Mulheres Rendeiras (dentre outros espaços).

Isso além de estar relacionado à omissão na escuta e cumprimento das demandas dessas mulheres, inviabiliza potencializar um processo de qualificação que assegure a reentrada delas no mercado vinculado ao setor, em postos de trabalho mais valorizados, dentre os quais, foram citadas funções de fiscal de campo e tratorista.

As “antonímias”, por sua vez, se tornam evidentes em narrativas que se distanciam a partir de critérios de geração e classe, sobretudo. Diante disso, o contraponto fundamental é de Maria Gonzaga, ainda que ela própria não seja a dona da terra, da empresa. O fato de ser a empregadora a coloca nessa posição, apesar de todas as contradições de vida e trabalho.

Além disso, que se constitui uma contradição de classe representativa nesse grupo de mulheres, as questões relacionadas à geração se evidenciam, sobretudo, nas narrativas de Maria José e Maria Melo. Maria João, assalariada safrista entre o final dos anos 1990/2000, muito embora não tenha experimentado a estabilidade no trabalho e o salário fixo, lembra com entusiasmo do pagamento extra recebido no período de safra, fazendo julgamento positivo do tempo dedicado ao trabalho na empresa, o que lhe possibilitava passar o período da entressafra ainda com alguma parte da renda.

Essa narrativa não foi reproduzida pelas novas gerações, como a representada por Maria Melo, que diz não compensar ao pesar na balança o tempo de trabalho a mais, e longe das filhas, bem como o dinheiro acrescido ao salário, tendo em vista o desgaste do corpo durante o período de intensificação do trabalho.

### **6.3 Considerações sobre o capítulo**

Neste capítulo aprofundamos a análise acerca das narrativas de história de vida de cinco mulheres, denominadas Maria, em nome composto, pois apesar de garantir a privacidade, os nomes fictícios também reproduzem uma sutil homenagem à grande maioria das mulheres

rurais com as quais dialogamos ao longo de mais de uma década de pesquisa no Vale do São Francisco.

Com o objetivo de tornar a análise mais assertiva, organizamos as narrativas em quatro agrupamentos: trabalho e mobilidade; os vínculos e pertencimentos: subjetividades e ruralidade; dinâmicas de vida e trabalho na produção agrícola; coextensividade entre as formas de trabalho produtivo e reprodutivo.

Estes agrupamentos retomam os pontos centrais apresentados nas narrativas sob as perspectivas de análise desse trabalho de pesquisa. Em “trabalho e mobilidade” discutimos como a ascensão da fruticultura irrigada nos anos 1990 desencadeou profundas transformações na dinâmica demográfica dessa região produtiva, que passou a atrair pessoas vindas de diversas regiões, tanto do Nordeste, quanto do Brasil. Classificamos os tipos de migração mais frequentes em dois grupos: migrações permanente e migrações por temporada (por safra e por diária).

Sobre os “vínculos e pertencimentos”, abordamos as subjetividades e construção de uma identidade de trabalhadoras vinculadas ao rural a partir das narrativas das entrevistadas. Assim, elementos sobre memória foram explorados para discutir o pertencimento e a vida familiar vinculada ao rural, e posteriormente ao trabalho rural.

Na sequência, a discussão foi direcionada às “dinâmicas de vida e trabalho na produção agrícola”, buscando compreender e analisar de que maneira esse processo impactou nas experiências do trabalho em uma nova realidade de produção agrícola não tradicional dessa região, determinado pelas regras do mercado global e até então pouco conhecido.

E, por fim, associado às “dinâmicas de vida e trabalho na produção agrícola”, a análise foi direcionada à “coextensividade entre as formas de trabalho produtivo e reprodutivo”, quando foi discutido como o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres está na base do trabalho assalariado, constituindo a principal base de sustento para os arranjos de trabalho informal doméstico e de cuidado.

As “sinonímias” e “antonímias” trataram de trazer de maneira mais evidente a aproximação entre as vivências narradas pelas mulheres, juntamente às narrativas que destacam diversidades e desigualdades em suas trajetórias.

Assim, destacamos as “experiências” vinculadas ao trabalho na viticultura; isso remete, evidentemente, à maneira como se dá o processo de qualificação, enfatizando a maneira como a carga da qualificação para o trabalho recai quase que exclusivamente sobre as mulheres.

Além disso, abordamos questões associadas às contradições de classe existente entre as mulheres, apontando para temáticas correlatas e transversais, como por exemplo, aquelas também relacionadas às diferenças geracionais.

## 7 CONCLUSÃO

A escolha do título atribuído a esta tese teve como motivação principal retomar, além das questões que envolvem a construção das frutas (as uvas, especificamente), como já abordamos na introdução e no terceiro capítulo da tese<sup>0</sup>, o papel que exerce o trabalho das mulheres a partir de técnicas de trabalho manual e com caráter artesanal que agregam alto valor na produção de cachos de uva “perfeitos” e “padronizados” para comercialização no mercado internacional.

A construção dessa perspectiva se justifica, portanto, a partir desse duplo exercício comparativo de imaginação, ao estabelecer pontos entre o trabalho das mulheres na “fabricação” ornamental e padronizada de cachos de uva e a pintura-anedota das “uvas de Zêuxis”. As narrativas apresentadas ao longo do texto destacam como o processo de trabalho, de certa forma, reforça essa perspectiva na medida em que as trabalhadoras (sobretudo, as mais velhas) reificam a vontade de trabalhar com as uvas devido à “beleza” e a “delicadeza” dos frutos.

Além disso, e por outro lado, as novas dinâmicas vinculadas ao trabalho na viticultura de exportação repercutem fundamentalmente no rompimento com a perspectiva de “ajuda” e “não-trabalho” das mulheres em âmbito rural. A partir de então, o acesso aos direitos trabalhistas e à Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) constituíram a principal motivação para essas mulheres e representaram a dádiva do seu tempo, nos anos pré-reforma trabalhistas.

No entanto, o próprio processo de trabalho revela-se em suas contradições, que aqui se evidencia a partir do comparativo entre narrativas. Abaixo, a narrativa de MA<sup>19</sup>, trabalhadora assalariada rural permanentemente temporária, que aos 42 anos de idade, mãe de cinco filhos e nenhum contrato formal na CTPS, compara o seu trabalho na viticultura com o trabalho na agricultura de sequeiro em caráter familiar.

MA: Pra mim agora tá melhor, porque eu já puxei até enxada, já acordei até onze horas da noite pra ir buscar água, pra molhar a terra até seis horas, sete horas da manhã. Pra mim agora tá melhor, porque eu tenho hora de entrar e hora de sair. Eu trabalho sábado, às vezes acontece de entrar numa empresa e trabalhar o sábado, mas é raro. Mas tem o domingo... E trabalhando antes, a gente não tinha o sábado nem o domingo, nem feriado não. No dia que desse certo... Antes a gente pegava a hora que desse

---

<sup>19</sup> MA e MAA são duas personagens que não contam na lista de narrativas apresentadas no quarto capítulo dessa tese. Nas conclusões, tais narrativas são acrescentadas com o intuito de contrapor às entrevistas anteriormente apresentadas.

certo, era onze horas, meia noite... tinha que ir pegar aquela água, tinha que ir mesmo (Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2019. Juazeiro-BA).

A separação entre as formas de trabalho “produtivo” evidenciada na narrativa de MA, enfatizada, sobretudo, pelo horário de entrada e horário de saída no local de trabalho (que demarca o que, de fato, é trabalho) e que não se estende ao ambiente doméstico é o ponto central para a trabalhadora. No entanto, tais questões não aparecem com a mesma frequência ou relevância para outros grupos de mulheres trabalhadoras assalariadas rurais.

Esse é o caso apontado na narrativa de MAA, por exemplo, uma mulher jovem, de 23 anos, trabalhadora assalariada rural permanente na empresa.

P: Você se sente realizada no seu trabalho? Se você pudesse, você teria outro tipo de trabalho?

MAA: Na verdade eu sempre agradei a Deus por trabalhar... por ter um trabalho, independentemente de ser trabalhadora rural ou não, todo trabalho que eu tenho eu agradeço a Deus. Seja ele trabalho rural, seja doméstico, seja o que for... Eu sempre agradei muito a Deus, porque é uma oportunidade, né? Mas pra falar a verdade, o trabalho rural, eu nunca vou dizer que eu trabalhava por amor e me sentia feliz, não. Não trabalhei feliz, não. Eu trabalhava mais pela questão da necessidade mesmo, porque eu precisava, mas na verdade se eu for dizer, eu chorava muito [...] Eu chorava porque eu achava sofrido, e eu ficava agoniada, pedindo a Deus que botasse outro trabalho em minha vida, porque eu não aguento (Trabalhadora rural assalariada. Entrevista realizada em 2019. Petrolina-PE).

A narrativa de MAA acresce à perspectiva da importância do trabalho, a dimensão da realização profissional no espaço laboral onde está inserida. O trabalho, ainda que tenha a sua importância reconhecida, não transparece em realização. Trabalha-se por necessidade; não trabalham porque o trabalho na uva é mais leve ou porque constitui uma mercadoria entranhada de fetiche, com vistas ao consumidor hipotético europeu ou americano.

Essas mulheres estão na base de toda a cadeia de produção global vinculada à viticultura; o trabalho vinculado ao setor tem pautado, ao longo das últimas décadas, as suas dinâmicas atribuídas à vida privada, ao âmbito doméstico e familiar, tendo em vista a maneira como o mercado de trabalho absorve a mão de obra feminina no setor.

Assim, as narrativas apontam para questões fundamentais na compreensão das dinâmicas de produção e trabalho na região do Vale do São Francisco e seus impactos sobre a vida dessas mulheres e suas famílias. Tais narrativas nos permitem estabelecer tessituras e comparações sobre a situação delas na viticultura.

Portanto, a análise sobre os processos e mercado de trabalho e as desigualdades de gênero, constituem o pilar principal para compreensão da cadeia produtiva. A feminização

vinculada ao mercado de trabalho na viticultura se evidencia a partir de três características fundamentais: a precarização, a informalidade e desvalorização.

Diante disso, fica evidente que as mulheres se encontram mais expostas que os homens às condições precárias do trabalho assalariado por temporada (de modo que além dos contratos precários, a grande maioria ocupa os postos mais desvalorizados e mais mal remunerados); e, também de vida, sobretudo, porque a incorporação destas ao mercado de trabalho não significou, efetivamente, uma emancipação do “trabalho reprodutivo”.

À guisa conclusão, na tese foi realizada uma abordagem que privilegiou uma narrativa que transversalizasse as discussões teóricas, conceituais e metodológicas próprias tanto da Sociologia da Agricultura, quanto da Sociologia do Trabalho. Desse modo, buscamos compreender e explicar alguns dos processos sociais envolvidos no trabalho das mulheres vinculado à viticultura de exportação.

Primeiramente, buscamos “localizar” onde está situado o trabalho assalariado rural na produção de alimentos específicos e exóticos de alto valor agregado para exportação. Para isso, desenvolvemos um aporte de compreensão a partir dos estudos sobre Globalização, tomando como referência as análises de Saskia Sassen e Karin Knorr-Cetina, que elevam o debate aos estudos sobre globalização em perspectiva não estritamente macrossociológica.

Para Sassen (2003), o seu foco também está centrado nas práticas e condições de escala local, que são articuladas com a dinâmica global. Além disso, é importante enfatizar que a perspectiva de globalização econômica está para além do Estado-nação. Já Knorr-Cetina (2005; 1988), apesar de, igualmente, não desconsiderar os aspectos macro do processo, compreende que as dimensões estruturais são originadas no processo de interação entre os indivíduos. Ou seja, para ela, as estruturas não podem ser evidenciadas empiricamente senão através das relações microestruturais.

A chave analítica desta tese dialoga com essa perspectiva na medida em que busca compreender o processo de produção de alimentos em escala global a partir de narrativas de histórias de vida de mulheres que estão na ponta mais precarizada desse processo. Ou seja, pensamos as dinâmicas da produção em escala global a partir das microinterações e situações em âmbito local, buscando compreender tais fenômenos a partir das narrativas de indivíduos no local de trabalho e de moradia, por exemplo.

Assim, o conceito de “microestruturas globais” (KNORR-CETINA, 2005) foi reinterpretado em um contexto em que as possibilidades de interação são transformadas também pelo desenvolvimento tecnológico. O trabalho manual, minucioso e com características quase artesanais desempenhado pelas mulheres na construção de uma mercadoria (comparativamente

às uvas de Zêuxis) é controlado por um aparato tecnológico que coordena uma rede de interação global que envolve pessoas de múltiplos interesses econômicos.

Concomitantemente à tentativa de justificar os caminhos que foram percorridos na construção dessa análise, defendemos a perspectiva do trabalho das mulheres a partir de uma ideia de qualificação via “experiência”. Ou seja, argumentamos que a mão de obra feminina nas atividades mais custosas do processo produtivo tem um sentido em não assumir o seu posto de qualificação. Ou seja, o barateamento dos custos finais da produção.

Para apresentar essa perspectiva, lançamos mão das ideias de Schütz (1979) sobre o mundo da vida cotidiana, evidenciando que toda e qualquer interpretação desse mundo está baseada em um “estoque de conhecimento” a partir das próprias experiências individuais e aquelas que são transmitidas por aqueles que vieram antes de nós, e como “conhecimento à mão”, funcionam como código de referência. Schutz desenvolve, portanto, uma perspectiva sociológica em que o ator social conhece e experimenta o mundo social que vivencia no agora.

Voltando a questão da “experiência” para a sociologia do trabalho, mais especificamente, a dimensão subjetiva recai sobre uma outra questão fundamental às narrativas e histórias de vida, que é a forma como essas mulheres experimentam a vivência e o ser trabalhadora assalariada rural da viticultura.

Tomando como ponto de partida a noção de experiência em E. P. Thompson (2011), buscamos elementos também na sociologia do trabalho feminista, a partir das contribuições de Souza-Lobo (2011) e Kergoat (1987), sobretudo, ao abordar no centro da perspectiva de classe, experiências de vida e trabalho de mulheres. A dimensão racial, enquanto terceiro pilar fundamental da tríade “gênero, raça e classe” não sobressaiu às narrativas, ainda que essa constituísse um código de referência visual que informou questões à pesquisa mais do que se manifestou nas narrativas ouvidas e analisadas ao longo da pesquisa.

A noção de “experiência” na Sociologia do Trabalho a partir da compreensão sobre qualificação para o trabalho ou formação não institucional é desenvolvida pela socióloga francesa Daniele Kergoat e, indiretamente, refere-se à noção de “experiência” associada ao conhecimento tanto a partir do conhecimento adquirido através do exercício contínuo de aprendizado do trabalho a partir da repetição e da prática; quanto a partir da ideia do conhecimento adquirido no trabalho doméstico não remunerado desde a infância.

A questão norteadora apresentada por Daniele Kergoat (1987), segundo ela própria, aponta para duas consequências: 1- a qualificação das mulheres, não sendo adquirida por meios institucionalmente reconhecidos, tende a ser negada por seus empregadores; 2- uma segunda

consequência da questão consiste no fato de que as mulheres tendem a interiorizar a banalização da sua própria qualificação profissional e, em decorrência disso, desvalorizam o seu trabalho.

Compreendemos que essa dupla questão é o que viabiliza o rebaixamento e a desvalorização do trabalho das mulheres, a partir do entendimento de que este é, absolutamente, dispensável e substituível. A segunda está, fundamentalmente, imbricada na primeira; e, se retroalimentam.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho vinculado à viticultura de exportação reincidiu em formas diversas associadas também à discriminação social e laboral destas, sendo tal situação em parte motivada por estratégias empresariais, que se utilizaram a seu favor desses processos sociais.

A análise sobre os processos de trabalho e suas repercussões nas vidas das mulheres e suas famílias nos direcionam à uma compreensão de que a globalização da produção agrícola sugeriu a conformação de um híbrido permanentemente dialético entre o trabalho formal e o trabalho informal. Conforme destacamos ainda, as desigualdades de gênero, enquanto o pilar fundamental que sustenta essa nova estrutura se estabelece porque os homens tendem a se concentrar na extremidade “formal”, ao passo que as mulheres tendem a permanecer na extremidade “informal”.

E, além da intrínseca informalidade que incide sobre o trabalho das mulheres, é importante destacar ainda a correlação existente as formas de trabalho “formal” e “informal” entre elas. O trabalho “formal” nas empresas agrícolas é, comumente, acrescido de outras formas de trabalho “informal” com o objetivo de complementar renda, ou de ocupar o tempo remanescente após o cumprimento da meta diária estipulada na empresa.

Entre as ocupações “informais” de caráter complementar e geração de mais trabalho figuram atividades como diaristas e cabeleireiras, exercidas aos finais de semana, ou de vendedoras de café, lanche, roupa íntima e catálogos de cosméticos, por exemplo, durante a semana, aproveitando do horário de almoço e descanso para estabelecer as vendas.

Por fim, chegamos às considerações sobre a importância da ação sindical específica para a categoria de assalariados e assalariadas rurais. Historicamente, os assalariados e assalariadas rurais foram abrangidos pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) na região, o que gerou uma sequência de impasses desde o momento em que os assalariados e assalariadas integraram sua base ainda na década de 1990.

A construção dessa nova estrutura sindical concomitante ao período em que os sindicatos mais sofriam desajustes e sucumbiam ao seu enfraquecimento foi um alento

importante para a categoria, tanto em perspectiva local, quanto nacional, onde o Vale do São Francisco figura como um modelo exitoso e de referência.

Dentre as principais mudanças no rearranjo e reorganização das lutas sindicais, merece destaque a paridade de participação na composição das diretorias dos STTAR, e sobretudo a dupla eleição de chapas encabeçadas por mulheres para o STTAR Petrolina, o que repercutiu diretamente em uma ação atenta às demandas da categoria e com as vivências, experiências e subjetividades femininas para o acolhimento das demandas específicas.

A além disso, e apesar das contradições do processo de construção da política sindical aos assalariados e assalariadas rurais, os Sindicatos ainda constituem a principal força de resistência institucional na região do VSF. A ação efetiva ao longo das últimas décadas, somada ao compartilhamento de experiências de assalariadas em outros estados brasileiros e até de outros países, enriqueceram o debate e a tomada de consciência de classe por parte da base.

Paralelamente a isso, as novas configurações da estrutura sindical voltada especificamente ao assalariamento rural contribuíram para a retomada desse processo de consciência em um contexto politicamente difícil, financeiramente inviável e socialmente sufocante. A nova estrutura sindical possibilitou que os novos sindicatos revisitassem as bases, fizessem política sindical no “corpo a corpo”, e repensassem formas viáveis de manutenção da estrutura, para além do imposto sindical.

Mais além disso, em microssituações cotidianas expressadas a partir de grupos de trabalhadores e trabalhadoras, há também resistência à uma estrutura global que determina as histórias de vida e condições de trabalho de homens e mulheres. Essa contradição é a chave para compreensão dessa cadeia de produção de “frutas frescas para o mercado global” (CAVALCANTI, 1997) e das desigualdades e vulnerabilidades das trabalhadoras na viticultura, acentuadas no atual contexto das reformas trabalhistas, iniciadas em 2017, pelas ameaças às conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, enquanto os controles da qualidade se impõem, qual miragem das uvas de ZÊUXIS.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- APARICIO, Susana. Caso de Argentina. In: Empleo e condiciones de trabajo de mujeres temporeras agrícolas. Nações Unidas. CEPAL/OIT/FAO. TOMO 1, 2013.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes, que Nordeste? In: AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. B. (org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento (federalismo no Brasil). São Paulo, Fundap/Unesp, 1995, p. 125-156.
- AVRIL, Christelle. Sob o rótulo do *care*, o trabalho das mulheres das classes populares: para uma crítica empírica de uma noção de sucesso. In: MARUANI, Margaret (org.). Trabalho, logo existo: perspectivas feministas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRIENTOS, Stephanie; BEE, Anna; MATEAR, Ann; VOGEL, Isabel. Women and Agribusiness Working Miracles in the Chilean Fruit Export Sector. Women's Studies at York, Macmillan Series, 2000.
- BARRIENTOS, Stephanie; KABEER, Naila; HOSSAIN, Naomi. The gender dimensions of the globalization of production. Working Paper No. 17. Geneva, 2004.
- BENDINI, Mónica. Entre maçãs e peras: globalização, competitividade e trabalho. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (org.). Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999, pp. 97-121.
- BENDINI, Mónica; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; LARA FLORES, Sara Maria. Una mirada sobre el campo de la sociología rural en América Latina. In: Enrique De La Garza Toledo. (Org.). Tratado Latinoamericano de Sociología. Barcelona Mexico: Anthropos Metropolitana, 2006, v., p. 247-263.
- BENDINI, Mónica; BONACCORSI, Nelida. Con las puras manos. Mujer y trabajo en regiones frutícolas de exportación. Buenos Aires: La Colmena, 1998. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/254475033> Con las puras manos Mujer y trabajo en regiones frutícolas de exportación. Acesso em: Novembro de 2021.
- BENDINI, Mónica; PESCI, Cristina. EXPANSION Y CRISIS DE UNA AGROINDUSTRIA: GLOBALIZACION Y RESISTENCIA: UNA REFLEXION ACERCA DE LA DINAMICA SOCIAL EN LA REGION FRUTICOLA DE PERAS Y MANZANAS EN EL NORTE DE LA PATAGONIA ARGENTINA. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.2, 1997, pp.257-268. Disponível em:

<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8971/5082>. Acesso em: Novembro de 2021.

BERNARDES, Nara M. G. Análise compreensiva de base fenomenológica e o estudo da experiência vivida de crianças e adultos. Educação, ano XIV, n. 20, Porto Alegre, 1991.

BLOCH, Didier. As frutas amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. Oxfam. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

BONANNO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: Fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: Globalização, Trabalho e Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

BONANNO, Alessandro; BUSCH, Lawrence; FRIEDLAND, William H.; GOUVEIA, Lourdes; MINGIONE, Enzo (Orgs.). From Columbus to ConAgra. The Globalization of Agriculture and Food. Lawrence: University Press of Kansas, 1994.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalization and the Time-Space Reorganization. Capital Mobility in Agriculture and Food in the Americas. 1. ed. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2011. v. 1. 250 p.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalization, Food Quality and Labor: The Case of Grape Production in North-Eastern Brazil. In: International Journal of Sociology of Agriculture & Food, Vol. 19, No. 1. 2012, pp. 37–55. Disponível em: <https://www.ij saf.org/index.php/ij saf/article/view/235>. Acesso em: Outubro de 2021.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 1996, pp.183-192.

BRANCO, Adélia; VAINSENER, Semira Adler. Gênero e globalização no vale do São Francisco. Ciência & Trópico, [S. l.], v. 30, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/763/499>. Acesso em: Outubro de 2021.

BRANCO, Adélia; VAINSENER, Semira Adler. Trabalhadoras e agrotóxicos no submédio São Francisco. Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1270>. Acesso em: Outubro de 2021.

BUJES, Jacylin; ESPINOSA PEÑA, María Paz. Memoria e identidad de mujeres temporeras en el Valle del Elqui. Editorial: Impr. Gratillo, Santiago de Chile, 2015.

BUTTEL, Frederick H. Algunas reflexiones sobre la economía política agraria de fines del siglo XX. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; NEIMAN, Guillermo (orgs.). Acerca de la Globalización en la Agricultura. Territorios, Empresas y Desarrollo local en América Latina. Buenos Aires: Ed. CICCUS, 2005.

BUTTO ZARZAR, Andrea Lorena. Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista. 2017. 276f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Recife, 2017.

- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Volume I. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). A sociedade em rede. Do conhecimento à política. Debates Presidência da República. Lisboa: Imprensa Nacional casa da moeda, 2005. Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade\\_em\\_Rede\\_CC.pdf](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf). Acesso em: Outubro de 2021.
- CASTRO, Fábio F. de. A sociologia fenomenológica de Alfred Schütz. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 48, N. 1, pp. 52-60, jan/abr 2012. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2012.48.1.06>.
- CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BECKER, Claudia Cerda; SILVA, Camilla de Almeida. Precariedad, trabajo y reproducción: el trabajo de las mujeres en el sector exportador de uva en Chile y Brasil. In: Revista CUHSO v. 31, n. 1, Chile, 2021. Pp. 335-355. Disponível em: <https://portalrevistas.uct.cl/index.php/cuhs0/article/view/2003/2153>. Acesso em: Novembro de 2021.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, São Paulo, v. 5, n.9, p. 151-171, 1999.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Frutas para o mercado global. Estudos Avançados (USP impresso) São Paulo, v. 11, n.29, p. 79-93, 1997.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora Universitária/UFPE. 1999. p. 123-170.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (org.). Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais no nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais – Unicamp, 2004. p. 17-32.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalization of Food and Labor: Challenges for Sociology. Revista da Sociedade Brasileira de Sociologia. V. 1, n. 1, p. 64-78, jul.-dez. Porto Alegre, 2015.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. New Challenges for the Players in Global Agriculture and Food. International Journal of Sociology of Agriculture and Food. Nova Zelândia, v. 12, n.1, p. 29-36, 2004.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa.; DIAS, Gustavo Henrique. CADEIAS GLOBAIS DE ALIMENTOS, REDES DE ATORES E QUALIDADES NA PRODUÇÃO DE FRUTAS PARA EXPORTAÇÃO: elos entre Brasil e Alemanha. Estudos de Sociologia, Vol. 2 n. 21,

Recife, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235658>. Acesso em: Outubro de 2021.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; ANDRADE, Berlano B. F. de; RODRIGUES, Victor. Mulheres e trabalho na agricultura de exportação: questões atuais. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 16, volume 23. UFPE: Recife, 2012. pp. 67-88. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23745>. Acesso em: outubro 2021.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Mónica. Introdução (Globalização, Trabalho, Meio Ambiente). In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. pp. 11-22.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Monica; MOTA, Dalva M.; STEIMBREGER, Norma G.. Capital mobility and new workspaces in fruit-producing regions of Brazil and Argentina. In: BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (Org.). Globalization and Time-Space Reorganization: capital Mobility in Agriculture and Food in the Americas. 17ed. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2011, v. 1, p. 65-81.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Mónica. Hacia una configuración de trabajadores agrarios en la fruticultura de exportación de Brasil y Argentina. In: GIARRACA, Norma (Org.). Una nueva ruralidad en America Latina? CLACSO/ASDI, 2001. pp. 339-361.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BENDINI, Mónica Isabel. Globalization and change in labor relations in fruit regions of Brazil and Argentina. In: Labor Relations in Globalized Food (Research in Rural Sociology and Development, Vol. 20), Emerald Group Publishing Limited, Bingley, 2014. pp. 3-32. DOI: <https://doi.org/10.1108/S1057-192220140000020001>.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MORAES, Alberto Dias; FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos. Trabalhadores rurais e as novas condições de trabalho no Vale do São Francisco, Nordeste do Brasil. In: RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Org.). Asalariados rurales en América Latina. 1. ed. Montevideo: Doble clic, v. 1, 2015, pp. 49-71.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva M.; SILVA, Pedro C. Gama. Mirando hacia el Norte: clase, género y etnicidad en los espacios de fruticultura del Nordeste de Brasil. Areas vol. 22, Espanha, 2002, pp.161-181.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; NEIMAN, Guillermo. A manera de introducción. Globalizando la agricultura y reinventando lo local. Homogeneización, conflictos e identidades. In: CAVALCANTI, Josefa Salete B.; NEIMAN, G. (Org.). Acerca de la globalización en la agricultura. Territorios, empresas y desarrollo local en America Latina. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2005. pp. 7-13.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; RAMOS, Juliana Vilar R.; SILVA, A. C. B. da. O Trabalho feminino na Agricultura de Exportação. As Trabalhadoras na Viticultura do Nordeste do Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; ABRAMO, Laís (Org.). Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana. 1. ed. São Paulo: ALAST/SERT-, v. 01, 1998. pp. 101-114.

DAMIANI, Octavio. Beyond market failures: irrigation, the state, and non-traditional agriculture in Northeast Brazil. 1999. 235f. Tese (Doctor of Philosophy) - Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1999.

DAMIANI, Octavio. Diversificação Agrícola e Redução de Pobreza: A Introdução no Nordeste Brasileiro de Produtos Agrícolas Não-Tradicionais de Alto Valor e Seus Efeitos sobre Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Assalariados. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 34, n. 1, jan-mar. Fortaleza, 2003.

DUNAWAY, Wilma. *Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production CA*: Stanford University Press, 2014.

FEDERICI, Silvia. Reprodução e luta feminista na nova divisão internacional do trabalho (1999). In: *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo-SP, Editora: Elefante, 2019. Pp. 136-161.

FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos. *Globalização e trabalho: os trabalhadores nas packing houses de manga do Vale do São Francisco*. 2016. 317 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FEROLIN, Maria Cecilia. *Commodity- Chained Fishing Households: Peasant Subsidization of Exports in a Philippine Seafood- Extractive Enclave en Gendered Commodity Chains: Seeing Women's Work and Households in Global Production CA*: Stanford University Press, 2014. pp. 156 -174.

FISCHER, Izaura Rufino. *A Trabalhadora Rural: Conscientização Política e Social na Empresa Agrícola Moderna*. Recife: Massangana, 2000.

FRADER, Laura L. Edward P. Thompson: classe, gênero, historicidade e “capacidade de agir”. In: Danielle Chabaud-Rychter... [et al.] (Org.). *O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Tradução de Lineimar Pereira Martins. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

FRIEDMANN, Harriet; MC MICHAEL, Philip. Agriculture and the State System. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. In: *Sociologia Ruralis*, v. XXIX, n. 2, 1989.

GARCIA JUNIOR, Afrânio R.. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Coleção Pensamento antropológico. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

GERGEN, Mary M.; GERGEN, Kenneth J.. *Investigação qualitativa: tensões e transformações*. In: DENZIN, Norman K. *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*/ Norman K. Denzin, Yvonna S. Lincoln; tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GROSS, Neil. Pragmatism, Phenomenology, and Twentieth-Century American Sociology. In: Craig Calhoun (org.) *Sociology in America –A History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Ed. 34, 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena S.; SUGITA, Kurumi. CUIDADO E CUIDADORAS: O TRABALHO DE CARE NO BRASIL, FRANÇA E JAPÃO. *Sociol. Antropol.* 1 (1) • Jan-Jun 2011 • <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v117>.

HAMLYN, David Walter. Fenomenologia e movimentos correlatos. In: Uma história da filosofia ocidental. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). V. II – Sociologia. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999. pp. 183-221.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2010, v. 25, n. 74, pp. 159-176. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>. Acesso em: Outubro de 2021.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Sociologias* [online]. n. 21, 2009, pp. 24-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>. Acesso em: Outubro de 2021.

HIRATA, Helena. Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das artes. In: HIRATA, H. Nova Divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena. Elisabeth Souza Lobo, 1943-1991. *Bib*, Rio de Janeiro, n. 31, 1991. pp. 3-5. Disponível: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/109/103>. Acesso em: out. de 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, 2014.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 17-18, pp. 139–156, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644558>. Acesso em: out. de 2021

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. XI Conferencia regional sobre la mujer de América Latina e el Caribe [Anais...]. Brasília, 13 a 16 de julio de 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e a psicopatologia do trabalho. In: HIRATA, H. Nova Divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa* [online]. v. 37, n. 132, 2007. pp. 595-609. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Acesso em: out. de 2021.

HIRATA, Helena; ROGERAT, Chantal. Tecnologia, Qualificação e Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, H. *Nova Divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W.. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*; tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena et. al. (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. (orgs). *O sexo do trabalho*; tradução: Sueli Tomazini Cassal. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1986.

KERGOAT, Danièle. Da divisão do trabalho entre os sexos. *Tempo social*, 1(2):73-103, 1989.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP* [online]. n. 86, 2010, pp. 93-103. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>. Acesso em: set. de 2021.

KERGOAT, Danièle. O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero? In: MARUANI, Margaret (org.). *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

KNORR-CETINA, Karin. Complex Global Microstructures: The New Terrorist Societies. *Theory, Culture & Society*, 22(5), 213–234. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276405057200>. Acesso em: jul. de 2021.

KNORR-CETINA, Karin; BRUEGGER, U.. Global Microstructures: The Virtual Societies of Financial Markets. *American Journal of Sociology*, 107(4), 905–950. DOI: <https://doi.org/10.1086/341045>.

KNORR-CETINA, Karin. The micro-social order: Towards a reconception. First publ. In: FIELDING, Nigel G. (ed.). *Actions and structure: research methods and social theory*. London: Sage, pp. 21-53

LARA FLORES, Sara María. ¿Es posible hablar de un trabajo decente en la agricultura moderno-empresarial en México? *El Cotidiano* [online]. 2008, (147), 25-33. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32514704>. Acesso em: jul. de 2021.

LARA FLORES, Sara María. Análisis del mercado de trabajo rural en México, en un contexto de flexibilización. In: CLACSO. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

LARA FLORES, Sara María. La feminización del trabajo asalariado en los cultivos de exportación tradicionales en América Latina: efectos de una flexibilidad “salvaje”. In: LARA FLORES, Sara M.. Jornaleras, temporeras y bóias-frias: El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1995.

LARA FLORES, Sara María. Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultura mexicana. México: Juan Pablo, 1998.

LARA FLORES, Sara Maria. Sara María Lara Flores: los olvidados del campo: jornaleros y jornaleras agrícolas en América Latina. Compilación de Hubert Francis Marie Carton de Grammont Barbet. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma del Estado Mexicano, 2021.

LEITE LOPES, José Sergio. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana* [online]. 2011, v. 17, n. 3, pp. 583-606. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132011000300004>. Acesso em: maio 2022.

LEITE, Ângelo A. M. O desenvolvimento da viticultura irrigada na região de Juazeiro-BA e Petrolina-PE: o trabalho na contramão do discurso dominante. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MANNHEIM, Karl. *Structures of thinking*. London: Routledge & Kegan Paul, 1982.

MARSDEN, Terry K.. Globalização e sustentabilidade: criando espaço para alimentos e natureza. In: CAVALCANTI, J.S.B.; BENDINI, M.; GRAZIANO DA SILVA J.. Globalização, trabalho, meio ambiente: Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Tradução: Maria Auxiliadora Ferraz de Sá, Nicole Louise M. T. de Pontes e Simone Magalhães Britto. Recife: Ed Universitária da UFPE, 1999.

MARSDEN, Terry K.; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; FERREIRA IRMÃO, José. Globalisation, Regionalisation and Quality: The Socio-economic Reconstitution of Food in the San Francisco Valley, Brazil. *The International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, Paris, France, v. 5, p. 85–114, 2021. DOI: 10.48416/ij saf.v5i.372. Disponível em: <https://www.ij saf.org/index.php/ij saf/article/view/372>. Acesso em: jun. de 2021.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa* [online]. v. 30, n. 2, 2004, pp. 289-300. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>. Acesso em: out. de 2021.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. *Agrária* (São Paulo. Online), [S. l.], n. 4, p. 165-184, 2006. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i4p165-184. Acesso em: jun. de 2021.

MC MICHAEL, Philip. Regimes alimentares e questões agrárias. Trad. De Sonia Midori – 1 ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora UNESP; Editora da UFRGS, 2016.

MENEZES, Marilda A. de. História oral: uma metodologia para o estudo da memória. *Revista Vivência*. UFRN/CCHLA, n. 28. Natal, 2005.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa científica em ciências sociais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIES, Maria. Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labor. Ed. Zed Books Ltd. New Jersey, EUA, 1986.

MINGO, Elena. Entre el hogar y el trabajo. Mujeres asalariadas em la agricultura del Valle de Uco, Provincia de Mendoza, Argentina. *Nómadas. Critical Journal of Social and Juridical Sciences* [online]. 2011, 29(1). Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18118941021>. Acesso em: jun. de 2021.

GADEA MONTESINOS, Elena; PEDREÑO CÁNOVAS, Andrés; CASTRO PERICACHO, Carlos de; RAMIREZ MELGAREJO, Antonio J.. Almaceneras. Genero y trabajo en los almacenes de manipulado de fruta en la región de Murcia. *Revista Andaluza de Antropología. Número 11: Trabajo y culturas del trabajo en la globalidad hegemónica*. 2016. Pp. 121-145.

MORAES, Alberto Dias de. Entre a incerteza e a confiança: mercados e relações sociais de troca comercial dos fruticultores do polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. 2016. 320 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MORAES, Natalia; GADEA MONTESINO, María Elena; PEDREÑO, Andrés; CASTRO, Carlos. Enclaves globales agrícolas y migraciones de trabajo: convergencias globales y regulaciones transnacionales. *Política y Sociedad*, v. 49, n. 1, p. 13-34, 13 abr. 2012. DOI: [https://doi.org/10.5209/rev\\_POSO.2012.v49.n1.36517](https://doi.org/10.5209/rev_POSO.2012.v49.n1.36517).

MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

MOUZELIS, Nicos. *SOCIOLOGICAL THEORY: WHAT WENT WRONG? Diagnosis and Remedies*. Taylor & Francis e-Library, 2005.

NEVES, Magda de Almeida. Anotações sobre trabalho e gênero. *Cadernos de Pesquisa* [online]. V. 43, n. 149, 2013. pp. 404-421. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200003>.

OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de. Dois anos em um: A realidade do cotidiano feminino. 1a. ed. Salvador-BA: Empresa Gráfica da Bahia, 1998.

PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres Rurais. Quatro décadas de diálogo*. 1. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PEDREÑO CÁNOVAS, Andrés. En los márgenes de las cadenas globales agrícolas: La cuestión jornalera en la crisis sanitaria. Trabajo agrario y ruralidades en transformación: trabajo agrario, desigualdades y ruralidades frente al COVID-19 / Andrés Pedreño Cánovas ... [et al.]; coordinación general de Germán Quaranta; Paola Mascheroni. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020.

PEREIRA, Monica A. Tomé. Fruticultura, emprego e migração: O caso da região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. 2012. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PIERSON, Donald. O Homem no Vale do São Francisco. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.  
POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 215-253.

RAMOS, Juliana Vilar Ramalho. Trabalho Feminino e Gênero na Produção de Uva em Petrolina. 1998. 206 f. Mestrado (Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Orgs.). Asalariados Rurales em América Latina. Montevideo, Uruguai: Mastergraf SRL, 2015. 347p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera L. S. B.. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. 6: 67-75, São Paulo: Perspectivas, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera L. S. B.. Da casa para a “rua”: a caminhada das mulheres boias-frias. 9/10: 93-118, São Paulo: Perspectivas, 1986/87.

SASSEN, Saskia. Los espectros de la globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHÜTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade V. 16, n. 2, Porto Alegre/RS, 1990.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Proj. História. São Paulo, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em: jun. de 2021.

SCOTT, Parry; SANTOS, D. A. dos. Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticultura do Rio São Francisco-PE. Revista Vivencia n. 43, 2014, pp.29-46.

SCOTT, Russel Parry. Projetos de desenvolvimento e o disciplinamento de mulheres no tempo e no espaço. DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO, PODER, GÊNERO E FEMINISMO. Cad. Pagu (52), 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520008>.

SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. Gênero e geração em contextos rurais. (Orgs. Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SELWYN, Ben. Labour Process and Worker's Bargaining Power in Export Grape Production, North East Brazil. *Journal of Agrarian Change*. Vol. 07 No. 4, October. Londres, 2007.

SELWYN, Ben. Gender Wage Work and Development in North East Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, v. 29, n. 1, Londres, 2010.

SELWYN, Ben. Labour flexibility in export horticulture: a case study of North East Brazilian grape production, *Journal of Peasant Studies*, 36:4. Londres, 2009.

SELWYN, Ben. The Political Economy of Class Compromise: Trade Unions, Capital-Labour Relations and Development in North East Brazil. In: *Antipode* Vol. 43 No. 4, 2011.

SENNET, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. Anais... "Seminaire sur la Gestion de l'Environnement: comparaison des approches au Brésil et eu Europe de l'Ouest", session "Gestion de l'environnement et Communautés Rurales". Academie de l'Environnement/Université de Genève. COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Genebra, 1991.

SILVA, Camilla de Almeida; SILVA, Guilherme. José Mota. "QUANDO CHOVE NO SERTÃO..." AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO NO VALE DO SÃOFRANCISCO. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; BUTTO, Andrea; AUBIN, Ludovic (Org.). Globalização, segurança alimentar, feminismo e agroecologia. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2022, p. 201-222.

SILVA, Camilla de Almeida. O QUE A GENTE QUER PRA UM, A GENTE QUER PRO OUTRO: Uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na fruticultura irrigada do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA. 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, Camilla de Almeida; MENEZES, Marilda A. de; OLIVEIRA, Roberto V. de. Às margens do desenvolvimento: o trabalho das mulheres e a luta por direitos no polo de fruticultura de Petrolina/PE-Juazeiro/BA. DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO, PODER, GÊNERO E FEMINISMO. *Cad. Pagu* (52), 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520008>.

SILVA, Guilherme José Mota. OS FRUTOS DA RESISTÊNCIA: Sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco. 2016. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais - trajetórias e memórias. *RURIS - Revista Do Centro De Estudos Rurais - UNICAMP*, 4(2), 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/770>. Acesso em: set. de 2021.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Las trabajadoras nómadas: Cambios productivos y sus efectos sobre el trabajo femenino. *Rev. Cienc. Soc.*, Jul 2016, vol.29, no.39, p.15-34.

SILVA, P. C. Gama da. Capítulo II. Caso Brasil. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), 2012. Pp. 85- 141.

SILVA, Pedro C. Gama da. Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. 245f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

SILVA, Pedro C. Gama da. Dinâmica e Crise da Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, Aldenôr Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org.). *Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil*. 1 ed. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

SILVERMAN, David. Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto Alegre: Artmed, 2009, pp. 69-143.

SORJ, Bila. No Brasil, novas perspectivas. In: *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas/ Margaret Maruani, org.*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

SOUTO, JR, José Fernando; SILVA, Guilherme J. M.; LIMA, Sara Carolina Lisboa de. O lugar da Ausência: luta de classes e direitos na fruticultura irrigada do São Francisco. In: *Rio São Francisco: Ocupação territorial: problemas socioambientais: desafios e possibilidades*. Regina Celeste de Almeida Souza, Carolina de Andrade Spínola, Elvina Perpétua Ramos Almeida (org.). Salvador: Unifacs, 2012.

SOUZA, Cícero Harisson dos Santos. Juazeiro e Petrolina no contexto das cidades médias do Nordeste: dinâmicas socioeconômicas e demográficas e a percepção da população. 2017. 222f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPE, Recife, 2017.

SOUZA-LOBO, Elisabeth (1989). Experiências de mulheres, destinos de gênero. In: *A classe operária tem dois sexos: Trabalho Dominação e Resistência*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho Dominação e Resistência*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

SOUZA-LOBO, Elisabeth; HIGGS, Elisabeth (1983). As operárias, o sindicato e o discurso sociológico. In: *A classe operária tem dois sexos: Trabalho Dominação e Resistência*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar Ed. Rio de Janeiro, 1981.

THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. (Orgs: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva) 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa, 1: a árvore da liberdade. Prefácio. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TIJOUX, María Emilia; CÓRDOVA, María Gabriela. Racismo en Chile: colonialismo, nacionalismo, capitalismo en Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 14, Nº 42. Pp. 7-13, 2015.

TOLEDO, Enrique. Tratado Latinoamericano de Sociología. México: Anthopos Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 2006. p. 247-263.

VALDÉS, Ximena. Trabajo agrícola temporal, familias, géneros. In: Trabajos y familias en el neoliberalismo: hombres y mujeres en faenas de la uva, el salmón y el cobre. 1ª ed. Santiago: LOM Ediciones, 2014.

VALDÉS, Ximena; GODOY, Carmen Gloria. Mujeres de cuerpos dañados: las temporeras de la fruta en Chile en Espacios Revista de Geografía, Universidad Academia Humanismo Cristiano. Vol 6, Número 12. Pp 13-31. 2016.

VAN DER GRIJP, Nicolien M; MARSDEN, Terry; CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. European retailers as agents of change towards sustainability: The case of fruit production in Brazil, Environmental Sciences, 2:1, 31-46, 2005. DOI: 10.1080/15693430512331333384a

VENEGAS, Silvia. Una gota al día... Un chorro al año... El impacto social de la expansión frutícola. LOM Ediciones, Santiago de Chile, 1992.

VERAS DE OLIVEIRA, Roberto. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: velha nova problemática. In: Nascimento, Angela; Lima, Marcos Costa. O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão. Recife: Editora UFPE; SUDENE, 2014.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Torto arado. São Paulo: Todavia, 1ª ed, 2019.

WAGNER, Helmut R.. Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Politics of the World-Economy: The States, the Movements, 1984.

WELLER, Wivian et al. Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: Uma forma de análise das visões de mundo. Estado e Sociedade. Revista do Departamento de Sociologia da UnB, v. XVII, n. 02 [Inovações no Campo da Metodologia das Ciências Sociais], p. 375-396, Jul./Dez. 2002.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Imagens: documentos de visões de mundo. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011.

WOLFF, K. H. Fenomenologia y sociologia. In BOTTOMORE, T. B. & NISBET, R. A. (Orgs.). Historia del análisis sociológico. Buenos Aires/Argentina, Amorrortu editores, 1978.

ZILLES, Urbano. A Fenomenologia Husserliana como Método Radical. In. HUSSERL, Edmund. In: A crise da humanidade europeia e a filosofia / Edmund Husserl; introd. e trad. Urbano Zilles. - 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ZILLES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v. 13, n. 2, p. 216-221, dez. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672007000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000200005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: jun. de 2021.

**ANEXO A – DADOS PRODUZIDOS SOBRE EMPREGO, TRABALHO E RENDA NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

**Trabalhadores formais e informais na seção de atividade Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura a partir da posição na ocupação**

<b>Censo 2000</b>					
	<b>Trabalhadores formais</b>	<b>Percentual</b>	<b>Trabalhadores informais</b>	<b>Percentual</b>	<b>Total</b>
Brasil	3.628.721	30,8%	8.142.290	69,2%	11.771.011
Nordeste	1.654.095	33,2%	3.324.577	66,8%	4.978.672
Petrolina	6.182	33,1%	12.490	66,9%	18.672
Juazeiro	6.775	41,9%	9.412	58,1%	16.187
<b>Censo 2010</b>					
Brasil	5.375.009	43,9%	6.882.999	56,1%	12.258.008
Nordeste	2.315.932	46%	2.724.218	54%	5.040.150
Petrolina	17.260	56,5%	14.049	43,5%	32.309
Juazeiro	9.328	52,7%	8.384	47,3%	17.712

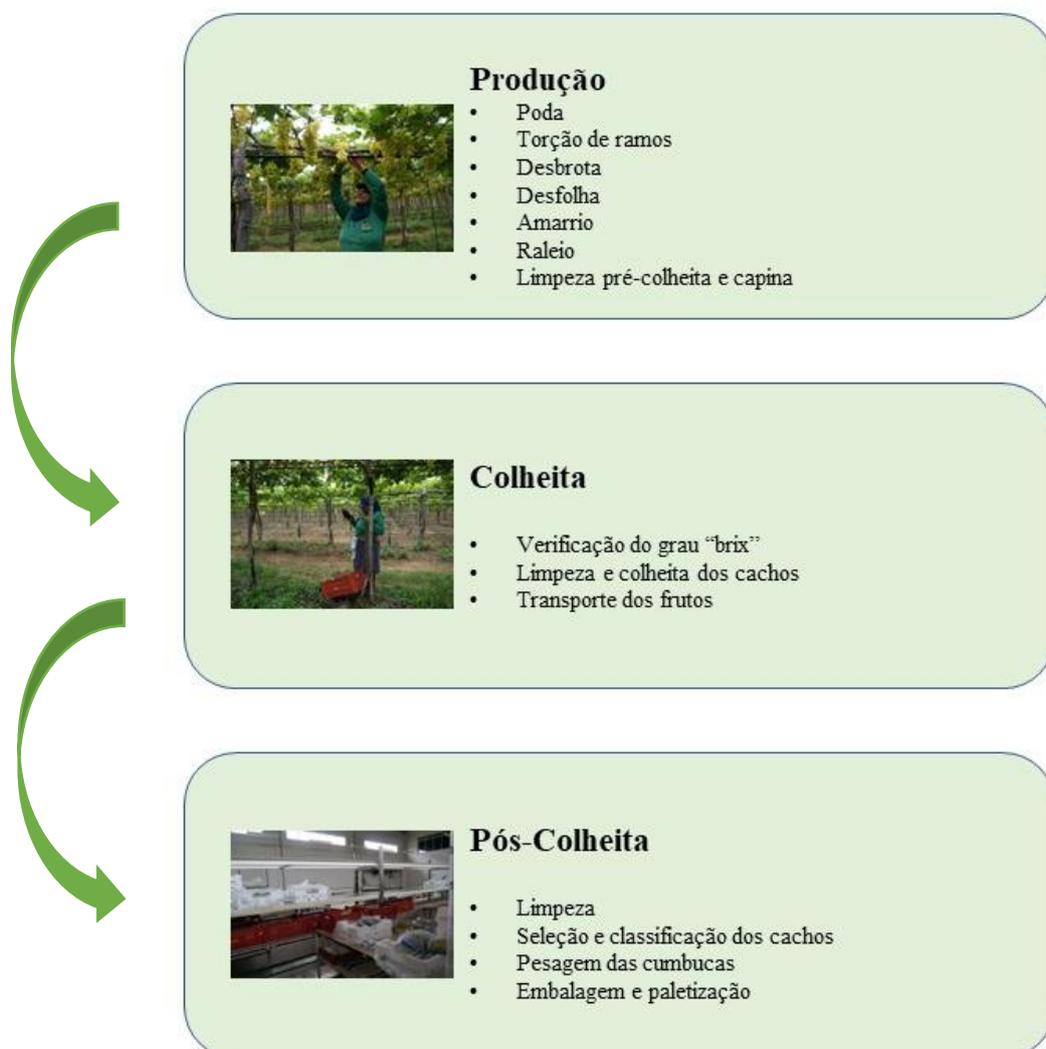
Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE. Dados organizados pela autora.

**Faixa salarial no cultivo de uva 2008-2019**

	<b>De 0 a 1 S.M.</b>		<b>Entre 1 e 2 S.M.</b>		<b>Mais de 2 S.M.</b>		<b>Mov. total</b>
2008	600	1,90%	30.413	96,40%	539	1,70%	31.552
2009	569	2,10%	26.027	96,20%	431	1,70%	27.027
2010	985	3,30%	28.648	95,00%	443	1,70%	30.076
2011	2180	7,20%	27.563	91,50%	374	1,30%	30.117
2012	1051	3,90%	25.782	95,30%	202	0,80%	27.035
2013	1514	6,00%	23.674	93,20%	204	0,80%	25.392
2014	1726	8,00%	19.378	90,50%	308	1,50%	21.412
2015	1338	6,70%	18.441	92,40%	162	0,90%	19.941
2016	1569	8,30%	17.138	91,00%	130	0,70%	18.837
2017	543	3,00%	17.454	96,20%	141	0,80%	18.138
2018	326	1,70%	19.216	97,50%	170	0,80%	19.712
2019	1610	9,60%	15.032	89,40%	166	1,00%	16.808

Fonte: CAGED / PDET, 2020. Dados organizados pela autora.

## ANEXO B – CICLO DE PRODUÇÃO DA UVA



**ANEXO C – FOTOGRAFIAS DO TRABALHO DE CAMPO NO VALE DO SÃO FRANCISCO (FAZENDA GALDINO – COOPEXVALE)**

**Trabalhadoras no raleio da uva**



Foto: Camilla de Almeida

**Parreiral pré-colheita**

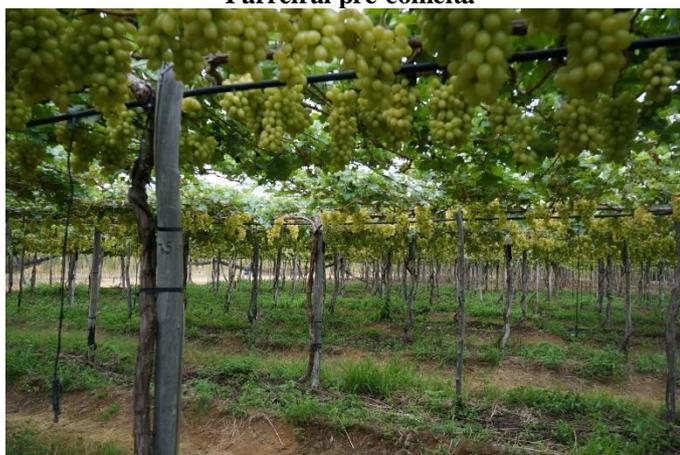


Foto: Camilla de Almeida

**Colheita**



Foto: Camilla de Almeida

***Packing house de uva***



Foto: Camilla de Almeida

## **ANEXO D – ATIVIDADE DE PESQUISA REALIZADA PELA OXFAM JUNTO AOS SINDICATOS**

**Equipe representada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Petrolina-PE ouvindo instruções da Oxfam Brasil sobre a atividade de pesquisa**



Foto: Camilla de Almeida

**Equipe representada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Juazeiro-BA ouvindo instruções da Oxfam Brasil sobre a atividade de pesquisa**



Foto: Camilla de Almeida

**Dinâmica de apresentação individual dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas rurais**

Foto: Camilla de Almeida

### Apresentação dos resultados obtidos pelos grupos de trabalho



Foto: Camilla de Almeida